DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

PREFEITURA DE CACHOEIRO

ANO LIV - Cachoeiro de Itapemirim - quinta-feira - 03 de outubro de 2019 - Nº 5919

Nova Sala do Empreendedor será inaugurada nesta quinta (3)

Nesta quinta-feira (3), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Semdec) de Cachoeiro de Itapemirim inaugurará a nova Sala do Empreendedor, no segundo piso do Shopping Cachoeiro, localizado na rua Vinte e Cinco de Março, Centro. A cerimônia de abertura será às 16h. ***p. 3***

Moradores aprovam primeira edição do Transforma Cachoeiro *p. 3*

Novo Cras é inaugurado no bairro Ruy Pinto Bandeira *p. 4*

Unidades básicas intensificam ações de saúde para a terceira idade *p. 5*

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito
prefeito@cachoeiro.es.gov.br

JONAS NOGUEIRA DIAS JUNIOR
Vice-prefeito
gabinetevice@cachoeiro.es.gov.br

CLAUDIO JOSÉ MELLO DE SOUSA
Secretário de Administração

ROBERTSON VALLADÃO DE AZEREDO
Secretário de Agricultura e Interior

ALEXANDRO DA VITÓRIA
Secretario de Modernização e Análise de Custos

THIAGO BRINGER
Controlador Geral do Município

FERNANDA MARIA MERCHID MARTINS MOREIRA
Secretária de Cultura e Turismo

FRANCISCO CARLOS MONTOVANELLI
Secretária de Desenvolvimento Econômico

MARIA APARECIDA STULZER
Secretária de Desenvolvimento Social

JONEI SANTOS PETRI
Secretário de Desenvolvimento Urbano

CRISTINA LENS BASTOS DE VARGAS
Secretária de Educação

LILIAN SIQUEIRA DA COSTA SCHMIDT
Secretária de Esporte e Lazer

EDER BOTELHO DA FONSECA
Secretário de Fazenda

LUANA CRISTINA DA SILVA FONSECA
Secretária de Gabinete

MÁRCIA CRISTINA FONSECA BEZERRA
Secretário de Governo

ANDRESSA COLOMBIANO LOUZADA
Secretária de Meio Ambiente

PAULO JOSÉ DE MIRANDA
Secretário de Obras

ANGELA DE PAULA BARBOZA
Procuradora Geral do Município

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária de Saúde

RUY GUEDES BARBOSA JÚNIOR
Secretário de Segurança

VANDER DE JESUS MACIEL
Secretário de Serviços Urbanos

VANDERLEY TEODORO DE SOUZA
Diretor-presidente da Agersa

CARLOS HENRIQUE SALGADO
Diretor-presidente da Dataci

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva do Ipaci

MAYCON ALMEIDA DA COSTA
Secretário de Gestão de Transportes

CÂMARA MUNICIPAL

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

ELY ESCARPINI
Vice-presidente

ELIO CARLOS SILVA DE MIRANDA
1º Secretário

SÍLVIO COELHO NETO
2º Secretário

PREFEITURA DE CACHOEIRO

Conteúdo produzido pela Secretaria Municipal de Governo
Subsecretarias de Marketing e Jornalismo
Praça Jerônimo Monteiro, 28, Centro - Cachoeiro de Itapemirim/ES - 29300-170 - Brasil
semcos.jornalismo@gmail.com / 28 3155-5341
Fotos: Márcia Leal e Arquivo PMCI

Com mais serviços, nova Sala do Empreendedor será inaugurada nesta quinta (3)

Nesta quinta-feira (3), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Semdec) de Cachoeiro de Itapemirim inaugurará a nova Sala do Empreendedor, no segundo piso do Shopping Cachoeiro, localizado na rua Vinte e Cinco de Março, Centro. A cerimônia de abertura será às 16h.

Até esta quarta (2), a Sala funcionou no Mercado Municipal São João, no bairro Amarelo, oferecendo orientações sobre formalização de Microempreendedor Individual (MEI), consulta de viabilidade para abertura de empresas e acesso a microcrédito.

Com a mudança para o novo espaço físico, será possível a ampliação de serviços que ajudam no incentivo ao empreendedorismo na cidade. Para isso, na nova estrutura, atuarão, também, servidores das secretarias de Fazenda (Semfa), de Meio Ambiente (Semma) de Saúde (Semus) e da Semdec.

O local concentrará atividades como capacitações empresariais, oferta de microcrédito, orientação gerencial sobre abertura de empresas, viabilidade, orientação sanitária e ambiental, licenças e alvarás, consultorias, negociação de débitos, atendimentos de orientações itinerantes nos bairros, parceria com instituições de ensino e sistema S para atendimentos empresariais e orientações sobre como participar de compras governamentais.

Novo endereço é o segundo piso do Shopping Cachoeiro

"Agora, na Sala do Empreendedor, o empresário encontrará um ambiente de soluções para seu negócio, onde ofereceremos informação, simplificação e desburocratização dos processos de abertura de empresa, proporcionando eficiência e agilidade a quem busca empreender e investir no município", ressalta o secretário de Desenvolvimento Econômico de Cachoeiro, Francisco Montovanelli.

A nova Sala do Empreendedor funcionará de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

(Texto republicado por incorreção)

Moradores aprovam primeira edição do Transforma Cachoeiro, aponta pesquisa

Uma pesquisa de satisfação feita pela Ouvidoria Geral da prefeitura de Cachoeiro confirma o sucesso da primeira edição do programa "Transforma Cachoeiro", realizada no último sábado (28), no bairro Village da Luz.

Das 90 pessoas entrevistadas no evento, todas disseram que o mutirão de serviços atendeu (43%) ou superou (57%) as suas expectativas. Entre as que já haviam passado por algum atendimento no momento da entrevista (77%), quase todas avaliaram os serviços recebidos como ótimo ou bom (75%).

O levantamento também apontou os bairros com maior presença no evento. A maioria dos entrevistados reside no Village da Luz (58%), no Novo Parque (9,1%) e no Rubem Braga (8%). Para 90% dos moradores consultados, a divulgação do mutirão foi ótima ou boa. A pesquisa ainda indica uma acentuada predominância do público feminino (63%).

"Essa é uma pesquisa por amostragem, feita com o objetivo de subsidiar a organização do evento com informações importantes, um diagnóstico para avaliação das atividades realizadas e, também, aprimoramento das próximas edições", explica a ouvidora geral da prefeitura de Cachoeiro, Kedyma Marques, acrescentando que as pesquisas de satisfação também têm sido aplicadas em outros eventos e em equipamentos públicos.

Para o secretário municipal de Modernização e coordenador do "Transforma Cachoeiro", Alexandro da Vitória, a consulta pública é importante no processo de consolidação do programa. "Os resultados da pesquisa são muito satisfatórios. Eles indicam que estamos no caminho certo, mas, também, nos ajudam a identificar o que pode ser melhorado, já que esse programa é uma construção permanente e queremos sempre evoluir para garantir a melhor prestação de serviços possível à população", salienta.

Mais de 9 mil atendimentos

Mais de 9 mil atendimentos foram realizados na estreia do "Transforma Cachoeiro", na praça Dom Luiz Gonzaga Peluso. O evento contou com a participação de 300 voluntários, entre representantes das secretarias, de órgãos e autarquias municipais e de instituições parceiras. Foram oferecidos mais de 60 serviços nas áreas de saúde, assistência social, cidadania, educação, empreendedorismo, meio ambiente, cultura, esporte e lazer.

Mais de 9 mil atendimentos foram realizados na estreia do programa, na praça do bairro Village da Luz

Novo Cras é inaugurado no bairro Ruy Pinto Bandeira

Um novo Centro de Referência de Assistência Social (Cras) foi inaugurado, nesta quarta-feira (2), em Cachoeiro. Ele funciona na Estação Cidadania – Cultura (ECC) "Sérgio Sampaio", no bairro Ruy Pinto Bandeira, das 7h às 17h.

O Cras é um local público, localizado, prioritariamente, em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência do indivíduo com a família e com a comunidade. Dentre os atendimentos ofertados, há orientações e encaminhamentos para programas e benefícios assistenciais, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A Estação Cidadania – Cultural tem cerca de 3 mil metros quadrados e, além do Cras, conta com biblioteca, cineteatro, quadra coberta, bicicletário, playground, pista no entorno para caminhada e espaço para telecentro.

"Estamos muito satisfeitos com o espaço. Tem lugar para as crianças brincarem e a biblioteca. Antes, eu precisava ir ao Cras do Jardim Itapemirim. Com o atendimento aqui, ficou mais perto e facilitou", comentou Lidiane Rodrigues de Castro, moradora do bairro Ruy Pinto Bandeira.

"A inauguração do Cras aqui, no Ruy Pinto Bandeira, é de extrema importância. Serão mais 17 áreas alcançadas e mais de 300 famílias beneficiadas. Estamos muito felizes com esse espaço, que também oferece cultura e lazer aos moradores", afirmou a secretária municipal de Desenvolvimento Social, Maria Aparecida Stulzer.

O prefeito Victor Coelho também comemorou a inauguração. "Acredito que este é o caminho: cada vez mais, trazer os serviços da área social para perto da população que mora em áreas menos favorecidas. Acredito que esse modelo, que congrega ações de esporte, cultura e assistência social, contribuirá muito para o desenvolvimento das crianças e famílias locais", avaliou.

Unidade está instalada na Estação Cidadania – Cultura (ECC) "Sérgio Sampaio"

O novo Cras passa a ser referência para famílias dos seguintes bairros, distritos e localidades: Ruy Pinto Bandeira, Aeroporto, Marbrasa, Waldir Furtado Amorim (BNH de Baixo), Doutor Luiz Tinoco da Fonseca (BNH de Cima), Central Parque, Boa Vista, Coramara, Córrego dos Monos, São Joaquim, Santa Fé (de Cima e de Baixo), Bebedouro, Córrego do Brás, Córrego do Óleo, Por do Sol e Morro Grande.

Cras em Cachoeiro

Cachoeiro já conta com outros cinco Cras, instalados nos bairros Alto União, Jardim Itapemirim, Village da Luz, Zumbi e no distrito de Burarama, além de uma base de atendimento no distrito de Itaoca, que funciona, provisoriamente, até que seja concluída a construção da nova unidade local.

Cinco locais receberão ações do projeto Pé de Livros em outubro

Neste mês, em que se comemora o Dia Nacional do Livro (29 de outubro), o projeto itinerante "Pé de Livros", da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Semcult), visitará cinco locais em Cachoeiro.

As atividades começam nesta quinta-feira (3), na pracinha do bairro Paraíso. A biblioteca comunitária "Beatriz de Oliveira Santos", receberá, às 14h, as crianças da escola "Valdy Freitas", para contação de histórias mediada por Maria Elvira Tavares.

No dia 10, será a vez dos pequenos da Emeb "Mário Augusto Rocha" participarem da ação, que será comandada pelo ator Beto Rodrigues, na Ilha da Luz, às 14h. Na quinta-feira (17), a atividade acontecerá, às 9h, na Biblioteca Pública Municipal "Roney Argeu Moraes", que fica na pracinha da Estação Cidadania – Cultura (ECC) "Sérgio Sampaio", localizada no bairro Ruy Pinto Bandeira, e a artista Brenda Perim ficará responsável por comandar a contação de histórias.

O distrito de Itaoca também receberá o projeto neste mês. No dia 24, novamente mediada pelo artista Beto Rodrigues, a ação será na Biblioteca Distrital "Professor José de Barros Silva", às 14h. Para fechar a programação, na quinta (31), o projeto voltará à Biblioteca Pública Municipal "Major Walter dos Santos Paiva", que funciona na Casa da Memória, Centro. Marcada para começar às 14h, a atividade será conduzida pela contadora de histórias Maria Elvira Tavares.

Essas ações do "Pé de Livros" também fazem parte da comemoração de aniversário da Biblioteca Pública Municipal "Major Walter dos Santos Paiva" que, neste ano, completou 75 anos. Além disso, o projeto promove a mobilização para a oitava edição da Bienal "Rubem Braga", que acontecerá em 2020.

"As ações de movimento do 'Pé de Livros' são muito importantes para chamar a atenção da comunidade, num convite para preparação e posterior participação na Bienal do ano que vem. A literatura é fundamental na formação do ser humano e promover atividades que possibilitem contato com ela é uma das nossas frentes de ação. As atividades desse projeto florescerão pela cidade e região, certamente, veremos os benefícios disso", disse a secretária de Cultura e Turismo de Cachoeiro, Fernanda Martins.

O projeto

O projeto "Pé de Livros" promove intervenções artísticas e literárias que enriquecem o fazer educativo e incentivam a consciência ambiental. Sempre que possível, é criada uma ambientação com livros que pendem de árvores, com o objetivo de chamar a atenção para a necessidade de preservação da natureza. Por meio de contação de histórias e da utilização de materiais lúdicos, como fantoches, o "Pé de Livros" estimula o contato com a literatura e promove o hábito da leitura.

Unidades básicas intensificam ações de saúde para a terceira idade

Em comemoração ao Dia Nacional do Idoso (1º de outubro), a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) promove uma série de ações para a terceira idade em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Cachoeiro. Atendimentos médicos, de enfermagem, vacinação e exames voltados a esse público foram intensificados, bem como orientações sobre saúde bucal, atividades físicas e outros cuidados.

Na unidade do bairro Jardim Itapemirim, por exemplo, nesta terça (1), teve palestra com profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), abordando temas como depressão e autocuidado. Já no bairro Aquidaban, foi realizada a capacitação dos cuidadores no Lar João XXIII, com o tema "Como realizar higiene oral no idoso?".

Nesta quinta-feira (3), no bairro Amaral, a partir das 7h30, tem palestra sobre "Autocuidado e risco de quedas". No bairro Parque Laranjeiras, nesta sexta-feira (4), a partir das 7h30, haverá atendimento médico e de enfermagem e também será realizada a palestra "Autocuidado e risco de quedas".

Na próxima semana, na quarta-feira (9), as ações acontecerão no bairro Village, a partir das 8h, com palestra "Como envelhecer com saúde" e atendimento médico, odontológico e de enfermagem. Na quinta-feira (10), no bairro Vila Rica, no mesmo horário, será realizada a palestra "Autocuidado e risco de quedas" e coleta de material para exame preventivo para as idosas.

Atividades são realizadas em comemoração ao Dia do Idoso

"É importante aproveitarmos a passagem dessa data comemorativa para reafirmamos nosso compromisso com a saúde do idoso, evidenciando os serviços que oferecemos para esse público, além de ajudarmos a conscientizar a população sobre a promoção da saúde na terceira idade", afirma a secretária municipal de Saúde, Luciara Botelho.

Pedagogos da rede municipal participam de formação sobre matemática

A Secretaria Municipal de Educação (Seme) de Cachoeiro de Itapemirim promoveu, nesta quarta-feira (2), a formação continuada "Construção de saberes e práticas no cotidiano escolar", para 125 pedagogos que atuam na educação infantil e no ensino fundamental nas escolas municipais.

O encontro aconteceu no auditório do Centro de Referência, Pesquisa e Capacitação do Professor de Educação Básica "Dr. Dirceu Cardoso" (Cecapeb). A formação foi conduzida por Valquiria Cruz Cereza, que é mestre em ensino e formação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Ela abordou temáticas como reflexão de trabalhos matemáticos na primeira infância e o conhecimento da matemática no cotidiano do ensino fundamental.

Os objetivos da ação foram: proporcionar a construção e o aperfeiçoamento dos saberes necessários à prática cotidiana; contribuir para o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem e, com isso, fortalecer saberes produzidos nas relações educativas.

A Seme ressalta, ainda, que a formação parte do contexto diário dos professores e de suas demandas relacionadas ao ambiente escolar. Visa, também, possibilitar maior proximidade entre escola e a unidade central, promovendo parceria.

"A formação continuada partiu da necessidade de contribuir com o fazer pedagógico nas unidades de ensino, valorizando os saberes e experiências existentes, integrando teoria e prática, uma vez que o pedagogo é o agente articulador que favorece as relações educativas no contexto escolar nas dimensões individuais e coletivas", explica a secretária de Educação do município, Cristina Lens.

Atividade foi realizada nesta quarta (2) e envolveu 125 profissionais

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
www.cachoeiro.es.gov.br

ANO LIV - Cachoeiro de Itapemirim - quinta–feira – 03 de outubro de 2019 - nº 5919

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 28.898

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando as alterações promovidas pela Lei n° 7726, de 30/09/2019, na Estrutura Administrativa Básica da Administração Municipal de Cachoeiro de Itapemirim,

RESOLVE:

Art. 1° Alterar o quadro constante do artigo 1° do Decreto n° 27.446/17, no que se refere à nomeação do Sr. Ruy Guedes Barbosa Junior, **onde se lê** "Secretário Municipal de Segurança e Trânsito" **leia-se** "Secretário Municipal de Segurança", a partir de 01 de outubro de 2019.

Art. 2° Revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 01 de outubro de 2019.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 28.899

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o servidor abaixo mencionado para exercer o respectivo cargo em comissão, em conformidade com o padrão de remuneração citado, lotado na Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV, a partir de 02 de outubro de 2019, fixando-lhe o vencimento mensal estabelecido nos termos da Lei n° 7516/17:

SERVIDOR	CARGO EM COMISSÃO	PADRÃO	LOTAÇÃO
ELIMÁRIO DE SOUZA MACHADO	Consultor Interno	CE 5	SEMGOV

Art. 2° Revogam-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 02 de outubro de 2019.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 28.900

APROVA O REGULAMENTO PARA O 4º CONCURSO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO LEITE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal, na forma do Art. 130 da Lei Orgânica do Município, a promoção, a restauração e a melhoria do setor rural;

CONSIDERANDO que o concurso previsto no Regimento aprovado por este Decreto contribuirá de forma direta para o fortalecimento da produção leiteira do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento, estabelecendo normas e critérios, para o **4º CONCURSO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO LEITE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES**, e que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta de dotações orçamentárias vigentes e constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Cachoeiro de Itapemirim, 02 de outubro de 2019.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

JONAS NOGUEIRA DIAS JUNIOR
Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Secretaria Municipal de Administração
Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3° Andar - Centro
Cachoeiro de Itapemirim – ES
E-mail: pmci.diario.oficial@gmail.com

DIÁRIO OFICIAL (28) 3522-4708

REGULAMENTO OFICIAL

4° CONCURSO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO LEITE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – ES

1 - OBJETIVOS

Identificar, premiar e promover os produtores de leite, com responsabilidade a difusão de práticas e tecnologias recomendadas para a melhoria da qualidade do leite de forma econômica e ambientalmente sustentável.

2 - PROMOÇÃO

É promovido pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior - SEMAI.

3 - DATAS E PRAZOS

a) Inscrição: de 04 de outubro a 29 de novembro de 2019
b) Coleta de Amostras: Dezembro de 2019, Janeiro, Fevereiro e Março de 2020
c) Premiação: Abril de 2020

4 - COORDENAÇÃO

Secretaria Municipal de Agricultura e Interior -SEMAI

5- APOIO

a) SELITA - Cooperativa de LaticÍnios Selita
b) IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
c) EFACI - Escola Família Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim
d) INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
e) ACPGLES - Associação dos Criadores e Produtores de Gado de Leite do EspÍrito Santo
f) CMDRS - Conselho Municipal de Desenlvimento Rural Sustentável

6 - COMISSÃO ORGANIZADORA E JULGADORA

A Comissão Organizadora e Julgadora será composta por número ímpar de membros, indicados pelas seguintes entidades:

1-SEMAI - Josué de Castro Corrêa	5-EFACI- Max Cândido Rodrigues
2-SELITA - Iyan da Silva Spoladore	6-CMDRS- Edmilson da Silva Moulin
3-INCAPER- Solimar Santana Machado Gonçalves	7-IDAF- Larissa Arada Baptista
4-ACPGLES- Celío Mello Theodoro	

7 - INSCRIÇÃO

7.1 - Poderão participar do Concurso, os produtores de leite, cuja(s) propriedade(s) está(ão) localizada(s) no Município de Cachoeiro de Itapemirim e a produção seja destinada ao comércio formal.
7.2 - Cada propriedade poderá concorrer com apenas uma inscrição.
7.3 – É obrigatória a apresentação dos seguintes documentos, no ato da inscrição:
7.3.1- Talão de Produtor Rural atualizado e nota fiscal de venda do leite;
7.3.2- Se a produção é industrializada na propriedade, deverá possuir registro no serviço de Inspeção oficial;
7.3.3- Produção mínima de 20 litros de leite por dia;
7.3.4- Atestado de Vacinação contra Febre Aftosa e Brucelose.

8- COLETA DAS AMOSTRAS

8.1- A coleta do material será realizada uma vez por mês, por no mínimo 2 (dois) membros, devidamente credenciados, indicados pela comissão organizadora do concurso.
8.2- Os procedimentos para a coleta seguirão as recomendações da Circular Técnica 109 da Embrapa.
8.3- Em cada propriedade inscrita serão coletadas três amostras. As coletas serão realizadas durante os meses de dezembro 2019, janeiro, fevereiro e março de 2020.
8.4- A data e a hora da coleta serão estabelecidas pela coordenação, sem aviso prévio aos produtores.
8.5- Uma das amostras será coletadas em recipiente de 200ml na qual será realizada as seguintes análises prévias: Alizarol, Crioscopia, Acidez e Antibiótico.
8.5.1- A amostra será desclassificada nos seguintes casos:
1- Resultado positivo para acidez e/ou antibiótico;
2- Crioscopia maior que -0,530°H (-0,512°C) ou menor que -0,540°H (0,536°C);
3- Resultados do teste de acidez menor que 14º D ou maior que 17º D.
8.5.2- Outras duas amostras serão coletadas em frascos contendo conservante apropriado para as análises de CBT (Contagem Bacteriana Total), CCS (Contagem de Células Somáticas) e Composição Centesimal, no laboratório de referência do IDAF ou da EMBRAPA/CNPGL.
8.6- Constatada a adição de Água, Conservantes, Neutralizante de Acidez ou Reconstituintes da Densidade na amostra coletada, o produtor será desclassificado do concurso (fraude).
8.7- O produtor participante poderá, a seu critério, acompanhar a coleta da amostra de leite que participará do concurso.

9- PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PELA QUALIDADE

9.1- Será efetuada a média geométrica dos resultados de cada análise, das 3 (três) amostras. O produto da média será comparado com a tabela a seguir:

EST		CCS		CBT	
>= 12,60	30	<= 280	30	<= 100	40
12,40 - 12,59	25	281 - 400	25	101 - 200	30
12,20 - 12,39	20	401 - 500	20	201 - 400	20
12,00 - 12,19	15	501 - 600	15	401 - 600	15

< 12,00	0	> 600	0	> 600	0

9.1.1- As amostras serão classificadas segundo a ordem decrescente de pontuação.
9.1.2- Os produtores que apresentarem atestado negativo para Brucelose e Tuberculose serão contemplados com 5 pontos.
9.1.3- As 10 (dez) primeiras propriedades entre as que alcançarem 80 pontos ou mais seguirão para a etapa seguinte.
9.1.4- Havendo empate serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
9.1.4.1- 1º menor CBT
9.1.4.2- 2º menor CCS
9.1.4.3- 3º maior EST
9.1.4.4- 4º compartilhar a colocação

10- PONTUAÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE
10.1- A sustentabilidade será avaliada através de auditoria nas propriedades classificadas, segundo os resultados das amostras de leite (item 9).
10.2- A Comissão Organizadora convidará um profissional ligado às questões de sustentabilidade, para aplicar o questionário e atribuir a pontuação respectiva.
10.3- As propriedades receberão, como resultado da auditoria da Sustentabilidade, a seguinte pontuação:

A = 25 Pontos **B** = 15 Pontos **C** = 10 Pontos **D** = 5 Pontos

11- PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

O Resultado de cada produtor será a soma da Pontuação pela Qualidade, Apresentação de Atestados (9.1.2) e da Pontuação pela Sustentabilidade. A classificação será em ordem decrescente de pontos.
11.1- havendo empate serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
11.1.1- 1º menor CBT
11.1.2- 2º menor CCS
11.1.3- 3º maior EST
11.1.4- 4º compartilhar a colocação e dividir o Prêmio

12- PREMIAÇÃO
12.1- A divulgação da classificação final e a respectiva premiação, serão realizadas no mês de Abril de 2020, na Cerimônia de Premiação que ocorrerá durante a realização da EXPOSUL RURAL 2020, em data a ser definida pela Comissão Organizadora.
12.2- Todos os participantes receberão um Certificado de Participação.
12.3- Serão premiados os 3 (três) primeiros colocados:

	PATROCINADOR	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Prêmios	PREFEITURA	R$ 8.000,00	R$ 5.000,00	R$ 4.000,00

12.4- Dos valores da premiação, será deduzido o imposto de renda devido.
12.5 – Havendo mais de 100 (cem) inscritos no concurso, haverá uma premiação extra.

13. NÚMERO MÍNINO DE INSCRICÕES
13.1- A realização do concurso fica condicionada a inscrição de no mínimo 80 (oitenta) produtores de leite do Município.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS
As decisões da Comissão Julgadora são definitivas e irrecorríveis, cabendo aos participantes acatarem, uma vez que têm pleno conhecimento deste regulamento e concordaram com ele no ato da inscrição. Todos os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso, não sendo aceitos recursos.

DECRETO Nº 28.901

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar as **Resoluções n° 331, 332, 333, 334, 335 e 336/2019,** datadas de 25 de setembro de 2019, em anexo, exaradas pelo Conselho Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim, 02 de outubro de 2019.

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

Resolução CMS Nº 0331, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro 1990, e Lei Municipal nº 6.704 de 10 de Dezembro de 2012, em decisão a aprovada em Audiência Pública realizada no dia 25 de setembro de 2019.

Considerando o debate no âmbito do CMS - Conselho Municipal de Saúde - em conformidade com as deliberações da Conferência Municipal de Saúde realizada em abril de 2019;

Considerando que o plenário do CMS - Conselho Municipal de Saúde - deliberou em reunião realizada em 18/09/2019, aprovando a nova Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da trabalhadora (CISTT), do Conselho Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim/ES, tendo por finalidade o assessoramento na definição de políticas, prioridades, acompanhamento e avaliação de ações de saúde do trabalhador no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Considerando o debate no âmbito do CMS em conformidade com as deliberações do Conselho Municipal de Saúde, e da Comissão de Saúde do Trabalhador no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;

Considerando que o processo de implantação e reorganização da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT - tem o objetivo de articular políticas e programas de interesse do trabalhador e da trabalhadora, cuja execução envolva ou não áreas compreendidas no âmbito do SUS, mas que zelam ou têm interface com a saúde do trabalhador e da trabalhadora, aprovadas em reunião realizada em 14 de agosto de 2019;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar através da Resolução CMS/CI nº 0331/2019 a nova composição da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e

da Trabalhadora - CISTT, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, e Mesa Diretora.

Art. 2º A CISTT terá a seguinte composição: CRF/ES - Conselho Regional de Farmácia do Espírito Santo Seção Cachoeiro de Itapemirim, titular: Carlos Roberto Carvalho Mothé, suplente: Eliane de Fátima Purcino; SINDIENFERMEIROS - Sindicato dos Enfermeiros do ES, titular: Juliana Dias Lesqueves, suplente: Letícia Dorna Mascarelo: CUT - Central Única dos Trabalhadores, titular: Eli Nicolao dos Santos, suplente: Karina R. Caetano Ferreira; SITESCI - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Sul do Estado, titular: Jamaica Argeu dos Santos, suplente: Regina Lucia Pontes; MULTIVIX – titular: Janice Maria Ribeiro Dias, suplente: Sirlei Silva de Oliveira, HECI - Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim/ES – titular: Jocimar França Rosa, suplente: Eduardo Rodrigues Barbosa, HIFA – Hospital Materno Infantil Francisco de Assis de Cachoeiro de Itapemirim/ES, titular: Estêvão Batista Galvão, suplente: Reginaldo Alves Passos; IPACI – titular: Silvia Graciano Vieira, suplente: Kênia Correa dos Santos; OAB - titular, Dr. Marcelo Torres Fernandes, suplente: Dr. Carlos Roberto Gouveia Dercy, FAMMOPOCI – titular: Ronilson Rodrigues Barbosa, suplente: Elisangela Altoé; CDL – titular: Mario Luis de Souza, suplente: Marcos Mendes Carvalho; Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim/ES – titular: Genivaldo Dalmazio, suplente, Rafael Marin Magnago; CMS - Conselho Municipal de Saúde, titular: Wanderlei Alves de Oliveira, suplente: Thiago Gomes Greggio; Centro Universitário São Camilo, titular: Mariana Venturim, suplente: Juliana Sartori; SINDMARMORE - Sindicato do Mármore e Granito do ES, titular: Amarildo Monteiro de Oliveira, suplente: Marcio Toledo Vieira: SEMUS/AB - Secretaria Municipal de Saúde Atenção Básica, titular: Aretha Martins Colle, suplente: Marusca Pereira Mesquita: CEREST – CI, titular: José Aildo Carneiro, suplente: Maitê Peccini Moreira.

Art. 3º A Mesa Coordenadora terá seguinte composição: Coordenador - Juliana Dias Lesqueves, Sub Coordenador - Eli Nicolao dos Santos, Primeira Secretária - Jamaica Argeu dos Santos, Segundo Secretário - Reginaldo Alves Passos.

Art. 4º - Fica empossada a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, que tem por finalidade acompanhar, fiscalizar, sugerir e contribuir para a promoção e implantação de medidas que objetivem a melhoria dos serviços de saúde do trabalhador e da trabalhadora, dos setores público e privado, visando à efetivação dos princípios dos SUS.

Art. 5º - O mandato da Comissão da CISTT/CEREST é de três anos, iniciando em setembro de 2019 até agosto de 2022.

Art. 6º - Fica aprovado o calendário e horário das reuniões da CISTT. As reuniões acontecerão às terceiras quartas feiras do mês, no horário de 16h. Em se havendo feriado nesta data, será transferida para a quarta feira subsequente.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de setembro de 2019.

VALDIR RODRIGUES FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0331/2019, de 26 de setembro de 2019.

Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 0332, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro 1990, e Lei Municipal nº 6.704 de 10 de Dezembro de 2012, em decisão aprovada em Audiência Pública, realizada no dia 25 de setembro de 2019.

Considerando que o plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) discutiu e deliberou em reunião de Audiência Pública a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, realizada em 25 de setembro de 2019 referente ao segundo quadrimestre do ano de 2019.
Considerando que a comissão permanente de contas, orçamento e finanças do Conselho Municipal de Saúde (CMS), apreciou com emissão de relatório conclusivo pela aprovação das contas referente ao segundo quadrimestre de 2019;
Considerando que o Pleno do Conselho Municipal de Saúde apreciou a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), solicitando a apreciação e aprovação da prestação de contas do segundo quadrimestre de 2019 em Audiência Pública, através Ofício SEMUS/FMS nº 1261/2019 do Fundo Municipal de Saúde, FMS, da Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando o cumprimento do art.36 § 5º da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, o gestor deverá apresentar até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro de cada ano, em Audiência Pública, na Casa Legislativa, Ente da Federação, relatório dos quadrimestres, devendo constar dos itens da pauta, o pronunciamento dos gestores das respectivas esferas de governo para que façam as prestações de contas de forma detalhada sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art.12 da Lei nº 8.689/93 e com a Lei Complementar nº 141/2012.

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Resolução nº 0332/2019 concernente ao Relatório Detalhado Quadrimestre Anterior (2º RDQA), sobre a prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde, (SEMUS) que se refere ao Segundo Quadrimestre de 2019, do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, em consonância com o Plano Municipal de Saúde 2018/2021, com as seguintes observações:
§ 1º Que a SEMUS, Fundo Municipal de Saúde observe o cumprimento do art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141 de 13 de Janeiro de 2012. O gestor apresentará até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro de cada ano, em Audiência Pública, na casa Legislativa ente da federação, o relatório de que trata o caput.
§ 2º Que a SEMUS, Fundo Municipal de Saúde, observe o cumprimento da Portaria GM/MS – Ministério da Saúde 2135 de 25 de Setembro de 2013, artigo 7°.
§ 3º Que a SEMUS, Fundo Municipal de Saúde, observe a Resolução nº 459 do Conselho Nacional de Saúde de 10 de Outubro de 2012,

conforme seu anexo, no que concerne ao relatório detalhado do quadrimestre com quadro demonstrativo;
§ 4º Que a SEMUS, Fundo Municipal de Saúde, observe mediante relatório, apresentado junto ao CMS – Conselho Municipal de Saúde - os indicadores pactuados no exercício de 2018;
§ 5º Que a SEMUS, Fundo Municipal de Saúde, observe o cumprimento da Resolução nº CMS 0100/2014 de 29 de Maio de 2014, inerente aos Contratos e Convênios celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de setembro de 2019.

Valdir Rodrigues Franco
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0332/2019, em 26 de setembro de 2019.

Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.
Luciara Botelho Moraes Jorge
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 0333, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, Lei 8.142 de 28 de Dezembro 1990, e Lei Municipal 6.704 de 10 de Dezembro de 2012, em decisão aprovada em Audiência Pública realizada 25 de setembro de 2019.
Considerando manifestação do Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS), em conformidade com as deliberações do Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
Considerando que o debate no âmbito do CMS observou as deliberações do Plano Municipal de Saúde 2018/2021 de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
Considerando que o Plenário do CMS realizou a avaliação do Plano de Ações e Metas do PNAB 2017 da rede de atenção básica, exercício 2019 no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;
Considerando que o processo de implementação de ações da PNAB e por entender que a concretização destas ações têm por finalidade garantir o planejamento, a gestão e a organização do processo de trabalho que contribuirá para o fortalecimento das ações de saúde, com ênfase no próprio Sistema Único de Saúde;

Considerando que o Plenário do CMS apreciou o oficio nº 896/2019 da Secretaria Municipal de Saúde atendendo à portaria GM/MS nº 3.550/2019, objetivos, metas e indicadores de 2019, em conformidade com o Plano Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Resolução nº 0333/2019 do Conselho Municipal de Saúde - CMS, referente ao Plano do PNAB de 2017. Com credenciamento das gerências da ESF - Estratégia Saúde da Família do Aeroporto CNES 2569051 INE 0000280100 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Jardim Itapemirim CNES 2569035 INE 0000280089 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Zumbi CNES 2547511 INE 0000279900 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Paraíso CNES 2547546 INE 0000279927 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Amaral CNES 2547562 INE 0000279935 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família de Itaoca CNES 73144118 INE 00001631187 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família de Pacotuba CNES 2485591 INE 0000279730 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do BNH Baixo CNES 2485605 INE 0001640119 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Otto Marins CNES 2485613 INE 0000279765 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Gilson Carone CNES 3125416 INE 0000280119 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Aquidaban CNES 2547678 INE 0000280003 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Village da Luz CNES 2547503 INE 0000279889 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Abelardo Machado CNES 2550425 INE 0000280062 (01) um gerente; ESF - Estratégia Saúde da Família do Alto União CNES 2547481 INE 0000279862 (01) um gerente.

Art. 2º Fica aprovada a indicação da comissão permanente do Conselho Municipal de Saúde composta pelos Conselheiros: Darcy Viqueti Fassarela, Jamaica Argeu dos Santos, Eli Nicolao dos Santos, Valdir Rodrigues Franco, Lia de Freitas Lima para acompanhamento das Ações e Metas do PNAB.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de setembro de 2019.

VALDIR RODRIGUES FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0333/2019, de 26 de setembro de 2019.
Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 0334, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro 1990, e Lei Municipal nº 6.704 de 10 de dezembro de 2012, em decisão aprovada em Audiência Pública realizada 25 de setembro de 2019.
Considerando que o Plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) deliberou através da Resolução nº 0100/2016, referente à apreciação de contratos e convênios celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), com apreciação e aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) visando à melhoria do controle e aprimoramento do aparelho de fiscalização, do acompanhamento do controle social no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;

Considerando o debate no âmbito do Conselho Municipal de Saúde (CMS) em conformidade com as deliberações do Plano Municipal de Saúde, e do Plano de Regionalização da Saúde no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Considerando que o Pleno do Conselho Municipal de Saúde (CMS) apreciou a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), requerendo a apreciação da renovação do Contrato Locação para funcionamento da US ESF Agostinho Simonato, através do Ofício SEMUS/SAF/FMS/GCO nº 1221/2019 da SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde - do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, por meio da Resolução CMS nº 0334/2019, o termo do contrato nº 001/2019 de locação de imóvel para US ESF do Bairro Agostinho Simonato. Locadora: Henriqueta Luzia Marangoni, Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de vigência de 12 (doze) meses, com início em 07 de Janeiro de 2020 e término em 07 de Janeiro de 2021.

Art. 3º Fica estabelecido que o valor mensal do contrato será de R$ 1.000,00 (mil reais) sem respectivo condomínio.

Art. 4º Fica aprovada a indicação dos conselheiros Sr. Eli Nicolao dos Santos e Sr. Wanderlei Alves Oliveira como fiscais representantes do Conselho Municipal de Saúde (CMS) para acompanhamento da gestão e execução do contrato.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de setembro de 2019.

VALDIR RODRIGUES FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0334/2019, de 26 de setembro de 2019.

Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 0335, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pela Lei Municipal nº 6.704 de 10 de Dezembro de 2012; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata, em decisão aprovada em Audiência Pública realizada no dia 25 de setembro de 2019.

Considerando que o Plenário do Conselho Municipal de Saúde – CMS deliberou através da Resolução nº 0100/2017, referente à análise de Contratos e Convênios celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com apreciação e aprovação prévia pelo CMS visando à melhoria do controle e aprimoramento do aparelho de fiscalização do acompanhamento do controle social no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;

Considerando o debate no âmbito do Conselho Municipal de Saúde em conformidade com as deliberações do Plano Municipal de Saúde, e do Plano de Regionalização da Saúde no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;

Considerando que o processo de implementação e concretização do Plano Municipal de Saúde 2018/2021, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e que efetiva o fortalecimento das ações de saúde, dando ênfase para o próprio Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando que o Pleno do Conselho Municipal de Saúde apreciou a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, requerendo a apreciação aditivo do Convênio 001/2016 mediante Ofício SEMUS/GAB n°1233/2019, com o HIFA - Hospital Materno Infantil Francisco de Assis, dos Serviços de Análises Clínicas Laboratoriais - 24hs, e que este instrumento tem por finalidade ofertar serviços e aquisições de procedimentos a serem oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por meio da Resolução CMS nº 0335/2019, o aditivo do Convênio nº 001/2016 do HIFA, Hospital Materno Infantil Francisco de Assis, por um prazo de 06 meses.
Art. 2º A renovação do convênio tem o seu início em 04 de outubro de 2019, e término em 04 de março de 2020.
Art. 3º Este instrumento tem por finalidade ofertar serviços e aquisições de procedimentos a serem oferecidos pelo Sistema Único de Saúde – SUS - para serviços de Análises Clínicas Laboratoriais, em atendimento às demandas do Pronto Atendimento Municipal Paulo Pereira Gomes, PA Itaóca, CRIAS, Pré natal, UPA da Marbrasa, ESF do Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
Art. 4º Fica estabelecido que o atendimento será de segunda-feira à sexta-feira das 7h às 19h, em escala de sobre aviso nos demais horários, finais de semanas e feriados.
Art. 5º Fica estabelecido que o valor total do convênio é de R$ 324.960,00 (trezentos e vinte e quatro mil novecentos e sessenta reais).
Art. 6º O HIFA, Hospital Materno Infantil Francisco de Assis, deverá encaminhar cópias da prestação de contas mensal, para o CMS, referente ao Convênio nº 001/2016.
Art. 7º Fica aprovada a indicação dos conselheiros Eli Nicolao dos Santos, Thiago Gomes Gregio, como fiscais representantes do Conselho Municipal de Saúde para acompanhamento da gestão e execução do contrato.

Cachoeiro de Itapemirim, 25 de setembro de 2019.

VALDIR RODRIGUES FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0335/2019, de 26 de setembro de 2019.

Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 0336, DE 25 DE SETEMBRO DE2019.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde no uso de suas competências regimentais e atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 8.142 de 28 de dezembro 1990, e Lei Municipal nº 6.704 de 10 de dezembro de 2012, em decisão aprovada em Audiência Pública de 25 de setembro de 2019.
Considerando que o plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS) deliberou através da Resolução nº 0100/2016, referente à apreciação de contratos e convênios celebrados pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), com apreciação e aprovação prévia pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS) visando a melhoria do controle e aprimoramento do aparelho de fiscalização do acompanhamento do controle social no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES;

Considerando que o debate no âmbito do Conselho Municipal de

Saúde (CMS) em conformidade com as deliberações do Plano Municipal de Saúde, e do Plano de Regionalização da Saúde no Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Considerando que o Pleno do Conselho Municipal de Saúde (CMS) apreciou a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), solicitando a apreciação do Convênio CIM Polo Sul Referente ao aditivo do contrato número 009/2019 de prestação de serviços de Assistência á Saúde através do oficio SEMUS/SAF/FMS 1250/2019 da SEMUS Secretaria Municipal de Saúde no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar por meio da Resolução CMS nº 0336/2019, o aditivo do termo do convênio 009/2019 CIM pólo Sul referente a prestação de serviços de Assistência a Saúde com consórcio Público CNPJ 02.722.566/0001-52 com sede em rua Siqueira Campos, 75, Centro, Mimoso do Sul/ES.

Art. 2º Fica estabelecido o reajuste de 25% do valor de R$ 2.486.400,00 (dois milhões quatrocentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais) passando para R$ 3.108.800,00 (três milhões, cento e oito mil e oitocentos reais) a partir de 02 de setembro de 2019 e vencimento em 28 de fevereiro de 2020.

Art. 3º A SEMUS realizará prestação de contas semestral do referido contrato junto ao CMS.

Art. 4º A SEMUS encaminhará relatório mensal ao conselho municipal - CMS, no qual deverá constar os quantitativos, tipos de exames e consultas realizados, e ainda nomes e endereços dos usuários atendidos pelos serviços oferecidos pelo Consórcio.

Art. 5º Fica aprovada a indicação dos conselheiros Sr. Eli Nicolao dos Santos e Sr. Wanderlei Alves Oliveira, Thiago Gomes Gregio, Darcy Viguete Fassarela, Valdir Rodrigues Franco como fiscais representantes do Conselho Municipal de Saúde (CMS) para fiscalização, execução e acompanhamento da gestão do contrato.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de setembro de 2019.

VALDIR RODRIGUES FRANCO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Confirmo a Resolução CMS nº 0336/2019, de 26 de setembro de 2019.
Homologada através do Decreto n° 28.901, de 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1.262/2019

DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO ENCARREGADA DE ORGANIZAR, PLANEJAREEXECUTAROSTRABALHOSINERENTES AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA SELEÇÃO DE COORDENADOR DO POLO DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através do Decreto nº 28.532/2019, **resolve:**

Art. 1º Designar os servidores municipais, abaixo relacionados e lotados na SEME, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão encarregada de organizar, planejar e executar os trabalhos inerentes ao Processo Seletivo Simplificado, que tem por finalidade selecionar candidato para Coordenação do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil – UAB de Cachoeiro de Itapemirim.

1. Ivoni Carmen Costa Furlan
2. Marilene de Souza Barbosa
3. Maria Lucia de Oliveira
4. Patricia Gama Temporim Cansi
5. Liviane Dias Freitas da Silva
6. Edna Alice Andrade da Costa
7. Tadeu Peron Moyses Ueller

Art. 2º Revogar as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de setembro de 2019

CRISTINA LENS BASTOS DE VARGAS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº1272/2019

REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto a sua natureza.

RESOLVE:

Art. 1º - Efetuar o Remanejamento de 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), para acréscimos dos seguintes sub-elementos da despesa orçamentárias, conforme segue:

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto 1º, será proveniente do remanejamento de redução dos seguintes sub-elementos da despesa orçamentária:

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cachoeiro de Itapemirim, 23 de setembro de 2019

VICTOR DA SILVA COELHO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Fonte Elemento Despesa Acrescimo Redução
ÓRGÃO:72 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA01 - IPACI
AÇÃO:2.193 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - LEGISLATIVO

141002310000	31900118000		0,00	170.000,00
141002310000	31900305000		0,00	200.000,00
141002310000	31900151000		170.000,00	0,00
141002310000	31900301000		200.000,00	0,00
		Total por Ação	**370.000,00**	**370.000,00**
		Total por Unidade	**370.000,00**	**370.000,00**
		Total por Órgão	**370.000,00**	**370.000,00**
		Total da Movimentação	**370.000,00**	**370.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Nº 354/2019.
CONTRATADA: CRISTAL BELLO COMERCIAL EIRELI-EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME.
OBJETO: Aquisição de Camas Empilháveis e Enxoval para atender as demandas da Administração Municipal.

LOTE 04 – COTA DE 25% RESERVADA PARA ME/EPP

Item	Und.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	381	CBC	R$ 74,06	R$ 28.216,86

Descrição:
Enxoval composto por 5 peças, com as seguintes características: o tecido dos lençóis deve ser do tipo tergal, fio misto 50% algodão e 50% poliéster, mínimo 180 fios que suporte lavagem com alvejante sem desbotar ou manchar. O tecido não pode encolher e nem fazer "bolinhas". Todas as características devem estar visíveis na etiqueta das peças. O lençol de sobrepor deve ter 1,30 m de tecido liso e virol de 0,20 m de tecido estampado com motivos infantis unissex, totalizando 1,50 m de comprimento por 1m de largura. Lençol de baixo com elástico deve medir 1,10 m de comprimento e 0,80 m de largura. O elástico é costurado em 6 pontos, formando 3 tiras na parte de trás. O elástico utilizado deve ser nº 20, de alta resistência e durabilidade, composto de 73% poliéster e 27% elastotieno. Lençol de baixo que encaixe perfeitamente na caminha, permitindo o empilhamento mesmo sem tirar o lençol. Fronha tipo envelope medindo 0,30 m x 0,40 m, com dobra interna de, no mínimo, 15 cm, com faixa decorativa de 10 cm na parte de cima da fronha (tecido igual ao utilizado no lençol de sobrepor). Todo o conjunto deverá ser confeccionado em costura reta simples e overlock. O tecido liso deverá ter cores suaves (amarelo claro, verde água, salmão, bege, azul claro, rosa claro). O travesseiro deve ser antialérgico, antiácaro, antimofo, inodoro, resistente, macio, lavável. Revestimento: 50% algodão, 50% poliéster. Enchimento: fibra siliconizada 100% poliéster. Tamanho: 30 cm x 40 cm. Todas as características devem estar visíveis na embalagem. O edredom deve ser confeccionado em tecido tipo percal misto, 50% algodão e 50% poliéster, mínimo 180 fios que suporte lavagem com alvejante sem desbotar ou manchar. o tecido não pode encolher e nem fazer "bolinhas". Todas as características devem estar visíveis na etiqueta das peças. Enchimento: fibra 200g/m² thermobonding 100% poliéster. Medidas: 1,40 m x 1 m. Garantia 18 meses.

VALOR TOTAL **R$ 28.216,86**

VALOR: R$ 28.216,86 (vinte e oito mil, duzentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: seguinte dotação orçamentária e elemento de despesas:
Órgão/Unidade: 17.02
Projeto/Atividade: 1702. 1236517362.132
Despesa: 3.3.90.30.20
Ficha-Fonte: 05563-111300050000
PRAZO: 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2019
SIGNATÁRIOS: Cristina Lens Bastos de Vargas – Secretária Municipal de Educação e Jeferson Rodrigues Schwarz – Proprietário da Contratada.
PROCESSO: Protocolo nº 1-34.794/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Nº 355/2019.
CONTRATADA: FUTURA COMÉRCIO DE MATERIAIS EDUCACIONAIS LTDA – EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME.
OBJETO: Aquisição de Camas Empilháveis e Enxoval para atender as demandas da Administração Municipal.

LOTE 01 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Item	Und.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	1.615	Brink Mobil	R$ 136,98	R$ 221.222,70

Descrição:
Cama empilhável, com as seguintes características: as duas cabeceiras devem ser inteiriças, formadas por uma única peça, produzidas em polipropileno. O produto deverá ser atóxico, com aditivo antibacteriano, eficaz para cepas gran-positivas e gran-negativas, apresentar excelente acabamento, sem rebarbas e bordas cortantes. as duas estruturas laterais devem ser em tubos de alumínio com espessura mínima de 1,59 mm de alta qualidade de acabamento, além de ótima resistência a corrosão em geral, incluindo corrosão por tensão, umidade e salinidade. Deverá ainda, ser leve e resistente. A área de repouso deve ser composta por um leito de rede vazada, 100% poliéster empastado em pvc, com espessura mínima de 0,51 mm e gramatura mínima de 310 g/m2, com anti-fungo, anti-uv, anti- oxidante, anti-chama, isento de ftalatos, antitranspirante e lavável. As laterais devem ser soldadas de maneira uniforme e resistente a tração manual. Alta resistência a peso, suportando até 50 kg. Apresentar em anexo a proposta e laudo que ateste a eficácia anti-chamas, laudo que ateste a ausência de f-talatos e laudo antibacteriano eficaz para cepas gran-positivas e gran-negativas (original ou cópia autenticada). Ponteiras de borracha antiderrapante para que a caminha não deslize, permitindo que a criança possa se movimentar de forma segura durante o sono. Deve ser fixada de maneira que não se solte facilmente. Todo o conjunto deve estar bem montado, de forma segura, firme e bem tencionado, sem imperfeições como onda no leito ou ainda o efeito de "barriga" no centro da caminha. Sem velcro e sem parafusos. A cama não deve conter pequenas peças que possam se soltar facilmente, podendo passar por avaliação se o conjunto é seguro. A cama deverá ser entregue montada. A cama empilhável é composta por módulos, este sistema permite que todos os seus componentes sejam repostos. Medidas mínimas: 135 cm comprimento x 60 cm largura x 13 cm altura. Apresentar certificado compulsório do INMETRO. Garantia de 18 meses.

VALOR TOTAL **R$ 221.222,70**

VALOR: R$ 221.222,70 (duzentos e vinte um mil, duzentos e vinte dois reais e setenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: seguinte dotação orçamentária e elemento de despesa:
Órgão: 17.02
Projeto/Atividade:1702.1236517362.132 – Manutenção das Unidades de Educação Infantil
Despesa:4.4.90.52.24000 – MOBILIÁRIO EM GERAL
Ficha Fonte:05564-111300050000 – FUNDEB 40%CRECHE
PRAZO: 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2019
SIGNATÁRIOS: Cristina Lens Bastos de Vargas – Secretária Municipal de Educação e Ciriaco Pereira Freire Júnior – Sócio da Contratada.
PROCESSO: Protocolo nº 1-34.256/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Nº 356/2019.
CONTRATADA: ART DECO CONSTRUTORA & INCORPORADORA LTDA EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – SEMO, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS.
OBJETO: Contratação de Empresa para Construção de uma Unidade Básica de Saúde porte III, Rua José Eugênio de Souza – Antiga Rua 23, Zumbi, Cachoeiro de Itapemirim/ES.
VALOR: R$ 3.217.213,23 (três milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e treze reais e vinte e três centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: recurso específico consignado no Orçamento do Município de Cachoeiro de Itapemirim, para o exercício de 2019, constante na seguinte dotação:
Órgão: 16-01 Secretaria Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 02 Fundo Municipal de Saúde
Projeto atividade: 1043 – Construção e Ampliação de Unidade

Básica de Saúde
Elemento de Despesa: 44905191 – Obras em Andamento
Ficha: 2897
Fonte de Recurso: 12110000000 – Receita de impostos e Transferência de impostos - Saúde
PRAZO: 1.440 (um mil, quatrocentos e quarenta) dias corridos.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2019.
SIGNATÁRIOS: José Santiago de Lima / Paulo José de Miranda – Secretário Municipal de Obras, Luciara Botelho Moraes – Secretária Municipal de Saúde e José Magno Leal Farias – Socio da Contratada**.**
PROCESSO: Protocolo nº 1-2.811/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Nº 357/2019.
CONTRATADA: GARANTIA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, atendendo as necessidades da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM / CDCON.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Controle de Vetores e Pragas Urbanas, para atender às demandas da Coordenadoria Executiva de Defesa do Consumidor – PROCON Cachoeiro.

LOTE ÚNICO - EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
Item	**Descrição do Objeto**	**Und.**	**Quant**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
01	Contratação de empresa especializada em serviços de controle de vetores e pragas urbanas (desinsetização, desratização e descupinização), nas dependências internas e externas, contíguas à edificação, incluindo sótão (forros), caixas de gordura, esgotos, lixeiras e calçadas, para atendimento das necessidades da coordenadoria executiva de defesa do consumidor, localizada na rua bernardo horto 204/210, bairro maria ortiz, cachoeiro de itapemirim/ES.	Serviço	01	R$ 1.998,00	R$ 1.998,00
				VALOR TOTAL	**R$ 1.998,00**

VALOR: R$ 1.998,00 (hum mil, novecentos e noventa e oito reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: seguinte dotação orçamentária e elemento de despesa:
Órgão: 02.04
Unidade: 0204.0412518412.170
Despesa: 3.3.90.39.99
Ficha/Fonte: 0314-199000000011
PRAZO: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2019.
SIGNATÁRIOS: Ângela de Paula Barboza – Procuradora Geral do Município e Carlos Fernandes Junior – Sócio da Contratada.
PROCESSO: Protocolo nº1-5.264/2019.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DO ESPIRITO SANTO – SEBRAE/ES.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento, implementação e acompanhamento de projeto visando a transformação local, por meio da implantação de politicas públicas de desenvolvimento nos eixos liderança, desburocratização, sala do empreendedor, compras públicas, educação empreendedora, agentes de desenvolvimento e gestão estratégica, bem como, capacitações solicitadas conforme a necessidade do Município, a pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMDEC.
VALOR: O valor mensal do presente CONTRATO é de R$ 16.088,00 (dezesseis mil e oitenta oito reais), perfazendo o valor total de R$ 273.496,00 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais).
RESPALDO: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO: Protocolo nº 1 – 23.273/2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: 5453/2019

PROCESSO: 23682/2019.
REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 014/2018.
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 162/2018.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
CONTRATADA: G. P. A Gerenciamento e Projetos Eireli.
OBJETO: Aquisição de extintores.
VALOR: R$1.159,50 (hum mil, cento e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente contratação apresentará como termo inicial a data da assinatura da Ordem de Serviço e como termo final o recebimento do serviço prestado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação: 1301.2781213281.0 40.33903028000.100100010000. – Modernização, Ampliação, Reforma de Espaços Esportivos e de Lazer
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.28000 – Material de proteção e segurança
Ficha: 2376
Fonte: 100100010000
Nota de Empenho: 0010132/2019
FISCAL: Pablo da Silva Santos – Decreto: 28.299 – Gerente de Lazer e Qualidade de Vida

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 23 de Julho 2019.

LILIAN SIQUEIRA DA COSTA SCHMIDT
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº: 7371/2019

PROCESSO: 13093/2019
CONTRATAÇÃO POR DISPENSA: 000077/2019
CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
CONTRATADA: Porto Seguro Cia Seguros Gerais
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Seguro Atleta e Equipe de Trabalho para as Corridas de São Pedro, de Santa Rita e da Bondade.
VALOR: R$ 121,66 (cento e vinte e um reais e sessenta e seis centavos)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente contratação apresentará como termo inicial a data da assinatura da Ordem de Serviço e como termo final o recebimento do serviço prestado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Ação: 1301.2781213282.099.33903999000 – promoção e fomento de jogos e eventos esportivos e de lazer
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99 – Seguros em Geral
Ficha: 2397

Fonte: 1001000100
Nota de Empenho: 6902/2019
FISCAL: Pablo da Silva Santos – Decreto: 28.715 – Consultor Interno

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 11 de setembro 2019.

LILIAN SIQUEIRA DA COSTA SCHMIDT
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

ATA Nº 144

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2017-2019
Reunião Ordinária 02/05/2019

Ata nº 144, o Conselho do Plano Diretor Municipal que aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezenove às quinze e trinta horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Registra-se a presença dos seguintes Conselheiros: representando o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU** – Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini, representando a **Associação comercial e Industrial de Serviços de Cachoeiro de Itapemiri – ACISCI** – Titular: custódio Amadeu Beca Murta, representando a **Associação Habitacional Comunitária do Espírito Santo – AHABITAES** – Titlular: Hudson Thiago da Silva, representando o **Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA** – Titular: José Antônio do Amaral Filho, representando o **Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo –** Titlular: José Bessa Barros, representando o **Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – MULTIVIX** – Titlular: Lorena Fonseca Bressanelli Dalto, representando **Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim** – Titular: Wesley Mendes, representando a **Federação de Associações de Moradores e Movimento Popular de Cachoeiro de Itapemirim – FAMMOPOCI –** Titular: Luiz Rogério Ramos Casaes, representando a **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** – Suplente: Daniele Moulais Dias, representando a **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – CMCI** – Suplente: Alexandre Costa Simões, representando a **Agência Reguladora dos Serviços Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – AGERSA** – Suplente: Márcio Dellatorre Tavares, representando a **Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA** – Titlular: Aloysio Martins Palitot, representando a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil** – Suplente: Lúcia Flávia de Luca Toneto, representando a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDURB** – Titula: Jonei dos Santos Petri, representando a **Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito** – Titular: Ruy Guedes Barbosa Junior, representando a **Secretaria Municipal de Cultura – SEMCULT** – Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira, representando a **Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV** – Titular: Felipe Ribeiro Costa, representando a **Secretaria Municipal de Agricultura e Interior - SEMAI** – Titular: José Augusto Corteze Antônio, representando a **Secretaria Municipal de Obras - SEMO –** Titular: José Santiago Lima. Ausentes com justificativa: **AGERSA, MULTIVIX**. Ausentes sem justificativas: **ACISCI**, **HABITAES, Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Secretaria Municipal de Governo.** É inciada a Reunião pela Secretária Executiva do CPDM Priscila Perin Gava que assim se manifestou: **Priscila – Secretária CPDM:** Boa tarde a todos vamos dar início à reunião de número 144 do CPDM, antes de começar a chamada eu queria fazer um apelo aos Conselheiros primeiro para se identificar quando começar a falar porque na hora de transcrever o áudio é muto complicado para a gente identificar quem está falando principalmente a gora que tem vários Conselheiros novos. Sejam bem vindos os novos conselheiros que estão aqui, e o segundo aviso que eu gostaria de deixar hoje para vocês é que os conselheiros assinem a lista de presença quando estiverem aqui, porque alguns conselheiros reclamaram, foi a Naíla, reclamou que foi colocado como se ela estivesse ausente, mas é porque ela não assinou a lista de presença e como ela não se manifestou na reunião de número 142, então ficou como se ela não tivesse comparecido, porque a gente não tem como gravar de cabeça ainda quem está em quem não está, então sejam bem vindos os novos conselheiros então vou começar a chamada. É feita a chamada para a verificação do quórum, estando 18 (dezoito) presentes pela Secretária Executiva Priscila Perin Gava no ato de abertura da sessão. **Presidente Jonei Santos Petri:** Boa tarde a todos, estamos dando início à reunião de número 144, estamos reapresentando a Ata de número 142 que teve algumas correções solicitadas pelos conselheiros na última reunião, espero que todos tenham lido para a gente aprovar ela agora, quem aprova a ata de número 142 por favor levante o braço? Doze votos aprovando a ata, alguém não aprova? Alguém se abstém? Seis abstenções e doze aprovando a ata, então está aprovada a ata de número 142. Ata de número 143 da reunião passada, então quem aprova a ata por favor levante o braço? A ata de número 143 mais uma vez levante o braço? Oito a favor, alguma abstenção? Sete a favor e onze abstenções, são dezoito aqui hoje, então vamos de novo, só para ter certeza, a ata de número 143 quem aprova? Quem se abstém? Então são dez abstenções e oito a favor, então seguindo aqui a pauta, o próximo ponto aqui o três, SBA torres do Brasil LTDA a apresentação do EIV e votação da análise do EIV, por favor o pessoal, por favor o representante da empresa. **Rogério – FAMMOPOCI:** Senhor Presidente, eu poderia sugerir colocar no final da pauta e a plenária decide? A situação do artigo seis do regimento que fala sobre a presença e ausência sem justificativa, porque nós temos entidades aqui que não poderiam estar presentes hoje? **Presidente Jonei Santos Petri:** A Priscila pode responder melhor do que eu algumas entidades já foram notificadas na terceira reunião também se ausentaram, acho que a Priscila poderia fala. **Priscila – Secretária CPDM:** Na última vez nós notificamos a AMPE e a MULTIVIX, a MULTIVIX compareceu e a AMPE foi excluída, então a AMPE vai ser substituída por uma entidade que já está estipulada lá numa listagem, na próxima reunião já vamos ter mais uma entidade nomeada, entendeu? Porque ela foi excluída porque faltou mais de duas vezes consecutivas, foi notificada e não compareceu mesmo assim na terceira. **Rogério – FAMMOPOCI:** Tem entidades aqui que não compareceram em três audiências, três reuniões seguidas, não compareceram e na quarta não justificou, mas isso lá atrás, isso conforme o artigo seis , nas três seguidas ou cinvo alternadas. **Presidente Jonei Santos Petri:** Talvez Casaes, não tenha sido notificada por ter sido justificada a falta dela, as que foram justificadas não oficiou, **Rogério – FAMMOPOCI:** Na ata 121, 142 e 143 não justificou. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então a gente tem que verficar iso aí Priscila, lembrar de verificar, porque a ciência da entidade é importante antes da última chance, então assim, que se a gente realmente teve essas faltas sem justificativa que a gente oficie, então se elas não comparecerem que também seriam excluídas, então por favor, SBA Torres? **Regina – SBA Torres:** Esse processo é um processo de regularização de uma torre de telefonia intalado no bairro Zumba, Zumbí, ela já existe está no processo de regularização, é uma torre treliçada, é uma torre metálica, a localização da estação é essa,

trata-se de uma torre que a gente chama de torre treliçada que é essa triangular, ela já está instalada, ela tem quarenta e cinco metros de altura, uma grande preocupação do conselho da outra vez que eu apresentei aqui foi a autorização do comando aéreo, nesse caso ela possui uma dispensa, ela está num área que não tem interferência nenhuma então o comando aéreo emitiu uma dispensa, nem a necessidade do comando aéreo, ela é pintada de laranja e branco por questão de visualização, essa é o entorno imediato da estação, uma área residencial, e a SBA é uma empresa que é proprietária da torre mas ela não é uma operadora, ela constrói as torres sob encomenda das operadoras, e enquanto as operadoras tiverem a necessidade de melhoria de cobertura naquela localização ela aluga um espaço nessa torre para instalação das antenas e conseguir atender a região, então esse é um processo onde ela é a dona da estrutura e não as operadoras, mas está disponível para todas as operadoras em volta da cidade, estamos no processo de regularização, ela já está construída, o Rangel eu acho que vai fazer uma explanação mais detalhada com o parecer técnico do processo, estou à disposição para alguma dúvida. **Rangel – SEMDURB:** Trata-se de análise de EIV de estação de Radio Base, então é EIV simplificado, vimos que a explanação do requerente é bem simples, então foi feita a análise baseada no termo de referência, foi cumprido todos os itens, eu vou passar à conclusão, existe uma pendência eu já informei à requerente, foi feita a calçada cidadã, vai constar como pendencia para poder liberar os documentos, é uma reanálise, atende ao Termo de Referência, a obra está concluída, existe a pendência para liberação do habite-se mas ainda não foi executado para calçada cidadã, a sugestão das medidas compensatórias sugeridas pelo requerente sobre mercado de trabalho, infraestrutura viária e adensamento populacional foram definidas pela SEMDURB, a partir da análise da tabela de impacto, adotando como parâmetro a adoção de valores de medidas compensatórias, em seguida eu vou passar a tabela para a gente poder analisar, mas antecipando, o valor apurado foi de R$ 21.037,00 (vinte e um mil e trinta e sete reais), para execução de obras e serviços de melhorias urbanas no entorno do empreendimento, então, na visita que nós fizemos no local no bairro Zumbí, tem uma escola lá que vai ser ampliada a gora esse ano, inclusive com anexação da área da quadra para escola, uma ampliação grande, e nessa área que nós estamos pretendendo instalar um ponto de abrigo de passageiros, porque não existe ali no alto zumbi, ali no morro dos eucaliptos um abrigo de passageiros, não vamos ver isso aqui nas fotos, fiz um relatório fotográfico mais ou menos parecido com o dela, vejo aqui que não existe calçada na subida do morro dos eucaliptos, as pessoas elas andam no asfalto, toda essa subida aqui não existe pavimentação aqui nas calçadas, as pessoas andam na rua aí, em frente aqui na testada do lote também não tem a calçada cidadã, é uma obra obrigatória, sem calçada as pessoas caminham no meio da rua, aqui é o ponto de ônibus, tem a placa aqui "ponto de ônibus", fica quase do lado ali da construção da estação de rádio base, aqui o ponto de ônibus é esse aqui, as pessoas ficam aqui debaixo do sol aguardando o ônibus, e aqui é a quadra, essa área pública do município que via ser incorporada à escola que existe aqui em frente, e é exatamente nesse ponto aqui é que nós estamos sugerindo a construção do abrigo de passageiros no valor de vinte e um mil reais, é aquele abrigo mais simples que tem é o modelo da Prefeitura, da SEMDURB, existe duas linhas de ônibus que param aqui, e uma que fica aqui no ponto final em frente a escola, exatamente em frente a escola, essa rua vai ser eliminada, via ser incorporada à escola e o ponto final do ônibus é aqui, ele para e fica estacionado aqui, a outra tabela o Rogério vai depois continuar dando as explicações, então nós temos as fórmulas, os impactos, nós temos oito tipos de impacto que foram definidos pela SEMDURB, nós temos aqui então o primeiro impacto, adensamento populacional, então usando aqui a tabela, impacto zero, população do empreendimento zero, trata-se de estação de rádio base, impacto dois, infraestrutura, equipamento urbano, temos aqui também zero, impacto zero, três segurança, população, impacto menos um, geração de tráfego, impacto menos zero também, estação de rádio base não gera tráfego nenhum, transporte público, impacto zero, ventilação e iluminação, aqui nesse item que deu um salto grande, pela altura da torre, quarenta e cinco metros impacto menos cinco, é isso que vai impactar lá no final da tabela, impacto zero, paisagem urbana, poluição ambiental, geração de radiações, foi o único item que foi enquadrado, impacto menos um, então lançando na tabela o total do grau de impactos, menos quinze, entrando aqui nessa tabela, fator de grau de impacto, chegamos ao coeficiente de 0,045, aplicando a fórmula se chega a esse valor de vinte e um mil reais, dúvidas senhores? **Presidente Jonei Santos Petri:** Algum conselheiro tem alguma ponderação, questionamento? **Rangel – SEMDURB:** Esse valor corresponde aos equipamentos, eu pedi que eles enviassem o valor total que foi investido lá. **Rogério – FAMMOPOCI:** Eu vi aí Rangel que o empreendimento não tem calçada, porque não investir esse valor no entorno de onde vai ficar a radio base? Fazer uma calçada para que as pessoas passem na rua? Pelo jeito isso deve estar ali a vários anos, e é aquela estória, já fez está feito, e depois é que vai pedir para pedir licença. **Rangel – SEMDURB:** A calçada em frente ao estabelecimento já foi executada, agora na via de acesso é enorme, o valor de vinte e um mil reais não daria para fazer quase nada, daria para fazer dez metros, quinze metros de calçada e ficar o restante, então optou-se com algo que traria um benefício para todos os moradores ali do alto eucalipto, um abrigo coberto de passageiros em frente a escola, porque a metragem quadrada que precisa é muito grande, seria aí uns trezentos, quatrocentos mil reais, para poder fazer um investimento para resolver ali o problema da subida deles. **Presidente Jonei Santos Petri:** Poderia sugerir então, Rogério, Rangel, um abrigo de ônibus básico que a prefeitura tem orçado em torno de doze mil reais, então sobraria nove mil que poderia ser feito em calçada além da calçada obrigatória em frente a testada do terreno do empreendimento, além do que a prefeitura incorporando aquele terreno ali em frente a escola, vai ser feita a calçada em frente aquele terreno ali, eu acho que poderia ser sugerido, além de abrigo calçada cidadã ali em torno do em torno do empreendimento. **Rangel – SEMDURB:** Pode ser, perfeitamente viável. **Presidente Jonei Santos Petri:** Mais alguém? Então se nenhum conselheiro quiser se manifestar vou abrir a votação, então que aprova aí o EIV e o parecer técnico do Rangel por favor levante o braço? Dezesseis a favor, quem é contra? Quem se abstêm? Três abstenções, temos um conselheiro que está votando, então ficamos com três abstenções se dezesseis votos a favor, está aprovado o EIV da SBA Torres do Brasil LTDA, passando para o próximo ponto de pauta, sugestão dos próprios conselheiros aqui para estudar e debater a tabela de cálculo de contrapartida de EIV, para isso eu vou chamar o Rogério, o principal servidor que desenvolveu essa tabela da SEMDURB, aperfeiçoou, aí Wesley, até te pediria uma ajuda aí, faria uma reapresentação rápida para a gente começar a debater ou da tabela. **Wesley – Sindicato Rural:** Na verdade eu estava na expectativa de uma extraordinária, para debater esse tema que foi colocado na última reunião Presidente, e o tema veio para essa e nós já estamos aqui, fazendo aquele estudo que nós iríamos fazer numa extraordinária. **Presidente Jonei Santos Petri:** Porque o que que acontece, porque como para essa reunião a pauta estava muito reduzida. **Wesley – Sindicato Rural:** Se eu posso opinar, eu acho que nós tivemos uma conversa, e eu fui fazer uma visita lá na SEMDURB, justamente para que a gente entenda o seguinte, eu percebo que se fosse assim por exemplo quando a gente propõe que não se cobre o valor do empreendedor tem a aprovação da maioria, acho que está havendo uma discrepância sabe presidente

entre o que pensa o município, e com toda razão, justificado o pensamento, e uma leitura técnica coerente, nada a mais a dizer além disso, entendo a necessidade, e o que é a expectativa do empreendedor, e se a gente conseguisse nesse conselho fazer isso tudo se encontrar, eu acho que a gente e vai ter não um mundo perfeito mas o melhor dos mundos, e o conselho aprovando e debatendo eu acho que fica mais coerente as votações, é a minha opinião. **Presidente Jonei Santos Petri:** Perfeitamente, concordamos com a conversa que tivemos agora a pouco, mas eu gostaria só de salientar o que foi dito na última reunião, que o EIV é uma exigência federal, existe uma lei federal de 2001 que exige que seja feito o EIV para determinados empreendimentos e o município regulamentou essa lei com outra lei em 2012 que é a lei do EIV daquie de Cachoeiro, e essa tabela ela cumpre o que determina essa lei, na minha opinião essa lei tem algumas falhas, eu acho que ela tem que ser revista, inclusive nós já estamos minutando essa proposta para revisão dessa lei, e nós vamos fazer isso durante a revisão do PDM que está sendo feita também, para a gente chegar talvez no que Wesley comentou aí não do mundo perfeito mas do melhor deles possível para dentro da nossa realidade, porque de forma alguma nós estamos contrários aos empreendedores que se propõem a investir no município, hoje a gente está cumprindo uma lei, que talvez não seja ideal para a economia do município, então mais uma vez falo para a gente debater essa tabela agora para o que foi apresentado e proposto na reunião passada e posteriormente vamos debater a própria lei do EIV para a gente tentar adequar melhor à nossa realidade. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu preciso só me manifestar Presidente, eu não sei se em outros momentos desse CPDM houve essa disposição de dar transparência a essa tabela e nem sequer abriu o debate para o conselho, o Rogério acho que pode dizer isso, nunca houve, então eu acho que isso é o grande gesto do município através de seu Secretário, trazem através da secretaria trazem para toda a sociedade civil a oportunidade de opinar, então nesse sentido parabéns pela coragem de enfrentar o problema, uma "cabeça de boi" enterrada a muito tempo na cidade que a gente precisa desenterrar, parabéns presidente e secretário. **Presidente Jonei Santos Petri:** Agradeço suas palavras mas eu na verdade me sinto protegido pelo Conselho quando eu trago o debate pra cá, porque eu não quero ficar carregando essa responsabilidade sozinho, sugiro então Wesley, como tem muitos conselheiros novos aqui Wesley, eu sugiro que o Rogério se puder por favor, fazer uma reapresentação da tabela assim, o mais sucinta possível para a gente conseguir debater, que a gente não conclua hoje mas que a gente inicie, eu gostaria que os novos conselheiros se apresentassem. **Rogério – SEMDURB:** Primeiro, o EIV é para obras que estão aprovadas de acordo com o PDM, então o EIV não é para você pagar uma contrapartida para aprovar uma obra que está ilegal, se a obra estiver legal dentro das exigências do PDM e tiver umas características ele pede o EIV, então o EIV está de acordo com o PDM, como o Secretário falou e Wesley discutiu se é justo se não é justo, depois na frente se o Conselho entender que o valor que se cobra está um pouco acima ou abaixo é só mexer nos índices que você chega nesse ponto sem que você tenha que mexer na essência da tabela, então fica fácil depois na frente, ó estamos cobrando muito, vamos facilitar para os empreendedores virem para Cachoeiro, é só você reduzir os índices que você chega no valor que você quer, ficando mais fácil e atendendo as legislações também. Então a ideia dessa tabela é fazer uma forma de você calcular o EIV, o valor de contrapartida que fosse o mais claro possível, que o empreendedor pudesse pegar e antes de vir para cá ele já soubesse quanto que seria a sua contrapartida, então seria de antemão calcular isso, então seria essa fórmula daqui que seria VC, valor da contrapartida das estações de rádio e base e similares, foi o caos que foi visto aqui hoje, então gostaria de ter o valor da contrapartida que é a área total construída vezes o CUB que é o valor do metro quadrado no Espírito Santo, vezes o FGI que é o Fator de Grau de Impacto, então essas duas variáveis aqui já estão definidas quando vem daqui, você já sabe qual é a área do empreendimento e sabe também qual o CUB daquele mês quando se está calculando o valor da contrapartida, então a gente sempre vai buscar aqui o valor do FGI, é ele que diz se o impacto é alto se o impacto é baixo, e se o que se paga é muito ou pouco, quando nós temos loteamentos e cemitérios, a fórmula muda e ela fica sendo VC, fica a área total do empreendimento, de repente loteamento, ou de cemitério, ou de lotes ou de sepulturas, o valor do lote, e esse valor do lote é calculado nessa fórmula se tem o valor venal do lote no outro empreendimento esse valor ele é fornecido pela Prefeitura pelo Cadastro Imobiliário, então se você ligar "eu to numa rua assim, qual o valor venal do lote nessa rua?" A Prefeitura te fala, então você calcula esse valor multiplicando por quatro e tem o valor do lote vezes o FGI que é também a nossa busca que a gente vai desenvolver até o final que também dá a variação do valor da contrapartida, então são essas duas fórmulas que vão ser usadas para calcular a contrapartida em Cachoeiro, então a gente vai se basear nisso não tem dúvida, é uma coisa clara não tem fórmula não tem subjetividade nenhuma, é uma coisa subjetiva, clara e direta. A gente vai trabalhar com esses impactos aí, adensamento populacional, o único impacto que pode ter que ele pode ser negativo ou positivo, nós podemos ter de repente uma área que você queira levar o empreendimento para lá por ser uma área que está sem nada, uma área que está adensada, uma área que vai ser urbanizada, então leva o empreendimento para lá, se o empreendimento for para lá o empreendedor vai pagar menos por isso, vai ter um grau de impacto positivo que via beneficiar ele, se ele for para uma área mais adensada ele vai ter um grau de adensamento negativo, então ele varia de menos cinco a mais quatro, então tem o peso que nesse caso é três, então vai variar de menos quinze a mais doze, temos a infraestrutura de equipamentos urbanos que engloba água, esgoto, luz, calçamento, escola, unidade de saúde, então é um outro tipo de impacto, então vocês viram no impacto que foi visto antes, nesse caso foi zero, se tem uma torre telefônica lá, não tem porque você querer essas coisas para que isso aconteça, segurança é um outro item que vai de menos cinco a menos um, geração de tráfego, sistema viário, transporte público, ventilação e iluminação, paisagem urbana e patrimônio natural e cultural, e poluição ambiental, então esses oito daí são os impactos que a gente vai levar em conta para calcular o EIV. Adensamento Populacional, nada mais é do que a densidade demográfica do bairro onde aquele empreendimento vai se inserir, quantos habitantes por metro quadrado tem naquela região, então criamos duas tabelas e colocamos a população ideal para o bairro e a população do bairro, então hoje, segundo informações do GPUR se não me engano, o bairro que tem o adensamento melhor é o bairro Coramara, segundo estudos o bairro que tem melhor distribuição da população é o Coramara, então nós temos aqui a população do empreendimento, quantos habitantes aquele empreendimento vai levar para aquela região, temos a população estimada do bairro, temos a população ideal para aquele bairro, e temos um fator de ajuste que é o X, a população estimada do bairro, a população estimada daqui, esses dados são do cadastro imobiliário, é quando se estima o que tem de população no bairro, você pega mais ou menos o número de carnês de IPTU que tem naquele bairro e multiplica por três, três vírgula vinte e cinco se não me engano e você chega numa aproximação, nós temos a área do bairro em metros quadrados, temos o número de habitantes por metro quadrado naquele bairro e nós temos a população ideal para aquele bairro, e qual seria a população ideal para que aquele bairro funcionasse, quando nós temos a população estimada, quando a população do bairro é menor do que a

população ideal então se usa a tabela de cálculo número dois, quando a população do bairro é maior do que a população ideal se usa a tabela número um, então se eu tenho a população do bairro acima da população ideal, significa que eu to com um bairro muito adensado e o impacto vai ser negativo nesse caso, o contrário significa que o impacto vai ser positivo, então dessa fórmula você consegue calcular o impacto que você vai ter no item Adensamento Populacional para aquela região, variando de menos cinco até mais quatro, alguém tem alguma dúvida com adensamento populacional, tem que fazer alguma pergunta? **Wesley – Sindicato Rural:** Então assim, pelo o que eu percebi, através da tabela do EIV, estão incentivando que as empresas vão par aos lugares onde tem menos adensament populacional porque elas vão causar menos impacto, a leitura está correta? **Rogério – SEMDURB:** Correta, isso mesmo, ela vai pagar menos, você vai estar incentivando para ela ir, como o adensamento populacional tem um grau, tem um fator de correção de três, então é um impacto considerável. **Wesley – Sindicato Rural:** Mas nesses lugares também tem menos infraestrutura pública instalada? Vamos citar um exemplo, Morro Grande. **Rogério – SEMDURB:** Não é uma verdade mas poderia ser um indicativo. Então o próximo impacto vai ser infraestrutura e equipamentos urbanos, para a gente tocar na tabela, vou levar um empreendimento para um bairro eu vou ter que saber se tem pavimentação, sim ou não, se tem rede de abastecimento de água, sim ou não, se tem coleta de esgoto, se tem energia elétrica, rede pública pluvial existe naquele lugar, se tem rede telefônica, escola posto de saúde, posto policial, creche, então eu pego e vou pontuando aqui se sim ou se não, uma coisa bem clara bem direta, na rua tal no bairro tal, é pavimentada sim ou não? Não tem o que se discutir, não tem nenhum tipo de dúvida, é claro e objetivo, tem energia elétrica? Sim ou não, então depois eu faço uma somatória dos sins e dos nãos e através daí eu calculo o impacto daquela infraestrutura naquela região, se for dez o impacto é menos dez, se for dois o impacto é menos dois, então assim eu calculo o impacto de infraestrutura para um empreendimento numa rua , num bairro. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Só um parêntesis Rogério, só para esclarecer o Wesley, no planejamento urbano Wesley, o conceito de cidades inteligentes é desenvolver o município onde já existe infraestrutura, então quanto mais equipamentos urbanos de infraestrutura existente no local, mais é interessante que o empreendimento vá para lá, porque quando o empreendimento vai para um local que não tem essa infraestrutura, o município tem que levar a infraestrutura para lá encarece para o município, aí você tem que incentivar que se estabeleça em locais que já existem infraestrutura. **Wesley – Sindicato Rural:** Então, o senhor vai permitir uma observação, você incentiva aonde há maior adensamento para que o município gaste menos para levar infraestrutura a tabela do EIV está dizendo aonde tem maior densidade e aonde o município já levou mais vai ficar mais caro para você. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Não, ao contrário, aonde já existe a infraestrutura fica mais barato, são mais "sins" então o impacto é maior, existe um número ideal de habitantes por metro quadrado, vamos supor tem a infraestrutura naquele local, mas se o adensamento está abaixo do ideal ele não vai ser negativo para o empreendedor, ele só vai ser negativo se o adensamento estiver acima do desejado, então a intenção é que se chegue no equilíbrio de serviços oferecidos com quantidade de pessoas que habitam aquele local para chegar no ideal. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu não consigo imaginar como o empreendedor vai ser, porque o adensamento populacional depende de qualquer um menos do planejamento do empreendedor, o pessoal decide deixar a roça lá, cansou, vamos pegar café, vamos para o Coramara, vamos para o Zumbí, vamos para a periferia, o adensamento está lá e ele piora, aí na hora de empreender naquele lugar para uma melhor qualidade de vida. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Você está pensando só no caso de um comércio, mas no caso de um condomínio vertical, de um edifício residencial você está fazendo um adensamento populacional no local que as vezes é interessante, pode ser que sim ou pode ser que não, de acordo com a quantidade de pessoas que já existem naquele local. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu acho que a sua visão Wesley ela via cair aqui na infraestrutura e não para o adensamento, porque você já via ter as coisa lá, e aí você paga menos por isso, sua visão está certa só desce ela um pouquinho na infraestrutura e não no adensamento. **Amaral – CREA:** Eu compreendo o Rogério em parte a aplicação quando nós estamos cuidando de uma cidade já impactada e que não foi projetada, cresceu pela sua história, pela sua formação, mas dentro desse contexto quando você pega uma área empreendedora e que vai custear todos os impactos, logo ele vai ter uma ilha que pode ser de solução ou não em relação a essa cidade que está sim contaminada, esses índices se usa ou vai se utilizar ou vai se pensar de forma diferenciada? Não sei se eu me fiz claro? Nesse local os índices urbanísticos já estão estabelecidos pelo PDM, o que pode o que não pode, de que forma a ocupação se dará, se faz ali dentro daquele arranjo, então aferir, mensurar o grau de impacto quanto aos diversos itens deve ser verificado de forma diferencial, porque ele vem contribuir para que a cidade possa ter uma nova forma de moradia, há algo que ele não vai poder, por exemplo, colocar o cidadão perto do seu local de ocupação de trabalho que seria ideal, se conseguir isso vamos começar a ter uma cidade muito fragmentada, aonde a série de dificuldades que existem não nasceu hoje, foi sendo criada por falta de estímulo, ou de qualquer outra situação mas que foi gerada, daí para frente querendo você pretende criar naquela cidade um bairro, algo diferencial, deveria ser considerado para estimular a ocupação. **José Bessa - Movimento Empresarial:** Me preocupa um pouco esse assunto que nós estamos discutindo, até porque nós estamos com a revisão do PDM em andamento e a gente tem observado que quando os projetos aqui chegam a gente fica buscando acréscimos e situações de melhoramentos para o investidor, mas principalmente para o local da região onde ele está se estabelecendo, não sei se seria o instrumento para esse momento ou para a comissão que está discutindo a atualização do PDM, seria interessante que nós criássemos um instrumento de compensação ou de incentivo se me permite o termo para que o investidor ao aplicar ali, o senhor falou agora a pouco em cidades inteligentes, ao aplicar ali no seu projeto,aditivos que pudessem minimizar essa questão do efeito, que ele recebesse uma compensação na pontuação do EIV dessa mitigação, e como tratar isso, não sei se o momento é agora estar colocando isso, e eu explico, se um investidor está cuidando de água de chuva de "hidrometização" individualizada, está melhorando a condição daquele empreendimento para aquela região onde está instalado, o que nós poderíamos fazer a nível de tabela é criar mecanismos para incentivar os nossos investidores a adotar esses mecanismos que vá minimizar o efeito da mitigação, té porque eu tenho certeza que o efeito da análise do EIV da cobrança que aqui fazermos não é para o embolsamento da prefeitura, é para que se crie condições do investidor já criar essas condições que ele receba alguma compensação na hora da sua pontuação é o que considero. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu preciso completar, eru acho que o Bessa foi muito feliz, na conta do EIV ali presidente, ela vai de menos quatro até zero, de menos cinco até zero, sabe presidente, o Bessa está certíssimo, menos cinco até menos cinco, porque se ele aplica lá, reúso de água, se ele aplica energia solar, se ele impacta menos da vida do meio ambiente no lugar onde ele vive, se ele oferece vagas de garagem no próprio empreendimento, poxa vida, isso devia estar falando por nós que estamos falando de cidades inteligentes, e é o que a gente não tem nessa cidade, inclusive é esse momento de inteligência que está acontecendo aqui agora para a gente

debater uma cidade do futuro que nunca houve aqui, é histórico isso que está acontecendo aqui, talvez vocês não estejam percebendo, mas assim, se alguém parou com tamanho comprometimento, com tamanha vontade política para debater o assunto, é agora, isso é de marcar o dia no calendário e fazer menção na câmara, porque ninguém nunca fez isso, então quer dizer a gente vai ter que ter muita sabedoria e muita paciência para encontrar a solução de fato de uma cidade do futuro e o Bessa está corretíssimo, aquilo que a infraestrutura da cidade precisa, aquilo que o trânsito da cidade precisa, Amaral colocou um ponto importante, vai colocar aquele empreendimento próximo de uma moradia, você vai contratar pessoas do bairro, isso é um ponto positivo porque você não impacta o trânsito da cidade, vou à pé e volto à pé para o meu trabalho, será que não seriam essas as condicionantes para amenizar essa tabela? Isso não é um impacto positivo? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu concordo com você Wesley, o Rogério até comentou que tem um impacto só que pode ser positivo, que é do adensamento populacional. **Rogério – SEMDURB:** Acho que a gente nem chegou a discutir isso aqui, o que o Bessa falou é muito interessante, é discutir isso na época de fazer uma análise na parte ambiental, e se aquele cara tivesse plantado, tivesse cuidado, aquelas coisas que você falou, ele receberia uma redução, ao invés de ser menos cinco seria menos dois, pode-se pensar em fazer o que foi feito pelo adensamento e fazer com cópia para poluição também, uma tabela rodar de menos tanto até mais tanto também, pode-se pensar em fazer isso também, eu acho que é interessante e válido, chegou a pensar não em ter pontuação positiva, mas sim em reduzir a negativa. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu acho até que seria interessante a questão do impacto positivo apenas, porque um vai compensando o outro, as vezes um empreendimento ele consegue mitigar quase tudo dos impactos que ele gerou, então assim, as primeiras conversas que a gente teve em relação a essa tabela a gente estava querendo que fosse nesse sentido mas assim agente encontrou uma certa dificuldade em achar em todos os oito parâmetros ali, os oito quesitos ali impactos positivos, realmente é um exercício que a gente tem que fazer, e é ótimo que a gente esteja discutindo isso aqui por isso, então vamos propor, ótima a sua proposta, a colocação do Bessa foi excelente e é para isso mesmo que estamos aqui. **Rogério – FAMMOPOCI:** Se eu não me engano já existe Rogério alguns empreendimentos que são obrigados a ter a sustentabilidade do empreendimento, através de energia solar, aproveitamento de água., existe já? **Rangel – SEMDURB:** Essas medidas que nosso colega falou ali se chamam medidas mitigadoras internas do empreendimento, então se for um empreendimento que está usando novas tecnologias, os recursos mais avançados para sua implantação ele vai citar tudo isso, a proposta dele, e isso se chama medidas mitigadoras internas do empreendimento que visam minimizar possíveis impactos no meio ambiente, no entorno etc., o que está sendo proposto aqui na tabela são várias medidas compensatórias dos impactos. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Pelo o que eu entendi aqui pelo o que o Bessa e o Wesley estão propondo é que essas medidas mitigadoras elas entrem como compensação das medidas compensatórias, que diminua talvez o valor. **José Bessa - Movimento Empresarial:** É a título de incentivo para que os investidores, empresas que estão preocupadas com o desenvolvimento, que eles já começam a colocar isso em seus projetos, e eu tenho tido a preocupação de perguntar os investimentos, foi o que eu fiz com a MULTIVIX se ela estava preocupada com a água de chuva, e me garantiram que está previsto no projeto deles o aproveitamento, até porque grandes investimentos exigem grandes retornos para a sociedade,eu acho. **Rogério – SEMDURB:** Eu acho assim que a sua colocação foi muito própria, foi muito boa, eu acho bom quando a gente aber assim para discutir uma lei, quando a gente abre para discussão, quando você monta de repente você fica preso, sua cabeça não vai, eu acho isso aí muito bom, vai melhorando e ampliando e chega numa coisa matematicamente o melhor possível bacana e gosto muito de trabalhar assim, pegando ideias discutindo o leque. **José Bessa - Movimento Empresarial:** Deixa eu só falar aqui na minha humildade, a ideia não é minha não, é do André Trigueiro que tratou isso recentemente conosco de um investimento, então tem que dar o crédito para quem merece. **Rogério – FAMMOPOCI:** Senhor Presidente, só para complementar a fala da Priscila que ela favou, isso aí é uma discussão que tem que ser trazida para nós aqui na reforma do EIV, e entrar para a gente debater e fazer todas essas alterações possíveis, essa sugestão, essa é a fala da Priscila que ela cutucou aqui no meu ouvido. **Rogério – SEMDURB:** A gente vai para o último item que é a poluição ambiental, a gente vai debater mais esses pontos agora, então lá na frente a gente vai discutir isso tudo, mostrar o que já tem pronto e avançar nesse ponto também. **Murta – ACISCI:** É muito importante que a gente como empreendedor há muito tempo a gente vem vendo que a nossa cidade ela não tem estudos que deram resultado na logística de transporte em Cachoeiro, face que a nossa cidade era só o centro da cidade aqui, aonde a população não tinha nem como se locomover com ônibus que era difícil, trás grandes problemas para a Prefeitura, a título de ajuda para contemplar, ter mais informações da tabela, tudo aquilo que estamos fazendo aqui, nós estamos como empreendedores, Dário, Gilsimar Cipriano, aqui da terra, e a gente sabe quais são os problemas que a gente ocasiona, a gente vem empreendendo porque a gente tem que empreender em outros lugares, tirando o trânsito daqui, tirando o trânsito dali e tudo, simplesmente, aleatoriamente a gente sempre pensa que venha algum problema que venha a tumultuar a região, então existem empreendimentos que a gente lança, que vem beneficiar em e muito o município, em todas as peças, empreendimento que tem garagem, empreendimento que vai ter um esgoto que nós estamos pagando para a Foz, somos nós que pagamos, um ponto de energia, ponto de água pluvial, aonde está todo mundo concentrado, onde não tem lixo na rua, a gente é obrigado a doar tudo para a Prefeitura para que a gente tenha uma alvará além do EIV, do corpo de bombeiro s e tudo, então é uma obra que não vai causar tantos transtornos e impactos para o município, no entanto nós tivemos liberações, de uma casa por exemplo que o cara faz lá numa "favelazinha", o cara corta um terreno na enxada, no outro dia, no outro mês a Prefeitura já está sendo obrigada a fazer o muro de arrimo que custa um milhão de reais, uma rua , que não sei o quê, eu acho que é o momento que eu acho que temos que colocar nessas tabelas, existem empreendimentos sim, pegando aí a fala do Bessa, que a gente promova um incentivo para quem é empreendedor, porque eu não vou ser empreendedor pela vida inteira, mas nós estamos carentes disso, nós só vemos ali as nossas obrigações, dificuldades, claro o município não pode fazer muito por nós também, mas eu acho também que tem muitos outros assuntos que a gente poderia implementar aí, eu me ofereço para poder estar ajudando também em alguma coisa que a gente possa, eu também não sei se isso aí já é para fins de aprovação já hoje aqui, mas eu dou apoio total a todo o problema que a gente quer fazer, estude o que a gente faz, porque todo lançamento que a gente costuma lançar, a gente costuma fazer um histórico de problemas que possam vir a ter, para que a gente tenha um problema maior do impacto do empreendedor, visto que se estabelecer aqui e tenha menos impacto no município isso é saudável, e todos os prédios hoje com o aproveitamento de água, enfim, eu acho prudente que as tabelas sejam compiladas por pessoas da própria Prefeitura que trabalham em cima disso com vontade de fazer uma mudança, com empreendedores que estão aqui e conhecem a cidade, para que a gente toque todos os pontos, existem pontos que as vezes não se atende, mas que eles existem,

e a gente está em cima disso, então como eu falo nós estamos fazendo nossos projetos sem uma luz, vai construir ali que ali que ali é melhor, ali a gente vai te dar apoio, eu acho que uma cidade acima de duzentos mil habitantes já se torna uma cidade média, é importantíssimo que a gente trabalhe em cima disso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Obrigado Murta pela fala, pode falar Amaral. **Amaral – CREA:** Naquela fala o que eu queria deixar claro e o Bessa compreendeu, agora o Murta ali, também o Wesley, é que entendo que essa ocupação aí é sobre ocupação partilhada, se houver uma ocupação empreendedora, aonde se levará em conta todas as dificuldades que a cidade tem, então é preciso colocar essa questão na análise que faremos, claro, uma cidade toda partilhada para mitigar tem que começar a tomar iniciativa de cobrança e aceitação que juntos podemos fazer melhor, agora, quem é ocupar uma grande gleba como é o meu caos, de sois milhões cento e oitenta e nove mil metros quadrados, é preciso eu levar a inteligência para lá, empreendedorismo sobre todos os aspectos, caso contrário, vou partilhar e fazer negligenciadamente como é feito, no espaço e no tempo, não pode**,** uma ocupação de "x" metros, no final tem que haver uma análise dessa de impactos, se viu Wesley, se não combinemos, não vai restar coisa sobre coisa, o cidadão ali simplesmente resolve fazer um terraço, com a visão clara do Itabira, ele cerceou a linha vermelha, o outro faz o que o Murta estava falando, e isso é preciso ter mão firme, e eu acho que eu parabenizo trabalho, enxergar a cidade sobre esse aspecto, temos que trabalhar preferencialmente como empreender, empreender não é para ganhar dinheiro apenas, é para fazer a vida da gente melhor. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu queria fazer uma proposta aqui, apesar de todas as falhas dos conselheiros, falas muito importantes inclusive, de formar um grupo de trabalho para análise e sugestões tanto da tabela quanto da lei do EIV, nesse momento a gente não consegue tratar de questões muito técnicas, a gente poderia julgar e aprovar ou não da própria tabela e de uma revisão da lei do EIV, eu acho que ela tem que ser taratada num grupo menor, num grupoi de trabalho aqui previsto no nosso estatuto, para que a gente depois de debatido em reuniões semanais, trazer aqui para o conselho depois. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu acho que tem uma fala do Murta aqui que é muito importante que a gente consiga também trabalhar por ela é um "bureau", um "bureau" capaz de receber o empreendedor e encaminhar para aquela direção onde a cidade se planejou, alguém que recepcione esses empreendedores e mostrem para eles independente de qualquer governo ou de qualquer política, mas que mostre para eles que a cidade está se desenvolvendo naquela direção, hoje quem tem cumprido esse papel muito é a sociedade civil, quantos empreendedores nós recebemos lá no MESSES, quantos empreendedores nós recebemos aqui e inclusive vindo com uma pressão já do petróleo naquela direção de lá para cá, e a pressão já está chegando aqui, nós estamos falando de heliponto que o Murta colocou lá, e se quer estava previsto no PDM, então é muito antigo, tinha nem helicóptero voando por aí ainda, o PDM está aí, trincando é claro, mas o "bureau", e aí não ação de concelho não, Secretário, é ação de secretaria, um "bureau" capaz de receber essas pessoas e dizer, o conselho, o novo PDM, tudo seguindo nessa direção, acho que se você for para lá você vai ter um impacto menor. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então vou envolver a SEMDEC aqui, a SEMDEC ela tem que participar disso que você está dizendo. **Wesley – Sindicato Rural:** A nossa Andressa ali da SEMMA, segurança também precisa estar envolvido, o "bureau" dessa inteligência que também precisa estar envolvido, que diz: "olha, nós identificamos para você que está chegando em Cachoeiro, vá naquela direção que seu impacto é menor, lá eu tenho menos impacto de segurança, lá eu tenho menos impacto ambiental, menos impacto populacional, e o desenvolvimento é melhor para nós", sabe esse "bureau", essa cidade que quer receber alguém que a gente sabe te orientar, e tem uma competitividade surgindo e Cachoeiro vai ter que se portar igual adulto, tipo assim, a gente não tem petróleo não mas a gente tem inteligência. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Cachoeiro é cidade polo do sul do Estado. **Wesley – Sindicato Rural:** Aí é que está, a gente sabe que é, mas a gente não age assim, mas a gente sabe que ela é, mas a gente precisa agir dessa maneira, não tem aquele negócio "para a rainha não basta ser honesta, tem que parecer honesta", então a gente não quer ser polo, a gente tem parecer polo, é uma sugestão que eu faço para os senhores. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu acho o contrário, a gente não tem que parecer ser polo, tem que ser polo, então vamos propor quem se voluntaria para formar o grupo de trabalho: Wesley, Gasparini, Murta, Amaral. Eu penso o seguinte o regimento interno aqui prevê de três a cinco conselheiros no máximo para formar um grupo de trabalho, então eu sugeriria se o Rogério aceitar o convite, como foi ele que desenvolveu a tabela lá na SEMDURB se ele puder se voluntariar porque ele já não é mais servidor, eu acho que a gente já teria formado um grupo já, e os outros que quiserem participar como vogal poderiam participar sem problema nenhum. **Rogério – FAMMOPOCI:** Em vez de grupo de trabalho e para dar legalidade ao número de pessoas, que se forme uma comissão que é no mínimo cinco e no máximo nove, a gente faz uma comissão de trabalho, e uma comissão de reavaliação da tabela do EIV e daí você consegue colocar no mínimo de cinco e no máximo de nove, já elegendo o relator e o revisor. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Alguém mais se voluntaria para participar então? Pode anotar? **Priscila – Secretária CPDM:** E se vocês não se fragilizarem, a gente está fazendo um trabalho muito bom de modificações de legislações municipais, lá no meu setor na minha sala com Martinelli, eu gostaria de incluir ele como funcionário da SEMDURB para participar porque ele é um excelente legislador. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Perfeitamente. **Andressa – Secretária de Meio Ambiente:** Essa comissão vai ser composta gostaria de saber quais os dias de reunião, semanais quinzenais mensais. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Vamos tratar disso agora aqui. Vamos definir as pessoas que vão compor a comissão, eu já sugeri eu e Martinelli, Wesley, Bessa, Murta, Gasparini, Andressa Colombiano, Kaio Arpini, Rogério da FAMMOPOCI, Hudson, Amaral. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Vamos definir agora o coordenador e relator, secretário já tem. **Priscila – Secretária CPDM:** Eu votaria como coordenador o Martineli porque eu sou advogada também, e ele tem assim uma certa facilidade, o Jonei tem visto algumas normativas que nós temos produzido lá dentro do próprio CPDM, lá dentro do nosso setor, e eu indicaria ele. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu defendo que sejam pessoas ligadas ao poder público justamente pela estrutura que já tem, e são técnicos, nós precisamos do aporte técnico. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu não vou participar então eu vou colocar como vogal dessas reuniões, eu não vou me comprometer porque fica meio apertado para mim, minha agenda é meio complicadinha, mas eu quero participar se essas reuniões forem na SEMDURB é mais fácil ainda para mim. **Priscila – Secretária CPDM:** Então coordenador é o Martineli, e relator pode ser o Wesley, então Weslwy por unanimidade relator. Agora agenda. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu acho que a gente poderia fazer três semanas de reunião, e a quarta seria aqui no CPDM. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu acho que, o grupo de estudo uma vez por semana. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** E na semana do CPDM já traria o estudo para cá. **Rogério da FAMMOPOCI:** Wesley, só um a parte, isso precisa ser decidido o mais breve possível, e nós temos eleição esse ano do biênio de 2019 – 2021, inclusive eu ia até sugerir que colocasse em pauta, e eu queria avisar ao pessoal aí para que tenha estrutura e não ocorra o que ocorreu na eleição passada porque foi feio, não foi muito bonito

não, e a gente possa ter tempo porque se eu não me engano é em setembro a eleição, e setembro já está aí. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então fica assim, a partir de semana que vem. **Wesley – Sindicato Rural:** Qual dia da semana e qual horário? **Priscila – Secretária CPDM:** Wesley, eu vou sugerir, porque é o seguinte, nós temos outros grupos de trabalho na secretaria, lá dentro do setor da SEMDURB que estão mexendo em legislações específicas, então o que eu sugeriria, de a gente sentar, conversar com o Martinelli para a gente definir isso e mandar a agenda para vocês, porque eu tenho o nome do pessoal aqui, aí falar assim, tá bom para vocês? Falem se está legal se ou se está complicado para a gente ajeitar, o período a gente já sabe que seriam uma por semana e a quarta semana seria reunião do CPDM. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu só pediria que não fosse numa terça-feira porque as terças-feiras são sobrecarregadas. **Priscila – Secretária CPDM:** Nossas terças-feiras também estão fechadas. **Amaral – CREA:** Peço que levem em consideração não é culpa de vocês mas eu estou sem suplente, que eu moro fora, mas quero contribuir, preciso contribuir então facilite os horários porque hoje para sair de Vitória houve um barramento da BR 101 de 11:00h às 13:00h ali na área de Viana e o trânsito ficou tumultuado de uma maneira que ninguém dá conta, então leva em consideração os horários, se toda quinta-feira final do mês tenha uma reunião aqui, só levando em consideração que eu estou tentando trazer mais o meu suplente me barrou porque também ele estava na atividade. **Priscila – Secretária CPDM:** Qual seria Amaral o seu melhor horário? A parte da tarde? A partir de que horas? **Amaral – CREA:** Três e meia, eu tenho que me virar para chegar, mas se for por exemplo numa sexta-feira eu vou dar o meu jeito. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu vou sugerir numa quarta-feira às 15:30 hs. Então faz esse estudo lá com Martinelli, toda quarta-feira às 15:30 hs. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então podemos até definir o dia, quarta-feira dia 08, dia 15, dia 22, e na quinta-feira dia 30 é nossa reunião aqui. Todas as quartas às 15:00 h. **Priscila – Secretária CPDM:** Nós vamos mandar tudo bonitinho para vocês, por e-mail, o Watsapp pelo grupo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Só registrar a saída aqui do Aloysio da SEMFA né que vai precisar se ausentar. Então Wesley, a gente encerraria aqui por enquanto, vamos para o próximo ponto aqui. **Rogério – SEMDURB:** Só para fechar, a gente vai ter um mês para fazer esse serviço? Objetivo, direto. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Se precisar passar para o outro a gente passa. Então acho que esse ponto está encerrado também. O próximo ponto sugerido pelo conselheiro Wesley, "sugestão de audiências públicas para debate da reforma do PDM" no interior de Cachoeiro. **Wesley – Sindicato Rural:** Pessoal boa tarde, Presidente obrigado pela oportunidade. A reforma do PDM ela é muito importante para a cidade, mas lá para o interior é um extraterrestre, lá para o nosso interior, lá para as fazendas. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Já aproveitando essa sua fala, eu acho na minha opinião que o PDM é um equívoco, era PDU, Plano Diretor Urbano, continuou sendo urbano e mudou-se para PDM, que o município a parte interior do município não foi contemplado no PDM de 2006, mas agora nessa revisão nós vamos tratar cada metro quadrado do município sem exceção. **Wesley – Sindicato Rural:** Ou seja, é um Plano Diretor Municipal, não urbano, agora ele vira PDM. A gente não pode cometer nos 80% do território desse município que estão no interior, 20% ocupado pela cidade, 80 % ocupado pelo interior, a gente não pode de forma nenhuma, nós não temos o direito de cometer os mesmos erros das gerações passadas, o município está crescendo para as nossas fazendas, Amaral está aqui prova disso, a Selita é prova disso, a Unimed é prova disso, e as propriedades rurais estão encontrando os caminhos, novos bairros vã surgir, uma nova Cachoeiro via surgir, a nova Cariacica, e acaba acontecendo isso mesmo, a gente que mora no interior percebe uma pressão grande, mas é preciso conscientizar essas pessoas do interior se desse a oportunidade de se dar esse nível de informação e participar desse nível de debate que nós estamos fazendo aqui, porque lá no interior existe também pressão, pressão empresarial, pressão ambiental é muito grande, a segurança que a gente tem falado, isso impacta negativamente na vida de 10%, 12% dos moradores de Cachoeiro que são detentores de 80% da área do território, essa é a verdade, somos duas mil e duzentas propriedades rurais e nós, proprietários rurais detemos em nossas mãos 80% do território de Cachoeiro, ou seja, é para cá que ele vai crescer, não é mais para dentro, então a nossa responsabilidade como conselho ela é ainda muito maior do que acontece lá no interior, porque um exemplo para vocês claro, hoje a minha propriedade rural eu não concorro com o meu vizinho que tem propriedade rural, eu concorro com doze empresas de mármore e granito que estão no raio de um quilômetro de mim, na minha propriedade tem doze grandes empresas, não são pequenas empresas, são duzentos, trezentos quatrocentos funcionários, e elas estão impactando lá na minha propriedade rural, nós temos problemas sérios de segurança, nós temos problemas sérios de mobilidade, de iluminação pública, a pouco tempo atrás, eu moro na região de duas barras eu moro na roça, eu moro na propriedade rural, eu vou e volto todo dia para lá, facilitado muito pela rodovia duplicada a 482, na entrada de Itaóca, há anos atrás a gente teve uma briga tremenda com o município porque nós precisávamos de água tratada, e nós não tínhamos, a Agersa não podia com o contrato que tinha expandir a rede, a concessão para quem explora a água, não podia estender pelo interior, o município teve que investir porque nós não tínhamos mais água potável, a água que a gente estava utilizando do rio e do subsolo não era mais potável, nós estávamos com muitas pessoas doenças estomacais e bactérias, enfim, crianças, homens, mulheres e idosos, a gente teve que pedir socorro, isso é impacto, não tem dúvida, isso é impacto dessa densidade populacional que aconteceu com essa ida para lá, agora como que nós vamos tratar isso na região do Itabira por exemplo, nesse parque ecológico que nós queremos ter, e nós queremos ter um parque ecológico, já está determinado que ele é parque ecológico, não é isso se eu estou enganado, a pressão da ocupação é grande, mas é interior, a área urbana acaba ali na linha vermelha, dali para frente, da estrada da cobiça é tudo interior, e eles estão avançando para lá e nós estamos sem controle. Em Burarama que é um destino turístico, o que vai se instalar em Burarama? Indústria de pneu, cimento? Mármore e granito, ou indústria do turismo ou do agroturismo que tem muito mais haver com meio ambiente e com aquelas pessoas, eles precisam ter o direito de decidir o que vai acontecer na vida deles e dos seus herdeiros, principalmente se eles querem algum desenvolvimento industrial naquela região e para seus herdeiros, eles podem decidir que simplesmente não querem, "eu quero ser agricultor e vou ser agricultor para sempre, aqui está proibido", agora no primeiro contato que eu fiz sobre o assunto nós descobrimos que não havia uma determinação da empresa. O que foi pautado é que eles viriam do interior para a cidade para participarem de audiências públicas aqui, acho que isso não é funcional e acho injusto com as pessoas que estão lá, começamos por distritos como o de Itaóca por exemplo que está com mais de dez mil moradores, essas pessoas merecem que a audiência vá lá, Burarama, Pacotuba, e foi me dito da dificuldade de mobilização, no passado pode ter sido assim, o que não tinha de entidades da agricultura ligadas a agricultores com capacidade de mobilização, eu acho que nós provamos o contrário, porque várias entidades, cooperativas de agricultores familiares, sindicatos, cooperativas de laticínios, que a gente tem condição de mobilizar muita gente para se encontrar com a secretaria para a gente mostrar para as pessoas o que vai acontecer com o uso e ocupação do solo de suas propriedades rurais, é patrimônio, é propriedade privada, eu tenho direito de escolher como eu quero lidar com a minha

propriedade privada, se eu quero colocar indústria ou se eu não quero colocar indústria, esse debate precisa chegar lá, e o meu pedido, o meu conselho é que a secretaria junto com a empresa apoie, paute essas reuniões lá no interior, é muito mais fácil sair daqui cinco ou seis pessoas numa vã, do que tirar de lá um ônibus de quarenta cinquenta pessoas e vir para cá, e além do mais é dar dignidade a esse povo, ao meu povo rural, ao nosso povo, precisaria chegar até lá, o município poderia dizer assim: "*viemos dizer para vocês que vocês fazem parte da nossa cidade e que é importante que vocês digam o que vocês estão pensando do futuro"*, mais um ato de coragem depois do que nós vimos hoje secretário, é mais um ato de coragem, é incluir pessoas, é dar dignidade a elas, é mostrar para elas que elas não estão lá abandonadas, elas querem ser ouvidas, além de ser um gesto de vontade política muito grande, é também estratégico, porque se você as ouve, você de fato vai ter um PDM que atenda 100% da população de Cachoeiro e acho que ninguém vai reclamar desse gesto, o pedido que eu faço a vocês é que apoiem essa demanda que eu tenho feito que a gente repactue essa demanda com a empresa, em dez distritos, precisamos colocar dez audiências públicas a mais nesse contesto, no mínimo, tem que ir para Pacotuba, Burarama, Condurú, Itaóca, Tijuca, Itabira, e vamos conversar com o povo, a estrada da Gruta, tem asfalto passando na Gruta, agora, além dos caminhões de mármore e granito que não vão mais passar lá e vão passar pela Gruta, porque fez o caminho do campo caminhão de mármore e granito começa a passar, as indústrias já vão se instalar lá, o problema já está aí, já está na porta, eles já estão buscando a nossa ajuda para saber e aí? O que que eu vou explorar aqui? Eu acho que vai ser agroindústria, mas tem gente dizendo não! Tem uma área boa para vender que é área comercial baratinha, cinquenta reais o metro quadrado para construir galpão de mármore e granito, eu acho que a gente precisa correr atrás do tempo aí, então eu faço esse apelo a vocês para que apoie essa moção, para que a gente faça essa empresa que tenha esse trabalho importante para fazer que ela vá no interior, obrigado. **Amaral – CREA:** Eu acho oportuno tudo o que você falou mas como nós falamos ou melhor, como você disse, que ali o setor do mármore e granito se estabeleceu, o sindicato o Sindirochas também deveria estar presente, para que a gente pudesse produzir causa e efeito com participação de responsabilidade, a corresponsabilidade, então fica a sugestão que amplie a participação, o sindicato rural é que propõe, mas nós temos que ouvir nesses outros seguimentos para ser corresponsável, aí nós fazemos uma sociedade democrática inspirada na cidadania, direitos e obrigações tem que caminhar juntos. **Wesley – Sindicato Rural:** Não sei se vocês tem essa informação, mas daqui uns anos nós seremos os maiores produtores de frango para abate do Espírito Santo, vamos produzir mais de dois milhões de frango por dia de abate aqui, por causa de um grande empreendimento de um grande empreendedor, que acredita na cidade que acredita no negócio, isso impacta, por exemplo, nós temos problemas lá na minha comunidade, apesar de serem nossos amigos empresários e agricultores rurais, mas nós temos um problema ali de cheiro e de resíduo que já começa a afetar inclusive nós produtores, grandes investimentos como as grandes granjas, elas causam esse impacto na vida da gente, e isso hoje não tem um direcionamento, precisa tratá-los como empreendedor como a gente está querendo tratar aqui, da mesma maneira, bem, da melhor maneira possível, mas elas já estão se instalando, então, temos que conversar com todo mundo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** A sua sugestão Wesley, a sua proposta eu acho muito pertinente, eu digo que eu já estou convencido, você está certo, a gente só precisaria verificar com a empresa consultora da revisão do PDM, e com a equipe técnica da SEMDURB também, com a comissão da revisão do PDM, não só a equipe da SEMDURB sobre a viabilidade disso, eu acho dez audiências públicas no interior eu acho complicado. **Wesley – Sindicato Rural:** A gente poderia talvez fazer três, é que nós somos em dez distritos. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** É porque audiência pública só vão ser três o que vai fazer são oficinas temáticas e regionais que não sejam, audiências públicas, mas que sejam oficinas que gerem documentos e vão parar dentro da reforma do PDM. **Wesley – Sindicato Rural:** Qual o mecanismo eu não sei, mas nós precisamos ir até lá com a mesma estrutura, com a presença do secretário com a presença do Prefeito, do secretário de agricultura que precisa participar, cada um conhece o seu negócio muito bem e a gente sabe o que vai impactar na nossa vida. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** a única resistência que eu encontrei com a equipe técnica que está lá coordenando os trabalhos é que em experiências passadas foi relatado que a participação foi muito pequena, que não compensou levar a audiência para lá e por isso vou contar com a sua colaboração com você do Sindicato Rural, que você ajude a valer a pena que as oficinas vão estar lá, que dê participação. **Wesley – Sindicato Rural:** Foi importante o Senhor ter colocado isso, eu não estou sozinho nessa demanda, nós temos doze associações grandes muito organizadas, nós temos dois sindicatos que representam 100% dos agricultores, temos cooperativa de agricultura familiar, o nosso nível de organização melhorou em 11% então a gente está organizado, eu garanto para o Senhor Presidente que se a gente levar a notícia certa, quando a gente chegar e dizer assim, *"a reunião que vai acontecer vai determinar o que vai acontecer dentro da sua propriedade",* inclusive se você pode vender ou não para esse ou para aquele, acho que você deve ir lá, vai aparecer todo mundo. **José Bessa – Movimento Empresarial:** Creio eu que uma das dificuldades para esse número de eventos é justamente questão de equipe, e pelo o que eu sei um dos objetivos é também colher subsídio, levar a mensagem da presença oficial de alguém do poder público mas também colher os anseios e as demandas das pessoas como bem disse o conselheiro Wesley serem ouvidos é o que esse povo reclama, eu tenho participado de algumas reuniões e tenho também dois instrumentos que não estão aqui, se me permitem usar o termo instrumento, mas tem sido de muita valia para os nossos encontros são as igrejas, não de uma determinada igreja, a nossa Diocese de Cachoeiro tem ao todo mais de mil pontos espalhados por algum lugar dessa nossa região, e tem se apresentado como um importante parceiro até porque eles vivenciam o dia a dia dessas comunidades, então eu sugeriria Wesley que inserisse também tanto essas duas denominações que são os católicos e os evangélicos como também tem outras que também podem se somar, e que os senhores selecionem na sua equipe pessoas que possam ser mensageiros dessa mensagem, que é legar essa mensagem do que se pode fazer e colher as demandas, com isso, nós teremos mais pessoas produzindo mais e trazendo mais subsidio, é a minha sugestão para resolver essa sua dificuldade aí. **Priscila – Secretária CPDM:** Eu moro em Cachoeiro mas eu sou natural de Burarama, minha família toda é de lá, e digo para que se ganhe maior efetividade nessas reuniões, seja uma audiência pública ou se for uma oficina é você preparara, porque a gente tem as associações comunitárias, não é Wesley, por exemplo, lá nós temos a Associação de Moradores de Burarama, então se você fizer uma preparação, chamar essa associação e falar, "olha nós vamos discutir", porque o certo é você antes da reunião dar ciência para as pessoas do que vai ser discutido e para que existe aquela reunião e porque que é tão necessário que elas estejam lá, falando do dia a dia delas, do meio onde elas vivem e como elas trabalham aquele meio delas, então o ideal seria você não só fazer um trabalho de cá para lá, mas também de lá para cá primeiro antes da reunião, para elas terem tempo de levar algo efetivo para essas reuniões, para elas serem mais produtivas entendeu? **Wesley – Sindicato Rural:** Eu concordo com você eu acho que esse é o caminho, essa é a intenção, e a sua região ali de Burarama tem quinze comunidades

organizadas Campos Elísios, Monte Alegre, Pedra Lisa, e por aí vai, ali em Burarama são quinze associações. **José Bessa – Movimento Empresarial:** Como se vê o elenco de atores envolvidos pode crescer numa proporção exponencial, parabéns pela sua sugestão, e eu acho que desa forma e tendo subsídios à mesa para que os temas sejam discutidos até porque isso vai cair aqui na hora da aprovação, então é importante que nós tenhamos segurança, eu até coloquei numa outra situação, não sei se o senhor se lembra disso, da necessidade de nós termos representantes dos distritos quando se desse aqui o projeto que envolvesse aquele Distrito, porque a gente fica meio inseguro na hora de votar se aquela comunidade está ou não de acordo com aquele empreendimento, então esse é o instrumento que nós haveremos encontrar uma forma de diálogo mas ele continua à mesa e queremos a sua atenção para ele, e nós sempre que tivermos um projeto de um distrito sendo apresentado aqui, até porque a discussão vai ser no âmbito do município nós tivéssemos aquele representante com porta-voz daquela comunidade, não seria uma membro do conselho, a gente haveremos de encontrar aqui uma denominação e uma solução para essa proposta. **Wesley – Sindicato Rural:** Vocês tem o compromisso meu como acento do conselho e representante do povo do interior e antes de fazer a primeira reunião a gente trás pra cá, eu posiciono aqui e coloco todas as entidades que vão se comprometer em mobilizar essas pessoas, a gente tem unidade quando a gente trabalha, a gente trabalha muito junto, isso que tem tornado possível fazer a Exposul Rural, é nossa vontade. **Amaral – CREA:** De igual maneira, e parece que já foi citado, a participação da secretaria de desenvolvimento econômico é importantíssimo para cristalizar o que queremos daquela região, naquele território rural e vai ser chamado em algum momento, como a minha terra lá no aeroporto, já urbana ou da expansão urbana, jamais eu posso querer ficar rural, eu tenho que oferecer aquilo à sociedade de Cachoeiro de Itapemirim porque já foi dito, você só tem uma salvação, você venda pedacinho de vinte mil metros para você ficar livre disso, ou impõe a bandeira e vamos fazer uma cidade ali que é o plano da nova Cachoeiro, eu gostaria de conversar com você nesse grau de interesse, porque acho que os empreendedores de Cachoeiro de Itapemirim em primeiro lugar, depois, se for o caso chamaremos de fora, temos aqui, prata da casa, ouro da casa, e que precisamos dar conta de resolver os nossos espaços, caixão não tem gaveta, mas a emoção de querer fazer e fazer um urbanismo sincero, oportuno, na minha cidade natal, eu menino ali da Bernardo Horta, o que tem que ser aprovado que as ruas terão nominativos da natureza, jamais nomes de pessoas, porque na prática é comprovado que será esquecido, e ninguém lembra mais quem é aquela pessoa que ficou esquecida. **José Augusto – Secretaria de Agricultura:** Nós tínhamos na cidade dez distritos, são mais de vinte mil pessoas, muita cidade do Espírito Santo não tem essa quantidade de gente, e eles não podem ficar sem ser ouvido, esses dez distritos são totalmente diferentes uns dos outros, tanto na questão de produção, de produtividade, de cultura, de tipo de propriedade que é, se é pequena, média ou grande, tudo diferente, até mesmo você chegar e fazer uma audiências pegando três distritos diferentes, isso pode ter uma situação grande, eu sei que é muito difícil chegar na logística de fazer dez audiências é muito grande, mas o conselho poderia estar cometendo um deslize grande, de estar chegando num meio termo entre três comunidades, então é assim, na realidade nenhuma delas no final das contas, isso tem que ser muito bem pensado, muito interessante, a Priscila falou uma coisa ali muito interessante, levar um pessoal lá antes, ver com os moradores o que que precisa, como é a realidade deles, depois levar essa audiência, eu acho que sensibilizar o pessoal da empresa é o melhor caminho. **Wesley Sindicato Rural:** Eu preciso concordar, por isso eu citei dez, porque a nossa experiência nesse negócio de conversar com o produtor, negócio eu estou brincando, mas mobilizando, mas comunidade de Burarama se juntar com Pacotuba é diferente, e de Pacotuba você juntar com o distrito de Banca de Areia é outra coisa, só em Banca de Areia você coloca duzentas pessoas e nem é Pacotuba, está a dez quilômetros de Pacotuba perto de Muqui, mas tem lá tem as necessidades deles, então povo tem, e quando o município aparece todos vão, a gente tem essa experiência todo dia, o próprio secretário de segurança, viu aquela reunião de segurança? Duzentos e vinte pessoas, sentadas na nossa frente por uma reunião que foi mobilizada por Watsapp, porque? Porque o tema importa, lotaram o auditório da igreja sem nada. É carente da comunicação do município com eles não por falha do município, é porque eles estão mais distantes mesmo, é porque é difícil ir lá, e a secretaria de desenvolvimento urbano é uma grande novidade, é uma grande novidade, então as pessoas vão intender, eu faço parte da cidade, faço, eu sabia, e ele vai saber, você vai saber coisas que você nunca imaginou ouvir de um cidadão Cachoeirense, das ideias, do saber que ele trás, como herança que vai ajudar essa cidade a ser uma cidade diferente, a gente tem muito a contribuir, isso eu posso garantir. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu costumo contribuir sempre a palavra de quem vive a realidade, isso em todos os setores, não estamos falando do interior, então depois de tudo isso que eu ouvi aqui, eu não posso dizer a vocês que eu não vou medir esforços para fazer que isso aconteça, acho assim, realmente dez oficinas uma em cada distrito, eu entendo a necessidade, nós vamos emprenhar todos os esforços para conseguir, sim, eu digo porque no planejamento da contratação do que foi colocado pela revisão do PDM não estava contemplado isso, mas vamos fazer todos os esforços que a gente tiver para fazer, dito o que foi dito aqui pelo o que você me garantiu, eu vou contar com a sua colaboração Wesley, da SEMAI também, eu acho que o município tem muito a ganhar com essa colaboração, e nós vamos empenhar todos os esforços para a gente conseguir efetivar isso, essas oficinas. **Wesley Sindicato Rural:** E eu trago também o seguinte, eu tenho certeza que a vã do nosso Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural, combinando a agenda leva o conselho todo para o interior e trás para cá, isso pode ter certeza, dá para o conselho sair daqui entrar na van e voltar para cá todo mundo bonitinho de ar condicionado, a secretaria com uma van que é do Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e a gente tem a gestão dela junto com o Valadão, não é isso José Augusto? **Priscila – Secretária CPDM:** Só questões práticas, vocês vão começar por onde então? Vai começar consultando a empresa? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu vou levar essa questão par a equipe que está coordenando os trabalhos de revisão do PDM, e vamos debater, discutir isso bastante lá, e eu estou totalmente favorável à realização das dez oficinas, uma em cada distrito, vamos tentar viabilizar isso da melhor maneira possível, não sei se vai ser possível que em todas essas dez a empresa consultora esteja presente. **Wesley Sindicato Rural:** Eu acho extremamente necessário desde que a metodologia vá. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Exato, então é mais ou menos nesse caminho que eu estou pensando em conseguir viabilizar, então vou levar para minha equipe lá, essa demanda já na semana que vem, depois de amanhã ainda, para a gente tentar estudar uma maneira, e acho que na próxima reunião aqui a gente já consiga ter uma resposta mais objetiva sobre isso daí. **Priscila – Secretária CPDM:** Eu acho Wesley isso uma forma de agilizar o processo, porque a gente está num ano que precede um ano eleitoral, a gente sabe de todos os meandros que isso trás, de todas as consequências jurídicas sofre em razão dessa prévia, então eu acho que você já devia entrar em contato com as lideranças, selecionar os contatos dessas lideranças, entrar em contato, e se você puder entrar em contato com a gente trazendo isso. **Wesley Sindicato Rural:** A gente vai fazer um trabalho em conjunto,

Secretaria e Sindicato ajudando a mobilizar, a gente pode fazer uma reunião imediatamente semana que vem com pelo menos cinquenta líderes para a gente sentar e falar, vai para lá e vai levar essa notícia, prepara todo mundo, a primeira oficina é com os líderes depois a gente multiplica. **Priscila – Secretária CPDM:** É aquilo que eu havia falado com você Wesley, o ideal é preparar as pessoas para que ela tenham tempo de relacionar quais os pontos principais, os pontos primordiais que elas precisam abordar para depois trazer para a gente. **Wesley Sindicato Rural:** Tem que traduzir, se eles não entenderem eles não conseguem passar para o povo. Então, vamos marcar data, daqui a dez dias? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Isso seria o mais difícil, a gente poderia fazer lá no sindicato mesmo, a gente se fala durante a semana eu acerto com a minha equipe isso lá, a gente fala com as lideranças. **Wesley Sindicato Rural:** Peço para que seja na parte da tarde, porque na parte da manhã está sempre colhendo alguma coisa ou tirar leite de alguma coisa. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Descendo o nosso horário, gostaria aqui de deixar meu manifesto de como eu tenho gostado das últimas reuniões do CPDM, reuniões de debate de alto nível, de conversas enriquecedoras, e o município só tem a ganhar com isso, e o município só tem a ganhar com isso, e eu to muito satisfeito de estar participando, de estar vivendo essa experiência aqui em Cachoeiro, e quero até agradecer a colaboração de todos aqui. **Rogério – FAMMOPOCI:** Senhor Presidente antes de encerrar eu gostaria de fazer um alerta, aproveitar que a conselheira e secretária de meio ambiente está aqui, e infelizmente o IDAF também não está, sou morador do bairro Amarelo, o córrego do Amarelo senhora secretária, morreu, eu tenho a foto aqui lá do bairro São Geraldo e depois eu vou mostrar para a senhora, depois que foi feito ou começou a ser feito o loteamento e aquela barragem que foi barrada, o córrego do amarelo hoje ele só é usado para o lançamento indevido de esgoto que são provenientes de pias, ou da própria água da chuva que acaba saindo dali, se vocês forem olhar o fiozinho de água que está passando é justamente isso, eu não sei se fizeram alguma contenção das nascentes porque a MOBAN todo dia faz plantio de mudas para a quinta caminhada ecológica agora dia dois de junho, nós fazemos o plantio de mudas lá em cima justamente para que as nascentes, era o nosso ouro, e infelizmente nossa secretária conselheira, o córrego do Amarelo morreu, e eu gostaria que fosse uma equipe da secretaria SEMDURB, infelizmente o IDAF não está aqui hoje presente, eu sinto falta também do IDAF aqui, mas já foi justificado através de e-mail a ausência da conselheira, que pudessem fazer uma vistoria nessa situação, porque o córrego do Amarelo está morto. **Andressa – Secretária de Meio Ambiente:** É, nós já temos conhecimento desse fato, a equipe já esteve no local, já foi feito o relatório já existem ações programadas tá o Rogério para essa situação, apesar de aqui não ser o ambiente propício para a gente estar discutindo esse assunto, como a gente já levantou eu gostaria de deixar dito que já existem ações programadas para essa situação. **Rogério – FAMMOPOCI:** Sim conselheira, aqui também é um ponto para discutir porque o CPDM não é só empreendimento, mas eu agradeço. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Dito isto, dou por encerrada a reunião de número 144 do CPDM, muito obrigada a todos. Dito isto, dou por encerrada a reunião, boa noite a todos no dia 02/05/2019 - Cachoeiro de Itapemirim – ES.

Lista de assinatura da **Ata nº 144**. 02/05/2019.

1 -Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini
Suplente: Cristina Zigoni de Oliveira Landeiro
2 - Titular: Humberto Dias Viana
Suplente: Luiz Carlos Tofano
3 - Titular: Eduardo Correia Favares
Suplente: Gustavo Abreu Nogueira
4 - Titular: Fernando Santos Moura
Suplente:Elias Almeida Araújo
5 - Titular: Custodio Amadeu Beca Murta
Suplente:Ruberval da Silva Rocha
6 - Titular: Jairo Freitas Di Giorgio
Suplente: Gilsimar Cipriano
7 - Suplente: Diego Pagani da Rosa
Suplente:Wallace Vargas
8 - Titular: José Antonio do Amaral Filho
Suplente: João Alessandro Amistá Gomes
9 - Titular: José Bessa Barros
Suplente: Ney Duarte Filho
10 - Titular: Wagner Bósio Machado
Suplente: Nuzimar Colodeti Moreira
11 - Titular: Lorena Fonseca Bressanelli Dalto
Suplente: Valderedo Sedano Fontana
12 - Titular: Wesley Mendes
Suplente: Paulo Cesar Miranda Marques
13 - Titular: Luiz Rogério Ramos Casaes
Suplente: Alan Fardim Simonato
14 - Titular: Kaio Fernandes Arpini
Suplente: Daniele Moulais Dias
15 - Titular: Wilson Dillem dos Santos
Suplente: Valde Moura de Jesus
16 - Titular: Vanderley Teodoro de Souza
Suplente:Márcio Dellatorre Tavares
17 - Titular: Naíla Pessoa Vieira
Suplente: Fernando Augusto Costa do Nascimento
18 - Titular: Rogélio Pegoretti Caetano Amorim
Suplente: Aloyso Martins Palitot
19 - Titular: Francisco Inácio Daroz
Suplente: Lúcia Flávia de Luca Toneto
20 - Titular: Jonei Santos Petri
Suplente: Renata Fiório Zaggo
21 - Titular: Ruy Guedes Barbosa Junior
Suplente: Márcio Antônio Magalhães
22 - Titular: Alexandro da Vitoria
Suplente: Diego Motta Libardi
23 - Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira
Suplente: Lucimar Barros Costa
24 - Titular: Felipe Ribeiro Macedo
Suplente: Sebastião Ricardo carvalho Moreira
25 - Titular: Milas Aldrin Andrade de Paula Alves
Suplente: Fabiana Ramos Dias Caçador
26 - Titular: Weydson Ferreira do Nascimento
Suplente: Vander de Jesus Maciel
27 - Titular: José Augusto Corteze Antônio
Suplente: Robertson Valadão de Azevedo
28 - Titular: José Santiago de Lima
Suplente: Milton Garschagem Assad

ATA Nº 145

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2017-2019
Reunião Ordinária 04/07/2019

Ata nº 145, o Conselho do Plano Diretor Municipal que aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezenove às quinze e trinta horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Registra-se a presença dos seguintes Conselheiros: representando o **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU** – Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini, representando a **Associação**

Habitacional Comunitária do Espírito Santo – AHABITAES – Titlular: Hudson Thiago da Silva, representando o **Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA** – Titular: José Antônio do Amaral Filho, representando o **Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo –** Titlular: José Bessa Barros, representando **Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim** – Titular: Wesley Mendes, representando a **Federação de Associações de Moradores e Movimento Popular de Cachoeiro de Itapemirim – FAMMOPOCI –** Titular: Marthony Garcia de Oliveira, representando a **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** – Titular: Kaio Fernandes Arpini, representando a **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – CMCI** – Suplente: Alexandre Costa Simões, representando a **Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFA** – Titlular: Aloysio Martins Palitot, representando a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil** – Titular: Francisco Inácio Daroz, representando a **Secretaria Municipal de Cultura – SEMCULT** – Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira, representando a **Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV** – Titular: Felipe Ribeiro Costa, representando a **Secretaria Municipal de Obras - SEMO –** Titular: José Santiago Lima, **Loja Maçônica Monastério do Sinai –** Titula: Eduardo Correia Favares, **Associação dos Contabilistas do Sul do Espírito Santo – ASCOSUL –** Titular: Fernando Santos Moura, **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo – IDAF –** Titular: Naíla Pessoa Vieira, S**ecretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMA –** Titular: Andressa Colombiano Louzada. Ausentes com justificativa: **SEMAI**, **MULTIVIX**. Ausentes sem justificativas: **Loja Maçônica Fraternidade e Luz**, **ACISCI**, **SINDUSCON**, **AGERSA**, **Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito**, **SEMMAC**, **SEMDEC.** É inciada a Reunião pela Secretária Executiva do CPDM Priscila Perin Gava que assim se manifestou: **Priscila – Secretária CPDM:** Boa tarde a todos, é com prazer que vamos iniciar a reunião número 145 do Conselho do Plano Diretor Municipal, antes de iniciarmos a chamada, gostaria de deixar um aviso se todos receberam a questão do calendário e todas as modificações do calendário, por que realmente tiveram algumas modificações nos e-mails e alguns e-mails foram excluídos, a gente pede que quem estiver com qualquer dúvida o site da prefeitura esta sendo alimentado com todas as informações acerca do CPDM, modificou hoje, vai estar hoje no site da prefeitura, então se alguém estiver com alguma dúvida em relação a calendário, precisar de uma cópia de ata, precisar de qualquer informação acerca do CPDM é só entrar no site da prefeitura no canto inferior esquerdo vai ter o link "CPDM" e dentro desse link você pode imprimir qualquer documento que estiver ali, a gente pede que as pessoas possam acessar. É feita a chamada para a verificação do quórum, estando 15 (quinze) presentes. E o segundo aviso é que tem pessoas que esquecem de assinar a lista de presença e não se manifestam durante a sessão e não tem como a gente lembrar de todas as pessoas aqui presentes, então pedimos encarecidamente que não se esqueçam de assinar a lista de presença para que a gente não dê falta na pessoa. Fazendo a recontagem, temos 17 (dezessete) presentes, temos quorum. **Presidente Jonei Santos Petri:** Boa tarde a todos, estamos dando início a reunião de número 145, vamos iniciar pela aprovação da ata de número 144, que esta projetada no "datashow", quem tiver a favor da aprovação da ata por favor levante o braço? Doze a favor, quem não aprova ata por favor levante o braço? Quem se abstém, por favor? Cinco abstenções, então doze aprovando a ata e cindo abstenções, corrigindo temos quórum de 18 (dezoito) por que eu não assinei a listagem, então foram doze votos a favor e cinco abstenções na aprovação da ata de número 144. O próximo ponto da pauta seria o plano de aplicação do FUNPLADIM mas nós estamos tentando ainda acertar uma questão dos arquivos para ser projetados aqui no datashow, então vamos pular para o terceiro ponto, depois voltamos no segundo, esse terceiro ponto é referente a contrapartida da torre de telefonia desses processos que estão aqui o 21134/2016, 1650/2018, 22802/2018 e o 46183/ 2018 que é referente ao estudo de impacto de vizinhança SBA torre de telefonia, última reunião que aconteceu ela foi aprovada a contrapartida de um abrigo de ônibus o valor era de 21.000 (vinte um mil reais) e um trecho de calçada cidadã, o empreendedor preferiu não executar a obra propriamente dita e optou por depositar o valor no FUNPLADIM, acontece que o secretário de serviços urbanos da SEMSUR, o Vander, ele me solicitou se eu teria algum recurso na SEMDURB para compra de grama e plantas ornamentais para ele fazer a reforma de praças, jardins e canteiros que a gente tem visto pela cidade e eu falei que o único recurso que a gente teria seria através de contrapartida de EIV e ele me perguntou se teria alguma e eu lembrei dessa empresa SBA ela não quis fazer a obra por questão de expertise, que ela não tem, ela preferiu depositar o dinheiro no FUNPLADIM, então eu pensei que esse recurso pudesse ser revertido para essa solicitação do secretário de serviços urbanos então ele me enviou dois memorandos, um esta aqui, nele esta especificado quais os itens que ele gostaria de ter para continuar executando esse serviço de reformas de praças e canteiros estão os tipos de plantas e quantidade, depois ele reiterou esse ofício dizendo: *"Em referência ao memorando, enviado a SEMDURB no dia vinte de maio, sigo do presente para corroborar a solicitação de material solicitado indicando que as áreas beneficiadas serão a pracinha do Alto Zumbi, a pracinha do Alto Eucalipto e a pracinha do Alto Mariz com o cronograma de início previsto para quinze de julho de dois mil e dezenove"*, ele me mandou as fotos dessas praças, essas praças estão no radar para serem reformadas, por solicitação dele eu trouxe a demanda aqui a plenária do CPDM para saber se ao invés da empresa depositar o dinheiro no FUNPLADIM, que ela solicitou, ela disponibilizasse a compra desse material pedido pelo secretário, claro que, ela comprovaria com nota fiscal e a gente colocaria no processo, para que ele possa executar a reforma das praças mencionadas, então essa é a reivindicação do secretário de serviços urbanos e eu vim trazer a plenária para saber se os conselheiros estão de acordo com essa mudança de objeto de contrapartida. **José Santiago – SEMO:** Está escrito no EIV que seria ponto de ônibus? Só não quero puxar para o lado da secretária de obras, e outra coisa lembrando nós estamos tirando alguns pontos de ônibus ali na avenida Jones dos Santos Neves, aquele da Braminex, perto do posto de areia já foi retirado, foi construído a baia em frete ao Perim que não tem, foi cobertura, e se no EIV está isso, me parece que a localização ali perto, eu colocaria isso também que pode-se ser feito. Eu sei que a prefeitura esta promovendo um estudo com uma licitação mas nós vamos ficar um bom tempo sem abrigo ali. **Presidente Jonei Santos Petri:** Com relação a isso Santiago, o valor da contrapartida é pequeno para aqueles abrigos da Santos Neves, por que ali são módulos duplos ou triplos, se eu não me engano, então ficaria o valor acima, o valor da contrapartida é de 21.000 (vinte um mil reais) e alguma coisa. **José Santiago – SEMO:** A calçada cidadã eu tenho facilidade de fazer, o ponto de ônibus eu não tenho, no caso de uma permuta dessa me entregue o ponto de ônibus que eu instalo e a calçada cidadã eu faço. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, tudo bem, o que eu estou dizendo é o seguinte, primeiro que o valor não vai dar para contemplar para fazer todos aqueles dali, poque ali os dois lados são duplos, né? Seriam quatro módulos que vai dar um valor aproximado de 50.000 (cinquenta mil reais) então o valor da contrapartida é 21.000 (vinte um mil reais), como é solicitação da administração, inclusive sua também, a gente tem ainda um outro empreendimento para entrar que a gente estava

pensando em nesse empreendimento sugerir que ele fizesse essas coberturas que é o empreendimento ali do Perim lá na Francisco Lacerda de Aguiar, eles já estão elaborando o estudo de impacto de vizinhança e dependendo do valor que der nessa contrapartida a gente iria sugerir a construção do que você mencionou. **José Santiago – SEMO:** Ok. **Presidente Jonei Santos Petri:** Andressa. **Andressa Colombiano – SEMMA:** Eu gostaria de ponderar com os demais conselheiros a importância dessa compensação ir para a SEMSUR, esses canteiros estão sendo feitos na nossa cidade, acho que os senhores e as senhoras já devem ter visto, né? Isso tem melhorado muito o aspecto paisagístico na nossa cidade, nós temos aqui arquitetos que podem falar com mais propriedade do que eu pontos viciados que nós tinhamos no nosso município estão sendo suprimidos com a instalação desses canteiros e é importante que a SEMMA já faz uma parceria com a SEMSUR nessa reforma de canteiro, só que o recurso da gente é muito pouco, então a SEMSUR também está com recurso escasso então a gente precisaria muito desse valor para dar continuidade a esse projeto que esta sendo feito na nossa cidade então quem esta passando pelo centro, pelos bairros periféricos estão observando isso? Esta humanizando a nossa cidade, eu até gostaria de ouvir os nossos arquitetos que estão aqui, doutor João Gasparini que pode também falar, então eu gostaria de pedir apoio aos demais conselheiros para a aprovação dessa transferência para a SEMSUR, obrigada. **Presidente Jonei Santos Petri:** Mais alguém? Gasparini?. **Fernanda – SEMCULT:** O memorando cita quantitativo mas não cita valores, eu gostaria de saber os valores relativos ao investimento. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, sim foi suprimidos valores de propósito. Eu comentei com o secretário que o valor da contrapartida seria entorno de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) então ele fez essa lista baseada nesse valor, só que na aquisição é a empresa que vai escolher aonde ela vai comprar a gente não pode direcionar entendeu? Então por isso ficou suprimido o valor, para que a empresa compre e com a nota fiscal ela comprove o valor que tem que dar o valor da contrapartida. **Fernanda – SEMCULT:** O senhor me permite presidente? Com relação a esse valor é dessa forma que funciona, as secretarias não podem indicar aonde a pessoa tem que comprar, pagar o valor da compensação. Não, não é questão de licitação, o contribuinte, a pessoa, quem que fazer a compensação ela vai fazer a cotação por conta dela e ela vai escolher onde ela vai comprar, em todos os casos de compensação é assim ela tem que comprovar junto a secretaria onde ela vai ter que fazer a compensação que ela depositou o valor de "x" mil reais para aquela compensação ou no empreendimento a, b, c ou d entendeu? No setor de revenda. **Presidente Jonei Santos Petri:** Seria a mesma coisa se ela fosse fazer o abrigo de ônibus, ela iria escolher a empresa de ferragem e serralheria que iria construir a gente não pode dizer qual que é, a gente só mostra o projeto. **Fernanda – SEMCULT:** Então ela não fez esse repasse, ela pode ou fazer o repasse ou comprar as mudas que se precisa. **Presidente Jonei Santos Petri:** Exatamente, exatamente. **Fernanda – SEMCULT:** Ok. **Presidente Jonei Santos Petri:** Alguém mais? O Gasparini. **João Gasparini – CAU:** Eu gostaria de dizer que apoio e vejo uma melhora muito grande no visual de Cachoeiro, acho que é uma decisão ótima e deve continuar porque Cachoeiro é uma cidade muito quente, quanto mais praças, árvores que plantar, jardins que tivermos, só nós vamos ganhar em todos os sentidos então eu quero deixar minha aprovação, acho que foi perfeita ideia e tem outras praças que podem ser feitas de outros lugares e também dizer que a gente pode aproveitar quando sobrar para resolver a questão do ponto, mas eu acho que inicialmente acabar com esse projeto, levar adiante é muito bom para Cachoeiro. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado Gasparini. Casaes quer falar?. **Rogério Casaes – FAMMOPOCI:** Boa tarde, eu vou falar como cidadão presidente, eu acho interessante o que está sendo feito mas tem que ser visto também o seguinte, tem que molhar, temos o exemplo a Francisco Lacerda de Aguiar, a grama não sei se ali foi comprada com dinheiro público, a grama está ficando queimada, aqui ao lado do shopping Cachoeiro trocaram de novo essa semana o canteiro então tem que tomar cuidado com isso porque investe e depois troca tudo, vocês repararam que trocaram ali tudo de novo naquele canteiro da ponte? Então é só uma observação. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado pela observação, vou levar essa observação ao secretário da SEMSUR. Sim, com certeza. Inclusive ele tem me mostrado algumas parcerias privadas, a administração faz e os empreendedores do entorno costumam abraçar a causa e mandar manutenção, eu sei de um exemplo aqui em Cachoeiro que ele me falou do trevo da Selita, a Selita realmente abraçou a causa e está mantendo. Mas vou levar a sugestão ao conhecimento do secretário da SEMSUR, obrigado Casaes. **Fernando Moura – ASCOSUL:** Eu acho bacana a ideia, só que o bairro Zumbi deve ter outras prioridades bem mais relevantes do que essa questão citada, a visão de todo, o ponto que o Rogério colocou é importante, até os arquitetos de repente podem contribuir que ao fazer os jardins, reformar a praça que for, instalar algum sistema para que não queime, até mesmo bairro colocar obrigação para a própria comunidade de cuidar, porque se não daqui a pouco vai fazer e em seis meses vai se perder, mas ainda é louvado, eu acho que esse poder discricionário de fazer acho que cada bairro vai ter uma realidade totalmente diferente, seria isso. **Presidente Jonei Santos Petri:** Perfeitamente, inclusive a proposta inicial era o abrigo e o trecho de calçada cidadã mas essa sugestão de mudança foi um atendendo a solicitação do secretário da SEMSUR, mas o CPDM pode sugerir outras possibilidades também, a gente está aqui justamente para isso, para decidir o que é melhor. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Boa tarde, acrescentando nas duas ultimas falas, eu quero só lembrar aos senhores que na Lacerda de Aguiar quando foi criada, foi colocado mangueiras com aspersores na lateral do canteiro, hoje nem as mangueiras existem mais. A cidade fica bonita? Maravilhosa, um espetáculo. Agora a pergunta é, vai ter manutenção? Por que a Lacerda de Aguiar é um cartão postal, é a entrada mais bonita da cidade, é uma via dupla que é um espetáculo tem hospitais, rodoviária mas o canteiro ficou abandonado, de novo voltamos a velha história, foi enfeitar, ficou lindo, continuo a próxima obra e esqueço de manter? Vou falar mais um exemplo, que eu acho muito mais importante do que essa praça, no ponto da guarda municipal no bairro Aeroporto aquele ponto deveria ser recuperado, restaurado e é muito mais importante do que uma simples praça dessa, naquele bairro a população necessita mais do que a reforma dessa praça, no meu ponto de vista é claro, estou expondo para os senhores o que eu vejo. Está de parabéns a iniciativa? Fantástica . Ela pode ser melhorada? Sim, a iniciativa privada se buscar pode acontecer mais. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sem duvida a cidade tem muitas demandas, a gente tem que tentar ir solucionando uma a uma, é claro sem duvida nenhuma, na questão foi sugerida essas praças por solicitação do secretário da SEMSUR, seria uma mudança por uma demanda que já existe, que já esta pronta para ser executada e tem a questão do raio de influência do empreendimento porque o EIV tem que ser aplicado no raio de influência. **José Santiago – SEMO:** Sobre a colocação anterior a questão do trevo do Aeroporto, a SEMSUR não tem um representante aqui mas a gente tem tido contato e existe um projeto sendo trabalhado em parceria com a secretaria de obras para iniciar o serviço, quer dizer, aquilo já esta resolvido como também o bolo de noiva, a gente está trabalhando e irá reformar ele também . **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado Santiago pela colaboração. Mais alguém? **Naíla – IDAF:** Só para complementar as falas anteriores parabenizar primeiro a prefeitura é um projeto maravilhoso, mas acho que

precisa mudar a mentalidade da população para ter o cuidado e isso irá vir com o tempo, cuidar da cidade, mudar a "cara" de Cachoeiro, embelezar é importante, da um ar maravilhoso a cidade, trazer o cuidado quem sabe a gente transforma aqui em uma Curitiba, uma cidade florida, cuidar é importante mas vamos fazer isso como? Vamos regar? A gente vê o carro pipa tem uma pressão imensa, tira a areia joga a planta fora, então tem quer feito com mais cuidado, infelizmente é jogar dinheiro público fora, parceria pública ou privada vai ter alguém cuidando, aqui é uma cidade muito quente então tem que ter um pouco de cautela mas é um projeto muito importante e questão de prioridade a gente vai avaliar, acho que todos aqui tem uma opinião formada. **Amaral – CREA:** Acho até que ela falou tudo, aproveitar essa oportunidade e fazer com que a população seja consciente, é tão fácil a gente criticar, isso não é o mal de Cachoeiro de Itapemirim isso é do Brasil inteiro, é falta de cidadania as vezes mas nós temos que incentivar, quando eu olho os morros na lajota e não tem nenhum paisagismo para mudar de tom aquele bairro, conhecer o bairro "tal" com a coloração "tal", seria uma coisa interessantíssima. O ipê tem treze variações de cores, se a gente contribuir se chamar a sociedade, a educação das escolas municipais e estaduais para trabalhar esse projeto na criança para ela se incentivar e desejar isso. Então acho que devemos trabalhar nisso que é mais barato, penso, e todo mundo vai bater palma quando passar em Cachoeiro de Itapemirim e falar é aquela cidade que tem um jardim, trevo? Então acho que é isso que está faltando a gente trabalhar mais, nós todos que representamos a sociedade organizada. Parabenizar a ideia de reformar esses trevos que é de importância vital, obrigado. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado Amaral pela colaboração e só queria concluir para a gente abrir a votação, a gente não tem recurso para a cidade toda de uma vez só, infelizmente a gente sabe da realidade não só do nosso município mas do país como o todo. Então eu acho que esse projeto é uma semente, que foi plantada e as pessoas vão abraçando com o passar do tempo, acho que o caminho é esse mesmo. Então eu gostaria de saber se a gente poderia votar isso agora? Se os conselheiros se sentem a vontade para votar? **Wesley – Sindicato Rural:** Pode abrir a votação presidente. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então vamos abrir votação. Quem é a favor da mudança da contrapartida, por favor levante o braço? 17 (dezessete) a favor, acho que temos unanimidade. Quem se abstém? Ninguém. Quem é contra? Ninguém. Então 17 (dezessete) votos a favor, temos unanimidade. Obrigado a todos. O arquivo já está pronto então podemos voltar para o ponto dois que é o plano de aplicação do FUNPLADIM e também vamos falar um pouco sobre o conselho gestor do FLUNPLADIM que ainda não esta regulamentado. Gostaria de chamar o servidor Kleber que irá falar sobre esses dois pontos citados. **Kleber - SEMDURB:** Boa tarde a todos. **Presidente Jonei Santos Petri:** Se identifique Kleber, por favor. **Kleber – SEMDURB:** Meu nome é Kleber, sou servidor efetivo do município, hoje estou atuando como consultor interno na SEMDURB e a gente trabalha em projetos voltados para mobilidade urbana, principalmente nessa parte de mobilidade urbana. Antes de fazermos a abordagem direta desse projeto que a gente vai analisar que é aplicação dos recursos que estão disponíveis do Fundo Plano Diretor Municipal, é necessário que a gente faça uma digressão, uma memória do que aconteceu ainda no início do ano passado, os senhores devem estar lembrados que o Plano Diretor Municipal sofreu uma ADI que tornou-se efeito varias leis municipais, dentro dessas leis municipais que foram tornar-se efeito foi justamente a lei que regulamentava o Fundo do Plano Diretor Municipal, o que a gente denomina de FLUNPLADIM, só que em paralelo a isso a gente já tinha iniciado um processo de licitação para contratação de uma empresa especializada na atualização e revisão do Plano Diretor Municipal, isso por que senhores? Como é conhecimento de todos o Plano Diretor Municipal lei 5890/2006 ela deveria ter sofrido a revisão no máximo até o ano de 2016 (dois mil e dezesseis) e isso não aconteceu, então foi desenvolvido um termo de referência, foi publicado no edital para contratação dessa empresa, na vigência dessa lei do FLUNPLADIM, com a ADI toda a regulamentação do fundo caiu, então os senhores lembram disso nós fizemos audiências públicas, foi resgatados algumas leis e o FLUNPLADIN foi resgatado nessa oportunidade então houve a necessidade de que a gente pudesse também fazer uma nova legislação, que pudesse adaptar o fundo do Plano Diretor Municipal e fazer a utilização desses recursos para viabilizar a contratação dessa empresa, eu volto a dizer é somente adequar a regularidade por que na época que o processo de licitação foi descartado e ele foi iniciado e publicado no edital a legislação que vigia era uma e depois com a conclusão caiu a legislação e para que ficasse tudo certo, sem nenhum problema de legalidade a gente esta adequando a lei para que possamos utilizar o Fundo do Plano Diretor Municipal. Então esse é o objetivo desse Decreto 28442 que é a aprovação do regimento interno do Fundo do Plano Diretor Municipal que permitirá que nós possamos retirar os recursos do FUNPLADIM projetos e ações conforme determina a lei e por determinação do secretário a única ação que se pretende viabilizar com os recursos do FLUNPLADIM é justamente a contratação da consultoria conforme o edital que foi publicado, edital 04/2018 para contratação de empresa especializada na atualização da atualização do PDM, a empresa já foi contratada por causa dessa questão a SEMDURB fez o pagamento da primeira parcela com recursos próprios mas agora a necessidade de que se possa estabelecer a situação de utilização do FLUNPLADIM por isso foi publicado esse Decreto 28442 que institui o regimento interno. Secretário o decreto já foi encaminhado para os conselheiros? Bom, penso que valeria a pena não falar sobre ele mas sim sobre o plano de aplicação em si. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, como a gente não teve tempo de apresentar documentação para os conselheiros com as 48 horas de antecedência como prevê o regimento interno do conselho acho que podia fazer uma apresentação hoje, sem abrir a votação, fazemos a apresentação mostrando para os conselheiros o que esta sendo proposto e a gente disponibiliza essa documentação logo de imediato e os conselheiros tem um mês ainda para avaliar tanto sobre o regimento interno do FLUNPLADIN e com relação do plano de aplicação, então na próxima reunião a gente vota se esse plano de aplicação seja aprovado para que a gente possa fazer os pagamentos da empresa consultora da revisão do PDM. **Kleber – SEMDURB:** Perfeito, então o senhores entendem que valeria a pena a gente escolher alguns artigos ou a gente já pode passar direto para o plano de aplicação uma vez que essa documentação vai ser encaminhada para os senhores? **Presidente Jonei Santos Petri:** Alguém quer falar alguma coisa? Então acho que poderia pular para a gente ganhar tempo, vamos falar do plano de aplicação, por que o regimento interno os senhores já vão ter um mês para olhar com calma. **Kleber – SEMDURB:** Esse é o plano de aplicação, a proposta do plano de aplicação dos recursos do fundo e já existe a identificação da ação, como falei já existe o processo incluso e o acompanhamento e execução do contrato 314/2018 referente a tomada de preço 03/2018 cujo objeto é computação de consultoria especializada revisando a lei 5890 que é o Plano Diretor, os dados do contrato, nós temos o contrato na íntegra, que deve ser encaminhado para os senhores juntamente com o termo de referência que foi elaborado onde tem todas as bases contratuais e objetivos que precisam ser cumpridos e atendidos pela empresa para que possa proceder o pagamento, a empresa contratada é a Latus consultoria e pesquisa assessoria de projetos, o contrato já foi assinado em novembro de 2018 (dois mil e dezoito), o início

foi em novembro e a previsão de termino é em novembro de 2020 (dois mil e vinte), mas segundo nosso cronograma a empresa pretende concluir todos os trabalhos até junho, julho no máximo, do ano que vem em 2020 (dois mil e vinte). O objeto é acompanhar execução do contrato 314 que é a contratação de empresa de consultoria para a revisão e atualização do PDM. Esse é um diagnóstico que conta de uma forma reduzida daquele cenário que expus para os senhores que houve o processo de ADI, o número do processo esta aqui por parte regresso do tribunal de justiça do Espirito Santo que tornou varias leis do PDM incondicional, fala também que o próprio PDM trás no seu seio à necessidade que ele seja revisto a cada dez anos, o que não aconteceu, e a necessidade de revisão do PDM e vale destacar que o PDM que pretende plantar agora vai ser o primeiro documento que vai retratar toda a extensão do município de Cachoeiro de Itapemirim, inclusive esse documento que chamamos de PDM, só retrata a parte urbanizada e esse novo documento vai tratar toda a extensão territorial do município. Então aqui fala da abrangência, é importante a gente destacar que o estudo regido pelo IBGE que a gente fala muito no código de mobilidade urbana, que segundo o IBGE Cachoeiro de Itapemirim é a capital regional de nível "C" que agrega interessante de treze municípios ao seu entorno, então o PDM não vai repercutir apenas aqui, vai repercutir nesses outros treze municípios também e vai ajudar a sedimentar Cachoeiro nessa condição de capital regional do sul do Espírito Santo. A justificativa do projeto, a gente mostra a simetria entre a utilização dos recursos do fundo e o que a legislação prevê e os objetivos gerais, eu gostaria só de me ater referente a alguns objetivos específicos que isto está no termo de referência que os senhores também receberão, nós nos preocupamos em confeccionar o termo de referência de descrever ponderadamente que tipo de produto que a empresa precisa entregar para a gente, então para que a gente se certifique que o produto PDM atenda as necessidades de Cachoeiro, da população e da administração e isso foi denominado vários produtos de um ao doze, o primeiro produto capacitação da equipe técnica, isso já feito, a empresa de consultoria não vai trabalhar sozinha, ela trabalha em conjunto com a equipe multi setorial de servidores do município a base dessa equipe é a equipe de servidores da SEMDURB mas nós temos servidores da cultura, educação, saúde todas as áreas que o PDM tem algum tipo de repercussão nós temos servidores representando aqui, empresa de consultoria vai ser remunerada a partir da efetiva conclusão de entrega de cada um desses produtos, existem produtos por exemplo: produto três, audiências públicas e oficinas de trabalho, já foi realizado uma audiência pública, o termo de referência determina que ela tem realizar no mínimo quatro audiências públicas e quatro oficinas e além disso tem oficinas setoriais então esse produto três por exemplo ela só deve receber em junho ou julho do ano que vem quando se cumprir todas as etapas de participação popular. O produto um já foi desembolsado pela SEMDURB por recurso próprio que é a capacitação da equipe técnica e assim os outros produtos, agora a gente tá nessa fase de audiências públicas o produto quatro leitura técnica e levantamento de diagnóstico foram encaminhados para a empresa de consultoria algumas informações que foram levantadas junto ao município das diversas secretárias para fazer essa leitura técnica e daqui a pouco a gente vai começando a fazer o produto cinco que é a leitura jurídica juntamente com a leitura comunitária com mais audiências públicas. A parte do desenvolvimento e acompanhamento do projeto, o CPDM é previsto como um órgão de fiscalização em conjunto também ministério público então além dos servidores município o CPDM irá certificará se esses produtos estão sendo efetivamente entregues e como estão ocorrendo os trabalhos de revisão e atualização PDM, aqui é a par do resultados que são esperados e fala da atualização por exemplo da base de dados municipais, a ideia que depois que esse novo PDM estiver pronto o usuário pegue o mapa de Cachoeiro e já olhe o local que quer empreender, a condição de saneamento, que atividade estaria apta para ser desenvolvida naquele local e outras informações nesse sentido, para facilitar o usuário no processo de empreendedorismo e trazer novos investimentos para a cidade entre outros resultados que se espera. E esse é um cronograma simplificado gostaria só de saliência aos senhores que na página principal da prefeitura tem um "banner", espaço do Plano Diretor tem um ícone para os senhores acessarem, nesse ícone tem o cronograma dos trabalhos e todas as atividades que foram desenvolvidas, das atividades que foram desenvolvidas os senhores podem acessar todo o documento que foi feito, todo documento ministrado pela consultoria como as atas de reuniões e registros fotográficos, é possível acessar um formulário eletrônico que possam apresentar as suas contribuições, quanto mais contribuições melhor, porque a ideia que o novo PDM ele possa realmente ser a tradução da necessidade da população então as vezes a pessoa não pode participar da reunião setorial, as vezes a pessoa não pode participar presencialmente de uma audiência pública mas ela pode acessar o espaço da prefeitura e deixar sua contribuição. Bom, em geral era essa a fala em relação a essa sessão, se alguém tiver alguma dúvida estou a disposição. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado Kleber pela participação. **Wesley – Sindicato Rural:** Queria aproveitar a oportunidade do Kleber, agradecer e também prestar conta aos nossos amigos conselheiros vários já me perguntaram sobre as audiências públicas que o conselho aprovou que nós fizéssemos no interior, dizer que a secretária meus amigos conselheiros tem dado todo o apoio necessário, quero agradecer ao presidente e ao Kleber e a equipe dele. Nós tentamos fazer um encontro no dia vinte e sete mas por agendas que não combinaram a gente não pode fazer uma primeira oficina, então o que esta planejado com a secretária, para essas audiências públicas do interior, é que nós façamos uma oficina com mobilizadores que no períodos das audiências estarão em campo junto conosco, entendendo o que é PDM, que não é algo natural no nosso interior, nos nossos distritos então as secretárias colocou a disposição, prestar conta com vocês conselheiros e te pedir Kleber que na próxima oportunidade que a empresa vier já dá sim para preparar essa oficina, para você ficar atento dentro daquela dinâmica que a gente tem feito, obrigado a toda equipe, obrigado Secretário? Obrigado. **Presidente Jonei Santos Petri:** Imagina Wesley, eu sempre falei desde o início que a gente vai estar junto, a intenção nossa é colaborar com o bem comum de todos. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Você acha Kleber que ela retorna quando? Neste mês de julho?. **Kleber – SEMDURB:** Sim, retorna no final do mês de julho, inclusive irá ter uma agenda que não esta prevista no contrato, solicitado por duas faculdades de arquitetura. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Final do mês, não sendo dia trinta que é o lançamento da exposul rural. Se o senhor puder agendar para mim. E vamos convidar todos os conselheiros. **Kleber – SEMDURB:** Dia primeiro de agosto?. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Primeiro de agosto dá. **Kleber – SEMDURB:** Então já esta programado para esta data. **Wesley – Sindicato Rural:** Obrigado. Os conselheiros estão convidados para o dia primeiro de agosto. Presidente Jonei Santos Petri: Irei passar a palavra para o Martinelli para ele complementar a questão do plano trabalho do FLUNPLADIM. Mas antes eu queria pedir desculpas ao doutor Marthony, porque eu esqueci de apresentar os novos representantes da FAMMOPOCI, doutor Marthony Garcia de Oliveira como titular e Ronaldo Machado Chavier como suplente, sejam bem-vindos. **Martinelli – SEMDURB:** Eu sou servidor efetivo da prefeitura e lotado na SEMDURB. Eu só queria fazer aqui um registro, quando Kleber disse que o CPM vai esta acompanhando os trabalhos dessa empresa, o conselho gestor que tem como

função de elaborar trimestralmente um relatório dessas atividades e trazer para o plenário do conselho de gestor, que é o plenário do CPM, então vai ter como o CPM acompanhar trimestralmente as atividades que essa empresa esta realizando e o calendário que ela tem cumprido, é uma forma da gente esta trazendo esta aprovação de cota trimestral pelo conselho gestor. Era isso que queria apresentar. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado Martinelli. **Wesley – Sindicato Rural:** Quero fazer uma abordagem ao meu amigo Murta. Murta, nesse grupo de trabalho que nós fizemos você fez uma proposta, que eu não sei se esta bem elaborada porque ficamos de emitir um e-mail para a presidência. Eu acho que estando registrado em ata fica até melhor. De um grupo de trabalho do conselho para fazer um acompanhamento e levar preposições além das audiências públicas, que a gente também tenha essa visão desse conselho para contribuir e que isso seja levado em pauta, você recorda disso, Murta? Quer explanar isso com a gente? Quer falar um pouco sobre o tema? **Presidente Jonei Santos Petri:** Espere apenas o Kleber concluir, que passarei a palavra para o Murta. Desculpa a confusão. **Wesley – Sindicato Rural:** Desculpa presidente. **Kleber – SEMDURB:** Acrescentando o que o Martinelli disse todas as ações dos processos de revisão e atualização do PDM, também pode ser acompanhados nesse espaço virtual da prefeitura , você pode acessar os eventos que foram executados, a primeira reunião de capacitação e a primeira reunião de audiência pública, agora quando acontecerem novos eventos, esses eventos estarão disponibilizados no site da prefeitura. O contrato não será enviado aos senhores porque está disponibilizado na internet e também o termo de referência que está disponibilizado na íntegra no site. Além desse relatório que é oficial, formal, como o Martinelli descreveu que é importantíssimo vai ter que ser feito, os senhores também ou qualquer um da população ao acessar o site do espaço do PDM podem também fiscalizar as ações que estão sendo feitas. **Presidente Jonei Santos Petri:** Estamos com acesso a internet Yago? Se não iria pedir para acessar o site da prefeitura para mostrar aos senhores. **Marthony - FAMMOPOCI:** Antes de mudar o assunto, eu gostaria que fosse fornecido qual é o saldo hoje dessa conta e o extrato na próxima reunião possa ter noção de números porque um contrato desse acredito que seja um pouco vultuoso, e nós devemos ter o conhecimento maior do fundo que existe hoje para se fazer. **Presidente Jonei Santos Petri:** Esse contrato, se eu não me engano, tem o valor de trezentos e quarenta e dois mil, né?. **Kleber – SEMDURB:** A previsão, que a gente sabe, é quinhentos à seiscentos mil reais que foi provisionado. **Presidente Jonei Santos Petri:** Isso na licitação?. **Kleber – SEMDURB:** Isso na licitação. E efetivamente vai ser desembolsado trezentos e quarenta e sete mil. **Presidente Jonei Santos Petri:** Quarenta e sete?**Marthony – FAMMOPOCI:** E a gente vai ter noção do saldo existente e o que tem sido apoiado na frente. **Presidente Jonei Santos Petri:** Exatamente. Ótima colocação. A gente vai disponibilizar sim. Vamos pedir ao secretário da fazenda para tirar esse estrato e trazer para a gente apresentar aqui. A quem eu iria dar a palavra? Murta. **Murta - AHABITAES:** Boa tarde a todos, apenas a gente tinha colocado isso, que a gente esta fazendo reuniões na SEMDURB, a título de ajuda a esse grupo que vem de fora, que esse grupo possa ser especializado em fazer o PDM, alterar e colocar varias ações, no entanto esse grupo não é que conhece e mora em Cachoeiro, como nós que estamos aqui, então existe a ideia do PDM certas coisas que não permitem que o crescimento do nosso município possa liberar para o empreendedor certos tipos de construção e isso com certeza eles não vão levar em consideração porque eles não conhecem nosso estado e conscientemente vão fazer uma revisão e algumas coisas podem ser esquecidas então a gente queria que o CPDM tivesse um grupo técnico para representar e dar um apoio a eles, não que a gente estivesse fazendo trabalho com eles, se a gente tivesse apenas uma reunião ou outra. **Kleber – SEMDURB:** Não, a comissão não. Nas setoriais com certeza, como todas as agências politicas vão poder participar. Não, não tem porque o CPDM vai agir como fiscalizador. **Murta - AHABITAES:** Eu falo aqui como conselheiro mas como empreendedor também. Vamos imaginar só um assunto, porque não se constrói kitnet? Em todos lugares cidades do país tem, porque em Cachoeiro não tem? Essa é uma colocação entre outras, então a gente tem algumas coisas que a gente quer mostrar, ajudar e que a gente esta dentro do contexto do nosso crescimento, da nossa dificuldade de construção para que as leis fossem alteradas e se permaneçam, certas situações que estão complicadas de se resolver. Eles vão revisar vão mostrar para a gente, nós aprovamos e faremos uma audiência pública e vai continuar alguma coisa travando nosso crescimento. Empreender no nosso município é complicado exatamente por esse engessamento do PDM, então a gente queria fazer esse grupo que representa o CPDM para que possa única e exclusivamente em uma reunião ou duas dar um, tecnicamente, um apoio a eles para que colocassem isso em pauta e analisassem e para que depois já estar aprovado. **Presidente Jonei Santos Petri:** Queria esclarecer Murta o seguinte, apesar desta empresa ser do Rio Grande do Sul, ela não vai determinar o que vai ser feito aqui na cidade, ela é só uma empresa consultora, já existe uma parte desse estudo feito, já tinha sido elaborado pela SEMDURB, a SEMDURB já apresentou uma série de estudos que tinham sido feitos para essa empresa foi o primeiro contato que ela teve com a realidade do município foi esses estudos que a SEMDURB já tinha, inclusive um grande estudo macrozoneamento que foi apresentado aqui e além disso esse período de julho a dezembro é o período de diagnóstico da cidade é onde a empresa vai ouvir a cidade para saber qual é a realidade da cidade, quais são os desejos dos cidadãos, quais são as dificuldades que a cidade tem hoje então essas oficinas temáticas e regionais é justamente para que seja feito esse levantamento de problemas que a cidade tem que devem ser resolvidos para que a empresa a partir de dezembro e início de janeiro do ano que vem, começar a apresentar com um prognóstico desse diagnóstico que ela fez, e nessas oficinas é que a gente chama tanto a importância da participação de todos justamente para que a empresa tenha subsídios para que ela possa fazer uma revisão do PDM que realmente represente a realidade do município, sem contar também que essa empresa só vai compilar esses dados, ela vai conduzir a revisão propriamente dita, todo trabalho vai ser dividido tanto por essa empresa quanto pela SEMDURB e uma comissão que foi criada dentro da administração pública com representantes de todo as secretárias pertinentes que vão colaborar efetivamente nessa revisão, entendeu que há uma preocupação que é uma empresa do Rio Grande do Sul que não conhece nada do nosso município, vai chegar aqui e fazer uma revisão do PDM mas não é bem assim, ela só vai fazer uma condução dos trabalhos da maneira que tem que ser feita mas o diagnóstico, o prognóstico, todos os trabalhos vão ser feitos também pela equipe da administração pública, inclusive a SEMDURB, e vai ser fiscalizada pelo CPDM o tempo todo, agora essas colaborações que você está dizendo pode ser feitas em todas as oficinas porque é o diagnóstico do levantamento da cidade que vai pauta, nortear a revisão, eu queria até que o Kleber pudesse complementa sobre isso. **Kleber – SEMDURB:** É exatamente isso. A ideia da contratação da empresa de consultoria é que ela possa blindar equipe técnica, é chato falar da equipe técnica porque eu faço parte equipe, mas são poucos municípios como Cachoeiro de Itapemirim que possui uma equipe técnica capacitada com um gabrito que temos na cidade, mas ideia da consultoria por ela ser independente, justamente por ela garantir e resguardar todos os atores da sociedade e a própria administração municipal de que os trabalhos estão sendo conduzidos com total isenção, então como o

secretário explicou nas audiências públicas, no espaço do Plano Diretor, se precisar, como o conselheiro Wesley nos procura. A ideia é que cada setor traga as suas necessidades para que dentro do possível tudo seja sistematizado de uma forma geral, para evitar algum tipo de favoritismo, uma política pessoal, o tratamento é isonômico, é tratar o município como um todo. Essa consultoria tem a expertise na formulação de planos de diretores participativos, é uma ideia que a gente tinha implantado no início mas não foi a frente, em mas de vinte e oito municípios então a empresa de consultoria venha e fale que vão construir os trabalhos de "tal forma", por que ela tem total autonomia e isenção para esse tipo de trabalho, então eu quero confortar os senhores nesse sentido, como o secretário explicou esse trabalho de diagnóstico é feito pela equipe municipal com ajuda dos colaboradores locais, com mais colaboradores locais tivermos melhor será o documento final. **Presidente Jonei Santos Petri:** Foi um dos motivos que nós abrimos para fazer as dez audiências públicas no interior solicitadas pelo Wesley. **Wesley – Sindicato Rural:** Deixa eu só complementar presidente? Eu acho que o que o Murta esta colocando é algo muito importante para a gente avaliar com o conselho, existe toda uma responsabilização por parte da sociedade civil para o nosso papel. O nosso papel é justamente fiscalizar, nós conselheiros do CPDM, mas também o papel que eles esperam que esteja orientador nesse gargalos que o Murta está observando como empreendedor mas que eu observo como cidadão, morador do interior, com comércio na cidade, em fim. Nós precisamos resolver um problema de quarenta anos de retrocesso, que é o CPDM, o Murta acabou de falar que a gente não pode construir kitnet na nossa cidade que deve ter mais de vinte universidades, e quem consome kitnet é universitário e não podemos construir, nem heliponto sendo que nós estamos próximos de uma área portuária e o que eles mais usam é o heliponto, todo o prédio deveria ter um para darmos estacionamento para helicóptero em Cachoeiro porque todo mundo vai querer vir para cá. A gente não pode errar nesse PDM, temos que ter um PDM mais próximo do perfeito possível e que ele não seja obsoleto nem nos próximos cinquenta anos porque se não Cachoeiro perde na competição. Essa preocupação do Murta é a nossa também, acho que divido essa preocupação com o Bessa, Amaral, não é isso Amaral? Então se pudesse ter uma participação mais efetiva de um técnico, um conselheiro nessas reuniões, nessa comissão que decidi, daria um grande passo em favor da representação da sociedade. **Sônia – SEMDURB:** Primeiro, as preocupações do Conselho estão em comunhão com as preocupações dos técnicos e do secretário da SEMDURB, que também é o presidente do CPDM, então enquanto a isso a gente pode ficar mais serenizado poderíamos dizer. Em outros aspectos é que já esta previsto junto da equipe de consultoria nesse segundo semestre momentos específicos com o empresariado, o setor do comércio, o setor rural então a gente não precisa se preocupar por que vamos fazer o possível para cobrir todas as dimensões na nossa sociedade. Então já tem previsão, a hora que vocês forem verificar no site no espaço do PDM, vão verificar o nosso cronograma que já tem previsão de quando isso vai acontecer e se não conseguirem perceber no cronograma é só fazer contato conosco que a gente passa para vocês a data com antecedência para que a mobilização do empresariado fique bacana. Mas podem ficar despreocupados que nós estamos cuidando. **Murta - AHABITAES :** Tudo que está em pauta da revisão do PDM, a gente já conhece e sabe que vocês estão fazendo esforço. Apenas tem uma palavra séria que é o empreendedor, coisa que não está dentro de cada um de vocês, de pessoas que vem para a cidade, que querem investir. Então existem coisas que não estão no PDM que nós sonhamos em fazer em uma cidade, que existem umas cidades mais modernas que depois da revisão com certeza podem ter sido consideradas ou não. A nossa colocação é pautar, a gente tem feito na SEMDURB, algumas que estamos aprovando, que estão dando um aval que pode ser feito para melhorar, para a gente ter uma aprovação do PDM mais fácil. Tudo que o empreendedor quer fazer não esta celebrado hoje no PDM, e nem vai estar. Então eu falo como empreendedor para que a gente não tenha o alvará aprovado e depois caçado porque alguma coisa aconteceu, isso é uma coisa mais simples hoje. A gente sabe que vai ter essas reuniões e esta sendo feito com maior lisura, a gente só precisa de um apoio técnico, se possível, bem antes de se revisar para já incluir aqui e não só um pessoal de um bairro que querem fazer "isso" ou "aquilo" mas quem irá fazer? O município?. O empreendedor é quem "toca" hoje Cachoeiro, o município "toca" nada, somos nós empreendedores que fazemos a cidade crescer, gerando empregos só que hoje nós estamos bitoladamente travados e eu falo isso com toda a certeza, estamos parados com um monte de projetos que não podem ser feitos e os terrenos estão ficando baldios, isso é uma coisa notória. A nossa posição estratégica e que a gente forneça documentos que nós temos interesse de fazer na cidade ou empreendedores de outra cidade, porque nós somos daqui, estamos aqui, então somos nós que vamos dizer o que iremos fazer, podem colocar isso no PDM? É diferente de você conversar com uma pessoa que mora ali ou tem uma empresa ali, a pessoa não saber do que pode ser feito. Então infelizmente ou felizmente não sei se nós como empreendedores poderia dar esse apoio, mas eu acho que é de grande soma para o PDM e já que esta se alterando o PDM, eu faço força para que a gente possa dar esta colaboração. É só isso. **Presidente Jonei Santos Petri:** Eu não estou em hipótese alguma dizendo que não pode muito pelo contrário, a gente esta dizendo justamente que vão ter os momentos, inclusive a Soninha falou muito bem, que irá ter uma reunião com só com os empresários, esta já é prevista, inclusive pode continuar colaborando em vários momentos, só que em questão de ordem acho que o doutor…**Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Acrescentando no que o doutor Murta esta dizendo. Hoje não se consegue trazer nenhuma construtora de fora devido ao nosso PDM e ao engessamento geral, de acordo com tudo que eu estou escutando aqui seria uma ótima proposta, se o pessoal que está elaborando hoje o projeto e que fez esse plano até agora, levasse os empreendedores locais para uma conversa para se absorver as dificuldades, necessidades e aquilo que o mercado mobiliário esta pedindo por que você irá conseguir fazer uma projeção do que você pode fazer amanhã em oferta de mercado e gerar emprego, antes do prognóstico. **Presidente Jonei Santos Petri:** Foi o que a Sônia falou. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Se a gente for trabalhar com uma empresa que esta mostrando em exemplo do lado de fora sem trazer as particularidades, sem falar que o Cachoeirense não obedece nem uma devisa de calçada, fica difícil. **Kleber – SEMDURB:** Na verdade ela esta trazendo a metodologia, os dados vão ser usados somente nos nossos aqui, o que foi falado aqui talvez foi muita informação, fala exatamente isso, vai ter temáticas setorizadas e o grupo empresarial vai ser ouvido mas além disso esse CPDM não tende importância que se faça uma específica, não temos problema nenhum. E outra coisa se antes foi disponibilizado esse espaço, se o PDM, como o conselheiro já fez nos procurar e já encaminhar por escrito, sem problema nenhum, e até a gente pode usar como simetria, a Sônia participou e eu participamos juntos do processo de estação anterior, e tudo que for contribuição da população a gente coloca em nota de rodapé, tudo que foi utilizado porque que foi utilizado ou não, até para dar uma resposta para as sugestões que foram dadas. A ideia é exatamente, senhor Murta, é essa de que o PDM possa espelhar a necessidade da sociedade e quando eu falo sociedade é empresário, população em geral, administração pública então esses momentos aconteceram, podem ficar tranquilos que não ter nenhum tipo de reflexão baseada em entendimento externo. O cara esta trazendo

para nós é a metodologia, é expertise que ele já detém mas a partir de que? De informações prospectadas aqui na nossa cidade. **Presidente Jonei Santos Petri:** Só um momento também, dizer que realmente a cidade esta engessada porque nos temos um PDM de 2006 (dois mil e seis) desatualizado que sofreu uma DIN deu muito de suas alterações e estamos aqui para justamente resolver isso e pode ter certeza que será feito da forma mais democrática possível, o senhor esta começando agora mas assim nós tivemos anteriormente aqui, o Wesley já falou logo no início. Então eu queria passar a palavra… **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Presidente eu conheço bem a equipe, pode ficar tranquilo, eu acredito neles. **Presidente Jonei Santos Petri:** Doutor Kaio. **Kaio – OAB:** Então presidente voltando no assunto da proposta do Murta, eu também acho que a gente podia montar, não um grupo, uma comissão enquanto a gente achar necessário porque com certeza vai ter mais de noventa dias então acho que o ideal seria uma comissão não para trazer a proposta só do empreendedor mas talvez dos interesses da secretaria de meio ambiente, das comunidades em fim. Eu acho que a gente podia montar uma comissão de auxílio a essa comissão que foi formada pela prefeitura, a gente tenta minutar alguns assuntos, propostas e já leva para essa comissão alguma coisa mais ou menos pronta até para facilitar o trabalho da própria comissão da prefeitura, eu já me coloco a disposição se for o caso de montar a comissão, a gente define em reuniões semanais, quinzenais. **Presidente Jonei Santos Petri:** Perfeitamente, sem problema nenhum, acho pertinente e interessante. A revisão do PDM tem que representar todos os setores da sociedade e não só do empresariado mas sim de todos os setores, do setor rural, do setor empresarial, do setor do deficiente, do idoso, de todos os setores, tem que representar a sociedade como um todo. Seria uma câmara técnica. Só por questão de ordem, é que o Amaral já tinha pedido a palavra antes, Naíla, só um minutinho. Por favor Amaral. Você dá a palavra Amaral? Então Naíla… **Naíla – IDAF:** Eu queria abrir espaço para falar, não mudando o foco, ma falando da importância de um estudo muito bem feito, não se todos sabem, eu não sou de Cachoeiro nem do Espírito Santo sou alagoana e nasci no interior e durante a infância fui morar na capital. Maceió hoje em dia esta com um grande problema, um bairro inteiro de duzentas mil pessoas esta para afundar, então assim se as pessoas quiserem eu tenho um primeiro diagnóstico, a prefeitura esta um caos, vários fatores contribuirão para isso o bairro foi construído assim numa área de fundação, eu não entendo porque eu sou veterinária, mas em um local inapropriado foram construídos prédios, empresas, existe uma empresa chamada Braskem que é exploração de salgema, por baixo disso tudo tem uma cratera enorme, então tem que tomar muito cuidado com isso porque imagina um bairro de vinte mil pessoas é 10% de Cachoeiro, então se a gente não tiver cuidado e critério, imagina uma coisa dessa em Cachoeiro? Ou algo similar ou parecido? É um trabalho muito importante de estudo então tem que vir alguém de fora. A gente que ter cuidado de olhar para um empreendedor, olhar para as nossas peculiaridades. A questão da geografia, a questão do bem estar, quem mora aqui sabe que é uma cidade quente, o nosso trânsito é um caos, vamos tentar resolver da melhor maneira possível. Eu mora aqui há onze anos e quem sabe que eu more aqui a vida inteira e a minha família como é que fica? Então não é só um empreendimento, é o bem estar de todos, é o deslocamento que a gente vai ter, é crescimento que a cidade vai oferecer então tem que compilar tudo nesse programa, a gente não esta fazendo isso para hoje e sim para o futuro, a gente tem que ter a melhor cidade possível. A minha palavra é essa. **Presidente Jonei Santos Petri:** Justamente isso Naíla, o PDM tem que refletir os anseios e desejos de toda a população e todos os setores. Então justamente ele tem que ser feito da forma mais democrática possível é isso que estamos buscando, eu percebi que a empresa que foi contratada ela tem expertise, experiência nesse assunto e conhecimento. Então eu tenho convicção de que essa revisão, em Wesley? Vai ser uma revisão que vai realmente, não vou dizer que irá sair perfeita porque é difícil, mas que irá sair muito próximo do melhor para Cachoeiro e a participação de todos é imprescindível para isso, por isso que a gente esta dando muita publicidade, a gente colocou um "banner" a pedido do ministério público na página principal da prefeitura acessando todas as informações relativas a revisão do PDM e chamadas na rádio, chamando a população para participar dessa revisão para dar sua contribuição no espaço do PDM no site da prefeitura. Mais alguém? Amaral. **Amaral – CREA:** Reforçar e agradecer o interesse demonstrado pelo nosso presidente em criar, não sei se câmara ou comissão, porque eu acho que é importante que estão as representações de todos os seguimentos da sociedade, trabalhar acompanhando um cronograma e criando um grupo que possa oferecer e buscar subsídio, eu acho que avança melhor a comunidade se sente reforçada pelos seus representantes, eu acho que é de grande oportunidade. Eu parabenizo o entendimento e essa proposta que nasceu outro dia que o Murta, Wesley, João, Bessa, nós todos conversando e surgi, não obstante de vocês gestores próprios já estarem fazendo mas é enxergar com diferenças, na nossa comunidade caso sejamos consultados, nós podemos fazer isso é mais que nosso legítimo direito, opinando na reunião. Nós conselheiros, terão sempre uma assiduidade para que possa fazer o trabalho florescer da melhor forma possível para que a gente venha colher os melhores dos resultados. **Presidente Jonei Santos Petri:** Bessa?. **Bessa - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Até entendo que esse grupo que esta sendo proposto ele não interferiria no cronograma dos trabalhos que estão acontecendo, é justamente em algum momento ter um documento contributivo para que o nosso PDM realmente reflita o pensamento de todos, se for dessa forma eu entendo muito oportuno é um grupo que quer paralelamente, sem interferir no que a comissão oficial esta fazendo também oferecer essa contribuição. **Presidente Jonei Santos Petri:** De acompanhamento, no caso? **Bessa - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Eu nem diria acompanhamento porque o nosso trabalho, o trabalho desse grupo é no intuito de oferecer uma contribuição para o que está se tratando em relação do PDM. Se vai ser acatado ou não, vai ter um período de aprovação que é o momento seguinte. Pelo o que eu entendi Murta é dessa forma que você propõe?. **Wesley - Sindicato Rural:** É o grupo técnico com capacidade técnica para propor e ser inserida na proposta e aprovada por esse conselho ou não. Sim, uma comissão. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, eu entendo perfeitamente. Se os conselheiros quiserem se manifestar para compor esse grupo. **Murta – AHABITAES:** Apenas fazendo um complemento, se assim me permitir?. Até peço desculpa por ser exaustivo nisso mas eu acho que a gente esta aqui para isso. Eu não estou aqui como empreendedor, eu estou aqui representando a ACISCI como conselheiro então eu não estou brigando por mim mesmo, eu já não tenho mais idade para fazer a cidade crescer, vou fazer um comentário muito simples a gente comprou uma área de quatrocentos e poucos mil metros quadrados perto do Bom Gosto e queremos fazer um condomínio fechado e não podemos o que a gente escuta e que não podemos fazer um condomínio fechado. O condomínio Verana que foi feito que todo mundo conhece ali perto da Selita, todo mundo comprou ao lado de uma favela que tem até no "zap" foto de pessoal armado, hoje as pessoas estão querendo vender os terrenos, não querem mais construir por que não é fechado o condomínio, então assim quando você investe e quer fazer um negócio que a lei não permite, não é culpa da SEMDURB nem de ninguém, se faz necessário que a gente que quer e acha que isso pode ser alterado porque não fazer agora? A mais não tem lei, vamos criar. Outro dia eu estava no Ministério Público conversando

e o pessoal me colocou vocês já foram chamados, empreendedores, para ver esse processo da revisão do PDM? Eu falei não. Pois é tem muita coisa que não se permite por causa da lei mas se houver alteração a hora é agora. Então a prefeitura tem muito problema com o Ministério Público e o Ministério Público causa muito problema para a prefeitura exatamente por causa disso, a gente está todo engessado, a nossa colocação é como você falou é simplesmente informar, direcionar e se for possível fazer vamos fazer se não tudo bem. A gente está aqui não porque eu quero empreender nada eu quero colocar para que nosso município cresça e a gente só trabalha com projetos, e não sou de Cachoeiro nem tão pouco brasileiro, eu sou de Moçambique sou Português mas hoje eu sou o cara que mais faz o município crescer e estamos parados hoje, a gente não tem mais como crescer, eu não coloco nada fora do nosso município então nós estamos engessados por causa de várias leis do PDM que não permitem, algumas leis que caíram e estamos querendo ajudar. Fazer uma colocação a respeito do condomínio, eu estava falando com a Renata infelizmente ela não está presente, está ali? O município precisa de apoio, o município não tem como gastar mais, não tem mais receita tem que gerar, por que não liberar o condomínio? O condomínio liberado que foi feito lá vai ser entregue e quem é que tem que fazer coleta de lixo? A prefeitura. Quem é que tem que cuidar da rua? A prefeitura. Quem é que tem cuidar da iluminação? A prefeitura. Se fosse um condomínio fechado ali dentro a prefeitura não tem nada a ver, o problema é deles, então a gente quer contribuir com o município não permitir que se faça um condomínio é uma besteira. Se permite fazer loteamento aberto onde permitem que entre todo o tipo de gente. Hoje o país, o Brasil tem condomínio em todos os lugares e aqui em Cachoeiro não é permitido, será que isso é legal? Será que é bom?. **Kaio – OAB:** Murta só um momento, na verdade todos esses condomínios horizontais que você diz pelo Brasil são irregulares por que só a partir de 2017 (dois mil e dezessete) que passou a ter legislação que permite esse tipo de condomínio, mas a gente já tem a previsão não sei se chegou algum requerimento da prefeitura, chegou? Por que já tem hoje a previsão legal para condomínios. **Presidente Jonei Santos Petri:** Na verdade, eu sei que a lei federal que permite a criação de condomínios está sofrendo duas ADIN's, ela está vigendo mais está sofrendo duas ADIN's palavra do promotor doutor Vagner. Não, está em processo ainda. Agora dentro do município que eu saiba ainda não é permitido condomínio fechado. A Soninha me lembrou, chegou um momento que o PDM sofreu uma alteração e foi permitido condomínio fechado com o ADIN essa lei caiu, ou seja, ela deixou de viger e com aquela adequação que nós fizemos e como é um tema polêmico e não era urgente de que se fosse tratado nós deixamos para que fosse tratado na revisão do PDM. Então nós não resgatamos essa questão do condomínio fechado naquela adequação que fizemos ano passado. Na revisão do PDM sim vai ser tratado. **Wesley - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Em questão de ordem presidente, são cindo horas. **Presidente Jonei Santos Petri:** Mas é cinco e meia que se encerra a reunião. Bom, então a proposta de criar essa comissão técnica, e gostaria de saber se vocês vão querer criar hoje ou na próxima reunião… **Wesley – Sindicato Rural:** A gente monta a comissão e apresenta na próxima porque tem relatório para apresentar hoje ainda, tem muita coisa e esse assunto já nos tomou quarenta e cinco minutos. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então iremos passar para o próximo ponto. Obrigado Kleber. Vou propor uma inclusão no ponto de pauta que quando a gente a presentou não tinha sido levado essa proposição na SEMDURB e o Kaio questionou sobre a questão da apresentação do relatório do grupo que foi formado para a avaliação. **Kaio – OAB:** O relatório e a tabela atualizada. **Presidente Jonei Santos Petri:** Pois é, e a atualização da tabela de cálculo de contrapartida do estudo de impacto de vizinhança. Queria saber se os conselheiros concordam em incluir esse ponto na pauta, se todos concordam eu vou dar a palavra ao Kaio. Quem estiver a favor da inclusão levante o braço por favor? Então temos a aprovação, Kaio por favor fique à vontade. Só lembrando que a vereadora Renata Fiório que se encontra presente, pediu quinze minutos para ela tratar de dois temas, então cinco e meia se não der tempo a gente adia por mais trinta minutos. **Kaio – OAB:** Eu não sei se todos estão por dentro do que vem acontecendo entre a ultima reunião e hoje, eu nem estava presente na ultima reunião mas me colocaram nessa, foi definido que seria formado uma comissão para debater algumas coisas na tabela que foi usada para se apurar o valor de compensação dos EIV's, depois eu vou explicar melhor qual o problema que a gente encontrou. Foi formado uma comissão só que logo na primeira reunião a gente já verificou que não era o caso de uma comissão, era um caso de grupo técnico porque a comissão tem que se ter caráter permanente ou durar no mínimo noventa dias que não era o caso, então a gente teve que formar em um grupo técnico e consequentemente diminuir a quantidade de membros porque o limite é diferente, então a gente transformou em um grupo técnico em comissão e os demais conselheiros que antes faziam parte dessa comissão continuaram frequentando e ajudaram muito, Murta e Bessa, mas como auxiliares e não como integrantes efetivamente. Então presidente isso é uma coisa que deve ser colocada depois em votação se o conselho aprova essa conversão. Essas foram as reuniões que a gente fez, foram cinco reuniões na SEMDURB e o motivo nós tivemos que fazer esse trabalho porque tivemos que enfrentar alguns problemas aqui né presidente? As votações de EIV quando tinha a definição de valor a título de compensação e alguns casos aparentemente não eram os empreendimentos que traziam impacto significativo e era cobrado algum valor, eu acho que fui o primeiro a discordar e coloquei em votação de onde começou. **Presidente Jonei Santos Petri:** Inclusive isentando dois empreendimentos. **Kaio – OAB:** Dois empreendimentos, e se aparecer mais do mesmo jeito a gente deve fazer o mesmo. O problema que nós identificamos foi o seguinte por melhor que fosse o empreendimento, as tecnologias empregadas em questão de modernidade e sustabilidade, que fosse um empreendimento totalmente sustentável ele sempre teria que pagar algum valor no final e não conseguíamos entender o porque isso acontecia e na primeira reunião a gente já conseguiu identificar, a secretária usa uma tabela para tentar facilitar essa analise de EIV que a muito tempo vem ajudando mas encontramos uma falha nela... **Presidente Jonei Santos Petri:** Kaio, posso pegar um "a parte?" Só para esclarecer. A tabela na verdade foi criada para dar objetividade no cálculo porque antigamente era muito subjetivo, o empreendimento causava determinado impacto, então ou os secretários ou os próprios conselheiros faziam sugestões "vamos construir isso ou aquilo" e não tinham um critério de avaliação diferenciando um empreendimento maior de um menor. Então essa tabela foi criada para dar objetividade no cálculo e ter como referência se pedir uma contrapartida, uma compensação. Ela foi criada justamente para tentar tratar o mais justo possível os níveis de empreendimento. Só para esclarecer. Desculpa Kaio. **Kaio – OAB:** Tranquilo, então o grande era que ele nunca tinha contabilizado nessa tabela o aspectos positivos, o empreendimento que geraria imposto não era levado em consideração, não era levado em consideração a adoção de tecnologia por exemplo energia solar, a capitação de águas pluviais, em fim, uma serie de coisas que a gente vai ver na tabela atualizada sendo que legalmente a gente já tinha previsão e obviamente obrigação de que isso fosse observado. Essa é uma das previsões legais o artigo 37 da lei do EIV, que o EIV o irá de forma a contemplar os erros positivos e negativos, ou seja, se ele tem que contemplar se ele tem que trazer esses efeitos no estudos obviamente tem que ser levado

em conta quando ele é analisado e imposto a ele alguma contrapartida ou não. A gente pegou a tabela de como já existia. Definimos o seguinte nessa tabela, que será feita pela SEMDURB a mesma avaliação como é feita e sempre vai ser encontrado algum valor a pagar e a partir desse momento essa analise será feita de uma forma bifásica, esse é o termo que utilizei, na primeira fase se faz uma avaliação como era feita e vai se chegar em um valor a ser pago, na segunda fase passa a ser observado o caráter positivo desse empreendimento se ele gera imposto, qual tipo de tecnologia utilizada, se está gerando emprego adotando mão de obra local e com isso cada item a gente deu um peso em porcentagem para cada um que é capaz de naquele valor total. **Wesley - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Em questão ambiental, abordar mais a favor do meio ambiente, isso também daria pontuação. **Kaio – OAB:** Sim. Nessa soma desses abatimentos, inclusive todos eles passam de 100%, porque nem sempre vai conseguir adotar todos eles mais lógico vai ficar limitado ao abatimento de 100% porque ao contrário ele teria que receber e não faz sentido nenhum. Eu coloquei o que teria que colocar em votação a validação dessa conversão de comissão para grupo técnico e aprovação da tabela que o Rogério vai apresentar, eu esqueci de mencionar, que inicialmente o relator seria o nosso presidente, o Jonei, mas ele não pode participar da reuniões então eu assumi essa função. O Rogério que é responsável por essa tabela vai explicar para gente. **Rogério – Engenheiro:** Então só para recapitular, a gente tem um monte de impactos negativos que faziam com que o empreendedor tivesse que pagar por aquilo, a densamento populacional, infraestrutura, segurança, geração de tráfico, transporte público, ventilação, iluminação, paisagem urbana, patrimonio cultural e poluição ambiental, então com esses impactos chegava a um valor que teria que pagar um valor por aquilo. A ideia foi elencar aspectos positivos que aquele empreendedor poderia inserir na sua obra e esses valores iriam começar a diminuir. Agora são os pontos positivos, vamos supor que a pessoa tem que pagar cem mil reais por uma obra que ela vai fazer se ele atendendo essas especificações vai se abatendo 10%, 20%, 30% podendo chegar a um ponto que ele não ter que pagar mais nada ao município se ele cumprir com aquelas exigências, nós temos empreendimentos residenciais, comerciais e industriais, estações de rádios e bases similares. Então nós elencamos se esse empreendedor trouxer vai estar diminuindo a sua contribuição, se ele tiver uma área arborizada equivalente a 10 % ou mais por cento…Kaio – OAB: Rogério, só um momento, eu gostaria que prestassem bastante atenção principalmente nas porcentagens que a gente colocou por que com certeza vocês podem sugerir alteração de algum item desse, de porcentagens, isso foi um trabalho que fizemos mas a aprovação, o parecer final, fica para o conselho não é do grupo. **Rogério – Engenheiro:** O Kaio disse que esse valor pode passar de 100%, essa soma aqui pode ultrapassar 100% é isso que ele quis dizer. Pode falar Naíla. **Naíla – IDAF:** Só uma duvida por que acho que não está contemplado. Eu estou relembrando de alguns casos que passaram pelo conselho no caso do Antonio Auto Peças que falava que fez a rua por trás e os moradores alegaram que a rua já era calçada antes do empreendimento da obra, um caso do Gilberto Machado a construção do hotel que a presidente do bairro falou que durante a construção foram quebradas várias tampas de boeiros e danos em várias ruas durante a construção. **Kaio – OAB:** Na construção do Manhattan que ela falou isso. **Naíla – IDAF:** Isso. Vocês levaram em considerações essas questões, como negativa?. **Kaio – OAB:** Pelo o que você está me falando isso não seria um aspecto negativo do empreendimento, isso seria um dano ao bem público que tem que ser restituído, não entra como aspecto negativo. **Wesley – Sindicato Rural:** É do momento que vem depois disso. **Naíla – IDAF:** É por que no caso o empreendedor fez aquilo como EIV, mas os moradores falaram que não era por que foi contemplado. **Rogério – Engenheiro:** Acho que ela está dizendo o seguinte o empreendedor disse que fez uma recuperação naquela região e que aquilo vai entrar como a medida mitigadora e isso não aconteceu, segundo a população, então eu acho que a ideia é antecipar esse fato e prevê para que isso não aconteça. **Murta – AHABITAES:** É proibida por qualquer empreendedor fazer qualquer coisa em área urbana, então se alguém fez isso é contra a lei e tem que ser fiscalizado e até levar multa por causa disso. Eu já fiz uma rua ali por trás da Itacar, antigamente em época de chuva, colocamos concreto e era areia comum e o município multou a gente e mandou tirarmos com um prazo, só que a gente estava construindo uma obra que o caminhão não subia e a própria Concresul colocou o concreto, deixou a rua bonita e nós tivemos que arrancar a rua toda. Nós fizemos sem autorização da prefeitura na época, fomos multados e pedimos para a prefeitura calçar, isso não tem efeito positivo ou negativo, isso é outra coisa. Agora se alguém mexeu em bueiro, fez estrada entre outros a mais do empreendimento dele, ele não tem autorização, tem que pedir autorização para mexer na rua, no canteiro e para fazer qualquer coisa. **Naíla – IDAF:** Essa não é a questão, foi utilizada uma rua pavimentada…**Murta – AHABITAES:** Aquela rua do Antônio Auto Peças já existia uma rua mas era toda ruim e ele concertou a rua, só isso. **Rogério – Engenheiro:** Vamos seguir então. Capitação e reutilização de águas pluviais, se empreendedor tratar suas águas pluviais, fizer uma capitação e reutilizar as águas ele vai ganhar 10% de abatimento na sua medida mitigadora. Energias alternativas solar, eólica e etc. Então se o empreendedor fizer uso de alguma dessas alternativas também teria o abatimento de 30%. Vagas de garagem excedentes, o nosso empreendimento por lei tem obrigação de, por exemplo, ter cem vagas se caso fizer acima do que se pede a lei acima de 50%, supondo que seja cem, se ele fizer cento e cinquenta ou mais ele terá um abatimento de 20% no seu valor que teria que pagar a prefeitura. Adoção de tecnologias e de materiais sustentáveis em seus projetos, se utiliza material que absorve água tijolo, pisos que são absorventes, se usar materiais que sejam sustentáveis na sua construção também teria um abatimento de 10%. Áreas permeáveis, por lei se determina que ele tem que ter uma determinada quantidade de área permeável no seu empreendimento, se ele ultrapassar 10% da exigência legal, ele teria um abatimento de 10%. Construção e revitalização de áreas comuns, praças, creches no seu entorno, vai chegando aquele ponto da pessoa que quis construir, que quer ajudar, adotar uma praça, se ele fizer isso ele terá um decréscimo de 10% do que ele tem que pagar, se ele construir em área de expansão ele vai ter um decréscimo de 20%. **Kaio – OAB:** Rogério? Quanto a esse item de construção em área de expansão, eu acho até bom você explicar o porquê a gente colocou esse item e porque ele tem um peso grande. **Rogério – Engenheiro:** Sônia quer ajudar aqui? **Kaio – OAB:** Eu digo por conta daquela outra pontuação que ele perde por construir em área urbana. **Rogério – Engenheiro:** É porque se você pega uma área em expansão, uma área que não está tão adensada, então ele seria punido se ele for para uma área adensada e seria bonificado se ele fosse para uma área de expansão que é uma área com adensamento populacional quase nulo. **Presidente Jonei Santos Petri:** Seria uma área que o município entende que é interesse... **Rogério – Engenheiro:** Exatamente. Seria uma área de interesse do poder público. **Bessa - Movimento Empresarial:** Eu queria reforçar que o objetivo dessa compensação é justamente uma forma de premiar aquele investidor que esta oferecendo algo a mais no projeto, por que é muito comum como diz no ditado "o indivíduo construir no osso", tudo aquilo que ele agregar, que esta beneficiando o meio ambiente, a comunidade, nós estamos falando de praças tudo isso, ele vai ter o investimento e tem a contrapartida, claro que nós aqui no CPDM estaremos incentivando para que ele

adote, porque nós não queremos a mitigação desde que ele faça "x" itens que tragam benefícios para o bairro, cidade e assim por diante. **Kaio – OAB:** Bessa eu até coloquei no meu relatório e esqueci de falar que essas bonificações que a gente colocou na tabela, elas não são condicionantes para a aprovação do EIV, elas são facultativas, se o empreendedor não quiser investir nesse itens ele vai ter o EIV dele avaliado da mesma forma e pode ser aprovado da mesma forma com a ressalva de que pode pagar alguma coisa porque ele não optou por cumprir os abatimentos. Mas não é uma condição para aprovação do EIV. **Wesley – Sindicato Rural:** Complementando. O importante é o seguinte, isso acaba com o conflito dentro do próprio conselho, se ele teve a oportunidade de ir como empreendedor dentro da secretária na hora de apresentação do seu EIV e fazer as opções e não fez, então aqui ele não vai ter cobertura, não vai ter retaguarda, porque ele não fez as opções que deveria ter feito e a gente vai lembrar todo o empreendedor dizendo o seguinte você teve a chance de não pagar, a gente viu e preparou essa tabela, aprovou, quem aprovou isso foi o conselho então não tem porque você pedi a gente te isentar do EIV porque não tem mais motivo para isso. **Rogério – Engenheiro:** E também fica claro para ele o que ele tem que fazer e ele não tem que cumprir todas as exigências, ele pode escolher cumprir uma, duas, três... **Wesley – Sindicato Rural:** De dez até 100%. **Rogério – Engenheiro:** E tudo que for feito aqui se vocês notarem vai trazer benefício para o município e entorno, você esta falando de áreas verdes como Bessa falou em calçadas maiores, mais vagas de garagem, aproveitamento de energia eólica e solar, então que são coisas que vai trazer benefício para o município e para o entorno dele na região. Seguindo, nós estamos na geração de tributos. Então a ideia do município é arrecadar em tributos e todos os empreendimentos trazem tributos para o município, então isso seria um item que praticamente todos os empreendimentos deviam levar. A gente colocou residencial com 5% , comercial com 10%, e industrial com 15% nesse lugar do "x" aqui. Calçada, então se a pessoa aumentar a largura da calçada em mais de 50% da medida da legislação ele tem uma bonificação, obrigado Wesley, de 10%. Então fecharia os pontos positivos que o empreendedor teria se ele fosse uma construção residencial, comercial, industrial, telefonia e similares. **Aloysio – SEMFA:** Rogério só uma opinião em relação a geração de tributos. Eu acho que ficou de fora um tributo principal do município que seria a prestação de serviços, por que não ficou especificado em relação aos empreendimentos que sejam voltados para prestação de serviços, acho que poderia dar uma revisada nesse ponto e lançar a questão principalmente do ISS. **Kaio – OAB:** É porque comercial e industrial não estaria contemplado a prestação de serviço. É isso? **Rogério – Engenheiro:** No começo do EIV se fala residencial, industrial e comercial, estação de rádio,m então não é exigido, se for serviço não esta anotado então por isso eu não coloquei. **Murta - AHABITAES:** É isso é só para construção, entendeu? Apesar que se eu tiver uma obra que seja de serviço que tenha mais de mil metros vai se pedir o EIV também, eu entendo que teria que entrar serviço também no meu entendimento, eu acho que você esta certo mas acho que e tabela esta errada. **Amaral – CREA:** É obra de edificação, tem que ter esse entendimento assim como acho como construções em áreas em expansão urbanas para entender que se trata é com foco aonde não está nenhuma edificação que esta projetada para o município institucionalmente que ali é área de expansão urbana. **Rogério – Engenheiro:** Não é só em área de expansão urbana, qualquer área do município que você for inserir um empreendimento mesmo que esteja construída, eu vou colocar algo lá? Estou certo secretário? teria que ter o EIV. Vamos supor que eu tenha um galpão de dois mil metros quadrados que está parado se eu for levar uma industria para lá eu vou ter que levar o EIV dele. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sim, isso de acordo com a lei do EIV de hoje, a gente vai propor uma modificação na lei do EIV, a gente entende que ela não está uma lei muito coerente, o próximo passo nosso é uma proposição de uma nova minuta para trabalharmos a lei do EIV também. **Rogério – Engenheiro:** Mais alguma dúvida, sugestão?. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu queria pontuar algumas coisas, tem dois tópicos que seria materiais sustentáveis e a construção ou revitalização de áreas comuns, tem uma porcentagem de desconto que seria para se o empreendedor usou um material sustentável ou não e se ele construiu em áreas comuns mas acho que tinha que quantificar isso, porque eu posso falar que uso lampada de "led" no meu empreendimento, pode ser sustentável mas só isso basta? Ou poderia ser assim, quantos por cento da obra tem que ser de material sustentável para ter direito a esse benefício? Por que ele pode simplesmente dizer que usou a argamassa sustentável mas o resto não é sustentável, então ele já tem esse benefício só porque usou um item? Acho que tinha que ter uma forma de quantificar o quão sustentável é essa construção para ela ter direito a esse benefício, então esse é um ponto. E também a mesma coisa construção e revitalização de áreas comuns, o quanto disso para a gente ter o direito ao benefício? O cara vai construir as vezes só um jardim pequeno e ele vai ter o mesmo direito de um cara que realmente vai fazer uma praça? Então eu acho que tem que quantificar isso para avaliar se a pessoa tem realmente o direito, como foi quantificado na quantidade de vagas, na arborização do terreno, então acho que tem que quantificar todos os itens, me refiro só esses dois porque foi os que eu consegui enxergar mas acho que todos os itens tem que ter uma quantidade mínima para que o empreendedor tenho o benefício, o desconto. **Wesley – Sindicato Rural:** A gente chegou bem perto de propor esses percentuais, só que nos esbarramos em uma situação interessante quem vai medir o comprimento dessas medidas? Fiscalização. Nós chegamos nessa situação é uma coisa que nós podemos nos ajudar a resolver pela experiência técnica. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu só fico com medo de ficar um critério subjetivo, ter que deixar por conta do fiscal, eu acho que tem que ser objetivo e como a gente tentou fazer a tabela como sempre com critério objetivo justamente para ter a impersonalidade na avaliação. **Wesley – Sindicato Rural:** Justamente. Eu apoio a avaliação como membro da comissão, acho que tem como a gente quantificar sim. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** E outro ponto que opinião pessoal minha, se eu penso o seguinte se a gente esta dando desconto, a soma de todos os descontos deveriam dar 100%, minha visão. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Mas eu tenho uma defesa, no máximo de desconto que você pode ter é 100% mas as opções não tem que chegar a 100%, as opções podem ser mais. Eu só posso assumir 100% se eu pego o primeiro, segundo e terceiro item e deu 100% eu já não tenho mais direito. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu entendi, mas eu só estou dando uma sugestão, eu acho que deveria ser no máximo 100%, eu sei que pode ultrapassar sendo que o limite vai ser 100%, ele não vai ter ressarcimento vamos dizer assim, mas na minha opinião somando todos os critérios 100% já estaria legal. **Bessa - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Presidente? Eu acho que para cessar essa dúvida, por exemplo área arborizada equivalente á 10% ou mais da área total do terreno, mas a área total que é 20% seria até 20% o fiscal vai quantificar até a área da porcentagem. Colocando até o 20% ele vai poder quantificar. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Volta para subjetividade. A não ser que façamos assim até 10% ele tem direito a 10% de desconto, de dez a vinte por cento ele tem 20% de desconto, fazer uma tabela progressiva, porque realmente o empreendedor que só deixou 10% a mais vai ter o mesmo desconto que o outro que deixou 90% da área arborizada. **Bessa - Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Seria até o vinte por cento? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Até vinte, exatamente.

Andressa – SEMMA: Tem que estar muito bem especificada essa tabela para não acontecer de dois pesos, duas medidas e para não deixar a critério do fiscal porque a gente passa a colocar responsabilidade do fiscal e qual é o parâmetro que o fiscal irá usar? Eu vou analisar o EIV do Aloysio, o Aloysio é meu amigo por isso vou dar 5%, por isso tem que ser uma coisa fechada. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** A gente tem que eliminar subjetividade, a gente tem que ser objetivo. Só pedindo aos conselheiros, se nós iremos adiar por mais trinta minutos? Todos estão a favor?. **Andressa – SEMMA:** Presidente eu preciso me retirar pois tenho uma consulta médica. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Alguém precisa se retirar? Quem precisa se retirar levante o braço? Cinco irão se retirar. Nós estamos em quantos? Dezoito? Vamos ficar com treze. Então vai cair o quórum. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Vai cair o quórum para a votação. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Votação eu acho que não vai ter. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Eu poderia sugerir outra coisa? Kaio eu preciso da sua atenção por um instante. A gente tem que votar se nós aprovamos ou não a transformação de uma comissão em um grupo de trabalho. Se votássemos isso, justificaria o restante desse trabalho. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então iremos votar e encerrarmos os trabalhos. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** se encerra e volta com isso aprimorado para as próximas semanas. Você concorda Kaio? **Kaio – OAB:** Eu concordo só que vai ter mais coisa para se medido também. **Wesley – Sindicato Rural:** Sim, a gente vai ter que apresentar de novo. Por que tem muito mais coisa além disso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sim, sem problema. **Kaio – OAB:** Acho muito muito bom as ideias que a gente poderia melhorar, poderia fazer a votação e depois a gente continuaria explanando para vermos se tem mais dúvidas ou mais ideias que podem surgir aqui. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Mas eu preciso dar a palavra a vereadora. **Wesley – Sindicato Rural:** Os cinco que vão sair também não vão propor. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu penso que a gente poderia fazer a votação para fazer a transformação da comissão em grupo técnico e depois eu passo a palavra para a vereadora, os que precisarem se ausentar, e então a gente dá por encerrada a reunião, pode ser assim vereadora? **Renata Fiório – Vereadora:** Pode, deve. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Quem é favor da transformação da comissão em grupo técnico, por favor levante o braço? Temos unanimidade. Alguém é contra? Alguém se abstém? Temos unanimidade, esta transformada a comissão em grupo técnico. Podemos dar como encerrada a reunião. Os que puderem permanecer para ouvir a palavra da vereadora Renata, por favor. **Renata Fiório – Vereadora:** Boa tarde a todos, como sabem eu sou ex-conselheira e hoje sou vereadora. Nós propusemos uma lei que eu até pedi uma analise para o CPDM, se possível, que entrasse na próxima pauta para que pudesse Cachoeiro ter instalado no ambiente urbano as microcervejarias e os restaurantes que fabricam a própria cerveja porque identificamos que com a alteração do PDM, antes da tabela não era por CNAE era por condição da atividade e hoje é por CNAE, e o CNAE por fabricação de cerveja é o mesmo para AMBEV, CINTRA e para qualquer microcervejaria que faz cerveja em panela de pressão, e isso causa um impacto negativo na atividade por não prevê essa liberdade, é tratado como grande indústria. Então se hoje no ABA, todo mundo sabe que eu tenho um restaurante, se eu quiser fazer cerveja de pressão para vender na hora do almoço, eu sou tratado como indústria com grande impacto e de fato não é isso. Então o que a gente fez, nós construirmos juntos com o ambiente empreendedor, consultamos a cidade de Castelo, Jerônimo Monteiro, Muqui, todos tem microcervejaria no centro da cidade, o que não gera um impacto negativo sendo que Muqui é uma cidade toda histórica. O que nós pensamos, colocamos a condição de que este CNAE, dependendo da quantidade fabricada, e aí é um ato declaratório e é da própria fiscalização, seja considerado como possível de ser instalado em área e um porque seria ambiente artesanal, qualquer área residencial e de uso misto pode receber uma indústria e coloquei a opção de enquadramento no CS2, que também poderia ser área urbana já sedimentada, porque hoje a única microcervejaria de Cachoeiro teve que ser construída em Burarama na área rural. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Uma dúvida minha, o CNAE de microcervejaria no âmbito federal ele é diferenciado da indústria ou não? Ele continua sendo o mesmo? **Renata Fiório – Vereadora:** Cervejaria é 1113-502, fabricação de cerveja não tem no microcervejaria no CNAE. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu estou te perguntando isso porque no nosso PDM foi inserido a tabela de CNAE, ou seja, enquanto não atualizar o PDM o que vale é o que esta em vigor, não se pode remeter ao federal. Então nessa revisão vamos propor justamente que ela seja remetida em tempo real e não que contemple o corpo do PDM. **Renata Fiório – Vereadora:** Eu concordo com você, e antes era melhor porque era só acrescentar na linha 32 a atividade de microcervejaria, hoje vinculou o CNAE e o CNAE é o mesmo, eu fiz consulta na Receita Federal, eu pesquisei e o benefício, por exemplo, que o governo do estado deu para fomentar as microcervejarias dentro do estado do Espirito Santo baixando o imposto do CMS de dezessete para doze é para este CNAE. Então justifica que é este CNAE, não existe outra possibilidade para eles porque a fabricação de cerveja, o que "mata" eles é a quantidade é trinta mil litros por mês e isso de fato não gera impacto nenhum, um carro peque é um resfriador de leite que eles usam de fato. Então eu fiz esse pedido consultei vereadora competente para propor a alteração no PDM desde que não crie nenhum tipo de despesa para o município, eu não estou falando de estrutura, então eu fiz toda uma pesquisa e peço que vocês não vinculem essa aprovação a revisão por que nós vamos perder um ano e meio de emprego. Tem uma cerveja que vende em Cachoeiro que vem de Jerônimo Monteiro, ela aluga um galpão lá e emprega cinco pessoas, outra em Castelo um restaurante que abriu como microcervejaria que emprega dezoito pessoas, você pode dizer assim " é tão pouco" não, são cinco famílias, são mais dezoito famílias, gera emprego, gera renda, gera imposto e gira a cidade. Hoje as cidade do entorno elas tem uma rota de cerveja artesanal que vem desde Pedra Azul, desce por Castelo, vai para Jeronimo Monteiro e Cachoeiro não entra nessa rota, então eu vim pedir que se pudesse criar um grupo de trabalho para analisar porque só depois da aprovação do PDM é que eu vou fazer a audiência pública, não adianta eu fazer uma audiência pública e depois o PDM não aprovar. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** O CPDM no caso. Então você esta propondo uma alteração no PDM para flexibilizar a instalação das microcervejarias. **Renata Fiório – Vereadora:** A redação da lei é bem simples, é só para considerar a atividade de cerveja em microcervejaria, considerar a possível instalação em áreas possíveis de ser indústria 01, as cervejarias que fabricarem cerveja em até 35.000 (trinta e cinco mil) litros, não gerar ruídos e não ter vinculo com conglomerados industriais ela ser a fabricante da cerveja, eu não posso ser associado a AMBEV ou a outras cervejarias e ela seria no uso industrial um que compreende sem risco ambiental caracterizada por processos industriais simplificados ou semi artesanais, microindústrias virtualmente sem risco, que dizer ela poderia ser implementada em qualquer área da cidade. Eu queria só pedir que a analise fosse feita. **Naíla – IDAF:** Renata, você chegou a dar uma olhada em outras atividade, eu sei que a cerveja artesanal esta na moda, mas e outras atividades como cachaça. Poque a gente pode modificar e se tiver outras atividades similares possam ser contempladas também. **Renata Fiório – Vereadora:** Por que cachaça é uma industria eminentemente rural, eu não posso fabricar cachaça na cidade por causa do rejeito da cana. **Naíla – IDAF:** Eu citei

cachaça mas nesse caso tem alguma coisa similar que não tenha problema ambiental... **Renata Fiório – Vereadora:** Isto já tem no CNAE, Este CNAE, o que acontece com a cervejaria, a cachaça tem um CNAE próprio por que não existe micro cachaçaria, na realidade a quantidade é que esta limitando, eu não coloquei outra atividade, coloquei a microcervejaria por que fica mais fácil. Se der certo essa atividade, se houver mesmo um fomento e também é a única associação organizada que procurou, que fez um evento, então assim eu gosto muito de fomentar quem já é organizado, as cachaças elas não tem essa organização de querer vir para a cidade até porque é muito lixo que gera eu não posso querer empurrar isso, a microcervejaria nem tanto. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Eu vou sugerir para você possa encaminhar esse projeto de lei para o CPDM. **Renata Fiório – Vereadora:** Foi encaminhado ao presidente do conselho do PDM, no dia 24/06 a Yonara que recebeu na sala do conselho. **Wesley – Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim:** Você pode encaminhar para todos os conselheiros? **Renata Fiório – Vereadora:** Na hora. eu encaminho para a Priscila… **Renata Fiório – Vereadora:Renata Fiório – Vereadora:Renata Fiório – Vereadora:** Então eu sugiro que coloquemos em pauta na próxima reunião. **Renata Fiório – Vereadora:** É interessante porque esta vindo o festival de cerveja de Muqui, vem vários eventos e Cachoeiro pode anunciar, por exemplo, na feira do comércio que agora a gente já tem possibilidade de microcervejaria, isso é um fato para a prefeitura não é para a gente, é para as coisas acontecerem em Cachoeiro. **Kaio – OAB:** Renata, você deu até um exemplo de quem fabrica em Burarama que é de Cachoeiro, o outro que leva a Jeronimo Monteiro, mas o Bruno mesmo aquele dia falou do Egipt que ele manda para Santa Catarina? Paraná? **Renata Fiório – Vereadora:** Curitiba. **Kaio – OAB:** A cerveja dele é fabricada lá né? **Renata Fiório – Vereadora:** É Curitiba por causa da alíquota de imposto. O que eu penso é seguinte, eu fiz tudo direito, eu encaminhei para "cá" até porque eu tenho conhecimento que tem que ser assim, e eu sei a gente precisa de fazer uma audiência pública porque a gente não quer incorrer. Eu só queria fazer essa audiência pública depois da consulta ao conselho porque fomenta lá e depois não passa aqui? Eu acho que junta gente, cria uma expectativa, e aí depois a culpa vai cair depois em cima de vocês. **Fernanda – SEMCULT:** Eu queria deixar registrado, a colocação da Renata aguarda todas as avaliações técnicas possíveis a fabricação cerveja artesanal atualmente é um dos seguimentos que mais movimenta e mais fomenta o turismo no interior do Brasil no geral, então trazer essa discussão principalmente com relação a um CNAE que é extremamente injusto porque nivela a produção industrial em alta escala a uma produção semi artesanal realmente prejudica o fomento do turismo e quando falamos em turismo falamos de negócios, não é só a visitação e a movimentação do local culturalmente, turisticamente ma sé uma geração de empregos. Hoje o turismo em cinco empregos diretos e indiretos que se cria no mundo, quatro estão ligados ao turismo direto e indiretamente, então eu acho que a gente tem quer ter uma visão a respeito dessa proposta muito além de fazer justiça para uma classe, mas também visar o ganho dos desenvolvimento do nosso município no aspecto turístico. Eu fui ao ultimo festival de cerveja de Muqui e realmente eu fiquei muito invejosa. **Renata Fiório – Vereadora:** Esse ano vai ser na exposição porque não cabe na praça. O segundo assunto é rápido. Você quer falar? Desculpa. **Renata Fiório – Vereadora:** Criar talvez um parágrafo, o CNAE pode ser o mesmo mas a quantidade deverá ser quantificada se o método for artesanal ter uma condição diferenciada, até porque se é produto rural, por exemplo, eu comecei com a cervejaria porque é um produto, é rápido, e para entrar na revisão, porque estou muito esperançosa nessa revisão e eu não queria esperar até lá, para a gente ir experimentando a metodologia, a fiscalização, criando o regulamento de como vai ser quem irá falar a quantidade que vais ser, criar meio que um modelo de proposta para quem vai produzir pouco. Eu acho que ajudar o empreendedor a fazer o correto, é o nosso papel, do que deixar todo mundo na informalidade, fazendo no fundo do quintal, vendendo sem recolher tributos e Cachoeiro sem poder aparecer nesse comércio, nesse setor, porque eu não vou mentir tem um monte de gente fazendo na cozinha, porque não pode fazer certo. **Wesley – Sindicato Rural:** Acho que esse PDM nosso tem que acompanhar principalmente, a secretaria Fernanda foi muito feliz, acompanhar o novo modelo de trabalho, o trabalho esta mudando de perfil não é só mais aquele de carteira assinada, o trabalho não tem mais esse perfil, ele se modernizou, a relação de renda com o trabalho se modernizou, eu não preciso ser empregado para ter renda, eu posso ter renda sendo microempreendedor desde do biscoito engano que eu faço no cantinho da minha casa mas o que todo mundo tem que estar? Legalizado. O município tem que ser aquele que se não ajuda, não atrapalha. Ele tem que no mínimo tem que prevê que isso é possível então o que esta acontecendo aqui, e eu quero parabenizar a sua participação naquele dia dessa audiência pública que nós estávamos lá, é muito importante dizer o seguinte que a sua presença lá demonstra que o município quer, toda a vez que o secretário esta presente nesses diálogos demonstra que o prefeito quer, que ele esta determinando que seu auxiliar primeiro vá até lá e capte essa vontade. E a gente percebe uma vontade de todos, aqui temos uma legisladora, secretário, a sociedade civil, o que nós precisamos fazer em Cachoeiro é de jeito nenhum cair naquela esparrela do passado se a ideia não é minha, a ideia não é boa nós temos que parar com isso em Cachoeiro é ideia do secretário vamos adotar, é iniciativa da vereadora vamos adotar, é do Amaral vamos fazer, porque todo mundo aqui é Cachoeirense e quer ver Cachoeiro para frente e nós estamos construindo Cachoeiro para nós não, é para a geração que vem duas ou três gerações depois de nós para que não deixemos um legado que nós estamos pegando agora. Então parabéns Renata. **Renata Fiório – Vereadora:** Outro assunto muito rápido. Nós somos participantes do projeto "Mova-se" e nós sabemos que a acessibilidade não é própria do PDM, mas é um momento propício para mudar a mentalidade das pessoas já que essa discussão esta no site da prefeitura, está na televisão, está no momento então para fazer com que o comércio, prefeitura e as pessoas enxergue o cadeirante como consumidor, não só o cadeirante mas qualquer pessoa com dificuldade de mobilidade, é um momento oportuno. Então o movimento não é de cobrança de política pública e sim de cobrança de mudança de olhar. Eles me convidaram para ir de cadeira de rodas para chegar até a prefeitura, não é um movimento de combate é um movimento de conscientização é uma necessidade que eles tem se experimentar também de saber até aonde a gente pode ir. É muito bacana, e é um movimento que a gente quer fazer as pessoas olharem os seus comércios pelo prisma do deficiente físico, e isso foi muito interessante porque a menina do bolo ali eu falei para ela que se você colocar uma campainha o seu comércio vai ser mais acessível, por que eu não preciso entra para comprar um bolo até porque todo mundo toca campainha no caixa, eu só queria ter uma campainha aqui fora, eles falando. É interessante um movimento muito legítimo que estão fazendo e o mais importante é um movimento de conscientização. É desaprender para aprender. Hoje é um mercado você habilitar o seu imóvel, por exemplo, uma vez por mês faz uma reunião e eles querem sair para comer nesse dia, quais restaurantes são acessíveis? Nós fomos á três restaurantes e mandamos uma carta dizendo que o restaurante e é acessível muito bacana. Nós fomos ao Jaraguá e falamos, Sabino, o Jaraguá é acessível do portão para dentro, do portão para fora não conseguimos chegar a portaria por favor coloque acessibilidade na

reforma. Então é um movimento de ajuda, eu queria que vocês olhassem com muito carinho o movimento e o dia que quiser ouvir o movimento é só chamar para as reuniões do PDM e não só do PDM mais na revisão, porque esse pessoal quer fazer grandes negócios e é um público que tem consciência do quanto pode fortalecer a cidade, e fazer com que a cidade tenha um olhar muito melhor e diferente. Vim aqui porque estou desde o começo ajudei a redigir estatuto e acho extremamente importante a gente considerar a possibilidade dessas pessoas participarem da vida cotidiana. Eles tentaram chegar aqui na câmara, não conseguiram mas em fim. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Renata, obrigado. Vou passar a palavra para o Amaral e depois fazer uma conxlusão... **Amaral – CREA:** Parabenizando a vereadora e dizendo eu faço parte, na cidade de Vitória na câmara municipal, da qual preside a vereadora Neuzinha de Oliveira da frente parlamentar acessibilidade é o locar que eu vou com muita paixão e muita alegria porque ao invés daqueles inacessíveis sobre todas as formas estarem reclamando, chorando, eles estão ali lutando em busca de soluções da acessibilidade. O que faz uma acessibilidade para a população, porque um município que é acessível, que trabalha a acessibilidade cria muito mais opções e na área do turismo principalmente, eu acho que é muito importante que a gente lute por isso, eu acho importantíssimo. Obrigado. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Obrigado Amaral. **Naíla – IDAF:** Parabéns. E outra coisa não sabemos o dia de amanhã as vezes a gente pode precisar, não é isso?. **Renata Fiório – Vereadora:** A maioria dos cadeirantes são por causa de acidentes. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** E existe o temporário, por um período. Eu só queria concluir dizendo que o plano de mobilidade urbana é uma prioridade nossa na SEMDURB ele foi apresentado no CPDM em uma das primeiras reuniões, quando eu assumi como presidente eu assumi em 2018, uma duas ou três reuniões seguintes nós apresentamos o plano de mobilidade a gente tem empenhado bastante esforços em que toda a administração pública tente abraçar esse plano de mobilidade justamente para que a gente consiga dar acessibilidade para todos no município, eu digo até como arquiteto porque eu penso nisso desde a minha formação, Cachoeiro tem muitos desafios para os deficientes físicos porque a nosso relevo não ajuda, inclusive eu até conversei com a equipe do CPDM que um anseio meu que eu queria que dentro do PDM contemplasse que a inclinação máxima de rua de Cachoeiro fosse 10% porque como você vai falar de acessibilidade se tem rua com 20% de inclinação não tem como, então uma das prerrogativas é que as ruas não tenham mais que 10% e o cara fala mas como eu vou fazer ruas com inclinação no máximo de 10%? Não importa. Faz curva de nível. É um anseio nosso eu fico muito feliz que a vereadora abraça essa causa e também porque a gente vai ganhando forças. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Dito isto, dou por encerrada a reunião de número 145 do CPDM, muito obrigada a todos. Dito isto, dou por encerrada a reunião, boa noite a todos no dia 04/07/2019 - Cachoeiro de Itapemirim – ES.

Lista de assinatura da **Ata nº 145**. 04/07/2019.

1 -Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini
Suplente: Cristina Zigoni de Oliveira Landeiro
2 - Titular: Humberto Dias Viana
Suplente: Luiz Carlos Tofano
3 - Titular: Eduardo Correia Favares
Suplente: Gustavo Abreu Nogueira
4 - Titular: Fernando Santos Moura
Suplente:Elias Almeida Araújo
5 - Titular: Custodio Amadeu Beca Murta
Suplente:Ruberval da Silva Rocha
6 - Titular: Jairo Freitas Di Giorgio
Suplente: Gilsimar Cipriano
7 - Suplente: Hudson Thiago da Silva
Suplente:Diego Pagani da Rosa
8 - Titular: José Antonio do Amaral Filho
Suplente: João Alessandro Amistá Gomes
9 - Titular: José Bessa Barros
Suplente: Ney Duarte Filho
10 - Titular: Lorena Fonseca Bressanelli Dalto
Suplente: Valderedo Sedano Fontana
11 - Titular: Wesley Mendes
Suplente: Paulo Cesar Miranda Marques
12 – Titular: Marthony Garcia de Oliveira
Suplente: Ronaldo Machado Xavier
13 - Titular: Helder Gonçalves Pires
Suplente: Alexandre Costa Simões
16 - Titular: Vanderley Teodoro de Souza
Suplente:Márcio Dellatorre Tavares
17 - Titular: Naíla Pessoa Vieira
Suplente: Fernando Augusto Costa do Nascimento
18 - Titular: Aloysio Martins Palitot
Suplente: Maria Modolo Silva Martins
19 - Titular: Francisco Inácio Daroz
Suplente: Lúcia Flávia de Luca Toneto
20 - Titular: Jonei Santos Petri
Suplente: Renata Fiório Zaggo
21 - Titular: Ruy Guedes Barbosa Junior
Suplente: Márcio Antônio Magalhães
22 - Titular: Alexandro da Vitoria
Suplente: Diego Motta Libardi
23 - Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira
Suplente: Lucimar Barros Costa
24 - Titular: Francisco Carlos Montovanelli
Suplente: Libiana Davel Muniz
25 - Titular: Andressa Colombiano Louzada
Suplente: Fabiana Ramos Dias Caçador
26 - Titular: Felipe Ribeiro Costa
Suplente: Marcos Paulo Tristão
27 - Titular: Renato Cézar Figliuzzi
Suplente: Robertson Valadão de Azevedo
28 - Titular: José Santiago de Lima
Suplente: Milton Garschagem Assad

ATA Nº 146

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2017-2019
Reunião Ordinária 08/08/2019

Ata nº 146, o Conselho do Plano Diretor Municipal que aos oito dias do mês de agosto de dois mil e dezenove às quinze e trinta horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Registra-se a presença dos seguintes Conselheiros: representando a **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU,** representando a **Associação comercial e Industrial de Serviços de Cachoeiro de Itapemiri – ACISCI** – Titular: Custódio Amadeu Beca Murta, representando o **Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON –** Titular: Jairo Freitas Di Giorgio, representando o **Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA** – Titular: José Antônio do Amaral Filho, representando o **Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo –** Titlular: José Bessa Barros, representando **Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim** – Titular: Wesley Mendes, representando a **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** –

Titular: Kaio Fernandes Arpini, representando a **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – CMCI** – Suplente: Alexandre Costa Simões, representando a **Agência Reguladora dos Serviços Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – AGERSA** – Suplente: Márcio Dellatorre Tavares, representando o **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo – IDAF –** Titular: José Francisco Landi de Oliveira, representando a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil** – Titular: Francisco Inácio Daroz, representando a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDURB** – Suplente: Renata Fiório Zaggo, representando a **Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito** – Suplente: Márcio Antonio Magalhães, representando a **Secretaria Municipal de Cultura – SEMCULT** – Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira, representando a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC –** Titular: Francisco Carlos Montovanelli, representando a **Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV** – Titular: Felipe Ribeiro Costa, representando a **Secretaria Municipal de Agricultura e Interior - SEMAI** – Titular: José Augusto Corteze Antônio, representando a **Secretaria Municipal de Obras – SEMO** – Titular: José Santiago de Lima. Ausentes com justificativa: **FAMMOPOCI.** Ausentes sem justificativas: **AHABITAES, MULTIVIX, SEMFA, ASCOSUL, SEMGOV, SEMAC, Loja Maçônica Fraternidade e Luz, Loja Maçônica Monastério Do Sinai,** É inciada a Reunião pela Secretária Executiva do CPDM Priscila Perin Gava tendo por pauta **1. Aprovação da ata nº 145, 2. Tabela do EIV, 3. Plano de Aplicação do FUNPLADIN, 3. Votação, 4. Zoneamento Aprovado na Ata 117, 5. Sugestão de Alteração de ZR-03/ZAD-03/ZI (São Joaquim) para ZR-01, 6. Heliponto Stone Office Center, 7. Apresentação e defesa pelo empreendedor, 8. Supermercado Perim**, sendo que a Secretária Executiva assim se manifestou: **Priscila – Secretária CPDM:** Boa tarde a todos vamos dar início à reunião de número 146 do CPDM, é feita a recontagem da primeira chamada, estando presente doze conselheiros, iremos aguardar o tempo limite de quinze minutos para a verificação do quórum. Mas uma vez boa tarde a todos, vou fazer a segunda chamada para a verificação do quórum. Temos dezesseis instituições presentes, temos quórum. Como primeiro assunto, antes do início da pauta, nós temos que colocar nos termos do artigo dezenove do regimento interno do CPDM que ausente o presidente na abertura da reunião ele será substituído pelo vice-presidente ou na ausência deste, por conselheiro escolhido em plenário. Ocorre que o nosso vice-presidente que seria o Casaes não pode ocupar o cargo. **Rogério Casaes – FAMMOPOCI:** Boa tarde. Eu não sei se é de conhecimento de todos, eu Rogério Casaes estava como vice e eu já comuniquei e já foi feito a alteração da FAMMOPOCI, eu fui convidado pela vereadora Renata Fiório a estar assessor dela e o regimento impede como servidor público estar representando a sociedade civil, então eu pedi o meu afastamento oficialmente do CPDM. Só para conhecimento para aqueles que não sabiam da situação por isso estou me afastando. Obrigado e bom trabalho para todos. **Priscila – Secretária CPDM:** Então nesse momento eu preciso convocar a plenária o conselheiro que possa se candidatar a presidir a nossa sessão. Nós já temos a Renata, que veio para substitui porque o Jonei não pode estar presente por motivos pessoais e o Casaes já se justificou, e aí nós podemos fazer a votação. Alguém mais quer se candidatar? Pode ser a Renata? Então os conselheiros que concordam que Renata Fiório venha presidir essa única sessão por favor, levante a mão? Alguém se abstém? Alguém vota contra? Então por unanimidade Renata está sendo convidada a presidir a sessão. Antes de iniciar a pauta 146 eu queria fazer um apelo aos conselheiros, eu acho que quem conseguiu receber o e-mail, a gente tem que fazer uma verificação desses e-mails porque tem muitos e-mails voltando, eu fiz até uma lista aqui dos e-mails que estão voltando, o que está acontecendo na última reunião muitos conselheiros não se identificaram no início da fala e nós temos problemas com isso porque como tem vários conselheiros novos, então a gente não está conseguindo identificar as falas, eu peço encarecidamente a vocês que quando forem se manifestar seja para uma pequena fala ou grande fala ou um grande discurso, por favor se identifique, fale seu nome e qual instituição que você representa para que a gente não fique perdido. Amaral já mandou um e-mail corrigindo, se vocês identificarem na ata alguma fala que é de vocês por favor avise a gente porque realmente nós não estamos conseguindo identificar na ata quem é aquelas pessoas "apócrifas" que não se identificaram, então eu peço que vocês façam essa gentileza. Foi pedido uma inversão da pauta porque o rapaz ali do Perim parece que tem um compromisso muito sério pessoal e ele pediu encarecidamente, ele até conversou com Jonei por telefone pedindo essa inversão de pauta, o Bessa sugeriu que o EIV fosse falado primeiro, antes da tabela do EIV, os conselheiros estão de acordo que o EIV seja discutido primeiro e depois a pauta do Perim, por favor levante a mão? **Renata Fiório – SEMDURB:** É a tabela do EIV, que foi começada na última reunião vai ser dito primeiro e posteriormente vai ser falado sobre o EIV do novo Perim. **Priscila – Secretária CPDM:** Essa é a inversão de pauta, primeiro a tabela do EIV depois o supermercado Perim. Quem está de acordo por favor levante a mão? Treze a favor. Quem vota contra? Quem se abstém? Então por unanimidade foi determinada a inversão da pauta. **Renata Fiório – SEMDURB:** Boa tarde. Eu gostaria de fazer a aprovação da ata 145, alguém tem alguma coisa a dizer sobre a ata? **Kaio – OAB:** Na verdade, né Priscila, ela vai ser votada com ressalva por que tem vários ajustes a serem feitos nela. **Priscila – Secretária CPDM:** Como eu disse no início, vários conselheiros não se identificaram nas falas, como nós tivemos excesso de trabalho esse período no nosso setor, a nossa estagiária que está adiantando a ata não conseguiu identificar e eu não tive tempo de revisar fala por fala, porque as vezes eu reconheço pela voz, essa é a grande dificuldade quando o conselheiro começa a falar e não se identifica por que ai a gente fica naquela coisa de adivinhar quem está falando pela voz. Então qual é a ressalva, o conteúdo inteiro do que foi falado está ali transcrito corretamente o que vai ser adaptado é as falas que a gente conseguir identificar o conselheiro nós vamos colocar lá e depois conferir com vocês, vamos mandar com prévia. Então hoje vai ser aprovada com essa ressalva, vamos trazer ela de volta porque o conteúdo está inteiro ali a gente só não identificou qual é o conselheiro que está falando. **Renata Fiório – SEMDURB:** Eu tenho uma sugestão, o que a gente pode fazer é vocês analisarem, fazer as modificações que tem que ser feitas, dizer de quem é as falas até a próxima reunião, aí a gente aprova junto na próxima reunião ata 145 e a ata de hoje. São duas sugestões uma aprovação hoje com ressalva ou a aprovação na próxima reunião com as modificações devidas. **Kaio – OAB:** Renata se eu não me engano, tem que achar aqui no nosso regimento, tem que ser aprovada a ata com ressalva ou não, acho que não pode deixar para a próxima reunião a gente tem que aprovar com ressalva e se for o caso destacar as ressalvas . **Jairo – SINDUSCON:** Podemos aprovar com ressalva e na próxima ata saí as ressalvas de hoje, sem problema nenhum, isso é mais que normal. Todo regulamento, toda norma de ata é dessa forma. **Amaral – CREA:** Até porque no texto da ata, assunto que cuida hoje de aprovarmos aqui, que é do impacto está ali contido ficaria sem decisão. **Renata Fiório – SEMDURB:** Uma coisa é a ata da última reunião, uma coisa é a ata de hoje. **Amaral – CREA:** Eu estou falando da ata 145 que cuida do impacto da comissão que terminou e tem pontos ali disso. **Renata Fiório – SEMDURB:** A ata da última reunião, a 145, vai ser dita o que foi dito na reunião 145. Hoje vai ser a conclusão da

tabela então é outra ata, não vai uma entrar na outra. **Amaral – CREA:** Eu não estou dizendo isso, estou dizendo que no texto esta contido assunto que vai ser seguidamente apreciado que é do impacto da tabela. Entendeu ? Ok. **Priscila – Secretária CPDM:** Mas fica os conselheiros cientes de que a ata só ira ser assinada na próxima reunião com as devidas correções. A gente vai fazer a votação para aprovação agora e no caso vai ser assinada só na próxima com as devidas correções. **Renata Fiório – SEMDURB:** Então vamos votar a aprovação com ressalva da ata 145, levante a mão quem é a favor? Quem se abstém? Alguém contra? O próximo item da pauta é sobre a tabela do estudo de impacto de vizinhança que vai ser fala do Conselheiro Kaio, por favor Kaio. **Kaio - OAB:** Boa tarde. Eu vou refrescar para vocês do que se trata essa tabela. A gente vinha encontrando alguns problemas na votação de EIV's porque a SEMDURB vinha usando uma tabela que foi criada internamente para facilitar as análises de EIV's, com critérios objetivos, que quando trazidos para o plenário a gente estava verificando algumas situações que, ao nosso ver, traziam injustiça para o empreendedor porque por melhor que fosse o empreendimento, por melhor que fosse as tecnologias utilizadas sempre haveria algum valor de compensação a ser pago, todo mundo recebeu a tabela por e-mail e toda análise dela, só era contemplada, só era levada em consideração os aspectos negativos do empreendimento e nunca os considerados os positivos. Inicialmente foi criado uma comissão para discussão e a tentativa de criar uma tabela de aspectos positivos, e logo no início vimos que não seria o caso de uma comissão e sim de um grupo técnico por conta da duração e com isso tivemos de reduzir de nove membros para cinco, então esse foi o resultado do nosso trabalho. Eu queria pedir a vocês, não é muita coisa que eu vou falar, mas que vocês anotassem sugestões tanto de critérios, quanto na porcentagem para que a gente possa depois colher todas essas informações, a gente vai ter que marcar outra reunião do nosso grupo e não do conselho para fazer esses ajustes. Essa primeira análise de empreendimentos residenciais, comerciais e industriais, estações de rádio base e similares. Todo o empreendimento que é exigido o EIV, é exigido uma área permeável ou uma área arborizada dependendo da espécie dele, a gente colocou que quando é exigido uma área arborizada dependendo do empreendimento, se o empreendedor aumentar essa área equivalente a 10% ou mais da área total do terreno ele teria um abatimento de 20% no valor da compensação, voltando o valor da compensação vai ser descoberto da mesma forma, aplicando a tabela que já vinha sendo utilizada e no final vai ensejar o valor que vai ser pago e depois que vai ser aplicado com abatimentos percentuais no valor. Outra análise que a gente fez se no empreendimento faz capitação de águas e reutilização de águas pluviais, por exemplo, o projeto do Perim eles tem essa previsão seria um empreendimento que teria esse abatimento, pelo uso de energias alternativas como solar, eólicas um abatimento de 30%, vagas de garagem excedentes para clientes e visitantes, os empreendimentos que são sujeitos ao EIV comerciais são exigidos vagas de garagem, lógico, residenciais também e quando o empreendedor disponibilizar 50% ou mais do que é exigido ele vai ter um abatimento, se for residencial e ele deixar com excedentes de 25% acima da exigência legal ele também tem o abatimento, adoções de tecnologias e materiais sustentáveis, áreas permeáveis equivalente a 10% ou mais da exigida pela legislação, construção e revitalização de áreas comuns como praças, creches com percentual de 10%, construção em área de expansão é o seguinte na análise dos critérios negativos, ela entra como aspectos negativos, porque na ótica do município se ele constrói em uma área de expansão urbana aquela área ainda não é dotada de toda estrutura necessária então aquilo gera um aspecto negativo mas aqui nessa tabela a gente considera como aspecto positivo para poder tentar desadensar o máximo possível os centros urbanos, geração de tributos é um critério que a gente criou que todo o empreendimento vai ter se ele for residencial 5%, comercial 10%, industrial 15%, porque a gente não pode negar que qualquer empreendimento que for criado, por exemplo, residencial se você for dar um terreno e recolhe o IPTU sobre um terreno é totalmente diferente de você construir um prédio com trinta apartamentos, isso traz muita vantagem para o município e tem uma observação de uns empreendimentos de uso misto será feito uma média considerando cada tipo de empreendimento. Calçada, se o empreendedor no seu projeto contemplar uma calçada que seja 50% ou mais da que é exigida na largura ele também tem um abatimento. Agora outra classificação empreendimentos, loteamentos e cemitérios, acho que esse foi o mais complicado né Renata para a gente fazer? Né Bessa? Esse foi o mais complicado. Se ao fazer um loteamento o empreendedor optar por encaminhamento subterrâneo ao invés de esticar aquele monte de fio que traz um monte de problemas tanto estético quanto de manutenção ele tem um abatimento, pavimentação com piso permeáveis ao invés do asfalto, construção e revitalização de áreas comuns, construção em área de expansão, plantio de árvores no passeio aí vem a observação embaixo, o plantio de árvores no passeio em cada divisa de lote seguindo orientações do projeto calçada cidadã e com orientação da Secretária Municipal de Meio Ambiente, a calçada também desde o projeto empreendedor no loteamento eles já contemplam a calçada mais espaçosa do que é exigido por lei e também isso daqui a gente não vê isso aqui na prática, parece que foi discutido judicialmente e uma alteração que teve no código civil em 2017 que passou a permitir o condomínio de lotes que até então todos eram irregulares e a gente não sabe como vai ficar mais chegou com a tabela que sendo o loteamento na forma de condomínio ele também tem um abatimento porque a partir do momento que você tiver um condomínio regularizado, toda aquela despesa que hoje é custeada pelo município como iluminação pública, manutenção de vias tudo isso vai ser transferido para o particular desonerando o ente público. Cemitérios, no caso de cemitérios área arborizada equivalente a 10% ou mais da área total do terreno, cabeamento subterrâneo também, construções em áreas com inquinação inferior a 15% justamente para evitar uma poluição visual no caso de um cemitério abandonado igual a gente tem aqui na cidade, vagas de garagem excedentes 20% acima da exigência legal, pavimentação com pisos permeáveis e construção de áreas comuns no entorno, só lembrando que o que condiciona o empreendimento não são esses aspectos positivos, aquela análise, aquele termo de referência, que já vinha sendo empregado pela SEMDURB, se o empreendedor não quiser atender nenhum desses requisitos, isso é uma condição para aprovação do EIV dele é só uma faculdade, é um direito que ele tem de ter esse valor reduzido. Renata a gente precisa votar, porque não foi votado na reunião passada, se o conselho concorda com a conversão da comissão em grupo e abrir para discussão para a gente fazer as anotações e marcam a nova reunião. **Renata Fiório – SEMDURB:** Então alguém quer perguntar alguma coisa? Amaral, se identifique por favor. **Amaral – CREA:** Apesar de fazer parte da comissão e do grupo eu não recebi por fim essa informação, ai eu gostaria de refletir se lá não cabe também no caso do loteamento a usina de geração de energia solar como uma opção para que também reduzisse o custo da sociedade nessa relação benefício e custo que se quer, Kaio? **Renata Fiório – SEMDURB:** Kaio? Amaral está perguntando aqui, repete por favor? **Amaral – CREA:** Eu não tendo vista ainda que faça parte do grupo ou da comissão porque não alterou ainda, eu estou sugerindo ao grupo em primeira mão e os demais que fosse considerado ali como benefício e custo possível a geração da energia eólica no loteamento. **Renata Fiório – SEMDURB:**

Eólica? Ou solar? **Amaral – CREA:** Solar digo. Faz ali uma rua ao invés de deixar o fundo de casa com casa, lote com lote, você deixa uma rua com geração de energia. O próprio loteamento vai se servir disso, o excesso será utilizado pela companhia de energia emfim, mas a gente faz uma cidade do jeito que a gente esta querendo. **Renata Fiório – SEMDURB:** Obrigada. Então vamos fazer o seguinte, primeira coisa foi criado lá atrás, eu acho que foi em junho, foi em junho Kaio que a comissão foi criada? Ou maio? A comissão foi criada em maio, o que acontece pelo regimento interno a comissão gera mais de seis meses trabalhando naquela situação, não é no nosso caso porque a tabela de EIV é um anexo da lei, é uma situação interna da SEMDURB, que todo mundo tem dúvidas e deixar as coisas esclarecidas. Então foi colocado essa reunião lá dentro dizendo que não é comissão, é grupo técnico de trabalho em relação a um determinado assunto, nesse caso a tabela do EIV. Então eu gostaria de perguntar aos membros do CPDM se vocês estão a favor a todo trabalho que o grupo técnico teve, que no final as nove pessoas também estavam todas à disposição do trabalho mas nem todo mundo era do grupo, não tinha poder de voto. Então eu gostaria de saber se vocês membros do CPDM estão a favor a troca - porque isso foi colocado em pauta a questão da comissão - de comissão para grupo técnico, a gente pode fazer a votação agora? Então quem é a favor da troca de comissão para grupo técnico levante a mão por favor? Então por unanimidade a gente mudou de comissão para grupo técnico. **José Santiago – SEMO:** Eu queria fazer um comentário sobre aqueles pesos na tabela, são dois itens ali que me chamam atenção um é aproveitamento de água de chuva que achei o peso muito pequeno 10% é um item que tem muito impacto positivo muito grande para a estrutura urbana, eu acho que deve ser incentivado e a gente sabe que é economicamente viável para quem for implantar, então eu pediria a comissão ou grupo que olhasse isso com atenção, por exemplo provi plantio de árvores no passeio a 30% e eu achei que está desproporcional pediram para a gente intensificar, inclusive em muitos municípios já é uma exigência de projetos novos aproveitamentos de água de chuva. O outro seria aproveitamento de outras fontes de energia também que eu acho que são itens importantes tanto para a cidade quanto para a vida futura. **Renata Fiório – SEMDURB:** A questão do plantio de árvore, você achou 30% muito pouco? **José Santiago – SEMO:** Eu achei muito 30%, eu achei muito em relação ao aproveitamento de água de chuva estava 10%. Eu acho que plantar uma árvore no passeio tem sua função mais o benefício é muito menor do que o aproveitamento de água de chuva. **Bessa - Movimento Empresarial:** Presidente? Eu queria fazer uma ponderação Santiago, se observar essa compensação é acima daquilo que é obrigação que é uma forma de incentivar o investidor a proporcionar uma cidade com qualidade de vida cada vez maior, aquilo que está dentro como ele falou de algumas cidades que já é exigência aquilo que estiver dentro daquilo do que é exigido, ele não tem compensação nenhuma porque ele está cumprindo uma obrigação. Eu acho interessante a fala dele mas queria também, a gente discutiu muito sobre isso e a ideia é incentivar os nossos investidores, as pessoas que vão edificar a buscar melhorar as condições das edificações para que nós tenhamos uma cidade mais arborizada e mais saudável para os nossos cidadãos. **José Santiago – SEMO:** Eu sou plenamente a favor da aplicação da tabela, a minha colocação era os itens que realmente me chamam mais atenção é aproveitamento de água de chuva e utilização de outras fontes de energia que se amplie o benefício. **Renata Fiório – SEMDURB:** A porcentagem. **José Santiago – SEMO:** A porcentagem. **Renata Fiório – SEMDURB:** Eu estou anotando tá? Fernanda. **Fernanda – SEMCULT:** Apenas uma mediação porque acho que Bessa e Santiago estão cobertos de razão, mas com relação a porcentagem talvez devemos levar em conta qual seria o investimento do proprietário, por exemplo, em instalar capitação de água de chuva ou para instalar capitação de energia solar que notadamente é menor do que arborizar um passeio, então assim não também negando a importância das três ações porque são muito importantes, pode assim a porcentagem levar em consideração também o grau de investimento do proprietário incentivaria, garantiria mas por exemplo implantar energia solar é muito mais caro do que plantar árvore ambos igualmente importantes. Eu só queria deixar essa observação. **Renata Fiório – SEMDURB:** Pode falar Jairo. **Jairo – SINDUSCON:** Esse percentual é acumulativo? **Renata Fiório – SEMDURB:** É. **Jairo – SINDUSCON:** 10%, 20%, 30%, 40%, 100% eu não pago nada? Show. **Renata Fiório – SEMDURB:** Uma coisa que eu, Renata, não concordo é dizer em pagar, porque ninguém tá pagando nada a gente está dando benefício para a sociedade civil do entorno do empreendimento. O EIV, a contrapartida de EIV não é uma fala que fala muito que eu não concordo, não é um prejuízo para o empreendedor a gente está dando benefício para a sociedade do entorno, tentando justificar tudo isso que acontece, se existe o EIV é porque já existe o impacto na vizinhança e a gente está querendo diminuir esse impacto. **Jairo – SINDUSCON:** Só complementando. É uma complementação, uma compensação. **Renata Fiório – SEMDURB:** Isso. **Jairo – SINDUSCON:** A compensação vai chegar 100%? **Renata Fiório – SEMDURB:** Se ele cumprir tudo, sim. **Kaio – OAB:** Você falou se ele cumprir tudo, mas na verdade não é bem isso. O Jairo se você der uma olhadinha por exemplos em uns empreendimentos, vamos colocar primeiro a tabela ali que é sobre alguns empreendimentos residenciais, comerciais e industriais. Se você contar ai Jairo os percentuais vai passar muito de 100, então a nossa ideia nesse trabalho ai é primeiro estimular o empreendedor a empregar tecnologias e novos hábitos que vão contribuir para município. E segundo deixar isento de qualquer compensação muitas vezes isso traz muito mais vantagem para o município e para toda a coletividade do que ele pagar um valor gigante, mas ele pode cumprir todas obviamente ele vai ter 100% de abatimento. Mas isso é uma faculdade para ele, isso não é condicionante para o EIV dele aprovado não. **Renata Fiório – SEMDURB:** Mas alguém quer perguntar alguma coisa? **Kaio – OAB:** Os colegas ai além de sugerir alterações nos percentuais, podem criar também, sugerir novos critérios a serem analisados, novas ações a serem pregadas pelo empreendedor também. Isso foi as ideias que a gente teve no nosso trabalho mas também está aberta para ter alguma suprimida ou acrescentada. **Renata Fiório – SEMDURB:** Obrigada. Eu só queria deixar uma fala. Vocês sabiam que, agora que a Andressa está aqui ela pode me corrigir se eu estiver errada, mas que tem algumas licenças de LO, LI na área de rochas ornamentais, galpões que por obrigação ele tem que fazer o recolhimento da água pluvial? Vocês sabiam disso? Então isso já é um benefício para ele, ele por obrigação tem que recolher as águas pluviais, o que ele vai fazer com essa água a gente não sabe, mas o recolhimento obrigatório. Então é uma tabela que quando ele fizer já está certo, não é isso Andressa? **Renata Fiório – SEMDURB:** Mas alguém tem algum questionamento em relação a tabela? Podemos abrir para a votação a tabela? Não, porque? **Kaio – OAB:** Não, não a minha ideia pelo menos o que eu tinha conversado com o Jonei era só a gente apresentar abrir para sugestões e a gente vai fazer uma nova reunião provavelmente essa semana, ajustar o que tem que ser ajustado e a gente traz na próxima para a votação. **Andressa – SEMMA:** Com relação ao que o Rogério falou que na reunião passada estava extrapolando mesmo 100% e ai ficou acordado que iria continuar no 100%, mas 10% seria o limite lembra? Não ia se mexer ia deixar do jeito que está e que 100% seria o limite, não teria como ultrapassar o limite de 100, então por isso que ficou definido no final dessa forma. Só para registrar tá Rogério. **José Augusto – SEMAI:** Eu estava aqui

conversando com o Kaio e seria interessante colocar ciclovia nos loteamentos e outra coisa acho muitos que estão aqui conselheiros provavelmente vai ter novas ideias durante a semana e a gente tinha que ter um e-mail, para estar enviando essas ideias. **Renata Fiório – SEMDURB:** Pode enviar para o e-mail do CPDM. **José Augusto – SEMAI:** Para o e-mail do CPDM? Então tá bom, obrigado. **Renata Fiório – SEMDURB:** Porque no final eu não fazia parte do grupo técnico mas por estar dentro da SEMDURB, acabei participando de todas as reuniões. Então o e-mail do CPDM e eu, qualquer coisa a gente junta o grupo de novo, quer dizer vai ser juntado né? Vai ter outra reunião. Está tudo certo em relação a tabela do EIV? Podemos dar continuidade? Então está encerrada agora a questão da tabela que vai ser votado na próxima reunião. E agora a gente vai fazer a apresentação do supermercado Perim que vai ser dita primeiro pelo profissional que elaborou o EIV, por favor? **Maria Helena – Supermercado Perim:** Boa tarde a todos, nós gostaríamos de abrir essa apresentação. O estudo de impacto de vizinhança foi elaborado sobre um projeto arquitetônico que além de atender as exigências legais do PDM e de mais leis de uso de ocupação do solo, buscou-se adequar as orientações e sugestões técnicas da equipe de análise de EIV da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano deste município, com objetivo de integrar a implantação e operação do empreendimento minimizando os impactos negativos sobre o entorno e potencializando os impactos positivos. Nesse momento eu queria colocar para vocês essa localização e lembrar que neste local nós tínhamos um terreno baldio, esse terreno era foco de mosquitos, na verdade insetos de todo o tipo, o local que era frequentado por usuário de drogas, um local que guardava em si muitos perigos para aquela região. O público alvo que esse empreendimento vai atender seria aquela região onde está os bairros Paraíso, São Geraldo, Amarelo, Alto Amarelo, Campo Leopoldina, Doutor Gilberto Machado entre outros que também terão acesso a ele. Ele vai ter ali um supermercado e esse supermercado vai impedir esse tráfego de pessoas que saem lá do Gilberto Machado e vem fazer comprar aqui na Consolação, vai atravessar a cidade inteira então essas pessoas hoje estão desfavorecidas de um local para fazer suas compras mais próximo de casa e isso envolve o que? Quando eu me desloco de casa, eu vou logar meu carro e vou gerar poluição, eu vou prejudicar o tráfego tudo isso esse empreendimento está proporcionando neste local hoje. Ele vai colocar ali mais vagas de estacionamento para as pessoas que se locomovem por ali, ele vai ter lojas que vão ser acesso, uma padaria excelente de uma qualidade que todos nós já conhecemos. Bom, as atividades principais, como eu disse, comércio de mercadorias em geral com predominância em produtos alimentícios, comércio atacadista de mercadorias em geral com predominância em produtos alimentícios, fabricação de produtos de padaria e confeitaria, lanchonetes, casa de chá, sucos e similares. Bom, a área do terreno é de 12.690 m² (doze mil seiscentos e noventa) metros quadrados e a sua área construída é de 20.717,81 m² (vinte mil setecentos e dezessete ponto oitenta e um) metros quadrados, sendo que 978,13 m² (novecentos e setenta e oito ponto treze) metros quadrados é referente a estacionamento descoberto. Trata-se de uma única unidade comercial que vai ser composta de supermercado como eu já disse padaria, sete lojas e uma lanchonete juntamente com suas respectivas áreas de apoio e estacionamento, são dois pavimentos de gabarito e dois adensamentos. Quanto as vagas de estacionamento, no projeto anterior haveria até um outro pavimento de garagem, só que a SEMDURB achou que fosse necessário que fosse suprimido o que o supermercado foi de acordo e aceitou, então ficamos assim: 271 (duzentos) vagas para carro que seriam as vagas previstas, 100 (cem) vagas para moto e o previsto seriam 89 (oitenta e nove) e nós ficamos com 7 vagas de carga e descarga que seria o previsto. Nós temos o croqui de acesso ao empreendimento, o acesso vai ser pale Avenida Lacerda de Aguiar, ela vai ter um acesso lateral só para carga e descarga. A área de influência direta definida pela SEMDURB compreende 1000 (mil) metros contados a partir do limite do terreno então nós não encontramos nenhuma na área de influência direta os empreendimentos de interesse social como asilos, parques, centros culturais, unidades de conservação e aeroportos mas encontramos quatro postos de combustíveis, quatro hotéis nós encontramos onze instituições de ensino, vinte e sete estabelecimentos de saúde, dezesseis templos religiosos e nove praças públicas, descartamos ainda os seguintes pontos de interesse: o terminal rodoviário, o Jaraguá Tênis Clube, o CREA Espírito Santo, a Viação Itapemirim e o Shopping Sul. Quanto ao cálculo de tráfego na Avenida Lacerda de Aguiar nós termos o cálculo de fluxo de saturação máximo permitido de 3727 (três mil setecentos e vinte sete) por hora e o fluxo máximo obtido no campo que foi 1595 (mil quinhentos e noventa e cindo) por hora e o fluxo gerado pelo empreendimento que é de 103.14 (cento e treze ponto quatorze) por hora, então nós temos uma margem de saturação livre de 2000.018.86 (dois mil ponto zero dezoito ponto oitenta e seis). Quanto a questão dos controles de resíduos, nós colocamos uma pequena planilha do descarte e como seria esse controle de resíduos pilhas, lampadas e óleos a logística reversa, materiais como plástico, papel, madeira são enviados para empresa de reciclagem, hoje já é uma prática da empresa fazer essa reciclagem de todos os materiais, existe uma empresa que já tem um hábito de negociar então todo esse material já é descartado em uma empresa adequada e licenciada. A alteração de fluxo na rua Osvaldo Cruz, como essa rua é uma rua lateral ao empreendimento e ela da acesso a universidade São Camilo nós sugerimos que essa rua fosse de mão única no sentido subindo para a faculdade, porque isso vai melhorar o acesso para quem está indo para a faculdade e para quem está descendo para o supermercado. Quanto a faixa de aceleração da Avenida Francisco Lacerda de Aguiar nós temos conforme o desenho, não sei se vocês conseguem observar, nós temos a via e nós vamos ter um recuo que é o tracejado em vermelho depois nós teremos uma calçada antes do recuo, vai ter o acesso por aqui e você saiu da pista vai ter o recuo, quem estiver a pé pode continuar na calçada se quiser não tem problema, entrou aqui nós temos outra calçada aqui por dentro e nós temos uma área de embarque e desembarque de passageiros também, esse local aqui vai ser um local bem aconchegante onde as pessoas vão poder ficar esperando seu táxi para pegar suas compras ou alguém que vai vir buscar então vai ter uma arborização, vai ter os banquinhos eu acho que vai ficar muito bonito, não sei o que vocês acham. Bom, o impacto econômico vai gerar 150 (cento e cinquenta) empregos diretos na fase de obras e depois quando estiver em operação vai gerar mais quatrocentos empregos, eu acho que para uma cidade como Cachoeiro tirar quatrocentas pessoas que hoje estão desempregadas da rua é uma coisa bastante interessante. O aumento da oferta de comércio e serviço na região potencializando o local que vai receber o futuro empreendimento então quer dizer várias outras pessoas vão querer também estar fazendo parte disso, vão estar trazendo mais geração de renda para o local. O aumento da demanda por consumo de bens não duráveis como alimentação na fase de implantação e operação, quanto mais gente eu tenho circulando por ali mais vai gerar os negócios naquela região então automaticamente vai melhorar os negócios para os comércios ao redor, para o Shopping Sul que está ali perto, então nós teremos assim mais geração de impostos para o nosso município. Como eu falei aumento na arrecadação de impostos, vai melhorar a questão do IPTU, como a área construída é maior nós vamos ter um IPTU de acordo com a área e esses impostos contribuir para a manutenção das áreas públicas da área de impacto e vão impactar positivamente sobre os aspectos sociais. Bom, conforme determinado no plano controle

de resíduos os materiais passíveis de reciclagem serão separados como já são, armazenados e destinados a empresa de reciclagem licenciada. Bom, antes de falar sobre a medida compensatória, eu gostaria de contar para vocês porque algumas pessoas ainda não sabem, o supermercado Perim ele tem além dele colocar, como já foi colocado aqui mais cedo, a respeito da capitação de água pluvial isso já consta no projeto deles essa capitação para eles é importante também e aliado a isso eles já tem a empresa que vai fazer o projeto de capitação de energia solar que para eles também é algo muito interessante, então é uma empresa que está tentando ser o mais sustentável possível, junto a isso uma prática que eles já executam hoje nos outros supermercados e eles vão executar neste também é a utilização das câmaras de resfriamento que hoje a gente pensa que as câmaras de resfriamentos só servem para resfriar, lá eles utilizam tanto para resfriar quanto para aquecer porque o calor gerado pelo calor dessas câmaras se transforma em água quente que eles utilizam, então nós vemos aí além de ter práticas sustentáveis eles se preocupam com o meio ambiente. Bom, como medida compensatória eles gostariam muito de reformar o posto policial do BNH, que é o cartão de visita da nossa cidade, está na entrada da nossa cidade e hoje se encontra depredado complemente sem condições da gente ter um policial lá. E foi uma sugestão, nós temos um documento do comandante do 9º Batalhão que eles pudessem estar fazendo essa obra, essa obra ela vai foi orçada, digamos assim por alto, em um valor de sessenta mil reais só que nós imaginamos que vai ficar um pouco mais, o que nós estamos propondo não é o valor, nós estamos propondo a obra, o que o supermercado hoje propõe é refazer, reformar, revitalizar aquela área, fazer dali um ambiente que nós possamos receber pessoas na nossa cidade que vão ver "*poxa, Cachoeiro tem um posto policial muito legal"* funciona, vai trazer trazer segurança para as pessoas que estão ali no redor isso deve ser levado em consideração mas aí alguns conselheiros podem me perguntar assim: *"está fora da área de influência direta"* tudo bem, nós não temos como trazer ele para o Gilberto Machado mas é uma necessidade do município nós precisamos fazer, o secretário de obras que felizmente também faz parte do conselho conhece as dificuldades do município em alcançar todas as coisas e eu concordo que a sociedade civil tenha que realmente abraçar essas causas e eu vejo a grande importância disso, quando você anda ali pelo BNH são muitos empreendimentos que precisam de segurança e nós hoje infelizmente não temos a segurança adequada na nossa cidade, eu acho que seria um meio de fomentar isso, a policia militar ter um local para ela trabalhar decente e é isso que está sendo proposto. Bom, tomando como base os dados alcançados no estudo de impacto de vizinhança observando os impactos negativos identificados e serão passíveis de mitigação de forma eficiente quanto aos impactos positivos destacamos a geração de empregos diretos e indiretos e via de regra certamente traz melhoraria no padrão de vida da população local, a geração de impostos também ajudará o governo municipal a converter mais recursos em benefício de toda a população desta forma podemos afirmar que a natureza da atividade do empreendimento aqui analisado e conforme já avaliado ao longo deste estudo não há indicador técnico que inviabilize a aprovação do supermercado Perim. Concluímos então que a construção do empreendimento não configura qualquer ameaça ao meio ambiente ou a moradores usuários da região, desde já eu agradeço a vocês todos pela a atenção, estou a disposição para responder a qualquer pergunta que vocês queiram fazer e gostaria muito que vocês aprovassem esse estudo de impacto de vizinhança. Muito obrigada. **Renata Fiório – SEMDURB:** No momento a gente vai chamar o técnico da SEMDURB, o Rangel, que fez a análise do estudo de impacto de vizinhança. **Rangel – SEMDURB:** Boa tarde a todos. Eu vou chamar o Magalhães depois. Bom, trata-se de um empreendimento de grande porte, construção de um supermercado dentro da área urbana, localizado na proximidade de dois grandes polos geradores de tráfego Universidade São Camilo, Shopping Sul e pontos de conflitos como o sistema rodoviário que é ali no trevo do Posto Senna conhecido de todos, então ao fazer o termo de referência analisamos o empreendimento que tinha sido apresentado pelo requerente na SEMDURB, na gerência de licenciamento e já estando pré-aprovado em relação aos índices urbanísticos mas como se trata de estudo de impacto de vizinhança então o termo de referencia foi preparado analisando esse projeto que já estava pré-aprovado ele vai conter todas as observações necessárias para que esse empreendimento possa ser viabilizado, mitigando os impactos que ele irá gerar na região, no entorno, no sistema viário. Então todos os itens do termo de referencia vai conter as observações, temos aqui cópia do espelho da consulta prévia que já pré-aprovado está aqui necessidade de retificações no projeto arquitetônico etc. Observação dois, indicar área para embarque e desembarque de passageiros para acesso social, tudo isso não tinha no projeto, esse projeto apresentado agora para o requerente já está contemplando todas essas observações aqui que foram colocadas no termo de referencia, questão da pista de acumulação no projeto original não tinha pista de acumulação separada da Avenida Lacerda de Aguiar, eles tinham feito a supressão da calçada da Avenida Lacerda de Aguiar e transformado em pistas de acumulação a SEMDURB falou que não poder, a calçada da Lacerda de Aguiar é imexível, é o marco da organização do município de Cachoeiro de Itapemirim, vou percorrer aqui as observações. Medidas mitigadoras internas, uma séries de medidas mitigadoras para poder viabilizar essa implantação de empreendimento, a questão do interrompimento da calçada, rebaixamentos de níveis de calçada, apresentação de único acesso de veículos para o estacionamento e ao corredor de acesso de carga e descarga, apresentar o acesso de veículos com a respectiva cancelas eletrônicas de forma de unificar um ponto de saída de veículos na Avenida Lacerda de Aguiar, então é uma série de intervenções internas na planta do empreendimento para poder viabilizar e mitigar os impactos. Existia mais um pavimento como ela falou, que foi suprimido pelo próprio requerente porque a rua Osvaldo Cruz que fica na lateral na subida que da acesso principal a São Camilo, estava com dois acessos de estacionamento, uma rua já de mão dupla e ainda acesso a dois estacionamentos internos do empreendimento, então é uma coisa que ficou complicada, então o termo de referencia foi elaborado para tentar suprimir esses problemas que foram identificados. Fizemos aqui várias considerações, o projeto arquitetônico impõe uma avaliação cuidadosa da área de influência direta, localização com o Centro Universitário São Camilo, existia essa possibilidade que a SEMDURB propôs mas não foi acatada pelo empreendedor em relação ao beco que existe na lateral transformar o beco em rua, etc. A via de acesso ao centro universitário São Camilo é uma via coletora de mão dupla que teve suas dimensões reduzidas e com estrangulamento em alguns trechos, então impõe restrições no aumento no fluxo de veículos feito isso encaminhamos e eles apresentaram esse projeto novo, inclusive esse projeto que apresentaram aqui hoje vai retornar a prefeitura para uma nova análise de índices urbanísticos porque o que está lá pré-aprovado não tem condições de aceitar. Eu fui fazendo a análise do EIV e se esses itens todos foram cumpridos pavimentos inscritos tem que retificar, eles falam em mezanino mas na verdade trata-se de pavimento o conceito de mezanino da prefeitura está no código de obras não corresponde ao que eles apresentaram, esses itens todos foram contemplados no estudo. Nós vamos chegar agora ao ponto principal desse estudo de impacto de vizinhança que é o sistema viário, a proposta de alteração no sentido do fluxo custo deverá ser avaliada Secretária Municipal de Transito então nós solicitamos um estudo na Secretária Municipal de Transito, Magalhães vai

falar aqui dessas mudanças que seriam necessárias para poder viabilizar a implantação do empreendimento e os custos disso também, o requerente apresentou com medida compensatória a reforma do posto localizado na Santos Neves. O parecer agora, o EIV apresentado já está contemplado com as retificações sugeridas pela SEMDURB para o projeto arquitetônico que foram descriminadas no termo de referencia medidas mitigadoras internas e externas com objetivo de melhoria de acessibilidade ao empreendimento, mitigação de impactos principalmente o sistema viário do entorno e circulação de pedestres, o novo projeto arquitetônico será reanalisado pela gerencia de licenciamento, substituir a nomenclatura do mezanino por pavimentos no novo projeto, proposta de alteração no sentido de fluxo da rua Osvaldo Cruz Secretária Municipal de Transito vai fazer agora a explanação dela aqui o que é necessário fazer para poder conciliar um novo polo gerador de tráfego do lado dos existentes que é a São Camilo e o Shopping Sul como é que vamos resolver essa problema? Transformando a Osvaldo Cruz em mão única? Tem que dar uma solução para o sistema viário. Aqui eu faço essa descrição dos polos geradores de tráfego, a questão do posto Senna e nós utilizamos a tabela de referencia para cálculo dos impactos que a SEMDURB está sendo trabalhado aqui, nós acabamos de assistir a exposição da tabela de pontos positivos e essa tabela que já tinha sido apresentada aqui anteriormente calcula os impactos negativos, se chegou um valor correspondente a R$ 544.000 (quinhentos e quarenta e quatro mil reais) considerando o porte do empreendimento de 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) o valor proposto do empreendedor corresponde a apenas R$ 60.000,00 (sessenta mil reais então nós colocamos aqui o que seria necessário para poder contemplar esse valor total, a reforma do posto policial poderia ser acatado de acordo com a deliberação aqui no plenário do CPDM, intervenção do sistema viário proposto pela Secretária Municipal de Segurança e Trânsito R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), implantação de abrigos de pontos de ônibus e 6 abrigos duplos totalizando R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) daí um total de R$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais) de investimento para poder viabilizar a implantação desse empreendimento mitigando os impactos e ficaríamos com saldo a definir de R$188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) que seria os impactos positivos que poderiam fazer uma redução dessa valor total que foi apurado aqui dos impactos negativos, nós não temos isso definido, então a análise do EIV atende ao termo de referencia havendo necessidade de representação de nulo projeto arquitetônico, essa questão dessa definição dos valores dos impactos ficaria agora para os senhores debaterem e chegarem a alguma conclusão, gostaria de convidar o Magalhães para vir aqui. A proposta que foi estudada pela Secretária Municipal de Segurança e Trânsito é uma proposta ampla e que aquele entorno realmente necessitando de cuidado especial da prefeitura para poder solucionar os problemas. **Márcio Magalhães- SEMSET:** Boa tarde, sou gerente de tráfego da SEMSET. O Rangel da SEMDURB nos enviou esse pedido na semana passada e a gente analisou e isso já fazia parte de um trabalho nosso anterior e calhou dessa semana ele mandar isso pra a gente ir lá, eu fui pessoalmente de novo com ele lá mostrar o que a gente já tinha pensado para aquele local aí vindo esse empreendimento a gente acha que seria um momento de se colocar isso em prática para resolver não só o problema que esse empreendimento vai acrescentar no existente, ele vai acrescentar aonde já existe um problema de trânsito bem grande por ali já existir a São Camilo, o empreendimento do Shopping, outro empreendimento que está por vir que está em fase de conclusão tudo naquela área ali onde vai ser contemplado esse novo empreendimento. Nós estamos com dificuldade aqui de colocar a planta viária que a gente fez aqui para vocês idealizarem o que seria ali daquele empreendimento o que a gente acha que seria viável para melhorar aquele trânsito no local mas com tudo isso teria que ser remetido de novo porque já foi remetido uma vez para o DNIT porque a aquela área ali da Francisco Lacerda de Aguiar é do DNIT, é uma rodovia federal aquele trecho, ele já foi remetido uma vez e ele disse que não faria a intervenção porque ele já tinha sinalizado a via ele não ia fazer se o município quisesse fazer, poderia fazer, e agora de novo a gente está com esta proposta de levar para apreciação para vocês entenderem como seria o trânsito local, o empreendedor colocou mão única na Osvaldo Cruz para que viabilizasse o empreendimento porque o estacionamento ficaria do lado esquerdo da subida da Osvaldo Cruz que da acesso a São Camilo, beleza colocar ela em mão única mas para que ela seja mão única precisa fazer outras intervenções porque se não vai botar mão única e o trânsito vai sair nas outras vias já complicadas, você vai diminuir uma via de acesso da Lacerda de Aguiar saindo do empreendimento da faculdade então a gente imaginou aquela rua lateral entre o Shopping Sul e a antiga Fiat Cola colocar ela como mão única saindo da rua Padre Melo. Vou mostrar aqui para vocês entenderem qual seria a logística daqui que a gente imaginou, aqui o Shopping Sul e a rua lateral onde eu estava falando, eu esqueci o nome dessa rua aqui, Amin Sader essa rua que da acesso Francisco Lacerda de Aguiar à São Camilo de Lellis, aqui atrás nós temos o empreendimento Condomínio Montanha hoje o trânsito faz o que ele todo saí aqui e vem aqui no posto Senna onde vira aquele imbróglio e ninguém anda nos horários de pico, correto? Esse trânsito inverteria de sentido, quem está no edifício montanha viria também para cá e sairia aqui do lado do Shopping Sul e da antiga Cola Veículos, o trânsito todo canalizaria para a Avenida Lacerda de Aguiar, a Osvaldo Cruz sairia em mão única como o empreendedor sugeriu então o acesso a São Camilo também poderia ser por aqui, essa mão única indo, a Osvaldo Cruz aqui não seguiria igual hoje quem vem do São Geraldo faz esse percurso para ele evitar de pegar o semáforo ele saí por trás e entra na Osvaldo Cruz pega a Padre Melo e saí lá na frente no cruzamento sairia todo ele aqui nessa rua, atravessa aqui e irá abrir o canteiro central com o semáforo, essa proposta aqui foi dada antes para todo mundo lá na Itapemirim hoje lá na Itapemirim já não da vazão para quem vem do São Geraldo então você vai tirar o trânsito daqui, beleza, mas vai transferir o trânsito lá para Itapemirim não, não é isso. Quem vai sair da São Camilo e vai vir sentido praia ele vai ser estrangulado ali na Pedro Dias com a Beira Rio, correto? Quem vai seguir o Shopping Sul vai ter o semáforo aqui pra ele, quem vai seguir sentido centro eu to descendo vindo do posto Senna eu estou descendo vai ter um semáforo aqui, isso com botoeira para pedestre porque a nova resolução pede botoeira sonora parando aqui para ele atravessar, esse trânsito aqui para e esse aqui segue quando esse aqui sair ele também não vai parar, quem esta subindo a Francisco Lacerda de Aguiar ele não vai ter semáforo para ele a não ser o semáforo de pedestre porque essa região não tem pedestre o tempo todo atravessando, o trânsito de pedestre ali é sazonal não é como é na Siqueira Lima, na Bernardo Horta que nós temos pedestres o tempo todo. Você vai atravessar e tem uma área de espera aqui para ele, ele vai acionar aqui para ele poder atravessar, terminar a travessia por ser uma avenida muito se você colocar um tempo semafórico só você vai matar todo o trânsito. Então isso aqui é o que a gente trabalhou para apresentar a pedido da secretária a gente analisou já vinham trabalhando nisso, lógico que ainda precisa de alguns ajustes mas é o que a gente entende que possa viabilizar o empreendimento e também minimizar, não falo resolver os problemas de trânsito ali porque os horários de pico a gente não consegue resolver por inteiro mas vai melhorar o trânsito no local. **Renata Fiório – SEMDURB:** O senhor do Perim quer falar ai vou deixar ele falar porque ele tem compromisso agora e depois a gente vai abrir para as discussões,

para conversas e tudo mais. **Aderval – Diretor do Perim:** Boa tarde, obrigado por colocar na pauta a discussão do novo empreendimento. Eu só queria fazer uma pequena observação, na verdade três rapidamente. Primeiro que eu sinto muita falta nesses debates tendo nós uma empresa a tantos anos em Cachoeiro desde de 1982 se não me falha a memória gerando emprego, renda e trabalhando na vida do Cachoeirense com muita dedicação, em tudo o que o Perim faz ele investi de 80% à 90% dentro do município, eu sinto falta de um trabalho desse de estudo de EIV o quanto a gente gera de imposto, de renda, de benefício para o município a gente precisa de mensurar isso quanto que eu pago de imposto todo mês? Quanto que eu deixo da fatia do meu trabalho para o benefício do município? A gente precisa ter isso em um estudo desse porque quando a gente avalia um impacto de um empreendimento desse, ele precisa ser analisado também no ponto de vista do que ele vai gerar no dia a dia para o município a mais de arrecadação, sugestão tá. Dois, nós estamos lá naquele avenida Santos Neves onde está o Perim Center fazendo uma parceria com a prefeitura para melhorar aquilo lá cedemos um pedaço da calçada, estamos ajudando na obra, estamos sendo parceiros no que nos convoca para ser e o bolo de noiva foi uma solicitação que foi feita para nós pela policia militar junta com o Ruy Guedes para que terminasse aquela reforma de maneira a fazer daquele local mais um ponto da policia porque nós do MESSES quando compramos a ideia de trazer a policia para a Beira Rio foi positivo está lá funcionando e trouxe a policia para mais perto da população e daquela situação toda que é ali na Bernardo Horta. A ideia da policia é justamente isso levar para o cidadão segurança e estar mais próximo, com a solicitação que foi feita para nós a sugestão veio pra cá como pedido da Prefeitura de Cachoeiro então precisa ser analisado nesse perfil somos nós que estamos querendo fazer aquilo, tem todo um projeto que vai diminuir o bolo de noiva vai melhorar aquele fluxo e isso faz parte do projeto e da vontade de se ter a policia mais do próximo do cidadão. Então assim eu queria deixar essas observações, eu vou me retirar mas tem o pessoal nosso que vai continuar aqui, as negociações vão continuar e que seja feito aquilo que é de fato o justo, o razoável onde nós empreendedores consigamos continuar gerando emprego e renda colaborando principalmente nesse momento tão difícil que nós vivemos e que também a municipalidade não tenha problemas, a gente não quer gerar problemas para o município de forma nenhuma, queremos apenas cumprir com o nosso papel de empreendedor. Obrigado pela atenção. **Renata Fiório – SEMDURB:** Nós vamos abrir agora para as perguntas. **Amaral – CREA:** Eu acompanhei o seu raciocínio, então dos pontos elencados ali e que geraram valores de 388 (trezentos e oitenta e oito) tem algum que o senhor, digamos, tem um ponto de vista diferente para nós conhecermos? **Aderval – Diretor do Perim:** Eu não conheço a forma de cálculo. **Amaral – CREA:** Não, não eu não digo a forma de cálculo. Os indicativos que geraram 345 (trezentos e quarenta e cinco) se eu não me engano, já contemplados e definidos restam 188 (cento e oitenta e oito) não nós valores mas nos pontos o senhor teria alguma coisa a acrescentar na suas razões colocadas de que o grupo está aqui que vem de toda forma e tal, só para a gente compreender o seu ponto de vista. Falar da reforma, intervenção e implantação. **Aderval – Diretor do Perim:** Então eu penso assim nós estamos em um local onde tinha uma grande empresa, ela ficou um tempo fechada gerou lá um problema social grande de morador de rua mas antes nós vindo de uma empresa enorme estamos falando de uma Itapemirim, SAMADISA então assim já é um local que teve seus impactos devidamente interferindo no entorno num todo eu acho injusto isso, sinceramente se tiver que pagar isso podem rasgar o projeto porque não vai ter Perim lá isso eu já sou claro e direto com recado do seu Osvaldo, inclusive ele está muito aborrecido com esse processo pela falta de agilidade e de atenção que é dado para um senhor como ele que investiu tanto tempo nesse município e que pelo o tempo que está ali para uma pessoa que quer gerar emprego e renda que tem oitenta anos de idade, acho que a gente pode entender de uma certa forma até razoável. Então assim se tiver que pagar isso esquece não vai ter Perim lá, eu acho que o razoável tem que ser aplicado, eu gostei muito daquela tabela anterior acho que ela tem um fundo legal que ela contempla várias situações de sustentabilidades e de uma série de coisas, agora quanto a gente vai contribuir, colaborar eu acho que tem outras obras que foram feitas em Cachoeiro a gente foi pesquisando, analisando o preço que foi combinado com outras empresas no mesmo nível de obra e tudo, está muito longe disso, eu sugiro aqui e sugeri desde lá de trás a equiparação a esses valores agora o que vai ser mais importante para a prefeitura fazer, onde fazer isso aí não cabe a nós definir. **Amaral – CREA:** Eu posso complementar? Eu ouvi e entendi, apenas eu percebo e quero fazer uma reflexão junto de que correto do que vem impactando não é o seu empreendimento que virá, já foi, são gerações passadas, são gestões que agora em decorrência de mais um pouquinho gera conflito até para a implantação do investimento porque isso já está como oficial disse da secretária, o caos urbano ali pela mobilidade ficará pior então acaba sendo uma contribuição que as vezes a gente imagina que é ruim mas que vai ser sucesso para o negócio, imagina a reforma do posto policial lá em cima não há necessidade mas aqui tem um também porque a geração complementar terão não causados pelo seu investimento e pelos outros, como já falei, vai causar uma sensação de desconforto (inaudível) isso talvez fosse necessário a gente falar por questão de querer bem a cidade querer que ela cresça de forma boa para todo mundo gostar dela então as vezes não há esse bom entendimento porque o dinheiro é impactante, por exemplo o que resta ali o 188,000 (cento e oitenta e oito mil). **Renata Fiório – SEMDURB:** Amaral? **Amaral – CREA:** Já estou fechando, posso? Custaria entre trinta e dois a cinquenta e dois metros quadrados de alguma obra no local e não pagar por vocês os R$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil) restaria dizer de R$ 102.000,00 (cento e dois) mil a 120.000,00 (cento e vinte mil) dependendo do valor do metro quadrado, eu acho que é uma acessibilidade que a gente tem que ter também. **Aderval – Diretor do Perim:** Mas chama atenção simplesmente por aquilo que é minha obrigação e que é do município, o município que tem a intenção de incentivar o empreendedorismo ele tem que honrar também com a mobilidade urbana, ele tem que dar a contrapartida dele, eu acho legal nos precisamos construir uma creche vamos sentar e vamos construir uma creche, agora é isso que eu chamo atenção quanto que eu pago de imposto por mês que fica no município de Cachoeiro hoje? Isso aqui é café pequeno, é muito pequeno. Eu já contribuo para o município gerando emprego, renda e sendo uma empresa que faz as suas contribuições então eu acho que o razoável é importante, tá fora do razoável. Defendo o razoável, onde aplicar aí é determinação do público. **Renata Fiório – SEMDURB:** Obrigada. Ele tem um compromisso familiar inadiável a gente quer saber, coitado ele tá esperando até agora, se podemos dispensar e qualquer coisa temos outros funcionários para responder pode ser? Então tá bom, obrigada. A gente tem algumas pessoas querendo falar gostaríamos de fazer uma fila de conselheiros pode ser? Primeiro o Francisco, depois Jairo, Bessa, Kaio. mais alguém? Murta, mais alguém? Pode se identificar Francisco. **Kaio – OAB:** Rapidinho. Pela hora até antes de abrir para debate a gente podia ver se vai prorrogar logo né? **Renata Fiório – SEMDURB:** A gente vai abrir para a prorrogação ás 17:30 ainda é 17:20. **Kaio – OAB:** Eu digo isso porque se não, não vai dar para debater. **Renata Fiório – SEMDURB:** Nós estamos no nosso prazo "não vamos colocar carroça na frente dos bois, pode falar Francisco. **Francisco Montovanelli – Secretário de**

Desenvolvimento Econômico: Uma das grandes preocupações do município hoje é o desemprego, é a qualidade de vida do cidadão de Cachoeiro tanto que nós temos revidado vários esforços na prefeitura no sentido de incentivar o empreendedorismo, atrair empresas novas para Cachoeiro de Itapemirim e também fomentar/ estimular a ampliação daqueles que aqui existem para isso foi criado uma lei municipal recentemente e foi baixado decreto semana passada ratificando essa lei que dá incentivo fiscal na fase de implantação da empresa, se o Perim hoje vir se estabelecer em Cachoeiro fosse uma empresa de fora ou até mesmo de Cachoeiro se ele fosse fazer essa ampliação hoje em Cachoeiro ele não pagaria um centavo de ITBI por esse terreno, ai você imagina 2,5% (dois e meio) sobre o valor vernal deste imóvel, ele estaria isento. O Hiper Perim o que ele vai gastar na fase de serviços terraplanagem, construção se fosse feito agora como o projeto já foi dado entrada ele não vai ter esses benefícios da lei, ele teria isenção do ISS para construção da obra, ele teria ainda dez anos de isenção IPTU porque acima de quinze empregos ou cinquenta mil reais de faturamento mensal a empresa terá esse direito então olha a discrepância o lado do município está olhando a situação caótica dessa cidade e do outro lado a gente coloca um monte de empecilho para o desenvolvimento econômico, então eu falo aqui como cidadão Cachoeirense como representante de entidade civil e agora como secretário de Desenvolvimento Econômico. Cachoeiro tem amarra demais, oclocracia é a pai e a mãe do suborno e das desigualdades, nós estamos contra a tudo isso criamos essa lei de incentivo fiscal para atrair empresas e fomentar as empresas locais, estamos criando um local de atendimento único para a emissão de todos os alvarás para abertura de empresas, o Perim já tem dado a contribuição social para esse município a não sei quantos anos e vai gerar cerca de 400 (quatrocentos) empregos nós estamos falando segundo a AGED quatorze milhões de desempregados, o que é forte em Cachoeiro? Que sustenta Cachoeiro hoje? É comércio e indústria e o serviço que gravita entorno dos dois. O setor da construção civil que está começando a aquecer agora que é a nossa maior fonte de renda, o que salva o granito é a exportação e o que salva Cachoeiro é o comércio eu vejo esse projeto como altamente positivo para Cachoeiro, quando fala que vai aumentar o impacto de trânsito ali vai, só que esse trânsito que vai impactar ali ele vai impactar no Perim do Centro, impactaria no Casagrande, impactaria no hiper Perim e em outros ambientes ele passaria todo por dentro de Cachoeiro. Cachoeiro não tem roído de petróleo recebe uma miséria que é uma pequena porção do governo do estado que é uma esmola que o governo do estado passa para os município não produtores de petróleo então nós temos aqui Itapemirim nadando no dinheiro, Kennedy nadando no dinheiro, Marataízes nadando no dinheiro todos os municípios daquela região lá se o nosso comércio não for forte, não atrair esse povo pra cá a nossa cidade vai morrer então eu acho que esse empreendimento e já existiu um grande empreendimento ali que causava impacto ambiental naqueles serviços de caminhões emfim, tem um corego ali que eles jogavam óleo dentro do corego no passado, não to dizendo que a gente deve que fazer isso aí é lógico que hoje nós temos a consciência ambiental, nós temos que ter na consciência também de que a cidade precisa continuar a crescer e o cidadão precisa ter condição de vida, nós estamos com uma situação muito complicada na área social então eu defendo esse empreendimento mesmo porque nós estaríamos indo contra o que a própria prefeitura está tentando realizar atrair empresa e incentivar a abertura de empresas e você cobrar pedágio, me desculpa eu falo como empresário, isso é quase um pedágio que tem que pagar para entrar no município isso é um absurdo no meu ponto de vista então eu acho que oitenta mil reais e eu voto por esse valor ou no máximo cem mil reais como valor justo, acima disso eu acho que nenhuma empresa vai vir para Cachoeiro é o que eu tenho a falar. **Renata Fiório – SEMDURB:** Ok, obrigada. Jairo, se identifica por favor. **Jairo – SINDUSCON:** Primeiramente boa noite aos conselheiros, boa noite a mesa. Eu sendo morador do Gilberto Machado me sinto até muito privilegiado com mais essa obra eu sou a favor da obra, indiscutível, como o nosso conselheiro falou Cachoeiro precisa de obras isso não é negável, precisamos de mais um supermercado nós já fomos no final do ano presenteados com um Perim ali do lado do Senna que é um sucesso pena que o estacionamento é pequeno, já tem um Perim vamos ter um segundo Perim no Gilberto Machado acredito que isso seja maravilhoso. A minha grande preocupação que eu acho que tem que fazer um estudo mais apurado, dou os parabéns ao Coronel Guedes que fez um trabalho ali, eu dou aula na São Camilo de manhã e a noite é inviável chegar na São Camilo e sair da São Camilo, Coronel esse estudo seu bonito eu acho que nós temos que apurar melhor esse estudo, não é a minha área eu sou engenheiro civil de construção não conheço o trânsito sou motorista apenas ma sesse estudo tem que ser mais bem apurado, hoje aquilo ali é um caos total não existe horário sete da manhã ás dez horas da noite é impossível você andar naquele local. Eu nasci no bairro Gilberto Machado, moro no Gilberto Machado a Avenida Lacerda de Aguiar hoje é impraticável não tem hora, não tem caos, não tem momento, a todo momento ali é impossível eu atravessar a Lacerda de Aguiar é muito difícil quanto mais se suprimir uma das pistas, hoje as duas pistas já não dão vazão se eu tirar uma começa a complicar, foi o que eu me incidisse me desculpa então se esse estudo fosse mais bem apurado eu acho que a gente chega a uma conclusão melhor. Uma das sugestões que eu vi também pela SEMDURB, não conheço, se fosse aquele beco ao lado da antiga SAMADISA vira-se rua ajudaria alguma coisa? Eu não conheço, mas teria que criar outras alternativas também nesse local. É só. **Renata Fiório – SEMDURB:** Por favor, a gente está chegando no horário de cinco e meia e gostaria de fazer a votação para a gente estender até as 18:00 horas, por favor quem é Conselheiro. Outra pergunta antes, Alguém vai sair? Duas pessoas? Duas pessoas saindo, nós estamos em quantos? Hoje nós estamos em dezesseis pessoas, eu sou SEMDURB mas não tenho poder de voto porque hoje estou presidindo então no final ficam em quatorze aí não tem como votar, eu terei que encerrar a reunião. A pauta é bem longa, então o que vai acontecer na próxima reunião o Perim vai ser logo depois da aprovação da ata porque aí a gente continua e assim tudo que vocês quiseram perguntar, mandar por e-mail, questionar, de repente conversar com o Coronel, o pessoal do trânsito isso vocês podem fazer para a próxima reunião. Então vou ter que adiar agora e a próxima reunião vai ser o Perim aí vai ter o resto da pauta, tá bom? Alguém quer falar alguma coisa? Murta. **Murta – ACISI:** Fazer uma colocação. A reunião começa e tem quórum. **Renata Fiório – SEMDURB:** Isso. **Murta – ACISI:** Se o pessoal saiu no meio, é um voto de abstenção não tem, a reunião já começou. **Renata Fiório – SEMDURB:** Mas eu não tenho como votar em nada, a gente pode continuar a reunião. **Murta – ACISI:** A reunião só inicia com quórum e já começou acabou. **Renata Fiório – SEMDURB:** Só que não existe a possibilidade de votação em relação ao EIV nessa reunião, saindo duas pessoas não tem como votar que para votar tem que ter quórum, não tendo quórum não tem votação. A gente pode continuar no assunto sem votação. Bessa – MESS: A vez seria minha, eu sugiro que nós interrompamos aqui e que seja assunto da próxima pauta porque a presença de quórum e a votação é interessante para esse projeto então eu não concordo discutirmos sem votação e o assunto voltar na semana seguinte e contraproducente isso. **Renata Fiório – SEMDURB:** Eu posso falar aqui uma coisa? Eu concordo com o Bessa. Eu também estou com o estatuto aqui e quero falar sobre o estatuto, aqui está dizendo as deliberações do CPDM serão aprovadas pela metade mais um do quórum de instalação artigo dez parágrafo

dois. **Francisco Montovanelli – Secretário de Desenvolvimento Econômico:** De instalação. **Renata Fiório – SEMDURB:** Sim. **Francisco Montovanelli – Secretário de Desenvolvimento Econômico:** Mas aí vai partir para instalação minha filha. **Renata Fiório – SEMDURB:** Mas instalação de quem? Meu nome é Renata por favor. **Francisco Montovanelli – Secretário de Desenvolvimento Econômico:** Desculpa. Eu estou dizendo o seguinte, se ai está dizendo que é a partir da instalação, se alguém por algum motivo sair já foi instalado isso. **Renata Fiório – SEMDURB:** Sim, mais eu tenho dezessete na instalação eu irei votar com quatorze como? **Francisco Montovanelli – SEMDEC:** Aí não diz que não pode diz? **Renata Fiório – SEMDURB:** Eu entendi que não pode. **Francisco Montovanelli – SEMDEC:** Tem um ditado popular que diz "o que não está escrito é valido" se aí não tiver escrito que se não houver o quórum após a instalação, porque não está escrito, então eu entendo que uma vez ela instalada e tiver pessoas interessadas em votar aqui ela deve prosseguir, esse é o meu entendimento e acho que é o entendimento de qualquer pessoa aqui que tiver um pouquinho de direito. **Renata Fiório – SEMDURB:** Andressa você quer falar alguma coisa? **Andressa – SEMMA:** Gente presta atenção eu to aqui para votar mesmo porque já são cinco e meia e eu estou aqui me atrasei porque estava em outra reunião, o meu objetivo aqui é votar qual é a minha preocupação. Doutor Robson o senhor é o representante do Perim não é isso? Qual é a minha preocupação doutor uma possível anulação dessa votação depois por uma questão de interpretação da legislação porque ali no parágrafo lá em baixo ele fala as deliberações tem que ser no quórum de instalação então lá em cima fala que o quórum de instalação, é a minha preocupação é só essa de entendimento mas eu estou aqui para votar entendeu Francisco? A minha preocupação é que nós façamos uma coisa certa para que depois não tenhamos problemas lá na frente é só isso. Nem é questão de justiça, é questão de legalidade porque se nós fizermos alguma coisa que não esteja de acordo com o regimento depois ser ruim para o empreendedor, vai anular toda a nossa votação só isso. **Renata Fiório – SEMDURB:** Vou abrir para votação em relação a estender ou não. **José Augusto – SEMAI**: A gente tem que votar primeiro para a prorrogação. **Renata Fiório – SEMDURB:** É, já prorrogamos. **José Augusto – SEMAI**: Nesse novo quórum agora, nessa nova prorrogação a gente tem que tem o quórum mínimo para poder votar e se a gente está com menos pessoas eu acredito que seja uma nova sessão, não poderíamos fazer essa votação. **Magalhães – SEMSET:** Igual ele falou aqui, não teria possibilidade nem de prorrogar a sessão porque não tem o quórum mínimo para abertura da sessão, porque a prorrogação seria o que? Uma nova sessão, vai prorrogar. A sessão encerrou às dezessete e trinta é o meu entendimento. **Renata Fiório – SEMDURB:** Podem todos prestar atenção? Francisco acabou de falar um negócio que eu peguei aqui e se a gente fizer uma reunião extraordinária? Eu posso pedir na SEMDURB junto ao secretário uma reunião extraordinária só que todos tem que vir por que a gente marca reuniões extraordinárias e as pessoas não vem, os Conselheiros, então uma coisa que quero deixar registrada é que tem conselheiros que não estão recebendo os e-mails então prestar atenção nisso, deixar telefone pessoal se é conselheiro não custa nada deixar o celular aqui, nós ligamos para todo mundo na SEMDURB, nós na SEMDURB não criamos dificuldade com isso então estamos colocando aqui que vai ter um a reunião extraordinária, nós vamos ligara qui na câmara e marcar o dia direitinho e todos vão vir para continuar essa pauta pode ser? São são dezessete horas e quarenta minutos neste momento estamos encerrando a reunião de número 146. (Representante do Perim) a pedido do representante da empresa ele falou que pode aguardar a reunião ordinária. **Renata Fiório – SEMDURB:** Obrigada.

Lista de assinatura da **Ata nº 146**. 08/08/2019.

1 -Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini
Suplente: Cristina Zigoni de Oliveira Landeiro
2 - Titular: Humberto Dias Viana
Suplente: Luiz Carlos Tofano
3 - Titular: Eduardo Correia Favares
Suplente: Gustavo Abreu Nogueira
4 - Titular: Fernando Santos Moura
Suplente:Vitor Abreu Moreira
5 - Titular: Custodio Amadeu Beca Murta
Suplente:Ruberval da Silva Rocha
6 - Titular: Jairo Freitas Di Giorgio
Suplente: Gilsimar Cipriano
7 - Titular: Hudson Thiago da Silva
Suplente:Diego Pagani da Rosa
8 - Titular: José Antonio do Amaral Filho
Suplente: João Alessandro Amistá Gomes
9 - Titular: José Bessa Barros
Suplente: Ney Duarte Filho
10 - Titular: Lorena Fonseca Bressanelli Dalto
Suplente: Valderedo Sedano Fontana
11 - Titular: Wesley Mendes
Suplente: Paulo Cesar Miranda Marques
12 - Titular: Marthony Garcia de Oliveira
Suplente: Ronaldo Machado Xavier
13 - Titular: Kaio Fernandes Arpini
Suplente: Daniele Moulais Dias
14 - Titular: Helder Gonçalves Pires
Suplente: Alexandre Costa Simões
15 - Titular: Vanderley Teodoro de Souza
Suplente:Márcio Dellatorre Tavares
16 - Titular: José Francisco Landi de Oliveira
Suplente: Alberto Luiz Goes Lopez
17 - Titular: Aloyso Martins Palitot
Suplente: Maria Modolo Silva Martins
18 - Titular: Francisco Inácio Daroz
Suplente: Lúcia Flávia de Luca Toneto
19 - Titular: Jonei Santos Petri
Suplente: Renata Fiório Zaggo
20 - Titular: Ruy Guedes Barbosa Junior
Suplente: Márcio Antônio Magalhães
21 - Titular: Alexandro da Vitoria
Suplente: Diego Motta Libardi
22 - Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira
Suplente: Lucimar Barros Costa
23 - Titular: Francisco Carlos Montovanelli
Suplente: Libiana Davel Muniz
24 - Titular: Andressa Colombiano Louzada
Suplente: Fabiana Ramos Dias Caçador
25 - Titular: Felipe Ribeiro Costa
Suplente: Marcos Paulo Tristão
26 - Titular: José Augusto Corteze Antônio
Suplente: Renato Cézar Figliuzzi
27 - Titular: José Santiago de Lima
Suplente: Milton Garschagem Assad

ATA Nº 147

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
Biênio 2017-2019
Reunião Ordinária 22/08/2019

Ata nº 147, o Conselho do Plano Diretor Municipal que aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e dezenove às quinze e trinta horas, reuniu-se na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Registra-se a presença dos seguintes Conselheiros: representando a **Loja Maçônica Monastério Do Sinai** – Titular: Eduardo Correa Favares, representando a **Associação comercial e Industrial de Serviços de Cachoeiro de Itapemiri – ACISCI** – Titular: Custódio Amadeu Beca Murta, representando o **Sindicato Rural da Cosntrução Civil – SINDUSCON** - Titular: Jairo Freitas Di Giorgio, representando o **Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo – CREA** – Titular: José Antônio do Amaral Filho, representando o **Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo - MESSES –** Titlular: José Bessa Barros, representando **Sindicato Rural de Cachoeiro de Itapemirim** – Titular: Wesley Mendes, representando a **Federação de Associações de Moradores e Movimento Popular de Cachoeiro de Itapemirim – FAMMOPOCI –** Titular: Marthony Garcia de Oliveira, representando a **Ordem dos Advogados do Brasil – OAB** – Titular: Kaio Fernandes Arpini, representando a **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim – CMCI** – Suplente: Alexandre Costa Simões, representando a **Agência Reguladora dos Serviços Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – AGERSA** – Suplente: Márcio Dellatorre Tavares, representando o **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo – IDAF –** Titular: José Francisco Landi de Oliveira, representando a **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil** – Titular: Francisco Inácio Daróz, **representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEMDURB** – Titular: Jonei dos Santos Petri, representando, representando a **Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito** – Suplente: Márcio Antônio Magalhães, representando a **Secretaria Municipal de Modernização e Análise de Custos – SEMMAC –** Suplente: Carla Ramos Prucoli Deskiavoni, representando a **Secretaria Municipal de Cultura – SEMCULT** – Titular: Fernanda Maria Merchid Moreira, representando a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC –** Titular Francisco Carlos Montovanelli, representando a **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA** – titular: Andressa Colombiano Louzada, representando a **Secretaria Municipal de Governo – SEMGOV** – Titular: Felipe Ribeiro Costa, representando a **Secretaria Municipal de Agricultura e Interior - SEMAI** – Titular: José Augusto Corteze Antônio. Ausentes com justificativa: **CAU, ASCOSUL**. Ausentes sem justificativas: **Loja Maçônica Fraternidade e Luz, AHABITAES, MULTIVIX**, **SEMFA, SEMO.** É inciada a Reunião com os seguintes temas de pautas **1. Informes, 2. Ata nº 145 - Apresentação das correções e assinatura, 3. Supermercado Perim, 4. Plano de Aplicação do FUNPLADIN, 5. Zoneamento Aprovado na Ata 117, 6. Heliponto Stone Office Center,** a Secretária Executiva do CPDM Priscila Perin Gava assim se manifestou: **Priscila – Secretária CPDM:** Boa tarde a todos, rezados Conselheiros peço que vocês tomem seus acentos para a gente poder fazer a chamada, vou fazer a primeira chamada. Vamos dar início à reunião de número 147 do CPDM, é feita a chamada para a verificação de quórum, estando 18 (dezoito) presentes temos quórum. **Presidente Jonei Santos Petri:** Boa tarde a todos, senhoras e senhores só aguardar um minutinho que a Andressa pegou a pauta para tirar cópia, vamos aguardar ela voltar. A gente já poderia, antes da pauta chegar, aprovar a ata de número 145 que foi aquela que teve umas correções que algumas pessoas não se identificaram na hora de falar então na última reunião as correções já foram feitas já foram identificadas as pessoas então a gente já poderia aprovar a ata de número 145 que já é de conhecimento de todos, foi enviado para todos, então gostaria da atenção de todos e quem aprova a ata de número 145 por favor levante o braço? Quem se abstém? Uma abstenção. Quem é contra? Ninguém é contra. Então está aprovada a ata de número 145 com apenas uma abstenção. Vamos dar prosseguimento. **Kaio – OAB:** Eu sugiro que a gente altere a pauta para voltar a discussão sobre o Perim que já iniciou na reunião passada. **Presidente Jonei Santos Petri:** O que acontece Kaio o Perim é o último ponto de pauta da pauta passada aí por solicitação do empreendedor foi antecipado e acabou que os outros pontos ficaram para depois justamente pelo pedido então acho justo que a gente volte para a ordem normal agora, até porque esses primeiros pontos são pontos curtos então assim vai dar para resolver rápido e a gente ainda conseguir entrar na pauta do Perim dá tempo. **Conselheiro não identificado:** Essa é a dúvida, ele foi o último assunto em pauta na última reunião vai ter tempo de aprovar ou não, discutir a questão com prazo razoável do empreendimento ficando ele por último? **Kaio – OAB:** É presidente pode ser que a gente comece e não dê para terminar novamente. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim**.** Mas aí é por questão de justiça porque foi aberto uma exceção na reunião passada para que o Perim viesse em primeiro ponto de pauta sendo que ele era o último e se a gente fizer isso de novo vai causar prejuízo aos outros pontos e os outros pontos são pontos curtos que são resolvidos em menos tempo, acredito que não vai causar prejuízo e vai dar para terminar a pauta hoje até porque a pauta não está extensa. **Conselheiro não identificado:** Entendo, se não prejudicar o empreendimento a proposição, tudo bem, e se ficar por último e não der para discutirmos a tempo e tentar resolver o problema aí eu acho que o empreendedor ficaria prejudicado. Essa é só a minha colocação. **Presidente Jonei Santos Petri:** Como eu disse, por questão de justiça foi aberto uma exceção em benefício do empreendedor que o ponto dele viesse para o primeiro ponto de pauta na semana passada então acho justo que os outros pontos que não deram tempo na semana passada estavam na frente dele, que volte. **Jairo – SINDUSCON**: Eu acho que a gente deve seguir essa pauta, semana passada nós fizemos uma prioridade que ele tinha pressa, hoje a gente tem que seguir a pauta apresentada. **Presidente Jonei Santos Petri:** Exatamente, até porque esses pontos estavam na frente dele na pauta passada. Então vamos dar seguimento o terceiro ponto de antes de entrar no terceiro ponto eu queria informar como nós estamos aqui sem o nosso vice-presidente, que era o Rogério Casaes, que ficou impedido de continuar por ter saído como representante da FAMMOPOCI eu sugiro que na próxima reunião nós façamos uma eleição para um novo vice-presidente da mesa então que os senhores já venham com as propostas ai de candidatos e para que a gente faça a eleição na próxima reunião. **Wesley – Sindicato Rural:** Por falar em eleição, caso eu esteja enganado, estamos chegando no prazo outubro regimental da reunião da próxima eleição. Os editais, a comunicação, os prazos eu acho que estão sendo bem avaliados. **Presidente Jonei Santos Petri:** Na verdade atentamos para isso através da sua fala comigo particularmente, Rogério Casaes também levantou essa questão e já estamos verificando para a gente cumprir todos os prazos, direitinho, então já está no radar. **Wesley – Sindicato Rural:** Muito obrigado presidente. **Presidente Jonei Santos Petri:** Obrigado a você Wesley. Seguindo a pauta o próximo ponto, o terceiro ponto é o plano de aplicação do FUNPLADIM, eu vou pedir ao servidor para apresentar o plano de aplicação para a gente discutir e votar posteriormente. Kleber, por favor. **Kleber – SEMDURB:** Boa tarde senhores conselheiros, na

reunião anterior, a passada, nós encaminhamos aos senhores a nova proposta de instituição do FUNPLADIM que qualquer ADI's acometeram o Plano Diretor Municipal, a lei que regulamentava o fundo também caiu então a gente tinha um recurso que já estava separado para que pudéssemos fazer o pagamento da empresa de consultoria, já havia um processo licitatório em curso que foi efetivamente concluído, a empresa foi contratada mas em paralelo com a ADI nós perdemos a possibilidade de fazer a movimentação do recurso previsto no FUNPLADIM para fazer o pagamento da empresa de consultoria então em razão disso nós refizemos o estatuto, a regulamentação do FUNPLADIM submetemos a apreciação desse conselho para que nós possamos retomar a movimentação do fundo para cumprir regiamente o que é a possibilidade de pagamento da empresa de consultoria para a revisão do Plano Diretor Municipal que já se encontra em funcionamento. A indagação é se os senhores tiveram a possibilidade de analisar a minuta que foi encaminhada por e-mail se tem alguma dúvida a respeito disso para que os senhores possam autorizar a retomada do FUNPLADIM nós moldes anteriores, ressalto aos senhores que assim como secretário esclareceu e nós também esclarecemos durante as audiências públicas não foi feita nenhuma alteração em relação a legislação anterior então quer dizer não incluído nenhum novo dispositivo, simplesmente resgatamos a literalidade do dispositivo que existia antigamente na verdade quando houve essa ADI o ministério público colocou no mesmo bolso, vários instrumentos legais dentro deles o FUNPLADIM que não deveria estar inseridos ali naquele bojo como o secretário explicou e se tiver oportunidade de explicar, naquela oportunidade nós fizemos uma revisão juntamente o representante do ministério público o Doutor Vagner e quais dispositivos que deveriam ser resgatados porque causaria prejuízo ou não e como eles seriam resgatados, esse do FUNPLADIM seria um desses dispositivos que o ministério público concordou e realmente causa prejuízo porque nós estávamos já com o processo licitatório em curso foi efetivamente concluído a empresa foi contratada nós temos a necessidade de poder movimentar esse curso que já estão presentes no FUNPLADIM para que possamos honrar o pagamento dessa empresa de consultoria. **Presidente Jonei Santos Petri:** Algum Conselheiro quer se manifestar? **Kaio – OAB:** Presidente eu só vou me justificar aqui que vou me abster na votação porque eu analisando o artigo 22 do PDM, eu não consegui ter certeza se esse recurso do FUNPLADIM ele poderia ser usado ou não para esse tipo de atividade. **Presidente Jonei Santos Petri:** Para a revisão do próprio PDM. **Kaio – OAB:** Isso, exatamente, talvez até poderia mas aqui os recursos devem ser utilizados prioritariamente em alguns casos no meu entendimento teria que não haver nenhuma necessidade de uso para esse caso aqui para poder chegar nessa situação proposta, então assim eu também não votar contra porque não estou convencido só estou justificando a minha abstenção. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, compreendo a sua preocupação Kaio na verdade não vou discordar de você, eu entendo que a lei fala justamente como você mencionou prioritariamente aqueles pontos e como nós estamos tratando da própria legislação que criou o FUNPLADIM, o Kleber pode até me ajudar como advogado ele entende dessa área jurídica mais do que eu, nós entendemos que não seria ilegal usar o FUNPLADIM para promover a própria revisão do PDM. **Kaio – OAB:** Presidente, eu também não vou discordar porque como eu disse eu não consegui interpretar, entender se seria ou não possível então eu só estou me justificando o porquê vou me abster na votação. **Presidente Jonei Santos Petri:** Seria interessante até a gente ler o que está preconizado lá no PDM do que poderia ser aplicado com FUNPLADIM que a gente entende que tem um item lá que poderia ser interpretado que a revisão do PDM se encaixaria. Kleber por favor se puder esclarecer. **Kleber – SEMDURB:** Se pudesse abrir o PDM, você tem o PDM aí? Não tem? **Renata Fiório – SEMDURB:** Secretário, ele quer falar também. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Na última reunião que estive presente eu solicitei que me fosse apresentado o saldo do FUNPLADIM está disponível para a gente ter noção? Quais valores e como se encontra? **Presidente Jonei Santos Petri:** Nós pedimos a Secretaria da Fazenda, está aí Priscila? Foi quem que pediu? Na verdade desculpa, foi minha gerente administrativa para ver com a Fazenda e ela viu lá e até pedimos inclusive ao secretário da fazenda pudesse estar aqui presente para apresentar e hoje infelizmente ele não pode vir mas eu me comprometo na próxima reunião apresentar o saldo porque na verdade eles me apresentaram só o saldo eu queria o extrato, eu pedi o extrato desde de quando foi criado o fundo para a gente ter acompanhamento total. Então assim teve uma dificuldade da gente conseguir esses dados então acabou que não estava presente na reunião passada e não atentei a ficar mais em cima para trazer esses dados hoje mas eu me comprometo de trazer na próxima reunião não só o saldo mas o extrato de todos os anos que tiveram desde a abertura da conta do FUNPLADIM. Kleber por favor. **Kleber – SEMDURB:** Então vamos contextualizar a situação como eu expliquei anteriormente a nossa fala aqui nós nos limitamos a não dar redação nova a texto original do PDM, existe realmente um problema que alguns artigos dos comandos legais que são colocados ali, o PDM tem um artigo ao seu final que contém a previsão de que após dez anos eles teriam automaticamente revisado, o processo licitatório que foi implementado anteriormente a gestão do Secretário Jonei, ele previa como uma fonte de custei como foi colocado lá para que ele pudesse ser viabilizado, a utilização do FUNPLADIM baseado justamente nesse artigo que o senhor falou e uma dúvida que se tinha no amplo da SEMDURB quando fala assim "prioritariamente" isso daria margem ao gestor a fazer várias coisas inclusive o que o plano diz que é prioritário mas aqui no inciso, artigo 22 inciso sétimo ele fala assim colaboração e implementação de projetos urbanísticos, ele foi inserido nessa interpretação a revisão do PDM nesse seio aqui com a essência do Ministério Público inclusive porque para que a gente pudesse colocar a perfeição, essa seria uma necessidade que a própria lei do PDM poderia prever nós precisaríamos mexer na redação oficial, como nós estamos em um processo de revisão isso vai acontecer naturalmente após as análises que a sociedade vai fazer e debater a partir desse novo documento que está sendo construído. Então a gente simplesmente ficou limitado a resgatar a literalidade do que se tinha e fazer a interpretação conforme a lei. **Presidente Jonei Santos Petri:** Marthony, só para esclarecer um pouco mais o seu questionamento sobre o saldo do FUNPLADIM, eu só quero salientar que eu assumi a secretaria em 2018 e desde então esse dinheiro não foi movimentado porque a gente não tinha regulamentado no Conselho Gestor que foi regulamentado aqui há duas reuniões passadas justamente para que a gente pudesse movimentar o fundo então a primeira e a única proposta de movimentação desde que eu assumi foi justamente o pagamento da empresa consultora e revisão do PDM, então desde de janeiro de 2018 até hoje nós não movimentamos essa conta justamente pelas questões que foram faladas aqui pela ADIM que o PDM sofreu e o FUNPLADIM foi uma das leis que caíram e resgatamos ela em outubro de 2018 então assim de janeiro pra cá não foi movimentada essa conta e por isso também que pedi um extrato dessa conta desde a sua criação para a gente entender se esse recurso foi usado para alguma coisa ou se não foi, para a gente ficar mais seguro de movimentar o recurso do FUNPLADIM então assim na próxima reunião eu vou trazer esses dados para a gente ter elucidação dele aqui e claro da publicidade também. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Eu também acho que seria coerente passar a votação para depois da apresentação dos números, você

teria aqui uma condição melhor de apreciar. **Presidente Jonei Santos Petri:** Mas assim eu não vejo ligação que uma coisa teria com a outra, a gente sabe que o último número que foi passado para a gente extraoficialmente é que teria R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil) reais no fundo e o valor que seria usado para a revisão do PDM acho que é R$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil) reais. **Kleber – SEMDURB:** A sugestão Secretário e Conselheiro Marthony me permite é a seguinte o trabalho de consultoria está contratado ele é perfeitamente possível fazer a sua fiscalização inclusive para o próprio CPDM, o CPDM é uma entidade fiscalizatória prevista contratualmente para poder fazer realmente gestão desse contrato, seria possível que o Conselho porque o plano que foi apresentado para o senhores foi o único e exclusivamente a movimentação desse valor para pagamento desse contrato então assim se os Conselheiros optarem e concordarem que se pudesse aprovar para que a gente efetivamente pudesse honrar os compromissos contratuais que já estão chegando e pari passo a gente vai apresentando, precisamos apresentar ao Conselho tudo que está saindo como o Secretário destacou aqui o recurso não foi mexido, se detectou na cidade rever isso aqui justamente durante o processo de liquidação que nós percebemos quando foi fazer a liquidação que a lei que se referia, o processo havia caído por isso que chegou tardiamente aqui para os Senhores mas sempre é bom lembrar que na oportunidade pretérita isso aqui já foi objeto e já foi aprovado pelo próprio CPDM, o que a gente está fazendo aqui é adequação legal para que não haja nenhum problema de formalidade mas a previsão é que só faça a movimentação conforme o Plano de Aplicação que é aquele que remetemos para os senhores Conselheiros aqui somente prevê a utilização para pagamento da empresa de consultoria. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então o plano de aplicação prevê justamente única e exclusivamente o pagamento da empresa consultora para a revisão do PDM, então assim Marthony eu não vejo o porquê não votar hoje em função da nova apresentação do saldo hoje na conta justamente para a gente cumprir os prazos contratuais com a empresa, existe uma certa urgência da gente poder movimentar esse fundo para esse fim nesse momento. Então assim se nenhum Conselheiro tiver nenhuma objeção gostaria de abrir a votação. Ninguém se manifesta então gostaria de saber quem é a favor do plano de aplicação do FUNPLADIM por favor levante o braço? Eu contei quatorze a favor. Alguém se abstém? Eu contei seis abstenções, então são doze a favor e seis abstenções. Alguém é contra? Não. Então são doze votos a favor e seis abstenções, então está aprovado o plano de aplicação do FUNPLADIM. Vamos pular para o próximo ponto da pauta que é o zoneamento aprovado na ata 117 ficou faltando escrever qual loteamento, loteamento Moulin Machado se eu não me engano estava na pauta anterior, e na hora de refazer essa pauta aqui foi suprimido um equívoco da Priscila aqui mas em fim é o loteamento Moulin Machado nós trouxemos aqui para o CPDM porque nessa ata de número 117 foi aprovado um zoneamento no CPDM para esse loteamento Moulin Machado por analogia ao distrito industrial de São Joaquim, então o que foi aprovado que para esse loteamento fosse usado o mesmo zoneamento que é hoje em São Joaquim. Em São Joaquim existe três zoneamentos zona residencial 03 (ZR03), zona de atividade dinâmica 03 (ZAD03) e zona industrial (ZI) esses três zoneamentos são bastantes permissíveis, permitem indústrias de grande porte como marmoraria, serralheria e nós estamos em fase de revisão do PDM que vai determinar qual vai ser o zoneamento aonde esse loteamento quer se implementar ali em duas barras porque hoje não tem zoneamento ali, a única coisa que zoneado ali é a rodovia ES 164 que é ZAD01 então qualquer empreendimento que dê acesso para essa rodovia o zoneamento dele é ZAD01 só que quando se fala em loteamento vão ser criadas novas vias e novos lotes dentro desse loteamento então a gente não pode pegar um zoneamento de uma rodovia que vai ser acesso principal desse loteamento e considerar o loteamento todo com esse zoneamento, é uma área de expansão urbana que já está prevista de ser zoneada na região do PDM e foi aprovada aqui nessa ata 117 um zoneamento similar por analogia ao distrito de São Joaquim por prudência a gente da secretaria se reuniu e entendeu que por se tratar de uma área que está prestes a ser zoneada pela revisão do PDM, que vai se concluir até junho do ano que vem, a gente entende que deveria restringir um pouco mais esse zoneamento e não deixar tão permissível como é em São Joaquim porque vai que na revisão do PDM esse zoneamento não seja o que está preconizado em São Joaquim seja mais restritivo, então a gente entendeu que por precaução a gente restringisse mais esse zoneamento teria menos risco de prejudicar o crescimento ordenado daquela região pela revisão do PDM serão feitos estudos técnicos que vão determinar qual é o melhor zoneamento o que foi aprovado nessa ata 117 é o que foi aprovado em São Joaquim que é um distrito industrial então eu entendo que não é prudente a gente realmente continuar com essa aprovação que foi feita nessa ata 117, nessa reunião aqui do CPDM, então eu estou sugerindo que nós mudemos esse zoneamento ao invés de usar o que é similar a São Joaquim que restringíssemos mais, usasse o que é mais restritivo hoje que é o ZR01 para esse loteamento até que esteja feita a revisão do PDM, então isso é uma precaução que nós estamos tentando estou trazendo aqui para a deliberação dos conselheiros para debate, deliberação se não seria prudente que a gente restringisse mais esse zoneamento para esse loteamento haja vista a revisão do PDM prestes a acontecer. **Wesley – Sindicato Rural:** Nós decidimos nesse conselho que seria o mesmo zoneamento que São Joaquim. Então o senhor presidente está propondo que a gente reforme a nossa decisão? **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, estou propondo isso para que a gente tenha um pouco mais de prudência haja vista a revisão do PDM que está prestes de acontecer e ao mesmo tempo também não podemos segurar um empreendimento por mais um ano para que esperar a revisão do PDM então só estou tentando ter mais um pouco de prudência mas o que já está aprovado é o que está a similar a São Joaquim. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu entendo a argumentação acho que o senhor está sendo prudente, eu só preciso entender qual a motivação que nos fez aprovar esse zoneamento se o senhor pode recordar isso para nós presidente. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então Wesley eu não vou poder te dizer porque isso se eu não me engano foi em 2016 e eu não tinha assumido, não foi nesse conselho foi no conselho anterior. **Wesley – Sindicato Rural:** É isso que eu estou perguntando, foi no conselho anterior? **Presidente Jonei Santos Petri:** Foi o CPDM que aprovou, não nessa formação aqui, foi na formação anterior. **Wesley – Sindicato Rural:** Mais uma pergunta. Existe já algum pedido de instalação de alguma empresa nesse loteamento agora neste momento? **Presidente Jonei Santos Petri:** Não, não. O zoneamento seria para aprovação do loteamento, não tem nenhuma empresa querendo se instalar. **Wesley – Sindicato Rural:** Sim, entendi. **Renata Fiório – SEMDURB:** A gente estava aqui conversando para ser explicado mais ou menos aonde é exatamente porque quando eu olhei, posso estar errada neste momento, estava do outro lado da Avenida do lado do IFES e não do lado da faculdade de direito. **Presidente Jonei Santos Petri:** É do lado do IFES mesmo, sentido Cachoeiro duas barras é do lado direito ao lado da ferrovia. **Renata Fiório – SEMDURB:** Então só para esclarecer o loteamento São Joaquim é para dentro ali na faculdade de direito a esquerda e o loteamento em questão é do lado direito da rodovia. Então assim eles não estão próximos, não estão colados muro com muro isso que eu quero dizer. **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim, exatamente. Eu quero lembrar uma coisa também. Pode falar Francisco depois eu falo. **Francisco Montovanelli – SEMDEC:** É porque ali está falando do distrito

de São Joaquim na pauta, aí como existe aquele loteamento do lado das indústrias lá que foi licenciado recentemente eu achei que poderia expandir aquilo ali. **Presidente Jonei Santos Petri:** Aquele loteamento não foi licenciado recentemente não, ele foi licenciado a muito tempo. **Kaio – OAB:** Eu também não estava aqui nessa época, nessa ata 117, esse loteamento já foi aprovado já está apto a implantação? **Presidente Jonei Santos Petri:** Então nesse época ele foi aprovado só o zoneamento, o loteamento não passou pelo processo de licenciamento. Existiu uma proposta mas não avançou pararam por lá e agora o empreendedor quer retomar esse loteamento, inclusive retomando uma parte pequena do loteamento ainda nem é o loteamento todo é só uma parte pequena, se eu não me engano são 200 (duzentos) ou 300 (trezentos) lotes são 64 (sessenta e quatro) lotes comerciais e o restante lotes residenciais então eles estão querendo retomar o licenciamento deles desse loteamento então eu me deparei com a questão dessa, como não é zoneado lá ainda o PDM não está zoneado nessa área o próprio loteador disse que tinha sido aprovado, nós buscamos no histórico aqui e descobrimos que realmente teve essa aprovação nessa ata número 117 e só que nós achamos que esse zoneamento permite indústrias de grande porte inclusive então a gente não entende prudente porque estamos em processo de revisão do PDM que daqui a um ano vai ter um zoneamento definido baseado no estudo técnico, então a gente entendeu melhor mais prudente submeter o conselho que a gente restringisse esse zoneamento enquanto não se faça a revisão do PDM. **Kaio – OAB:** Ele já deu entrada, ela já fez o requerimento desse loteamento e vocês sabem me informar se desse projeto dele contempla alguma definição desse espaço para ZR03 ou ZAD? **Presidente Jonei Santos Petri:** Não, não. **Kaio – OAB:** Ou é caracteristicamente mesmo ZR01? **Presidente Jonei Santos Petri:** Sim. O que acontece, o projeto do loteamento contempla na sua grande maioria vamos dizer 70%, 80% sendo lotes residenciais porque dentro do loteamento tem uma via coletora, nessa via coletora os lotes que dão para essas vias são lotes comerciais mas para comércio de pequeno porte, que seria permitido pela ZR01 que seriam lotes com comércio de serviço tipo 2 em vias locais e coletoras, então assim o zoneamento ZR01 estaria compatível com o projeto apresentado pelo empreendedor não teria problema como entendemos que por prudência que seria melhor que restringisse esse loteamento até que seja feita a revisão do PDM, porque quando vier a revisão do PDM vai definir o zoneamento para aquele local ali. Então assim nós estamos restringindo agora para que o PDM não restrinja depois, vamos supor se a gente permite hoje ZAD03, ZR03 e ZI o PDM amanhã venha falar que ali teria que ser uma ZR02 ou uma ZAD01 já permitiu uma coisa maior para restringir depois. **Kaio – OAB:** Eu estou entendendo a preocupação mas eu também fico pensando no ponto de vista do empreendedor porque ele faz um projeto com expectativa, com base no que ele tem de permissão na época, e depois a gente altera o projeto ou inviabiliza o projeto dele sendo que quando ele fez o requerimento ele tinha um amparo legal para isso, então por isso que eu fico preocupado, qual adiantamento que está esse projeto dele? Quanto que de repente ele já gastou com isso? **Presidente Jonei Santos Petri:** Então deixa eu te dizer com o loteamento de ZR01, o loteamento ele já é passível de ser aprovado da forma que foi apresentado não vai causar prejuízo para o loteador, a gente só está tentando restringir que quem venha comprar um lote dele não coloque uma indústria lá e prejudique quem está comprando com intenção de morar, a gente quer criar um zoneamento que seja harmônico com todos os proprietários que venha adquirir esses lotes porque vamos supor eu quero comprar um lote lá para construir uma casa, aí o cara lá compra comercial e quer botar uma marmoraria no mesmo loteamento fica incompatível uma atividade com a outra se a gente usar o zoneamento permitido em São Joaquim isso pode acontecer, então se a gente restringir para ZR01 isso não vai acontecer, sendo que ZR01 continua sendo compatível com o projeto do loteamento apresentado, não vai causar prejuízo para o empreendedor, a nossa preocupação é justamente essa quem vem adquirir os lotes não seja prejudicado por alguma atividade que seja colocada ali no futuro. **Kaio – OAB:** Presidente talvez seria interessante a gente chamar esse empreendedor para conversar para ver se atende. Ela está aqui? **Presidente Jonei Santos Petri:** O representante dele está aqui, se quiser ele pode se manifestar. O Jairo você está pedindo a palavra pode falar. **Jairo – SINDUSCON:** Exatamente a minha sugestão seria essa ele já tem a prerrogativa, parabéns secretaria por proteger a ZR01, parabéns mas se o loteador já tem essa prerrogativa se ele abrir mão ótimo, se ele não abrir mão ele já tem o direito, aí é uma questão legal. **Presidente Jonei Santos Petri:** Perfeitamente, sem problemas, com certeza. **Vitor Galvão – Representante do Empreendedor:** Ele teve conhecimento da pauta inclusive e o projeto do loteamento em si não vai precisar sofrer alteração nenhuma com essa alteração do zoneamento, a única coisa que a gente tinha preocupação era uma questão testar a mínima dos lotes mas que já é adequado com relação a essa revisão para ZR01 e o empreendedor não se opõe não vê problema nenhum enquanto a isso. **Presidente Jonei Santos Petri:** Então tá joia. Alguém mais? Então podemos abrir a votação, quem é a favor então a mudança do zoneamento aprovado na ata 117 similar a São Joaquim ZR03, ZAD03 e ZI para ZR01 por questão de prudência por favor levante o braço? Contei dezoito. Alguém se abstém? Alguém é contra? Um contra. Contei dezoito a favor e um contra. Então tá aprovado a mudança de zoneamento para o loteamento pretendido Moulin. Vamos passar para o próximo ponto de pauta que é o número cinco é referente ao heliponto do Stone Office Center, gostaria de chamar o representante do empreendimento para fazer a apresentação e defesa do heliponto no edifício Stone office Center. **Murta – ACISCI:** O motivo que nos traz aqui, desse heliponto, para a gente ter o alvará devolvido porque o nosso alvará foi caçado. Primeiramente eu gostaria de vossa atenção para explicarmos o motivo do nosso heliponto e qual o processo que nós fizemos para adequá-lo, a muito tempo atrás Cachoeiro com os prefeitos todos que tiveram aqui pediram a gente para sair do Centro da cidade por causa de locomoção, transporte, movimentação e nós fomos ali para o Shopping Sul perto da São Camilo empreender lá um Shopping que é uma doideira mas nós fizemos e o povo hoje já saiu do centro da cidade isso facilitou a locomoção, o transporte, a aglomeração de pessoas não aconteceu mais por coincidência o Perim também para o aeroporto desviando as pessoas do centro da cidade isso é característica de uma cidade pequena se transformando em uma cidade média que é acima de duzentos mil habitantes a cidade se torna uma cidade média e existe aí um crescimento desproporcional, desorganizado e nós sempre tivemos a nossa postura por construir ali no bairro Gilberto Machado e daqui para a Safra feito isso nós fizemos um empreendimento lá que era o Shopping Sul que só é composto de lojas, o Shopping Sul só por si não se vende só por lojas e paralelamente a ele nós compramos um terreno a muito tempo atrás, um terreno baldio para fazer salas comerciais pelo mesmo motivo para tirar as pessoas do centro da cidade, fizemos levantamentos pessoas de fora vieram para fazer levantamentos no sul do estado e qual a necessidade que nós teríamos de salas comerciais, de lojas que para o nosso estado para os próximos vinte a trinta anos e assim foi feito fizemos um projeto aprovamos na prefeitura isso demorou um tempinho, começamos a construção e o Stone que está aqui do qual tem 260 (duzentos e sessenta) salas, 32 (trinta e duas) lojas e agora esse mês está inaugurando a loja Renner que é a maior loja hoje do Brasil está sendo montada aqui com dois mil e cem metros, nós estamos fazendo o nosso trabalho e um empreendimento desse tem as vagas delimitadas,

temos quase mil vagas ali dentro que vai compor todo um trânsito, uma logística fora do centro da cidade e foi o que nós fizemos na época lá tínhamos feito essa torre que está cheia de vidro hoje era um hotel e nós tiramos o hotel porque outras pessoas queriam construir um hotel paralelo que foi construído já que era o Bristol e nós tiramos aqui e fizemos só salas porque o nosso estudo que foi feito no sul do estado requeria 500 (quinhentas) salas aqui para Cachoeiro e assim foi feito, nós fizemos ali em frete a clínica dos acidentados um prédio chamado Arpoador que tem 76 (setenta e seis) salas e fizemos esse aqui com mais de 260 (duzentos e sessenta) salas faça a necessidade que nos próximos vinte anos nós vamos ter. Atraídos por esse empreendimento, antes isso nós fizemos um levantamento junto com uma proposta de colocar um heliponto aqui porque hoje o nosso primeiro problema aqui a cidade de Cachoeiro não sei se vocês sabem é a cidade que tem mais acidentes de moto, é o lugar que mais se vende moto no Brasil chama-se Cachoeiro de Itapemirim, ninguém sabe mais são vendias mais de 350 (trezentos e cinquenta) motos todo mês aqui e uma quantidade de acidente porque nossa cidade não é plana e tem muito acidente. Tem a necessidade de locomoção de doação de órgãos, o nosso aeroporto como todos sabem está abandonado nem licenciamento da ANAC tem ainda total está a muito tempo aqui e naquela época pedimos para a gente conseguir um heliponto para esse fim, . Em junho tivemos com a Petrobras porque a Petrobras queria vir para esse empreendimento e alugar dois andares face a quantidade de plataformas marítima que tem no Espírito Santo entorno de cem plataformas marítimas novas que estão acontecendo, estão fazendo furo e sondagem, e nós tínhamos que fazer um porto em Itapemirim e outro porto lá em Kennedy, o de Kennedy vai demorar mais, o de Itapemirim não foi executado, o governo do estado não deu o apoio necessário, não ajudou e o pessoal se deslocou para o Rio de Janeiro no porto e hoje estão vendendo uma área aqui do porto que era um porto destinado só para área petrolífera mas a Petrobras continua com o incentivo de colocar aqui dois andares e ter um local para pouso porque existem normas internacionais e normas de petróleo que a pessoa não pode se deslocar mais de três horas no helicóptero por autonomia e nem tão pouco andar muito de carro para pessoa não se cansar, o serviço de plataforma é extremamente perigoso como existe muito acidentes perto dessas plataformas e aqui não existe nada de heliponto nós colocamos o heliponto também para esse destino, urgências para pousar e tira a pessoa e ir embora não é parada de helicóptero, é proibido deixar o helicóptero ali parado durante muito tempo e assim nós fomos vendo essa necessidade e a gente primeiro pedimos a aprovação da ANAC antes de fazer qualquer solicitação a prefeitura, antes de construir o heliponto temos o alvará da ANAC para a execução do heliponto e pagamos um dinheiro bem grande para eles, vieram aqui e fizeram um levantamento porque ao redor não existe empecilho nenhum para construir um heliponto foram autorizados sete tipos de naves, claro existem helicópteros que são grandes demais, que levam muita gente esse tipo helicópteros não pousam ali são para executivos, para emergência, são naves menores. A gente conseguiu com o SIMDATA também a aprovação e a ANAC nos autorizou, nos mandou o alvará, mandou tornar a norma de execução que feito isso nós pegamos toda a documentação e entregamos para a prefeitura junto com o estudo de impacto de vizinhança do EIV que foi feito na época e assim nós tivemos o alvará para construção do heliponto porque teve a construção do prédio que foi feita e tiramos alvará para a construção do heliponto, feito isso nós construímos o heliponto e agora no ano passado nós vendemos as unidades para executivos, nós temos 112 (cento e doze) salas destinadas para clínicas e tem muitas clínicas aqui na cidade que não pode trabalhar até tarde porque são assaltadas, estão no meio da rua lugar que não tem onde parar então nos montamos clínicas lá e temos 112 (cento e doze) salas já destinadas para médicos, estão montando clínicas cá embaixo nós colocamos dois elevadores de macas para que se houver uma emergência a pessoa parar lá embaixo e a ambulância poder subir para os hospitais que estão perto, emergência de coração todo mundo sabe que um ataque de coração demora oito minutos para o cara morrer se não for socorrido a tempo já era, então a gente tem e quem vê esse trabalho que foi solicitado pelos prefeitos nós fomos levantando e isso demorou anos e nós construímos em cima do alvará da prefeitura e construímos o heliponto que nos está custando R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil) reais e na venda dessas unidades para montar clínicas, várias pessoas do ramo de granito colocaram escritórios ali para receber pessoas de fora porque a nossa BR, ninguém que chega em Vitória quer vir de carro para Cachoeiro por conta do número de acidentes que tem na nossa BR como todos vocês sabem é notório, isso foi mais um agravante que a gente fez com que a gente colocasse esse trabalho aqui. Então o cara vem de helicóptero pousa aqui, é recebido no prédio e se ele quiser ir na indústria ou não ele vai se não ele resolve o problema aqui mesmo e depois vai embora, então assim como consequência disso e após ter emitido esse alvará e ter construído heliponto nós temos uma previsão agora entre o primeiro semestre do ano que vem já ter o prédio pronto mas precisamos de terminar o heliponto. A SEMDURB caçou o nosso alvará a gente foi revisando o alvará todo ano e houve o cancelamento do nosso alvará e colocaram aqui para que o Conselho desse aprovação, eu não vejo porque vir para Conselho até porque já tinha sido aprovado e a gente colocou aqui para que o Conselho aprove, vote a liberação do alvará não sei se tem alguma consequência para nós darmos continuidade e o que a gente vai fazer com o dinheiro já portado que a gente gastou e com todo esse pessoal que comprou, com todos esses levantamentos que nós fizemos para empreender em tal lugar. Então a gente está colocando isso aqui se for por leis, alguma lei que seja contra a gente trouxe o nosso consultor aqui, só queria expor isso ao senhores, não tem outras palavras eu fico indignado por uma cassação que a gente é empreendedor nato e a cidade depende disso de um monte de fatores não é só gerar emprego, vai fazer uma obra para que? Vai fazer um heliponto para que? O heliponto não tem um tráfego de toda hora ali vai ter um ou outro helicóptero mas toda cidade tem um heliponto, no sul do estado eu não conheço nenhum heliponto então eu só queria que fosse colocado em votação se a gente dar continuidade ou não e se existe alguma irregularidade que ela seja tratada pela prefeitura, não sei eu não conheço muito de lei eu só queria essa aprovação do senhores. **Francisco Montovanelli – SEMDEC:** Concordo em 90% com o que o Murta acabou de Explanar realmente é uma necessidade para Cachoeiro, descordo quando ele demonstra desconhecimento do aeroporto de Cachoeiro. Eu quero dizer para todos aqui que o aeroporto está totalmente regularizado foi feito a regularização com convênio com a ANAC, convênio 009/2019 assinado 06/06/2019 para delegação do município de trinta e cinco anos, então o aeroporto de Cachoeiro está 100% regularizado junto a ANAC. **Murta– ACISCI:** Retiro o que eu falei do aeroporto mas eu falei quando a nossa aprovação do nosso alvará que foi em 2013 e agora eu não to sabendo desse ai, se foi parabéns para todo mundo é uma beleza né mas naquela época não havia essa aprovação, é só essa colocação. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então só para esclarecer aqui com relação a cassação do alvará do heliponto deixa eu só tentar explicar, quando eu assumi em 2018 me chegou a regularização desse alvará, esse alvará já tinha sido emitido nos secretários anteriores e me chegou para eu renovar esse alvará e cheguei até renovar inclusive, um técnico meu levantou uma questão que eu não tinha atentado que depois eu achei pertinente o questionamento, o heliponto está instalado na

Avenida Francisco Lacerda de Aguiar ela tem um zoneamento que permite até comércio de serviço tipo 4 e não existe um CNAE específico para heliponto, então o CNAE que foi usado como analogia serviços aeroportuários que está classificado como CS5 então a princípio não seria permitido na Avenida Lacerda de Aguiar certo? Eu até entendo que heliponto não deveria ser caracterizado como serviço aeroportuário porque envolve muito outros serviços são coisas bem mais amplas é um aeroporto propriamente dito com serviço de embarque e desembarque, é diferente de um heliponto. Eu também não entendo que deveria ser classificado como CS5, estou falando de forma pessoal e não como secretário, não vejo problema nenhum só que nós temos que trabalhar em cima da legalidade então eu pedi ao empreendedor mostrasse como o próprio Murta falou não tem nenhuma lei que proíbe mas não tem nenhuma lei que permite então a gente ficou em uma insegurança politica com relação a isso e eu pedi ao empreendedor que me mostrasse alguma legislação ou até mesmo alguma deliberação do conselho que aprovasse que o heliponto pudesse ser instalado naquele local, então como não tinha passado pelo o CPDM como não existe uma lei específica para Cachoeiro de Itapemirim com relação a heliponto e entendemos por bem caçar o alvará até que a revisão do PDM pudesse dizer se realmente é possível ou se não é possível, pesquisando mais sobre o assunto eu vi que por exemplo São Paulo que tem o tráfego muito aéreo grande de helicópteros, segundo maior do mundo se eu não me engano, existe leis específicas municipais para tratar desse tema então existe uma legislação que permite que o heliponto seja instalado na cidade, Cachoeiro não tem legislação. Então eu só vejo três caminhos, uma aguardar a revisão do PDM que vai dizer se realmente é permitido ou não porque não é contemplado no PDM atual vigente porque na época não se existia essa necessidade acredito que agora vai ser tratado porque existe a necessidade só que demanda um certo tempo um ano até a revisão ser concluída esse seria um caminho. Um outro caminho seria deliberação aqui no CPDM estamos aqui para isso. O terceiro caminho seria uma legislação municipal que trate do tema que poderia ser proposto pela câmara dos vereadores, poderia ser proposta pelo poder executivo teríamos que construir essa legislação municipal. Então assim hoje estamos aqui como segundo caminho que seria a deliberação como Conselho, eu como secretário da pasta me envolvi direto nessa questão do licenciamento do heliponto eu entendo que esses sejam os três caminhos. Ele já atendeu com relação as exigências de estudo de impacto de vizinhança que a lei prevê que para heliponto tem que ter estudo de impacto de vizinhança e ele já apresentou o estudo de impacto de vizinhança e está até aqui os volumes só que para a gente dar continuidade ao estudo de impacto de vizinhança, ao parecer e a aprovação do CPDM é primeiro necessário que viabilidade do heliponto seja caracterizada então o primeiro passo seria viabilizar a atividade na Avenida Francisco Lacerda de Aguiar, o segundo passo seria a apreciação do estudo de impacto de vizinhança. Então estamos aqui para isso por favor gostaria da manifestação de todos. **Andressa – SEMMA:** Dentro CNAE's não existe um outro CNAE que abrange essa questão de heliponto. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Específico para heliponto eu não encontrei. **Andressa – SEMMA:** Ok. Um dos grandes problemas que nós estamos encontrando no nosso município são as questões referentes aos CNAE's porque as vezes o empreendedor ele nem vai desenvolver uma atividade entretanto esse CNAE as vezes faz parte do contrato social da empresa dele lá, do CNPJ dele, e as vezes o empreendedor é penalizado porque consta o CNAE e ele não vai desenvolver aquela atividade emfim é uma questão muito complexa então eu entendo que hoje o empreendedor já fez um grande investimento que a gente viu na foto, eu nem sei quanto ele gastou lá, então a gente precisa na minha opinião usar o bem senso e a razoabilidade por que é óbvio que apesar do CNAE permitir a atividade aeroportuária é óbvio que nem a circunstância ali do entorno permitiria jamais que ele desenvolvesse esse tipo de atividade então eu penso que pelo princípio da razoabilidade principalmente porque você falou que só existe esse CNAE para liberação desse tipo de empreendimento a gente teria que realmente aprovar isso ai porque como é que ele vai fazer? Vai inviabilizar o empreendimento? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu quero aproveitar sua fala Andressa até dizer que realmente existe um a dificuldade com relação a CNAE's quero citar dois exemplos aqui que são as microcervejaria que elas tem que usar o CNAE de fabricação de cerveja que é o mesmo das grandes então a gente não tem hoje dentro do município uma micro cervejaria, não tinha parece que a vereadora está criando uma legislação específica para tratar desse tema então isso é um tema pertinente e eu vou citar um outro exemplo e vou até citar o nome da empresa que é a Dadalto que abriu uma loja ali no Guandu e um dos CNAE's dela é material de construção só que ela não vai comercializar brita, areia, cimento nem nada disso é um chuveiro elétrico, é uma ferramenta pequena que está caracterizado dentro do CNAE de material de construção então existe uma certa dificuldade de caracterização do comércio e serviço porque a tabela de CNAE ela não é uma tabela ampla é uma tabela restrita então realmente é o caso do heliponto que não existe um CNAE específico para heliponto, então a gente tem essa dificuldade e o CPDM entendo eu que pode deliberar em cima dessas questões. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Eu gostaria de deixar um pensamento a todos aqui presentes, quando esse projeto foi lançado ele teve um alvará aprovado, teve uma conversa com empresários, teve muito dinheiro, muito suor e muita lagrima de várias pessoas para colocar cada cimento e cada tijolo ali em cima. Eu sei de pessoas que montou estruturas que está toda encaixotada para fazer transporte de órgão usando o heliporto, o que vai fazer com esse maquinário agora? O que vai fazer com esse investimento? Secretário o Senhor me desculpa o que o senhor vai ouvir mas eu to sentindo que a lei está voltando para prejudicar, se ele foi aprovado porque está negando agora? Não justifica. Infelizmente ele fez a venda, que negasse no passado, se não existia lei não é culpa dele não é culpa de quem empreendeu, nós temos que mudar e olhar para quem põe dinheiro na cidade, se nós ficarmos em cima de leis como eu ando vendo em Cachoeiro nos últimos anos o empreendedor vai embora, o dinheiro vai embora, e cidade sem dinheiro e empreendedor não funciona. Eu sou a favor da aprovação porque o investimento é alto como ele disse realmente ali não vai ser estacionamento de helicópteros, eles vão baixar fazer a carga ou fazer a descarga, levantar e sair, se ele ficar acostado ali 15 (quinze) minutos vai ser muito tempo, sem contar que nós somos o único heliporto do sul do estado que todos os serviços de plataforma na área da saúde vai descer ali eu to falando pros senhores num montante de dinheiro hoje que a gente não consegui fazer uma mensuração tão rápida então assim o senhores tem que pensar direitinho porque ali aquele ponto, aquele heliporto e a estrutura com a qual está sendo preparada para ser implantada o sul do estado não tem, vamos atrasar de novo? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então Marthony eu só queria justificar o seu questionamento é que realmente se tivesse sido aprovada em uma lei ou em uma deliberação do CPDM eu não questionaria essa aprovação então os atos de administração pública pode ser revistos a qualquer momento, então eu como secretário que assumi a pasta e me deparei com uma liberação que eu não enxerguei e nem o empreendedor me apresentou de que forma essa liberação foi feita então eu não me senti confortável em dar prosseguimento a renovação daquele alvará sem que isso fosse submetido aqui no CPDM, então estamos aqui justamente para isso eu não quero assumir isso sozinho porque eu não entendo, eu não vi segurança jurídica para que eu pudesse renovar aquele

alvará então eu não quero prejudicar o empreendedor de forma alguma, sou favorável ao heliponto naquele local só que eu não posso simplesmente deliberativamente eu sozinho fazer essa aprovação sem que eu tenha o mínimo de segurança jurídica e eu não encontrei até o momento então estamos aqui para isso. **Renata Fiório – SEMDURB:** Presidente posso falar um minutinho? Lá na SEMDURB nós temos técnicos na área de urbanismo e na área de geoprocessamento, e a gente conversou a equipe toda fizemos uma análise que naquela via Francisco Lacerda de Aguiar hoje é a melhor avenida para receber esse tipo de empreendimento no município, então houve um problema no passado que a gente está tentando resolver e a forma que ele trouxe para cá foi isso tecnicamente falando essa avenida é a mais bem preparada para isso no futuro pode até ter mais né secretário a gente pode trazer em outros lugares mas hoje pelo estudo técnico feito por nós é essa conclusão que a gente tirou. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Espero que a revisão do PDM permita que tenha mais heliponto no município sem dúvida nenhuma. Amaral? **Amaral – CREA:** Boa tarde meus colegas, lógico nós estamos aqui fazendo reflexões a respeito de validar, a questão toda de avaliação, no meu entendimento é saber até aonde no momento atual o empreendimento pode vir prejudicar em que sentido a cidade, e limitá-la, se for o caso, mas nunca tornar inviável pela impossibilidade do acontecimento pelo que eu ouvi falar que o Murta de que vai se dar em pequenas quantidades, que quantidade é essa e aonde que fere isso a legislação em vigor? Esperar que o nosso aeroporto se torne viável inclusive nessa questão espera feliz com menos de 30.000 (trinta mil) pessoas tenha um aeroporto regional então a questão é avaliar somente isso se o heliporto ali vai trazer que tipo de impacto? No meu entendimento como ele falou é limitado, de pequena monta, eu acho que sim ele já se moldou, já se investiu. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Então Amaral como eu disse aqui no início vamos deliberar com relação a viabilidade, se a gente aqui der a viabilidade para o empreendimento nós temos o estudo de impacto para vizinhança dele que vai ser passada em uma data posterior sendo aprovado o estudo de impacto de vizinhança também seja feito a emissão do alvará porque nós estamos tentando trabalhara dentro da legalidade e o PDM que está vigendo hoje é o de 2006 esse PDM não permitia o heliponto ser instalado então estamos aqui porque o CPDM pode deliberar em questões do PDM para que a gente não precise esperar a revisão do PDM. Só um minutinho Francisco, o Jairo vai falar aqui. **Jairo – SINDUSCON:** A prudência dessa secretaria tá fantástica eu acho que é por aí mesmo. O empreendimento já está aprovado, está executado, ele não pode ficar no prejuízo e hoje o que a gente pode fazer para dar prosseguimento do empreendimento dele. O que nós não temos? Uma lei específica de limitação, o PDM está vindo aí modificando isso junto pode-se criar uma equipe porque aqui não tem ninguém com capacidade técnica para dizer a capacidade que esse heliponto pode ter, qual o tamanho das aeronaves e quanto a quantidade de pouso, ele vai ter a prerrogativa de executar o heliponto com as limitações futuras, eu acho que isso atende ele no primeiro momento. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Francisco. **Francisco – SEMDEC:** Apenas para deixar bem claro com relação ao aeroporto de Cachoeiro de Itapemirim, quase semanalmente nós recebemos aeronaves vindo de diversos estados do Brasil especialmente São Paulo em busca de capitação de órgão, na semana passada mesmo nós tivemos capitação de órgãos em Cachoeiro então o aeroporto está funcionando normalmente para helicóptero e aeronaves de médio porte e pequeno porte, então nós temos a renovação com a ANAC, o aeroporto está 100% em operação inclusive 24 horas, nós temos balizamento noturno, a vinda de capitação de órgãos aqui em qualquer momento e a qualquer horário do dia. Então para deixar claro que o aeroporto está em pleno funcionamento quanto a questão do heliponto eu acho fundamental até mesmo porque em caso de emergência tem sido usado o campo do estrela que também teria que repensar com relação a liberação e a renovação do alvará, então é plenamente aceito pedido do empreendedor e a informação quanto ao aeroporto que está 100% capacitada e está recebendo aeronaves e fazendo a capitação de órgãos e transporte de modo geral. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Por questão de ordem aqui porque tem muita gente pedindo a palavra, vou dar a palavra a Fernanda depois ao Kaio e ao Wesley. Só para manter a ordem. **Fernanda – SEMCULT:** Eu ouvindo todos os pronunciamentos de todos os colegas, eu concordo com muitos pontos e discordo com alguns mas citando a Andressa concordo quando ela diz que em temas onde a gente não tem o domínio completo, nem o regramento legal a gente tem que ter prudência e bom senso, concordo muito com a sua fala Jonei porque essa prudência que Jairo acabou de dizer é de fato a melhor de salvo aguardar os interesses da comunidade, os interesses da coletividade mas eu tenho que deixar registrado o meu protesto com relação ao apego excessivo do município a lei eu discordo muito porque o apego a lei é aquilo que mantém harmonia e o equilíbrio da sociedade pela falta de apego a lei muitos desastres aconteceram muitos equívocos foram cometidos e a gente realmente tem que tomar cuidado com o regramento legal e com relação ao investimento econômico ser realmente o ponto de justificativa de tudo e de qualquer coisa eu também discordo a empresa investiu porque ela tem interesse em investir e o município tem interesse de crescer e se desenvolver, o papel desse conselho é fazer isso de uma maneira tranquila, moderada e modulada no regramento da lei então eu também discordo que o investimento econômico já feito justifique tudo e qualquer coisa. Fico com a fala do Jairo que achei extremamente bem colocada, também sou a favor também acho que um heliponto em Cachoeiro seja de grande valia em todos os aspectos social, econômico e de ordem da saúde então realmente eu não tenho condições técnicas de opinar acho que ninguém aqui tem de maneira mais profunda mas concordo só queria deixar pontuado isso o interesse econômico não pode sobrepujar a tudo e qualquer coisa e nem ser a justificativa de decisões que a gente tome aqui. **Kaio – OAB:** Eu queria até complementar o que a colega falou que na verdade a gente está aqui como agentes públicos o que a gente produz aqui são atos públicos, a gente está não sujeito a legalidade mas a legalidade restrita ou seja a gente só pode fazer aqui o que é a lei manda e não fazer o que ela se omite e olhando esse regimento aqui presidente o artigo segundo fala das atribuições do conselho e eu não consigo ver nesse rol aqui uma possibilidade que se enquadre a esse debate de hoje, esse debate sobre o heliponto, eu acredito até que esse tema talvez não teria nem que ter vindo aqui para o plenário como a gente atende as legalidades restrita aqui como agente público eu acho que se não tem nenhuma previsão aqui uma expressa de que a gente possa tratar desse tema ele não deveria ter vindo pra cá, eu acredito assim se a secretaria entende que é inviável não te que ser trazido para cá e o empreendedor tem mecanismos de controle de ato público que são as ações judiciais para isso eu não acho que seja um tema para ser deliberado em conselho. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** O que acontece nós temos um PDM que é de 2006. **Kaio – OAB:** Só uma coisa rapidinho, assim antes da gente votar e tudo eu queria ver se tem a possibilidade de dar a oportunidade para o Sidney que está aqui como representante, procurador, advogado doempreendimento. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Claro. **Kaio – OAB:** Porque ele me falou que tem uma explicação legal e tem a previsão legal que dê suporte. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu só queria esclarecer Kaio o porquê o tema está na pauta de hoje porque nós temos um PDM obsoleto, ele é de 2006, então naquela época não existia necessidade talvez do que a gente está trazendo aqui hoje se a gente for esperar a revisão do PDM vamos

causar um prejuízo de mais um ano para o empreendedor, como eu disse no início nós temos três caminhos ou esperar a revisão do PDM ou deliberar aqui porque o conselho ele delibera sobre questões do PDM que eu entendo que essa questão a gente podia sim deliberar não vejo problema porque nós temos um PDM desatualizado e o conselho aqui é justamente para deliberar sobre coisas que o PDM não prevê e a terceira via seria uma lei municipal específica para heliponto que teria que ser construída, então eu to entendendo que seria um dos caminhos mas aí quem decide é o conselho se o conselho decidir que não tem competência, que não tem conhecimento suficiente para deliberar sobre esse assunto quem vai decidir é o próprio conselho e não vejo problema a gente trazer esse tema aqui para o conselho. Wesley. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu gostaria de ouvir o advogado primeiro. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sidney? **Sidney – Advogado:** Boa tarde presidente, boa tarde a todos. Eu entendo que era de extrema necessidade de passar esse projeto pelo o conselho hoje e quero fazer algumas justificativas técnicas a respeito disso, como já foi dito o CNAE estabelecido na lei fala de atividades aeroportuárias e o pedido e a aprovação final feita pela a ANAC, pelo Ministério da Aeronáutica, SIMDACTA se trata de heliponto particular não existe no nosso CNAE essa atividade para que seja aprovado, entendemos que nenhuma legislação é capaz de acompanhar todo o progresso e tudo que acontece no dia a dia no nosso país isso é comum acontecer e como tratar isso? Engessar uma cidade? Engessar um país? Não. É por isso mesmo que a lei faz previsões para tratar de assuntos como esses, o próprio PDM ele estabelece que nós temos a CONTEC, comissão técnica do PDM, não temos? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** CONTEC é um caso a parte porque na lei fala que a CONTEC tem que ser formada por facilitadores da revisão do PDM, quem participou da revisão do PDM que deveria compor a CONTEC, hoje ela foi extinta por isso, nós não temos servidores. **Sidney – Advogado:** Sim. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Hoje ela foi extinta por isso porque não tem servidores nesse perfil hoje. **Sidney – Advogado:** Certo. Mas eu estou usando ela como base poque ela estava extremamente constitucional a época. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Como não tem a CONTEC temos o CPDM. **Sidney – Advogado:** Exatamente. Então apesar dessa previsão também do PDM é uma previsão erronia como você consegue manter todos que trabalharam no PDM e na CONTEC por tempo indeterminado seria um emprego vitalício para aqueles que trabalharam na revisão então são algumas coisas mas emfim a CONTEC ela existia e estava extremamente legal até a lei se tornar inconstitucional e ela servia justamente para que como órgão consultor da secretaria, tratava de processos que o requerente recorria, emitia pareceres e o secretário poderia acatar o parecer da CONTEC porque ele era consultivo como ele poderia rejeitar, se ele tivesse uma dúvida se a secretaria tivesse uma dúvida consultava a CONTEC isso dava uma segurança jurídica para tomar decisões juntos então esse órgão era consultivo e o CPDM deliberativo como todos já sabem porém na época de entrar com esse projeto do CNAE esse pedido do heliponto foi uma complementação de um projeto de licença de construção que foi dado início e aprovado antes da legislação do EIV que é 6649/2012, então esse empreendimento ele foi aprovado antes do EIV então por isso não teve EIV portanto por um processo do heliponto ser um processo mais demorado ele chegou com essa complementação posterior a lei do EIV e o que na época os técnicos decidiram que apresentasse junto com o estudo de impacto de vizinhança e todas as documentações e foram apresentadas tudo isso que o Murta já mencionou aqui e a dúvida é nós não temos isso delimitado no PDM que é heliponto privado e com isso os técnicos da época analisaram mediante a documentação que o Ministério da Defesa, da aeronáutica, SIMDATA, ANAC todos fizeram e analisaram então o técnico da época disse que nós não temos esse CNAE mas todos os órgãos competentes que sabem analisar esse tipo de projeto já fizeram um estudo viram que em aproximação de voo está tudo tranquilo desde de que apresente todas as documentações e essas documentações foram apresentadas ao órgão federal e juntados todos esses documentos e apresentado ao técnico, o técnico naquele momento colocou vejo que mediante todos esses argumentos eu não tenho que se opor nesse projeto com exceção saber o que eu faço que lá é CS4 e não tem um CNAE definido para isso e se a gente for usar o CNAE como analogia ao CS5 que o presidente já colocou nisso a gerência de licenciamento da época entendeu que os documentos ali eram o suficiente, mandou para o subsecretário que dali foi para a CONTEC, o que era a CONTEC na época? Era a comissão técnica para analisar casos omissos ou casos de duplo sentido, a legislação que dava mais do que uma interpretação então a CONTEC analisa essas dúvidas e direcionava o secretário na emissão do alvará ou não. A comissão técnica avaliou também o mesmo sentido, uma vez não tendo legislação encaminhou-se que orientava o secretário se quisesse poderia aprovar emfim isso foi feito na época foi aprovado mediante essas manifestações entendendo que não teria nenhum prejuízo urbanístico, entendendo que não teve nenhum aumento no modo construtivo, nem na taxa de ocupação coeficiente, nada, nada, nada, então foi emitido o alvará na época mediante todos os pareceres técnicos daqueles que eram entendidos que tinham competência para isso então ficou essa dúvida do CS4 e CS5 no momento que trouxe esse processo pra cá teve o alvará, foi renovado mais uma vez e prudentemente o secretário entendeu que deveria trazer, isso é bom até para poder resguardar o secretário anterior nesse caso que o senhor está trazendo aqui, nesse sentido trouxe achou por bem e eu acho super importante isso, só gostaria de frisar que o empreendimento lá foi aprovado anterior a legislação do EIV e teve-se o capricho de pedir ainda o EIV posteriormente que eu acho que pode ser e deve ser analisado ou convalidado da forma que entenderem mas o que acontece era não tinha uma legislação específica mas tinha uma comissão técnica para tratar dos assuntos obscuros da legislação, então isso foi tratado com total responsabilidade, com ao pareceres técnicos do técnico de licenciamento, com a gerência de licenciamento, com subsecretária e secretário à época onde emitiam um alvará para o empreendedor dando segurança jurídica para ele pudesse fazer essa construção, então quando coloco o ponto de não tenho uma legislação a gente trás para essa comissão técnica que ela era autorizada por lei para emitir pareceres e poderia ser acatado ou não, então quando veio esse processo pra cá eu acho isso importante para a secretária, é importante para o administrador, é importante para o empreendedor e que os senhores conselheiros e conselheiras entendam todo esse tramite processual e saber que foi analisado de uma forma coesa levando em consideração que no município, talvez no estado se tiver são poucos, não tem ninguém com capacidade técnica para avaliar um projeto de sinalização desse, um projeto de aproximação, isso foi feito tudo com base no licenciamento da ANAC, SIMDATA e o Ministério da Defesa. Eu acho que seria isso se tiverem alguma dúvida para eu responder fico a disposição. **Wesley – Sindicato Rural:** Acho que a gente está lidando aqui com um momento difícil, eu quero primeiro registrar o seguinte o conselho tem reformado mais o PDM do que todos os conselhos da história dessa cidade, somos um conselho reformista né. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Por que o PDM já tá desatualizado e já passou da hora da revisão então é natural que a gente tenha questões aqui. **Wesley – Sindicato Rural:** Primeiro ressaltar aqui pela negligência de governos anteriores não tiveram a coragem de fazer o que esse governo está fazendo que é o de revisar o PDM, paga a sociedade civil que representa o conselho aqui assumindo como o Kaio colocou atos de valor públicos e a gente tem que assumir como representantes fica o

registro da ineficiência dos atos do passado e também parabenizo a secretária e ao prefeito municipal que está tendo a coragem de fazer. Confesso que assim realmente eu estou com uma grande dúvida sobre a legalidade, a gente está decidindo agora sobre uma coisa que não está prevista em nenhuma lei, eu estou errado presidente? Vamos tomar uma decisão sobre algo que não existe assim. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Aí Wesley vou te dizer o seguinte se o conselho aqui entender pela aprovação da viabilidade e amanhã na revisão do PDM a revisão entender que não seria possível realmente aprovar o heliponto ali eu entendo que a decisão do conselho poderia ser valida até a revisão do PDM e o empreendedor ficaria com esse risco de ter o empreendimento dele inviabilizado na revisão do PDM. **Wesley – Sindicato Rural:** Ok. Mas primeiro eu quero registrar a minha postura eu não tenho medo de tomar decisão, assumir decisão, qualquer questão jurídica, eu acho que se a gente toma decisão em conjunto, todo mundo vai assumir junto não tem problema nenhum, não é por medo de assumir decisão não e fugir do debate que eu não tenho essa mania na verdade eu entro mais no debate do que fujo dele mas essa dificuldade do passado nos causou um grande prejuízo ao empreendedor que recebeu um alvará assinado pelo secretário municipal da época não é isso? Eu estava olhando a documentação ali eu olhei fui olhar e senti os alvarás tem os alvarás, então assim houve um prejuízo grande e de alguma maneira o município vai ter que repor nem que seja com mandado de segurança, ele vai ter que fazer alguma coisa. Acho que o heliponto é importante, penso que de fato ele é, e eu pergunto aqui agora ao Kaio e aos outros jurídicos aqui os técnicos da secretária, uma lei municipal omitida pela câmara pelo prefeito municipal nos daria respaldo para tomar essa decisão? Então o que eu vou propor, Murta? Estou buscando um caminho na legalidade para você ter segurança jurídica essa é a minha intenção de proteger de uma ação futura é por isso que eu vou fazer o que eu vou fazer agora, sabe o respeito que eu tenho com o empreendedor, acho que o município te que responsabilizar pelo o empreendedor junto com o conselho o prefeito municipal acho que deve mandar uma lei regulamentando esse tipo de atividade, passar pela câmara e com base nessa legislação o conselho decide antes do PDM, eu tenho certeza que a gente faz isso em um mês eu tenho certeza presidente mas nós temos que ter uma base legal para decisão se não a gente vai cometer erros do passado e todos nós inclusive o senhor pode ser julgado por isso e o empreendedor também, se o Murta tiver essa paciência e se esse for um bom caminho o Kaio eu queria ouvir sua opinião. **Kaio – OAB:** Mais do que isso Wesley se for um caso de ilegalidade porque como eu disse a gente distrito a uma legalidade restrita ou seja deferente da particular que a gente pode fazer o que a lei não proíbe, a gente só pode fazer o que a lei permite se a gente não tem uma lei para isso eu como conselheiro, você como conselheiro e todos aqui como conselheiros a gente responde pessoalmente por exemplo em uma ação criminal ou em uma ação de improbabilidade. **Wesley – Sindicato Rural:** Ok. Obrigado Kaio. Então presidente a minha proposta é que o município nos apoie, nos ajude e não cometa os erros do passado, não é essa prática desse governo eu tenho visto isso todo dia é de desburocratizar, acho que vale um ação , Francisco e a amigos, do município emitindo uma lei de direito específico para esse assunto para que a gente possa decidir. Essa é a minha opinião. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Alguém mais? **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Eu acho que a gente deveria colocar em votação no meu ponto de vista aqui agora que eu discuti aqui com a colega da SEMDURB, caso sendo aprovado conste na aprovação a prefeitura regulamentando para uma lei municipal que ele não perca mais tempo com a a obra parada, aprovamos o "heliporto" joga a obrigação para o poder público de criar uma lei específica sobre o ponto e o empreendimento continua. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Se os conselheiros estiverem a favor podemos abrir a votação. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu aprovo essa votação. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Pelo o que eu estou vendo todos estão de acordo com a sugestão do Marthony. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Desde que haja o compromisso do senhor presidente de encaminhar ao prefeito. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Vou encaminhar sem dúvida nenhuma. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** E dele remeter a câmara uma lei. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sim, com certeza. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Ok? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Agora vou salientar, essa lei vai passar pelo trevo da câmara municipal. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Mas os membros do conselho podem argumentar isso na câmara municipal? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sim, claro sem dúvidas. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Porque é o nosso dever aqui, nessa mesma casa eu me coloco a disposição para isso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Até porque eu vou voltar a falar o que eu falei anteriormente, eu não entendo que heliponto deveria ser classificado como atividade aeroportuária. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Nós classificamos a nossa lei presidente conforme o senhor entende, o senhor orienta a lei de acordo com os seus estudos técnicos. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Exatamente. Ele foi classificado por uma falta de um CNAE específico para heliponto. **Renata Fiório – SEMDURB:** Só para lembrar a proposta do Marthony é a seguinte a gente, CPDM, aprova essa questão da gente colocar o alvará dele em funcionamento, prorrogar o alvará dele, e pedir ao município para fazer a legislação o quanto antes do heliponto é essa proposta do heliponto. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Essa é a proposta pelo o que eu entendi para não causar mais prejuízo ao empreendedor e que ele possa continuar as obras. **Andressa – SEMMA:** Presidente em algum desses municípios que o senhor pesquisou já existe alguma legislação em vigor? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Existe, em São Paulo existe leis específicas para heliponto. Murta. **Murta – ACISCI:** O que nós queremos aqui é dar continuidade a construção do heliponto, eu até agradeço ao conselheiro Marthony, a prefeitura não vai deliberar nada para o uso ela não pode não tem direito a isso, quem tem direito é só a ANAC, se a ANAC falar não, mesmo com o heliponto pronto é não. Ela nos deu o alvará para construir depois que estiver pronto com escadas, torre, sinalização, grade e tudo a ANAC vai vir aqui autorizar o funcionamento ou não. Só que nessa lei a gente poderia liberar, eu aceito, eu não tenho como colocar agora vida na obra se eu não fizer o heliponto, eu estou parado na obra a gente continua a obra para que a gente coloque o heliponto todo pronto tem escada, tem um monte de coisas que pinte, que prepare, faça todo o acervo dele e a gente espera que essa lei funcione porque o heliponto não vai funcionar agora mesmo que estivesse pronto, só pode parar um helicóptero ali com a aprovação da ANAC, tem que ter o habite-se direto, um monte de coisa nós temos um tempo para isso vai levar um ano mais ou menos e dentro desse tempo a gente vê se consegue essa nova lei do prefeito que dê autonomia e segurança. A gente está aqui e eu como empreendedor digo que qualquer tipo de empreendimento que a gente faz e principalmente nesse nós não podemos fazer nada de errado então o que a gente quer é que tudo siga dentro da lei, vamos imaginar que aconteça um acidente e um helicóptero caí eu não quero ser prejudicado e nem prejudicar ninguém mas nós queremos continuara a obra, a obra está pronta, o heliponto está pronto, o ilumina tá tudo certo beleza não está operando, tá bom, vamos esperar essa lei se o prefeito der um mês, dois, três, quatro meses tá bom o que nós não queremos agora é não poder fazer nada e não temos como desmanchar aquilo agora, é muito alto e super perigoso, não tem como derrubar aquilo desmanchar mas que a gente como empreendedor fica assim vou empreender mais o que nessa cidade? Nada, porque a gente não tem segurança

nenhuma, a gente respeita todas as secretarias o conselho e tudo mas nós empreendedores, eu não falo por por mim aqui tem o Jairo e outros é muito ruim para a gente colocar um edifício a gente consegue o alvará, consegue a aprovação do corpo de bombeiros que são duas coisas essenciais, apresenta o EIV e depois é condenado isso é uma multa que a gente recebe nesse caso aí eu quero fazer o que é certo, eu aprovo isso eu acho legal vou até me abster na votação porque não posso votar em causa própria mas gostaria que aprovasse para que nós dessemos prosseguimento a obra, construíssemos o heliponto o uso dele após a aprovação da lei. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu só queria salientar a questão do empreendedor não querer empreender porque eu entendo perfeitamente, eu entendo que o empreendedor sofre em Cachoeiro porque nós estamos com as legislações todas desatualizadas a gente está com o PDM desatualizado, o Código de Obras que é de 1975, nós temos um Código Florestal hoje que não permite nenhum tipo de intervenção a menos de cem metros do rio Itapemirim e a cidade toda se desenvolveu as margens do rio Itapemirim então realmente nós temos legislações que estão complicando a vida do empreendedor mas não é culpa da administração pública, estamos fazendo que a gente pode empenhando esforços a Andressa está aqui a minha parceira aí nesse esforço principalmente com relação ao Código Florestal para a gente justamente desburocratizar a cidade, Francisco também através da SEMDEC tem ajudado bastante nesse sentido para a gente dar segurança ao empreendedor investir em Cachoeiro novamente, eu queria até passar a palavra para o Francisco novamente. **Murta – ACISCI:** Eu só queria agradecer o esforço que vocês estão fazendo, a gente está junto nessa e a nossa preocupação é exatamente essa se quanto antes fizesse a revisão do PDM para nós é melhor e é mais consistente porque o que falo aqui que a gente fica com receio de fazer qualquer coisa porque acaba ficando lesado, nós ficamos lesado então que a coisa siga normalmente a gente aprova essa mudança a gente está sempre junto aí. Obrigado. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Fernanda você queria falar? **Fernanda – SEMCULT:** Eu queria deixar reforçado, eu fiquei bastante segura com a fala do Kaio e isso me esclareceu porque realmente deliberar sobre coisas que não estão sobre o nosso entendimento técnico então assim com essa conversa que saiu agora, eu queria reforçar assim o desejo de que o esforço da administração pública fosse bastante grande em direção a legislação porque me parece um apontamento para o futuro e eu penso que se Deus quiser vai ser o primeiro de muitos porque realmente é uma tendência o tráfego aéreo na cidade então assim é só reforçar mesmo acho que essa decisão agora com essa alternativa é mais segura para o CPDM, para o empresário e para a cidade até que essa legislação possa ser concluída porque eu penso e gostaria que realmente não fosse o primeiro e ultimo ponto de discussão de heliponto em Cachoeiro. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Bom eu acho que estamos todos com o mesmo pensamento de abrir uma votação pela sugestão do Marthony de que o alvará da construção do heliponto fosse renovado e que concomitantemente iniciássemos uma minuta de lei que trate exclusivamente de heliponto do município para que essa construção tenha esse respaldo legal que a gente necessita para que ela se concretize de forma quando ela funcionar. Se todos estiverem de acordo eu vou abrir a votação pela sugestão do Marthony. **Kaio – OAB:** Só fazer uma observação. Então seria o seguinte a gente aprovaria a continuidade das obras e o uso do heliponto fica sujeito a uma permissão na revisão do PDM ou uma lei específica sendo que se isso não acontecer ele não vai poder usar o heliponto independente do tempo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** A proposta foi, essa não é isso Marthony?. **Kaio – OAB:** Ou pelo menos que ele tenha uma visão judicial. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Sim. Ele não pode usar se ele não tiver as licenças do órgão federal competente, ele só vai obter a licença de uso depois que tudo estiver pronto ou seja ele tem que acabar o prédio primeiro, se ele não acabar o prédio ele não fazer nada ninguém vai pousar lá, o que é o problema que eu estou vendo hoje não é em sim o heliponto é a finalização da obra, quem tem salas lá na segunda torre está esperando aqui nós não estaremos liberando para uso de nada lá em cima é só para terminar a obra porque ele não consegue fechar o prédio se não acabar o heliponto primeiro é esse que o nosso problema. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Entendi, então se todos estiverem de acordo vamos abrir para votação. Quem estiver a favor da prorrogação do alvará baseado nas considerações que foram faladas aqui por favor levante o braço? Dezesseis votos a favor. Alguma abstenção? Três abstenções. Alguém é contra? Então são dezesseis votos a favor, três abstenções está aprovada a prorrogação do alvará do heliponto do Stone Office. Passando para o próximo ponto de pauta número 6 o Supermercado Perim, eu não estava na reunião passada quem me representou foi a Renata e até aonde eu sei foi apresentado o empreendimento pelo empreendedor, foi apresentado o parecer de análise do EIV e estava em fase de debate para posterior votação então gostaria de saber se algum conselheiro tem mais alguma coisa a falar a respeito desse empreendimento do supermercado Perim na avenida Francisco Lacerda de Aguiar. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Quanto ao Perim eu gostaria que abrisse para uma audiência pública das pessoas do entorno que se manifestassem principalmente no caso das docas, ele está chegando depois você tem um fluxo muito grande da faculdade, das duas torres e do Shopping então assim ali uma audiência pública com as pessoas do entorno a gente teria uma condição melhor para fazer a avaliação. **Jairo – SINDUSCON:** Nesse período eu solicitei visto ao processo tive na secretaria, examinei o processo, conversei com o arquiteto Rangel sobre o processo pedi cópia do processo de trânsito e minha sugestão é a sugestão dele, é pedir uma audiência pública. A minha sugestão é que a gente montasse um GT grupo de trabalho para analisar melhor o projeto e arranjar uma outra solução alternativa, tem solução alternativa não tão impactante como tá a situação do trânsito, o supermercado tem que ser construído, eu sou morador do Gilberto Machado e vou ganhar mais um presente eu sou a favor da construção do supermercado nunca fui contra mas nós temos que fazer um grupo de estudo junto com as secretária de trânsito montar um GT para discutir o porquê essa alteração tanto no trânsito se houver uma modificação interna no supermercado que a gente já viu que é possível e não vai alterar o trânsito dessa forma, essa é a minha opinião como engenheiro civil não como engenheiro de trânsito. **José Bessa – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo:** Diante da fala do nosso colega e em se tratando também de um profissional da área de engenharia eu gostaria de deixar aqui uma proposta este empreendimento já está a vários meses ou até anos em discussão o projeto em andamento, a intenção e tudo isso para sua realização qual a proposta que eu faço que nós aprovemos o projeto e que se crie esse conselho técnico o GT a exemplo o que ele acabou de sugerir e que o componente trânsito e o entorno fica para uma discussão posterior, nós temos aqui representantes do empreendedor então ele teria conhecimento do que estamos aprovando nessas condições até porque isso é o entorno que será discutido, acho que o Jairo foi muito feliz e eu quero propor que nos aprovemos a obra para que ela inicia até porque isso leva um tempo e a questão de trânsito, o fluxo, que nós tratemos por meio desse grupo até por que temos aqui nesse conselho profissionais que podem emitir pareceres e opinião sobre isso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Só para lembrar que nós estamos aqui na votação do estudo de impacto de vizinhança do empreendimento não da obra propriamente dita, a obra está sendo analisada no licenciamento ela já foi dada a viabilidade tanto que nós estamos aqui, concordo

com o Bessa com relação ao entorno possa ser discutido durante o processo de construção da obra eu acho que uma coisa não atrapalha a outra, não teria problema, mas o que nós estamos discutindo agora é a aprovação do estudo de impacto de vizinhança podemos também criar o GT para tratar da obra propriamente dita mas a aprovação daqui hoje é somente com relação ao estudo de impacto de vizinhança, claro que em se aprovando o estudo de impacto de vizinhança, o projeto também está pré-aprovado pela prefeitura então automaticamente o alvará será emitido assim que fosse aprovado o estudo de impacto de vizinhança aí no caso Bessa a gente poderia fazer o seguinte aprovaria o estudo de impacto de vizinhança com a ressalva de se discutir o projeto através de um grupo técnico conforme proposto pelo Jairo. **José Bessa – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo:** Até porque nós temos a questão de mitigação, tudo isso estamos em discussão, temos uma tabela em andamento que está tratando disso também então eu acho prudente que nesse momento aprovemos o EIV com essas ressalvas para que continuemos a estudar esse assunto para que ele inicie a obra até porque ele sabe das responsabilidades dele. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu vou discordar do amigo Bessa no seguinte sentido: eu não vim na ultima reunião mas tive a oportunidade e estou relendo o que foi apresentado na ultima reunião assim eu não consigo imaginar, se eu estiver exagerando vocês podem ficar a vontade para puxar minha orelha, R$ 544.000,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil) da para construir um prédio que vontade há de empreender em Cachoeiro? É meio milhão para fazer uma obra que está custando quanto? O senhor tem ideia do valor dessa obra toda o senhor que é engenheiro? Vinte milhões. Eu não consigo concordar com um negócio desse, eu não consigo imaginar como o sujeito paga meio milhão de reais na reforma de um posto policial, para intervenção do sistema viário, implantação de abrigos de ponto de ônibus, o sujeito está assumindo dever do poder público e olha que a gente já paga imposto para isso e ele paga imposto, esse homem tem três empreendimentos gigantescos na cidade e está fazendo o quarto empreendimento, eu não concordo com esse EIV e voto pela não aprovação dele e que esse EIV tenha outro valor talvez o valor da reforma do trevo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu só gostaria de relembrar aqui Wesley que o calculo desse valor foi feito em cima de uma tabela que é feito todos os outros EIV's que passaram por aqui foi baseado na mesma tabela então por questão de isonomia no tratamento com os empreendedores foi feito o calculo em cima dessa tabela que é uma tabela que calculada em cima dos impactos causados e do tamanho do empreendimento e que também está sendo discutida através de um grupo técnico sobre levar em consideração os pontos positivos do empreendimento para que esse valor seja minimizado, tanto que ficou um saldo a definir é justamente pensando nessa tabela de avaliação de pontos positivos que ainda não foi aprovada pelo conselho mas só quero salientar que não existe nenhum tratamento diferenciado para esse empreendimento. Vamos prorrogar o tempo já estamos chegando às 17:30, vamos prorrogar até as 18:00. **Wesley – Sindicato Rural:** Eu não falei que o senhor está usando uma tabela diferente, só para esclarecer. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu também não discordo porque eu também acho caro. **Wesley – Sindicato Rural:** É bom ouvir isso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Mas infelizmente a SEMDURB tem que tratar todo mundo de forma isonômica. **Wesley – Sindicato Rural:** Como coordenador do grupo de trabalho que está cuidando da nova tabela do EIV, eu quero dizer o seguinte parece que o senhor me disse que já foi aplicado essa metodologia ali? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Já foi em todos os empreendimentos para trás que nós aprovamos aqui foi a mesma tabela usada, o desconto não foi usado ainda porque não foi aprovado ali ficou um saldo a definir ainda e como esta tabela está prestes a ser aprovada eu deixei em aberto aquele saldo para que se caso venha acontecer o desconto nesse caso aí já tem um caso que o saldo não está definido. **Wesley – Sindicato Rural:** Então esses valores de EIV justificam ainda mais o trabalho do grupo de trabalho que está fazendo anova tabela do EIV. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Não discordo. **Wesley – Sindicato Rural:** E tabela isola bacana mas é uma tabela injusta. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Só para efeito de comparação e como todos os EIV's são públicos o empreendimento do supermercado Carone que é menor que essa daí ficou em R$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil), o Carone que foi aprovado a pouco tempo pelo CPDM o valor da contrapartida ficou em R$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil) e é menor que esse empreendimento, é metade da área desse empreendimento. **Amaral – CREA:** Eu acho que nós vamos empurrar para o futuro um problema, a gota d'água é o supermercado Perim a região já é impactada já são problemas que temos, todos pensando em um único veículo de locomoção, uma importante artéria, eu acho que o comitê e o grupo é importante desde que se faça dentro de 30 (trinta) dias para que nós apreciamos na próxima reunião de pauta para dar um valor técnico para isso, a questão é analisar o entorno quer dizer assim ou empreendedores não vão querer mesmo porque se ele é a pedra da vez ele vai sempre pagar a conta que está sendo discutida ali, ele não impactou sozinho, é preciso a gente aferir isso através de um grupo técnico que foi proposto pelo colega Jairo vamos fazer um mês de analises simples e técnica para a gente enxergar os defeitos se não é jogar para frente, não é sozinho o empreendedor que tenha unidade de ensino, tem posto de gasolina, tem o prédio, algumas salas eu acho que é importante a gente fazer em um mês não atrasar tanto agora empurrar para o futuro e dizer que é possível uma coisa que não mediu, amanhã o conselho e o senhor vai ser julgado e apreciado pelos mesmo modos da questão anterior. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Concordo Amaral, eu só queria lembrar baseado na fala do Amaral que a lei do EIV é de 2012 então os empreendimentos anteriores a 2012 estavam isentos do estudo de impacto de vizinhança, só para esclarecer aqui. **Kaio – OAB:** Eu queria primeiro parabenizar o empreendedor pelo empreendimento e pela persistência em empreender em Cachoeiro, acreditando no potencial de Cachoeiro, eu queria fazer uma crítica também bem pontual no parecer da SEMDURB tem uma sugestão que o empreendedor transformasse um beco que tem na lateral do imóvel em uma rua e que não foi acatado, eu acho que seria uma oportunidade muito grande da gente eliminar um beco que é nada condizente com o ambiente planejado e bem urbanizado mas é uma obrigação que não da para impor também, aí presidente eu vou fazer aqui uma sustentação um pouco teórica a gente tem sim aquela tabela do EIV que é usada na SEMDURB ela busca dar maior objetividade nas avaliações com certeza ela não torna a avaliação objetiva, ela reduz a subjetividade mas como eu disse aqui a gente como Conselho a gente atua como agentes públicos, a gente produz atos públicos, e os nossos atos apesar de serem discricionários a gente está sujeito ao princípio da razoabilidade para a gente não incidir em ilegalidade, e é muito importante que a gente aplique essa razoabilidade para que a gente não acabar transformando a discricionalidade em uma arbitrariedade, essa tabela ela busca sim dar objetividade mas ela não torna a coisa objetiva então eu acho que a razoabilidade ela vem justamente para limitar essa discricionalidade sempre que a gente deparar com situações que é nitidamente reprovável e que me parece o caso, isso porque apesar da nossa tabela dos pontos positivos não está concluída ela trata de aspectos que já teriam que ser observados pela secretaria desde sempre, esses aspectos positivos não vão surgir agora com essa tabela a gente vai tentar implantar uma coisa que já era para ser usada e eu não estou culpando o colega Rangel nada disso porque é o que vinha sendo praticado na secretaria desde sempre e a gente

está tentando mudar esse projeto do Perim ele já contempla alguns desses pontos positivos que a gente está colocando na nova tabela que já poderia ser contemplados nessa avaliação, a gente tem vagas excedentes é o mínimo legal, vagas de estacionamento, capitação e reuso de água pluviais e principalmente a geração de 150 (cento e cinquenta) empregos na fase de construção e 400 (quatrocentos) empregos na operação, eu acho que só por aí a gente já tem que distanciar desse valor que foi definido, e uma proposta do Perim como compensação que foi a reforma do "bolo de noiva" a serviço da PM, eu tomei o cuidado de entrar em contato com o atual comandante que é o Alessandro Marinho que é um amigo, porque a princípio eu sempre imaginei que aqui hoje não funcionasse por falta talvez de pessoal da policia ou talvez falta de interesse estratégico e eu liguei pra ele para ver se a PM realmente tinha interesse naquele espaço e ele falou que sim que é muito importante e que vai ser uma porta para colocar em prática vários projetos da PM em segurança pública obviamente e que eles tem sim interesse em reativar e dividir um pouco da quantidade de gente que eles tem ali na Beira Rio e enviar para aquele local para atender melhor a cidade, então assim agora eu vou fazer umas proposições eu votaria pela manutenção da reforma do bolo de noiva e uma outra coisa que eu queria deixar uma observação no parecer da SEMDURB ficou estipulado um valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil) para intervenção no trânsito, obviamente o trânsito ali é complicado e o Perim vai agravar isso não tem como negar, mas é muito claro que o Perim não está causando isso sozinho ali eu fiz um levantamento muito superficial de que a gente tem como o Perim quatro empreendimentos ali geradores de fluxo o shopping, o Stone que vai ser inaugurado, o Perim e a São Camilo infelizmente a gente não pode cobrar desses que já estão em funcionamento ou que tiveram o seu EIV aprovado mas agora também foge de qualquer razoabilidade de cobrar o valor integral para o Perim que está chegando agora então é só pegar o R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil) e fizer um média simples para quatro virar dois vai dar R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos) reais seria o aceitável para o Perim e quanto aos pontos de ônibus a sugestão que eu deixo é que ao invés de 06 (seis) pontos de ônibus a sugestão que eu deixo, ali já existem dois pontos de ônibus em frente aonde vai ser o empreendimento e outro praticamente ao lado que esses pontos de ônibus fossem construídos, revitalizados no padrão que a SEMDURB ordenar então resumindo eu acho que a gente tem que dar uma observância maior a razoabilidade e tentar entender a importância desse empreendimento e a disposição do empreendedor em continuar investindo em Cachoeiro. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Antes de passar a palavra para outro Conselheiro. **Amaral – CREA:** É como se a proposta nascida não tivesse nenhum significado e tem que ter, eu propus algo no comando, na rotina da conclusão da reflexão então se o Dr. Kaio está tratando um assunto que é vertente ao contrária só pode caber essa análise do qual ele coloca com muita propriedade se foi negado provimento ao que eu proponho presidente, é o meu ponto de vista, como tem acontecido sempre nesse conselho. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Perfeitamente. **Amaral – CREA:** A proposta que eu faço não é minha propriamente dita é do Jairo que eu adotei de que a análise deva se dar decisão a partir do criar o grupo para analisar os pontos contrários e se a partir dali, essa questão se são 188 ou 355 vai dar em nada pode vir coisa diferente mas é preciso apreciar, isso é o que eu falei perdemos só um mês o outro mês terá outra decisão sem prorrogação o empreendedor sabe que é só 30 (trinta) dias mas que pode ser de boa conduta. Eu te pergunto por gentileza se houver essa condução do trabalho técnico que inibe a necessidade, digamos não seria mais prudente? Porque o que vai se perceber é o entorno como é que essas coisas podem ser resolvidas ali em um ambiente impactado que é de maneira mais ordeira possível porque se nós formos discutir o que a união interfere dentro do município ou o estado interfere com as suas rodovias jogando tráfego aqui dentro é outra coisa, nós não estamos falando disso nós vamos tentar resolver com meios próprios, é isso Jairo? Por favor, de maneira que a gente possa oferecer uma solução que seja interessante a ambos o município, a cidade, ao empreendedor de maneira mais ordeira possível, é isso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Alguém mais além da Maria Helena quer falar? Marthony, Murta. Só por questão de ordem pode falar é que eu estou preocupado com o horário nós só temos 20 minutos para a gente abrir a votação em cima das duas sugestões que foram propostas a gente teria aí no máximo de 10 minutos de fala, então vou pedir para ser breve e os outros conselheiros também. **Major Palaoro– Representando o comando do 9º Batalhão:** O Coronel Marinho me ligou e eu vou falar sobre o mérito e não sobre a forma que cabe aos senhores ma seu vou falar sobre a importância daquele ponto para a policia militar porque eu tenho que deixar claro para os senhores, para o empreendedor, a policia militar não está ali porque não tem condizente, nós temos muitas dificuldades mas o batalhão se dividi em companhias e Cachoeiro tem a maior companhia do estado do Espírito Santo nós temos uma companhia para uma cidade do tamanho de Cachoeiro para nós termos ideia em Guarapari que tem a metade da população de Cachoeiro, nós temos três companhias uma sul, uma central e uma norte, em cada companhia nós temos um conceito de segurança então a ideia nossa é fazer a segunda companhia, nós já temos a primeira companhia na Beira Rio, fazer a segunda companhia do BNH no bolo de noiva e um outro capitão responsável um gerente responsável dividindo a cidade e dando também importância a área rural da cidade de Pacotuba, e as pessoas vão ter alguém para procurar uma referência, não apenas indo ao Coronel Borges que é um Batalhão um pouco isolado da cidade, uma capilaridade maior e a importância é essa se não vou ter ocupar o Coutinho vai ser uma dificuldade, então é importante para Cachoeiro nós temos isso como uma estratégia isso é científico não é empírico é necessário. Só colocar esse ponto, muityo obrigado. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Obrigado Major. Maria Helena. **Maria Helena:** Eu queria cumprimentar a todos os do conselho e parabenizar esse conselho porque a gente tem observado que nós temos feito bastante progresso dentro do nosso município e agente agradece aos conselheiros que nós temos hoje. Quando o presidente falou a respeito do Carone e falou que o Carone pagou R$ 305.000,00 (trezentos e cinco mil) reais de EIV, eu queria deixar claro que o Carone não é de Cachoeiro, o Carone não tem quatro supermercados em Cachoeiro e ele nunca contratou uma pessoa de Cachoeiro para trabalhar para ele, eu queria colocar para vocês que a obra do Carone vai ser feita por uma construtora de Vitória e a obra do Perim vai ser feito dentro de Cachoeiro, com pessoas de Cachoeiro, esses empregos são de Cachoeiro, a renda é daqui é nossa, nós hoje temos que valorizar quem é daqui, seu Osvaldo passou a vida inteira fazendo o que? Dando emprego para quem? **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Maria Helena se me desculpa interromper mas nós estamos com tempo limitado e esse assunto não é pertinente a reunião. Por questão de ordem eu gostaria que você fosse objetiva nos assuntos que são pertinentes a reunião se não eu terei que cortar a sua fala infelizmente. **Maria Helena:** Já estou terminando. Então eu gostaria que isso fosse levado em consideração quando se fosse votado aqui que se valorizasse o empreendedor de Cachoeiro, muito obrigada. **Murta – ACISCI:** Só queria complementar aqui o seguinte tanto o projeto que já está aprovado pela SEMDURB praticamente 90%, o nosso EIV já está também aprovado, o que não está aprovado é essa verba aí que ela depende da aprovação da movimentação da logística que tem vários empreendimentos no local do qual a gente faz parte do Shopping e o Stone e eu sou favorável formação da gente aí

conforme o Jairo comentou, a gente pode se reunir junto a secretaria de trânsito e a gente compor com o pessoal do Perim também se for assim o caso, a gente compor aqui e resolver esse problema de trânsito que a gente tem algumas soluções mais práticas e que vão tratar daquele valor que estão ali embaixo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sugiro incluir a São Camilo também. **Murta – ACISCI:** Desculpe, eu fiz um levantamento aqui seria o Stone, São Camilo, o Condomínio Montanha porque lá tem umas entradas e saídas representando, a gente faria isso junto com a secretaria junto com a obra do Perim e a gente avaliaria o trânsito a quantidade de carro, de vagas, o que tem, o que não pode, é esse grupo é um grupo que pode resolver isso semana que vem com um dia de estudo coloca no desenho eu me proponho a entrar nesse grupo, a fazer o projeto, me proponho a fazer qualquer coisa, para dar apoio, mas aí a gente iria colocar número de logística conforme o Kaio falou nós temos aquela tabela que a gente podia até encrementar1 ela na próxima reunião aprovava aquela tabela, aprovava esse projeto junto com a Secretaria de Trânsito e já traria um valor menor então hoje aprovar aquele valor ali que também acho alto, a gente compreende mas eu sou favorável a formação do GT, aprovação do projeto junto com a secretaria envolvendo todas essas pessoas que é tipo a audiência pública conforme o Marthony falou, aí traríamos aprovaríamos primeiro a tabela do Kaio, aprovaríamos o projeto que a gente fez junto com a secretaria, e o valor seria consideravelmente menor. Essa é a minha opinião. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Eu só queria fazer uma pergunta e gostaria que o senhor me respondesse por favor. Aquela intervenção que está tendo próximo ao Perim se eu não me engano o bolo de noiva vai se reduzir a quase nada, dá uma olhada no projeto tem que ver isso. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Não, não Marthony o diâmetro da área do bolo de noiva não vai ser alterada. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Não vai ser alterada a entrada do São Lucas não? Acho que deve dá uma mudada. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Não, não, não vai ser alterada. Isso foi uma preocupação que nós tivemos justamente porque já existia manifestação da PM em voltar ocupar o bolo de noiva então no projeto de revitalização o diâmetro da área entorno do bolo de noiva a área útil não foi alterada. **Marthony Garcia – FAMMOPOCI:** Quanto a liberação do alvará que o colega Bessa disse eu acho que ela deveria esperar essa análise porque se eu tiver que fazer a alteração da doca e começar a obra ele não vai alterar depois. Vamos fazer um estudo técnico, audiência com a população para saber porque ali você tem dois bairros São Geraldo e Paraíso, tem o condomínio Montanha, tem a faculdade, os empreendimentos que tem lá, mais um bairro que ainda não começou a construção das casas, ou seja, a gente tá olhando para o agora eu tô olhando para daqui a um ano e meio quando começar a liberar as construções, o número de carros vai aumentar mais ou menos 1 500 (mil e quinhentos) carros então a gente muda a doca de lugar. **Francisco Montovanelli – SEMDEC:** Eu acho que esse debate é muito importante, concordo com o que o Jairo falou e o colega do CREA formar um grupo técnico, com relação a proposição do Marthony 50% que ele sugere o grupo técnico e a audiência pública agora quanto a audiência pública se for o caso eu gostaria que fosse levado em votação, com audiência pública ou sem porque se nós temos um gruo técnico e nós precisamos de resposta técnica a população de modo geral não tem condições técnica. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu proponho fazer três votações, uma para votação do grupo técnico, outra para para audiência pública. Então a do Kaio até como você mesmo disse Kaio que a tentativa da tabela tem que ter critérios objetivos para que seja feito um cálculo da contrapartida e a gente subjetivamente simplesmente diminuir o valor da contrapartida não acho prudente, então acho que o grupo técnico de aprovação da tabela, levando em conta os pontos positivos, é mais prudente do que a gente simplesmente chegar aqui e falar vamos fazer o bolo de noiva, vamos fazer só isso, entendeu? Eu acho mais prudente e não subjetivo. **Andressa – SEMMA:** Eu gostaria de saber presidente eu não estou participando da revisão da tabela, eu gostaria de saber como está o andamento qual é a perspectiva a comissão que está aqui gostaria que me falasse se tem a perspectiva de quando irá ser aprovada e segundo ponto a questão da audiência pública nós temos que pensar muito porque uma audiência pública ela tem requisitos que vai ser assim quem vai assumir a questão da mobilização da população? Você vai trazer a tona questionamentos, como Francisco falou, de pessoas que não são técnicas e as vezes vão achar que aquilo ali é para elas opinarem, vão querer coisas que nem estão dentro da técnica então acho que a questão da audiência pública e essa questão que estamos sugerindo aqui a audiência pública não é requisitos então a gente tem que pensar muito porque fazer uma audiência pública para três, quatro pessoas e as vezes fazer uma audiência pública e encher o plenário e as pessoas fizerem várias sugestões criar expectativa para depois a gente não fazer o que vai ser proposto na audiência pública é temerário. Gostaria de ouvir primeiro a resposta do coordenador da comissão de revisão da tabela do EIV. **Wesley – Sindicato Rural:** Na última reunião do conselho foi apresentado o ultimo modelo de tabela, não é isso Kaio? E nós vamos fazer agora uma reunião do grupo de trabalho durante essa semana para encerrar e apresentar na próxima reunião para aprovação do conselho, na próxima reunião de conselho já vai estar aprovado. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sugiro Andressa você participar dessa reunião como ouvinte pelo menos porque aí você vai ter o conhecimento do que vai estar sendo deliberado lá. **Kaio – OAB:** Só quanto o requerimento de audiência pública vou tentar só justificar, eu só ia explicar que ali vai ter gente reclamando vai ter gente elogiando só que a vocação daquele imóvel não tem como ser diferente de um grande comércio ou de uma indústria. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Etão deixa eu entender Marthony, se for aprovada a formação do GT por enquanto a audiência pública está suspensa. **Marthony – FAMMOPOCI:** Mas esse GT é de acordo com o que estamos conversando aqui. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Sim, sim perfeitamente aí a gente na próxima reunião avaliar a questão da audiência pública mesmo depois da opinião do GT. **Renata Fiório – SEMDURB:** Lembrando que GT são cinco pessoas tendo paridade da prefeitura e do setor sociedade civil, não pode ser só sociedade civil, não pode ter só prefeitura. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Voltando aqui, porque um é coordenador e não vota então seria dois e dois e é claro que pode participar como ouvinte mas com direito a voto só esses cinco que formam o grupo técnico então vamos deliberar. **Kaio – OAB:** A composição será quando possível paritário, se de repente as pessoas dispostas a participar não der paridade não impede a formação do grupo não. E até porque Renata você viu o nosso trabalho não tem votação a gente conversa e chega a conclusões. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Mas pode ter votação sim. Então a gente tem que primeiro votar e depois criar o grupo técnico também, só temos cinco minutos. Só temos uma proposição que é a criação do grupo técnico o grupo de trabalho para avaliara o projeto do empreendimento do Perim, a proposta não é do projeto? **José Bessa – MESSES:** Presidente não, é para avaliar o EIV no que tanja a mitigação, pelo o que entendo é isso, nós não vamos mexer. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Por favor Jairo faz a proposta de novo. **Jairo – SINDUSCON:** A intenção desse grupo técnico é para avaliar, gostaria que estivesse presente o nosso arquiteto Rangel que é fundamental que é ele que analisou o EIV o projeto, eu gostaria de analisar o projeto eu não vou analisar índice urbanístico isso já aprovaram nós vamos arranjar uma solução técnica para não precisar fazer intervenção no trânsito se a gente conseguir essa

solução técnica não precisa fazer intervenção no trânsito, não precisa pagar R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil) reais, se a gente conseguir tecnicamente junto com o Rangel. Então eu preciso de um técnico, do coronel e uma pessoa representativa do povo só. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Só para esclarecer Jairo a questão do valor independe daquela intervenção propriamente dita, se não for aquela vai ser outra. **Jairo – SINDUSCON:** Por isso que eu preciso dele. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Eu acho que já está mais ou menos aqui formado o grupo, seria o Marthony, o Jairo, o Magalhães, o Rangel. Quem é a favor da criação do grupo para a avaliação do projeto do Perim levante o braço por favor? Dezessete a favor. Alguém é contra? Alguém se abstém? Então unanimidade para a formação do grupo técnico para a avaliação do projeto do Perim e a votação do EIV será na próxima reunião, então vamos formar o grupo técnico ficou sendo Jairo, Marthony, Magalhães, o Rangel vai entrar como participante, Murta. **Murta – Stone Office:** Eu entro como participante, eu não preciso votar como a gente está envolvido com Shopping, o Stone, a gente que entende disso tem que estar envolvido. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** Deixa eu anotar aqui porque a minha secretaria executiva precisou sair. Deixa eu anotar GT Perim FAMMOPOCI é representado pelo conselheiro Marthony, SINDUSCON Jairo, SEMSET Magalhães, SEMDURB Renata, Amaral vai entrar também? Quem vai ser o coordenador do GT? Então Amaral CREA também entra, já deu cinco. Ficou FAMMOPOCI, SINDUSCON, CREA, SEMSET e SEMDURB. Ouvinte não precisa colocar aqui na formação do grupo, então pessoal se ninguém tiver mais nada a falar. **Alexandre – Câmara:** Só informar para a gente o local onde vai ser essas reuniões do grupo. **Presidente Jonei dos Santos Petri:** A gente tem o canal de comunicação pelo o e-mail, WhatsApp, a gente manda para todo mundo. Então pessoal dou por encerrada a nossa reunião, muito obrigado a todos e uma boa noite no dia 22/08/2019 - Cachoeiro de Itapemirim – ES.

Lista de assinatura da **Ata nº 147** de 22/08/2019.

1 -Titular: João da Cruz Ribeiro Gasparini
Suplente: Cristina Zigoni de Oliveira Landeiro
2 - Titular: Humberto Dias Viana
Suplente: Luiz Carlos Tofano
3 - Titular: Eduardo Correia Favares
Suplente: Gustavo Abreu Nogueira
4 - Titular: Fernando Santos Moura
Suplente:Vitor Abreu Moreira
5 - Titular: Custodio Amadeu Beca Murta
Suplente:Ruberval da Silva Rocha
6 - Titular: Jairo Freitas Di Giorgio
Suplente: Gilsimar Cipriano
7 - Titular: Hudson Thiago da Silva
Suplente:Diego Pagani da Rosa
8 - Titular: José Antonio do Amaral Filho
Suplente: João Alessandro Amistá Gomes
9 - Titular: José Bessa Barros
Suplente: Ney Duarte Filho
10 - Titular: Lorena Fonseca Bressanelli Dalto
Suplente: Valderedo Sedano Fontana
11 - Titular: Wesley Mendes
Suplente: Paulo Cesar Miranda Marques
12 - Titular: Marthony Garcia de Oliveira
Suplente: Ronaldo Machado Xavier
13 - Titular: Kaio Fernandes Arpini
Suplente: Daniele Moulais Dias
14 - Titular: Helder Gonçalves Pires
Suplente: Alexandre Costa Simões
15 - Titular: Vanderley Teodoro de Souza
Suplente:Márcio Dellatorre Tavares
16 - Titular: José Francisco Landi de Oliveira
Suplente: Alberto Luiz Goes Lopez
17 - Titular: Aloyso Martins Palitot
Suplente: Maria Modolo Silva Martins
18 - Titular: Francisco Inácio Daroz
Suplente: Lúcia Flávia de Luca Toneto
19 - Titular: Jonei Santos Petri
Suplente: Renata Fiório Zaggo
20 - Titular: Ruy Guedes Barbosa Junior
Suplente: Márcio Antônio Magalhães
21 - Titular: Alexandro da Vitoria
Suplente: Carla Ramos Prucoli Deskiavoni
22 - Titular: Fernanda Maria Merchid Martins Moreira
Suplente: Lucimar Barros Costa
23 - Titular: Francisco Carlos Montovanelli
Suplente: Libiana Davel Muniz
24 - Titular: Andressa Colombiano Louzada
Suplente: Fabiana Ramos Dias Caçador
25 - Titular: Felipe Ribeiro Costa
Suplente: Marcos Paulo Tristão
26 - Titular: José Augusto Corteze Antônio
Suplente: Renato Cézar Figliuzzi
27 - Titular: José Santiago de Lima
Suplente: Milton Garschagem Assad

COMUNICADO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO torna pública a lavratura do Autos de Infração abaixo relacionados em virtude da recusa do contribuinte em recebê-los ou impossibilidade de ciência pessoal.

Notificação: 45822/19
Infrator: Cristian Franscisco dos Reis
Endereço: Rua José Antônio Santana, nº71
Bairro: Zumbi
CNPJ/CPF: 151.212.797-36

FÁBIO GABRIEL MOREIRA
Gerente de Fiscalização de Posturas

JONEI SANTOS PETRI
Secretário de Desenvolvimento Urbano

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EDITAL 021/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, VISANDO A REALIZAÇÃO DA 8ª BIENAL RUBEM BRAGA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM.

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 27.165.588/0001-90, com sede na Praça Jerônimo Monteiro, nº 28, Centro, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO – SEMCULT, torna público que se encontra aberto até o dia 04 de março de 2020, o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE**

PATROCÍNIO Nº 021/2019 para apresentação de pessoas jurídicas de direito privado, interessadas em apoiar a realização da 8ª Bienal Rubem Braga de Cachoeiro de Itapemirim, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

O presente processo será regido pelos princípios da legalidade, finalidade, moralidade administrativa, proporcionalidade, razoabilidade, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e publicidade.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim: www.cachoeiro.es.gov.br na aba transparência / editais.

As propostas serão recebidas na sede da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, localizada à Rua 25 de março nº28/38, Centro, até as 14 horas do dia 04/03/2020.

Os interessados poderão receber as informações sobre a Bienal Rubem Braga e dirimir quaisquer dúvidas até a data 04/03/2020, quando se encerará o período para o recebimento das propostas. A empresa interessada; poderá, também, solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de quaisquer de seus dispositivos em até 02 (dois) dias anteriores ao encerramento do prazo para entrega das propostas, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

O objeto do patrocínio, a ser investido pelas empresas interessadas, consiste no patrocínio com valor total de R$ 460.000,00, sendo que para a proposta mínima será considerado o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019.

FERNANDA MARIA MERCHID MARTINS
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

ATA

Aos dois dias do mês de setembro do ano dois mil e dezenove às quatorze horas, realizou-se na Sala Levino Fanzeres, Palácio Bernardino Monteiro, situado na Praça Jerônimo Monteiro nº 28, Centro – Cachoeiro de Itapemirim – ES, a Sexagésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Cachoeiro de Itapemirim, com a presença dos Conselheiros: Maria Elvira Tavares Costa – Literatura; Amanda Malta de Palma – Teatro; Sebastião Marcos Gomes e Lucas Guimarães Blunck Schuina – Cinema, Vídeo e Cultura Digital; Emerson da Silva Costa e Nelson Alves Netto – Cultura Popular; Fábio Coelho Marins – Música; Bruno de Jesus Silva e Gean Fernandes Giardini – Dança; Matheus Rocha de Souza Ramos – Artes Plásticas; Carla Ramos Prucoli – Câmara de Arquitetura e Urbanismo; Fernanda Maria Merchid Martins e Valquiria Rigon Volpato – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Andressa Colombiano Louzada e Roseane Inês Sieiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sônia Cistina Freciano e Priscila Silva de Souza – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Cristiane Louzada Jussim – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; João Gualberto da Conceição – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. E o convidado: Lucimar Costa – Subsecretário de Cultura e Turismo. Iniciada a reunião, Matheus dá as boas vindas aos conselheiros, verifica a existência de quórum e solicita que haja deliberação acerca do possível novo horário das reuniões do CMPCCI. Informa que no grupo de whatsapp algumas pessoas questionaram a possibilidade da dita mudança e, assim, objetivamente, colocado em votação, deliberou-se, por unanimidade, que horário das reuniões do CMPCCI deixará de ser as dezesseis horas e trinta minutos e passará a ser as quatorze horas. Após, Matheus passa a fala para Valquiria, que enaltece e agradece a participação dos conselheiros e apresenta o primeiro ponto de pauta solicitado pela SEMCULT, tratando-se de solicitação por parte do INSS – processo n.º 12848/2019 – visando intervenções – obras – no prédio situado na Rua Vinte e Cinco de Março. Informa que em momento anterior foi realizada reunião técnica para identificação do caso, conforme já discutido por meio do grupo de Whatsapp. Na oportunidade participaram da reunião Priscila e Sônia, da SEMDURB, Matheus, representante do seguimento de Artes Plásticas, Mônica, representante da SEMMA, Carla, da CAU e Valquiria, da SEMCULT. Valquiria informa que o prédio do INSS está relacionado em lista de bens gravados como de "interesse de tombamento" pelo próprio CMPCCI e, em seguida, franquia a palavra. Carla inaugura as considerações informando ser o prédio guardião de característica modernista, podendo ser considerado um dos clássicos desse estilo na cidade. Marcos pergunta de que ano é a construção e Carla informa ser de 1970. Carla diz que no prédio há marcações bem fortes do estilo e que está bem preservado, indicando, inclusive, o tombamento do imóvel. Maria Elvira pergunta qual é a solicitação do requerente e Carla informa serem alterações na parte interna, para melhoria de acessibilidade e, acrescenta, que em sua opinião, internamente, não há nenhum problema com intervenções, desde que seja preservada a fachada do prédio. Marcos diz que trata-se de um prédio de certa forma "jovem", de característica moderna e não seria tão difícil assim preservá-lo. Carla diz que, tratando-se de prédio público, prioriza-se a acessibilidade e outras questões do gênero, porém garantindo a preservação do local. Sônia diz que é importante a preocupação com o tipo de material a ser utilizado na obra e Carla corrobora dizendo que a fachada deve ser mantida tal como foi quando se ergueu o prédio; recuperação e requalificação sem mudança de características originais. Marcos destaca que Sônia estava se referindo até a preservação de partes internas, e ela reforça. Carla diz que é mais importante perder alguma parte interna e dar melhores condições de acesso e Sônia concorda. Sônia informa a existência de um outro processo em trâmite na SEMDURB, também por parte do INSS, que solicita a regularização do imóvel e um processo dependerá do outro. Valquiria comenta que acha importante a discussão, porque assim o processo retornará a SEMDURB com posicionamento do CMPCCI registrado em ata de reunião. Maria Elvira ilustra trazendo o exemplo da Casa dos Braga, que foi totalmente restaurada por dentro e por fora, mas que por dentro os mecanismos de acessibilidade foram levados em consideração, tornando a casa um centro cultural de fácil uso. Carla diz que algumas características do projeto inicial já não constam mais e cita o exemplo de um totem que ficava em frente ao prédio e não se vê mais; que não encontrou registros suficientes para constatar se foi algo de fato construído e demolido. Matheus ainda comenta sobre um "V" existente no projeto, que ainda existe, mas não sabe ao certo sobre composição e acabamentos do detalhe. Carla diz que o ideal é que eles apresentem a proposta para análise e que o CMPCCI faça o acompanhamento, além de pedir o tombamento do imóvel. Assim, as deliberações são: que o conselho não se opõe desde que a fachada seja preservada. E solicita, ainda, que quando o projeto da reforma e restauro estiver pronto que seja apresentado para os conselheiros para vistas finais. Matheus ressalta que, não apenas preservada a fachada, mas seja proposta sua reconstituição ao estado original. Carla concorda e menciona que a base deve ser o projeto conforme apresentado em 1970. Antes da votação, Maria Elvira comenta sobre o futuro restauro do Palácio Bernardino Monteiro e questiona se o CMPCCI poderia reivindicar a recolocação do busto de Newton Braga no local de origem, que fazia parte da praça. Macos diz que a ideia de retomar ao que era antes "fortalece", tendo em vista que se as coisas forem deixadas como estão, vão acabar se perdendo. Lucimar informa aos presentes que a solicitação de recolocação do busto deve vir quando do projeto de reforma da Praça Jerônimo Monteiro, vez que o projeto que se pretende para o Palácio Bernardino Monteiro é um e o da praça outro. Comenta que a restauração do Palácio já é discutida há três anos, pelo menos, e que o próximo passo pode

ser a praça. Maria Elvira discorda, diz que a praça não é tombada e a prerrogativa de pedir que seja restituída ao status original não é certa e que o Palácio sim, é tombado, e que em época passada o busto de Newton Braga ficava posicionado em frente ao Bernardino Monteiro. Lucimar reafirma que o busto estava na praça e não necessariamente no palácio. Que os tombamentos são do Chafariz e do Palácio Bernardino Monteiro e que a Praça Jerônimo Monteiro está no raio de tombamento, consequentemente, recebendo as mesmas características. Continua dizendo que quando dos dois tombamentos – Chafariz e Palácio – a Praça já estava descaracterizada, ou seja, não era original, porque ao longo do tempo sofreu várias intervenções; que, salvo engano, o que permaneceu original foi o obelisco e o Chafariz – que remonta o "Viradouro" do trem. **Matheus retoma a fala e inicia as deliberações acerca do processo cujo requerente é o INSS, colocando para votação o seguinte: 1) pela aprovação das modificações no prédio, desde que a fachada seja preservada e ajustada para ganhar as características do projeto original; 2) que, uma vez apresentado o projeto, seja encaminhado ao CMPCCI para vistas finais; 3) que sejam providenciados estudos necessários a fim de subsidiar processo de tombamento do prédio do INSS. Questionado sobre a aprovação ou não das deliberações, os conselheiros presentes foram unânimes ao aprovar o proposto.** Valquiria reassume a fala e apresenta o segundo ponto de pauta, encaminhado através do memorando n.º 236-2019 da SEMDURB. Valquiria faz leitura integral do documento, cuja parte final segue transcrita: "*A SEMCULT. Informamos que o setor de patrimônio não possui documentação que ateste a titularidade da área referida. Encaminhamos a esta secretaria para manifestação conforme o despacho acima e sugerimos que seja enviado também a SEMMA para análise da área alternativa*". Após, a palavra é franqueada. Carla explica que o objetivo da consulta é quanto a possibilidade do posto requerente ocupar a área relativa a esplanada da estação ferroviária. Maria Elvira diz que há décadas o posto se encontra em local irregular, que por uma série de entendimentos em tempos anteriores, "esses caras estão se dando bem em cima da municipalidade", colocando o cidadão em risco, porque um posto de gasolina naquele lugar é risco para a população e, agora, além de estarem utilizando há décadas esse espaço irregularmente, querem ir para outro espaço tombado para o qual o turismo tem uma série de projetos em vias, inclusive, de serem concretizados. Continua afirmando achar um desrespeito ao CMPCCI o fato de que a Prefeitura esteja considerando isso. Fábio questiona se a SEMMA não possui nenhum parecer anterior sobre o tema. Maria Elvira intervém e diz que desde a época do ex Prefeito Valadão que se tenta a retirada do Posto Nogueira daquele local. Carla pergunta se o posto possui alvará. Lucimar diz que, pelo que sabe, a SEMMA renovou o alvará do empreendimento. Roseane informa que, apesar de o alvará ter sido concedido, foi uma enorme trajetória até que se chegasse a esse consenso. Carla informa sobre posicionamento do IPHAN acerca do mesmo tema. Diz que quando se tem um bem tombado há, por consequência, um raio de proteção ao redor daquele patrimônio e, por tal motivo, não pode haver intervenções severas, construções drásticas nesse raio. Explica, ainda, que o fator de proteção ao redor do bem tombado é para que a paisagem constituinte do quadro não se perca. Fábio questiona se o outro posto – referindo-se ao Oásis – também está em desconformidade. Carla indica que o local onde está erguido o Posto Oásis era uma praça. Fábio e Maria Elvira confirmam a informação. José Gualberto – Dadá – interroga sob qual forma veio o requerimento. Insiste dizendo que era preciso um processo que retirasse o Posto daquele local. Valquiria explica que o requerimento veio através de memorando expedido pela SEMDURB a SEMO, encaminhado a SEMCULT por recomendação de todos os setores anteriores. Valquira informa que sobre a titularidade da área que abrange o Museu Ferroviário Domingos Lage, trata-se de patrimônio da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), extinta pela Lei nº 11.483/2007 e a partir da extinção da RFFSA, a propriedade do prédio da Estação Ferroviária foi transferida para o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (IPHAN), conforme termo de transferência nº 256/2012. Já a propriedade da área ao redor da estação foi transferida para Secretaria de Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério da Economia, de acordo com o termo de transferência nº 1.112/2012. Valquiria continua informando que em 2003 o Prefeito da época editou lei que tombou a estação ferroviária e, em 2011, o IPHAN já havia sido consultado acerca da demanda do Posto Nogueira e emitiu parecer técnico. Fábio diz que, salvo engano, a SEMMA tem orientação sobre a edificação e manutenção de postos de gasolina muito próximos, ao que Sônia informa ser previsão do Plano Diretor Municipal. Maria Elvira retoma e diz que acha oportuno o momento para pedir a saída do posto daquele local, tendo em vista ser assunto que já se arrasta desde outras administrações. E continua dizendo que, por estar a mais tempo lidando com situações semelhantes, sabe que o local onde está hoje a loja Ricardo Eletro é área pública, que foi "emprestada" a outros fins e nunca mais reintegrada ao patrimônio público. Acrescenta que a retomada desses espaços públicos deveria ser uma grande ação, aproveitando o ensejo do posto. Valquiria reassume e inicia a leitura do parecer técnico emitido pelo IPHAN, n.º 022/2011 de autoria de Aline Barroso Miceli, Chefe da Divisão Técnica, Mat. SIAPE n.º 1723349: *"Análise proposta de ocupação do pátio de manobra da Estação Ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim pelo Posto Nogueira Ltda. O presente parecer refere-se à análise técnica sobre a possibilidade de cessão do pátio de manobra da Estação Ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim ao Posto Nogueira Ltda., localizada no centro do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Trata-se de uma solução apresentada em audiência judicial para a questão da necessidade, identificada pela prefeitura, de remoção do posto para o local de origem, para melhor fruição do trânsito local. A sugestão de transferência do posto para o local do pátio de manobra seria uma alternativa para p presente impasse.* ***Breve histórico*** *– No final dos anos 1880, a vila de Cachoeiro de Itapemirim, segundo os dados fornecidos por diversos, poderá dar (para a ferrovia) em café, vindo dos arredores, da parte da vila e das colônias vizinhas, cerca de 150 a 180.000 sacos de 4 arrobas. A Estação de Cachoeiro de Itapemirim parece ter sido inaugurada ainda pela E.F. Sul do Espírito Santo, em 1903, segundo o Guia Geral de 1960. Era também chamada somente de Itapemirim. Mais tarde, também se chamou Muniz Freire e finalmente tomou o nome da cidade: Cachoeiro de Itapemirim. Fica localizada praticamente às margens do rio Itapemirim, mas a uma distância que permitiu a construção de alguns prédios entre ela e as águas do rio. Alguns desses prédios nos remetem ao apogeu do período cafeeiro e, apesar da dificuldade na apreensão de suas fachadas – devido à presença de elementos de publicidade de grande porte – a requalificação do espaço viável.* ***Legislação incidente*** *– A Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, através da Lei n.º 5484/2003 declarou a Estação Ferroviária de Cachoeiro de Itapemirim como Patrimônio Histórico e Cultural e define ainda a possibilidade do Chefe do Poder Executivo baixar Decreto instituindo o* ***Programa de Preservação e Restauração de Casarios Antigos****, tanto os da zona urbana quanto os da zona rural, em especial aqueles localizados na área central da cidade e que dão fundos para a Avenida Beira Rio ficando autorizado, de comum acordo e em parceria com os proprietários, para promover as reformas necessárias à restauração e preservação das construções antigas e, consequentemente, melhorar o visual arquitetônico de Cachoeiro de Itapemirim. A Lei n.º 5890/2006, denominada Plano Diretor Municipal, definiu a área do centro da cidade, onde se localiza a Estação ferroviária e a área de manobra, como Zona de Ocupação Limitada (ZOL), quando a nosso entender, deveria ser considerada Zona Especial de Preservação do Patrimônio Cultural (ZEPC), por essa ser a zona estabelecida no PDM como aquela onde se encontram valores culturais*

reconhecidos, tangíveis e intangíveis, assegurando-se a sua qualidade ambiental quando se tratar das áreas próximas, e a proteção rigorosa, quando se tratar do entorno imediato. Cabe destacar que a Lei n.º 5484/2003 também reconhece como Patrimônio Cultural e Histórico a Ponte de Ferro Cachoeiro, por compor um conjunto arquitetônico que marca a influência inglesa nos métodos construtivos em infra-estrutura ferroviária e que marcou a história do desenvolvimento do transporte de cargas e de passageiros no Município e na Região Sul do Estado do Espírito Santo. A Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) foi extinta pela Lei n. º 11483/2007, que dispõe em seu art. 9º que caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Define também, no inciso 2 do mesmo artigo, que a preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante: I – construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; II – conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA. Para tanto, prevê ainda no §3º que as atividades previstas no §2º deste artigo serão financiadas, dentre outras formas, por meio de recursos captados e canalizados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, instituído pela Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Ou seja, o uso proposto – de posto de gasolina – em nada contribui para a preservação e a difusão da memória ferroviária, segundo a Lei n.º 11483/2007, e não poderíamos, sob a análise dessa divisão técnica, ceder o referido imóvel para este fim. Analisando o projeto do posto de gasolina apresentado neste IPHAN, observa-se ainda que todo o terreno do pátio de manobra seria ocupado pelo empreendimento. Na imagem 02 deste parecer podemos verificar a posição privilegiada do pátio em relação ao conjunto edilício ali presente e, apesar do atual estado de abandono da área do pátio, entendemos que a revitalização do pátio – como praça / museu a céu aberto – por ainda possuir elementos do período ferroviário, propiciará, junto com outros elementos representativos do auge do período cafeeiro (como o casario de arquitetura eclética, a estação ferroviária, a ponte de ferro, o posto médico, o pátio de manobra e porquê não dizer, a mais antiga casa de prostituição da cidade – atualmente desativada) que a leitura desse período, do qual esses elementos são testemunhas, se dê de forma plena. Em 16.08.2010 foi encaminhado à prefeitura um ofício (Of GAB/SE-ES/IPHAN n.º 237/2010) solicitando maiores informações sobre o patrimônio ferroviário naquele município, bem como manifestação do mesmo, via carta de intenções, quanto ao interesse em algum dos imóveis identificados. Até a presente data não obtivemos resposta ao referido ofício. No entanto, é sabido que a prefeitura ocupa a estação ferroviária no centro da cidade como Centro Cultural e o antigo centro médico passou a ser ocupado por uma biblioteca comunitária. Tais ações são oportunas, uma vez que entendemos que a melhor forma de preservar o patrimônio é com a sua utilização e funcionamento. Considerando ainda que os usos são compatíveis com as características e especificidades dos bens em questão, essa Divisão Técnica em nada se opõe na utilização dos mesmos para estes fins, e recomenda uma futura cessão desses bens à municipalidade. Nessa oportunidade, sugiro ainda que o caso seja levado ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização para que possamos obter maiores informações sobre a inventariança desses imóveis e se os mesmos já foram repassados à União, pois só após o repasse dos imóveis à União é que o IPHAN, caso conclua o valor histórico dos mesmos, os receberá e poderá cedê-los à prefeitura. De toda forma, o uso proposto não é compatível com as características e especificidades do bem em questão, tanto tecnicamente quanto judicialmente, sendo danosa para preservação da memória ferroviária. Por todo o exposto, essa divisão técnica não aprova o pedido de cessão para esse uso. Sem mais colocações, este é o Parecer." Encerrada a leitura do parecer fornecido pelo IPHAN, Roseane diz que a Secretária de Meio Ambiente estava a caminho da reunião e gostaria de manifestar-se acerca do ponto de pauta em discussão. Enquanto se aguarda a presença de Andressa, Valquiria segue informando sobre a necessidade de o CMPCCI produzir documento que deverá ser anexado ao processo, espécie de recomendações que o conselho deve fazer, conforme seu entendimento, acerca do tema. Maria Elvira diz que deve-se aproveitar o ensejo para acrescentar às recomendações que o Posto Nogueira seja retirado daquele local. Sônia corrobora e diz que é importante frisar que nenhuma outra atividade de mesmo porte – somente atividades turísticas – ali se instale. Carla afirma que a Prefeitura tem bons projetos para a área e cita a pintura do painel, imediatamente, em frente a estação, referindo-se a um dos editais elaborados pela SEMCULT. Comenta, também, sobre a repaginação daquela área, projeto que vem sendo desenvolvido pela SEMAC. A Secretária de Meio Ambiente chega à reunião, cumprimenta os presentes e justifica sua dificuldade em se expressar devido a rouquidão que a deixou "sem voz". Mesmo com dificuldades, Andressa inicia sua fala questionando se antes de sua chegada estava-se fazendo leitura do parecer emitido pelo IPHAN. Valquiria responde que sim. Andressa pergunta se os conselheiros têm conhecimento de que a Prefeitura estava travando um acordo com o Posto Nogueira. Os conselheiros respondem que não. Andressa segue informando que o Município está construindo um acordo jurídico junto ao Posto Nogueira e sugeriu que o conselho, antes de qualquer deliberação, ouvisse a PGM e até mesmo o próprio Prefeito acerca do que se está decidindo sobre o caso. Maria Elvira questiona se o acordo mencionado por Andressa levaria à cessão da área do entorno do bem tombado ao Posto. E segue afirmando que o conselho não pode negociar esse tipo de acordo, porque ali é uma área tombada. Andressa insiste ao sugerir que o conselho ouça a PGM e o gabinete do Prefeito, porque caso contrário o conselho poderia tomar uma decisão que iria contra a própria Administração. Lucas diz que o conselho é independente. Maria Elvira corrobora e continua: o posto está há décadas em local irregular, colocando em risco a vida do cidadão se valendo de área tombada, que deveria ser preservada e usada para fins turísticos. Relembra o parecer técnico emitido pelo IPHAN, dizendo ser perfeito em suas colocações e reafirma que aquela é uma área inegociável; que não há negociação possível que possa ser feita com o posto. Andressa retoma e diz que, primeiro, não há nenhuma "negociata", conforme disse Maria Elvira. Instantaneamente, Maria Elvira rebate, afirmando que em momento algum disse isso. Andressa reassume e diz que não está na reunião defendendo posto nenhum, que está na reunião na condição de Secretária de Meio Ambiente, que está acompanhando o processo de acordo com o Município, porque o Município perdeu várias ações a respeito do tema e, por tal motivo, sugeriu que fosse ouvida a PGM, porque o Município já perdeu ações para o posto e por isso o acordo. Fábio traz a preocupação relativa à proximidade entre os postos Nogueira e Oásis, que salvo engano a distância mínima segura entre eles deveria ser de quinhentos metros. Maria Elvira reafirma que o ideal seria que ambos fossem retirados do local. Matheus chama atenção e diz que está havendo conversas paralelas e isso não pode acontecer. Andressa reafirma suas falas anteriores. Lucas diz que foi importante a participação de Andressa, mas que o conselho não pode admitir e deve barrar qualquer forma de acordo entre a prefeitura e o posto; que a PGM será sim procurada, mas para que se coloque às claras os termos do noticiado acordo. Andressa diz que o acordo é para fins de frear ações judiciais nas quais o Município tem perdido. Lucas diz compreender, mas que o conselho não aceitará qualquer tipo de acordo; que só se pensará a respeito caso a proposta for a instalação do posto em outro local e que, em hipótese alguma, seja área pública. Andressa, novamente,

diz que o acordo foi confeccionado pela Procuradoria e que ele foi protocolizado no Tribunal de Justiça e está para ser analisado pelo desembargador responsável. Matheus pergunta se Andressa possui alguma informação sobre os termos do acordo. Em resposta, Andressa diz não possuir informações sobre a narrativa do acordo e afirma ser por esse motivo que o ideal seria ouvir a PGM. Cristiane sugere que nas recomendações do conselho seja incluído o encaminhamento do parecer do IPHAN à PGM, para que analise, vez que o órgão pode ser desconhecedor do dito parecer e, futuramente, possa reconsiderar alguma decisão. Lucas acha importante descortinar o tema e, inclusive, acionar a imprensa, para dizer que está sendo travado um acordo que ninguém estava sabendo, inclusive o conselho de cultura. "Dadá", conselheiro da SEMDES, diz que o conselho foi provocado para tomar alguma decisão acerca do tema e afirma que para ele é inexorável: o conselho deve se posicionar contrário ao posto; que ele mesmo já "bateu" naquele posto há quarenta anos e vai continuar insistindo. Que a fala do conselho deve ser em desacordo com o posto. Cristiane volta a dizer que a PGM deve ser comunicada sobre ambos os pareceres, tanto do IPHAN, quanto o do conselho. Maria Elvira argumenta que, se está acontecendo algo em nível de PGM e gabinete do prefeito, ambos devem ser comunicados das deliberações, não há que se fazer consulta, apenas informar quais são os posicionamentos técnicos a respeito. Fernanda diz que gostaria de colocar sua fala a respeito do que sabe sobre o assunto. Em meados do ano passado foi convidada para uma reunião onde estavam presentes vários secretários, entre eles Jonei, Alex; o Prefeito, o dono do posto e seu advogado, Dr. Rômulo Louzada. Logo que começou o assunto, entendeu que algo muito complexo estava sendo colocada ali, que por outro lado só se fazia tão complexa, porque foi agravada pela impotência do nosso sistema judiciário, pela ineficiência dos processos judiciais, que permitiu a situação chegar no ponto em que chegou. Fernanda diz que naquela ocasião se limitou a informar sobre a natural posição dos conselhos envolvidos em relação a salvaguarda do patrimônio cultural, da área, da poligonal do bem e do circuito histórico que aquilo representa e, à primeira vista, não viu condições do posto migrar, porque a primeira hipótese é que ele migrasse para a praça, onde desenterram o "giradouro" do trem e, mais tarde, para outro local, também acima, supostamente fora da área. Então, depois disso, Lucimar e eu fomos a Vitória, ao DNIT, ao SPU, ao IPHAN e fizemos um levantamento, momento em que descobrimos o parecer lido hoje e, ao que parece, essa é uma matéria que não vem dessa gestão, e quanto mais o tempo passa, me impressiona a morosidade da justiça para decidir, seja para sim ou para não. Naquela época eu já me coloquei a favor da preservação do patrimônio, vez que uma empresa privada tem capacidade de aquisição de outros terrenos e, ali no centro, me pareceu inviável, até porque a prefeitura, como bem disse a Carla, tem uma série de ações planejadas para o local. Depois disso, não fui mais convidada para outras reuniões e, portanto, parei de acompanhar isso. Bem depois, como um segundo tema de reunião, no ambiente da SEMAD, ouvi a respeito de um suposto projeto cujo objeto era o mesmo da pauta atual e, como não era uma reunião deliberativa, não pude me posicionar. A partir disso, a única coisa que venho informando ao governo é que de nossa parte eu tenho certeza de que os impedimentos de ordem dos conselhos municipal, estadual e do IPHAN, certamente será contra. Como será o desfecho disso, ainda não se sabe, porém o governo está ciente desse trâmite. Andressa diz que, talvez, se Fernanda tivesse dito sobre o parecer do IPHAN antes, o momento atual fosse diferente. Fernanda rebate dizendo que à época informou ao governo sobre o parecer, inclusive, Dra. Ângela. Fernanda não sabe informar se o documento foi anexado aos processos e segue dizendo ser a pauta de extrema importância e entende todos os apontamentos técnicos devem ser encaminhados aos órgãos relacionados ao tema. Andressa relata que quando chegou à Secretaria de Meio Ambiente, toda a construção relacionada ao tema já estava sendo feita e reforça que sua participação naquele momento se tratava tão somente para informar fatos de seu conhecimento. Maria Elvira diz que, por motivos de foro íntimo terá de deixar a reunião, mas que antes gostaria de participar da votação. Matheus, entende a pertinência do pedido de Maria Elvira e inicia as deliberações: **1) se o conselho está de acordo com a sugestão da Secretária de Meio Ambiente para que se paralise a análise do ponto de pauta por parte do conselho e ouça-se a PGM e o gabinete do Prefeito, vez que existe acordo judicial sendo travado entre prefeitura e Posto Nogueira.** Votou a favor a representante da Secretaria de Meio Ambiente – Andressa – e os demais foram contrários. **2) se o conselho é favorável à incorporação do parecer do IPHAN ao parecer a ser exarado pelo CMPCCI.** Aprovado por unanimidade. **3) se o conselho aprova a seguinte recomendação: que os setores administrativos responsáveis se abstenham de conceder quaisquer licenças, permissões e afins, vez que qualquer liberação neste tocante ganhará contornos de permissibilidade por parte do Município em manter incólume a situação narrada, não sendo esta a recomendação do IPHAN e agora do CMPCCI.** Aprovado pela maioria. A representante da Secretaria de Meio Ambiente – Andressa – se absteve do voto. **4) se o conselho aprova a seguinte recomendação: que a antiga praça de manobra do trem e todo perímetro relacionado à ferrovia seja, de fato, incorporado ao Museu Ferroviário Domingos Lage, no sentido de ampliar o local de visitação de cunho turístico cultural, ficando a cargo da SEMCULT propor e promover ações voltadas à concretização do mencionado fim – restauração e ocupação.** Aprovado pela maioria. A representante da Secretaria de Meio Ambiente – Andressa – se absteve do voto. **5) se o conselho aprova a seguinte recomendação: que cópias da presente manifestação sejam encaminhadas a PGM a fim de comunicar decisão tomada pelo CMPCCI.** Aprovado por unanimidade. **6) se o conselho aprova a seguinte recomendação: que cópias da presente manifestação sejam encaminhadas: a) ao gabinete do Prefeito, para que reproduza-a para as secretarias competentes; b) ao Ministério Público Estadual, para que mantenha a fiscalização necessária aos atos futuramente praticados; e c) ao Ministério Público Federal, por atração de competência, tendo em vista o conjunto patrimonial ferroviário e d) ao Conselho Estadual de Cultura.** Aprovado pela maioria. A representante da Secretaria de Meio Ambiente – Andressa – se absteve do voto. **7) se o conselho aprova a seguinte recomendação: que o Posto Nogueira deixe o local onde atualmente se encontra e seja impedido de instalar-se em quaisquer outras áreas nos arredores do conjunto patrimonial ferroviário, em áreas públicas e, ainda, nos arredores de quaisquer outros patrimônios tombados ou de interesse de tombamento.** Aprovado pela maioria. As representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico – Andressa e Cristiane – se abstiveram do voto. Encerrada a votação, Andressa e Maria Elvira se retiram para cumprirem outros compromissos. Gean pergunta se a fala sobre a retirada do Posto Nogueira se estenderia ao Posto Oásis. Valquiria responde que nesse momento, não. Fernanda diz que o último ponto votado já é algo que vem sendo solicitado pelo Ministério Público, frisando que o tema não é atual e se arrasta no tempo desde outras gestões. Valquiria informa aos conselheiros que o novo texto da Lei Mestre João Inácio, após exaustiva discussão no conselho, foi encaminhado a PGM, que exarou parecer sem modificações. Em seguida, o processo com a minuta da nova lei levado para a Câmara e aguarda votação. Próximo ponto de pauta, reivindicação de Fábio: revisão do edital de contratação de artistas locais e um questionamento ao setor de contratação da PMCI – Por que contrataram shows artistas de outros estados por inexigibilidade e os artistas locais que têm comprovação de cachês públicos não são contratados da mesma forma. Comenta que existe discrepância de cachês entre as contratações praticadas. Que existem artistas que conseguem

comprovar preços e exemplificou citando seu caso. Que o edital de credenciamento baliza por baixo os preços e o artista se vê obrigado a diminuir seu recebimento para se encaixar no edital e, com isso, deixa de proporcionar um grande espetáculo. Questiona a divisão do edital entre apresentação solo ou de banda e afirma que para um número maior de componentes, só está previsto conjunto sinfônico e ele, que costuma se apresentar em sexteto, acaba não sendo contemplado, assim teria de se ajustar para trio, que é o máximo que a SEMCULT o pagaria, segundo edital de credenciamento. Continua dizendo que para os iniciantes a proposta é boa, mas para quem tem carreira, não compensa. Cita sua filha, que participou do The Voice Kids, e que por ser menor, não pode ser contratada, apenas se for representada por pessoa jurídica e que, na Rede Globo, foi contratada como artista mirim e recebeu salário por seis meses, sem qualquer problema. Fala ainda sobre a proposta do edital trazer as diferentes modalidades de contratação, sendo bandas sinfônicas, trios e solos e que essas formas de distinção não ajudam o artista músico, só dificultam na hora de montarem suas execuções. Matheus questiona sobre qual edital Fábio está se referindo. Fábio responde que é o edital de credenciamento de artistas. Matheus questiona a Fernanda sobre qual é a motivação desse edital. Fernanda inicia sua fala: quando Fábio coloca que é "obrigado" a credenciar no edital, isso não é verdade, porque ninguém está obrigado a credenciar no edital. Até sugeri que você criasse uma personalidade jurídica para agenciar as meninas, já que ambas são artistas, mas veja, as bandas não estão contempladas no edital. Que fique claro o seguinte: o edital foi criado, justamente, para favorecer a contratação de músicos não profissionais. Quem tem inexigibilidade, comprovação de preço e toda documentação necessária é considerado músico profissional e quanto ele vale no mercado, quanto vale a carreira dele, a história, é o alcance dele, por isso que se chama inexibilidade. É por isso que, vamos supor, o show da Ivete Sangalo custa quinhentos mil e o do Alemão do Forró custa cinquenta mil; é uma construção de mercado. O edital não foi criado para esse tipo de artista. Digamos que Emerson toque voz e violão. Ele nunca será contratado pela Administração Pública, porque ele não possui documentação. O edital chama o Emerson e bota oitocentos reais para uma hora e meia de apresentação que é muito mais do que o Emerson ganha no mercado, tocando em barzinhos. Se for lá no Perim Center e tocar duas horas, você vai ganhar trezentos reais. A SEMCULT sondou o mercado e estabeleceu preços bastante justos. Outro ponto é quando você faz essa diferenciação entre artistas profissionais e não profissionais. O edital não faz distinção, porque ele chama os que quiserem vir; a administração coloca o valor e o artista se credencia se quiser. No edital existem outras categorias também, não apenas músicos – tem teatro, contação de história, cosplay, dança – é um edital que ampliou as possibilidades. Na categoria música a ideia é simples mesmo, um, dois ou três músicos. O edital não faz menção alguma entre música popular e erudita, porque sabemos bem que o que difere esses dois é o repertório. Sobre a contratação de menores, o edital não tem, realmente, essa previsão. Nenhum edital da SEMCULT abriga essa possibilidade. E, por fim, sobre as contratações por inexigibilidade, é preciso que se esclareça: o governo possui uma comissão de eventos e ela, com o prefeito, possuem a prerrogativa de escolhas e decisões sobre quais shows deverão ser contratados. Se o conselho quiser outros esclarecimentos, deve direcionar suas perguntas à comissão de eventos. Todos os shows da festa de Cachoeiro foram fruto de discussão e decisão da comissão de eventos, decisão essa que consta em ata de reunião. Fábio continua insistindo em seus questionamentos e Fernanda o pede que formalize, por escrito, as dúvidas que ainda pairam, para que a SEMCULT possa dar respostas formais, também por escrito. Marcos pergunta se se trata de um edital "de música" e Amanda o responde dizendo que não, que é um edital de credenciamento de artistas, que surgiu para aplacar um incômodo da SEMCULT frente a impossibilidade de contratar artistas que não possuíam documentação profissional. Amanda segue dizendo que a maioria dos servidores da SEMCULT, atualmente, são artistas e por tal motivo, percebem no outro a importância de trabalhar. Marcos questiona sobre outros editais. Matheus e Amanda falam sobre editais tais como a Lei Rubem Braga. Fernanda diz para Fábio que a formalização de seus apontamentos contribuirão para que a SEMCULT pense em outros instrumentos e pede que protocolize o quanto antes. Fernanda esclarece, ainda, que os valores investidos na contratação de artistas na festa de Cachoeiro e na contratação prevista nos editais, são do orçamento da cultura, porém, cada despesa possui sua própria dotação, conforme aprovado em Lei Orçamentária. Ainda sobre as contratações de grande porte, com pagamento de altos cachês, Fernanda diz que o mercado é que baliza os preços e cita o exemplo de um dos shows da festa de Cachoeiro, que conduziu mais de trinta e cinco mil pessoas à exposição. Amanda diz que seria interessante que a classe se reunisse para refletir a respeito da pauta proposta por Fábio, porque seria bom ouvir outros músicos. Dadá sugere que para a próxima festa de Cachoeiro poderia se pensar um mini festival de música local. Matheus informa que sobre a solicitação de Dadá, a comissão de eventos deve ter conhecimento e participar. Fernanda recomenda a Fábio que direcione as intenções da câmara de música para um documento conjunto e faça protocolo o quanto antes. Valquiria informa que o protocolo pode ser feito diretamente com ela na SEMCULT e que, após, o encaminhará aos destinatários competentes. Nada mais havendo, Matheus encerra a pauta oficial da reunião às 16h30min, e eu Valquiria Rigon Volpato, conselheira suplente representando a SEMCULT, lavro a presente Ata, que vai assinada por mim, e por todos os Conselheiros presentes. Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de setembro de 2019.

1. Maria Elvira Tavares Costa
2. Amanda Malta de Palma
3. Sebastião Marcos Gomes
4. Lucas Guimarães Blunk Schuina
5. Emerson da Silva Costa
6. Nelson Alves Netto
7. Fábio Coelho Marins
8. Bruno de Jesus Silva
9. Gean Fernandes Giardini
10. Matheus Rocha de Souza Ramos
11. Carla Prucoli Deskiavoni
12. Fernanda Maria Merchid Martins
13. Valquiria Rigon Volpato
14. Andressa Colombiano Louzada
15. Rosiane Inês Sieiro
16. Sônia Cristina Freciano
17. Priscila Silva de Souza
18. Maria Antônia dos Santos Passamai
19. Cristiane Louzada Jussim
20. José Gualberto da Conceição

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, através da Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde, torna pública a **Retificação do Pregão Eletrônico nº. 38/2019 – Licitação n° 785776,** cujo objeto consiste na Contratação de Empresa especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em Aparelho de Raio-X Digital, Processadora de Filmes de Raio-X e Centrífugas, passando a **Abertura das Propostas** para as 08h do dia 16/10/2019 e o **Início da Sessão Pública** para as 09h do dia

16/10/2019.
O procedimento licitatório será realizado no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. O Edital Retificado está disponível nos sites www.cachoeiro.es.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 02 de outubro de 2019.

MARIA DA PENHA SALLES MENDES
Pregoeira

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico N° 22/2019 – SRP - ID 772140

Constatada a regularidade dos atos procedimentais conforme determinam as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e nos termos do inciso VI do art. 7° do Decreto Municipal n° 17.913/2007 e do art. 1º do Decreto Municipal nº 27.665/2018, HOMOLOGO a adjudicação, considerando a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 22/2019, lavrada pelo Pregoeiro, referente ao processo administrativo n° 51-9413/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, tendo como objeto a Aquisição de Gases Medicinais, Mediante Sistema de Registro de Preços, em favor da empresa:

Empresa: OXGÁS SUL COMERCIO DE GASES LTDA
CNPJ: 01.661.510/0001-72
Lotes: 1 e 2
Valor total homologado: R$ 74.940,00 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais)

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 02 de outubro de 2019.

LUCIARA BOTELHO MORAES JORGE
Secretária Municipal De Saúde

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, por intermédio da sua Autoridade Competente, torna pública a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO da **Tomada de Preços nº 012/2019** – Processo nº 12.180/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "CONTENÇÃO, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS "1", MOACIR ANTÔNIO DA SILVA, RUAS "3" E "4" E PARTE DA RUA "5" - BAIRRO ALTO UNIÃO - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES", no valor de R$ 1.571.845,83, em favor da empresa S. M. CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E SERVIÇOS FLORESTAIS LTDA, CNPJ 05.278.596/0001-00.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 02/10/2019

PAULO JOSÉ DE MIRANDA
Secretário Municipal de Obras

AGERSA

EXTRATO DE CONVÊNIO

N° Processo	Processo: 34335/2019 (Protocolo: 1413099)
Espécie	Termo de Convênio de Estágio Curricular Nº: 001/2019
Concedente	Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim - AGERSA
CNPJ Concedente	03.311.730/0001-00
Convenente	Sociedade América de Educação Ltda – FACULDADE AMÉRICA
CNPJ Convenente	12.408.344/0002-02
Objeto	Concessão, pela CONCEDENTE, de campo de estágio obrigatório (curricular) e não obrigatório (não curricular) para alunos regularmente matriculados e que venham frequentando os cursos da FACULDADE AMÉRICA, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e projetos pedagógicos de cada curso.
Data da assinatura	02/10/2019
Vigência	O presente Convênio vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do dia subsequente à data de sua publicação no Diário Oficial do Município.
Fundamento Legal	Lei n° 11.788/2008 e Lei Municipal nº 6.497/2011

Cachoeiro de Itapemirim, 02 de outubro de 2019.

VANDERLEY TEODORO DE SOUZA
Diretor Presidente - AGERSA

IPACI

PORTARIA Nº 644/2019

AUTORIZA AFASTAMENTO DE SERVIDOR EM VIRTUDE DE DOAÇÃO DE SANGUE.

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014, do Decreto nº 26.697, de 01/01/2017, resolve:

Art. 1º - Considerar autorizado o afastamento da servidora relacionada abaixo, em virtude de **doação de sangue,** nos termos de artigo 56, XXVII, da Lei nº 4.009/1994.

Servidor	Cargo	Data
EVELIN RANGEL DE SOUZA	Técnico de Serviços Previdenciários - Geral	13/09/2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 02 de outubro de 2019.

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

PORTARIA Nº 645/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES DO IPACI

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO IPACI - Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014, do Decreto nº 26.697, de 1/1/2017, resolve:

Art. 1º Conceder aos servidores relacionadas abaixo 30 (trinta) dias de férias a partir de 1 de novembro de 2019, nos termos do Artigo 70, da Lei 4.009, de 20/12/1994 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim, alterado pela lei 7350, de 30/12/2015.

Servidor	*Cargo*
HERENI DA SILVA	Gerente de Recursos Humanos
VINÍCIUS DE JESUS ARRUDA	Assessor Técnico

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

PORTARIA Nº 646/2019

APROVA NORMA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ADMINISTRATIVO.

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO IPACI – Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo da República Federativa do Brasil, no exercício da competência que lhe é atribuída através da Lei Municipal nº 7.030/2014 e Decreto Municipal nº 26.697, de 01/01/2017;

Considerando a implementação das normas de procedimentos instituídas pela Lei Municipal nº. 7.354, de 30 de dezembro de 2015, e Resolução TCE-ES nº 227 de 25/08/2011 e suas alterações, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Norma de Procedimentos, implementadas no Sistema Administrativo deste Instituto conforme abaixo:

ANEXO I

Norma de Procedimento	Nº / Assunto	Versão
SADM – Sistema Administrativo	SADM – NP 002/2019: Procedimentos de Contingência de Dados	01

Art. 2º A Norma de Procedimento mencionada no artigo anterior está à disposição dos usuários no endereço eletrônico www.ipaci.es.gov.br e somente poderá ser alterada ou adaptadas mediante comunicação oficial expedida pelo Coordenador Executivo do Controle Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019.

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim Estado do Espírito Santo		**NORMA DE PROCEDIMENTO**	**SADM-NP 002/2019**
Assunto:			
PROCEDIMENTOS DE CONTINGÊNCIA DE DADOS			
Versão: 01	Data de elaboração: 30/09/2019	Data da aprovação: 02/10/2019	Data de vigência: 02/10/2019
Ato de aprovação: Portaria nº 646/2019		Unidade Responsável: Diretoria Administrativa	
Revisada em:		Revisado por:	

Anexos:

Anexo I – Fluxograma Cópia de Segurança de Servidor de Arquivo e Sistemas Informatizados

Anexo II – Fluxograma Contas e Senhas de Acesso

Aprovação:

_____
Assinatura do Diretor Administrativo

_____
Assinatura da Coordenadora de Controle Interno

_____
Assinatura da Presidência Executiva

1. Finalidade:

Definir procedimentos para realização de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados e procedimentos de controle de acesso físico e lógico.

2. Abrangência:

Todas as unidades executoras do Instituto.

3. Base Legal e Regulamentar:

Politica de Segurança da Informação

4. Conceitos:

Alfanuméricas: combinação de letras e números;

Backup: cópias de segurança de arquivos com o objetivo de restaurá-los no menor tempo possível caso haja necessidade;

Helpdesk: termo em inglês que significa literalmente “balcão de ajuda” e que se refere a um serviço de atendimento remoto aos clientes que procuram por soluções, esclarecimentos sobre dúvidas e outras solicitações para problemas técnicos relacionados a informática ou tecnologia da informação.

Logar: Ter acesso à área reservada de um site ou programa de computador através de um login de usuário ou senha;

Reset: restauração para seu estado primário, ou em melhor estado;

Servidor de arquivo: é um servidor dedicado que tem o objetivo principal de proporcionar um local para o armazenamento compartilhado de arquivos de computadores que podem ser acessados por outras estações trabalho que estão ligados à rede do mesmo.

Tecnologia da informação: conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação, abrangendo todas as atividades desenvolvidas na sociedade pelos recursos da informática;

Unidade Executora: diversas unidades da estrutura organizacional que se sujeitam à observância das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle estabelecidos na Norma de Procedimento;

5. Competências e Responsabilidades:

5.1 – Coordenadoria de Área - Tecnologia da Informação
5.1.1 – Proceder com o controle, manutenção, restauração e

operacionalização dos dados solicitados;
5.1.2 – Alertar todos os colaboradores sobre eventuais manutenções que possam ocasionar perda de dados;
5.1.3 – Cumprir fielmente as determinações da Norma de Procedimentos, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

5.2 – Usuários
5.2.1 - Logar os sistemas e contas de e-mail, em cada acesso, sendo vedado manter login e senhas salvos automaticamente;
5.2.2 - Bloquear sua estação de trabalho sempre que se ausentar do ambiente de trabalho.

5.3 - Coordenadoria Executiva do Controle Interno - CECI:
5.3.1 - Prestar apoio técnico e avaliar a eficiência dos procedimentos de controle inerentes a presente Norma de Procedimento.

6. Procedimentos:

CÓPIAS DE SEGURANÇA SERVIDOR DE ARQUIVOS

6.1 – Usuários
6.1.1 – Para proteção da informação, previsto nos itens 3.1, alínea "h" e 3.8 da Politica de Segurança da Informação (cópia de segurança), todos os dados de caráter imprescindível para o devido funcionamento regulamentar do IPACI deve ser obrigatoriamente armazenado no diretório de arquivos do servidor de arquivos, a fim de inclusão das informações na rotina de backup, junto a empresa terceirizada responsável pela cópia de segurança e hospedagem do servidor;
6.2 – Prestador de serviço de hospedagem e backup
6.2.1 – Realizar diária, semanal e mensalmente rotinas de backups nos servidores hospedados pela contratada, com armazenamento diário de 25GB em mídias de backup (fitas tipo LTO) por um período de guarda de até 01 (um) ano.

6.3 – Usuários
6.3.1 – Comunicar através de e-mail à Coordenadoria de Tecnologia da Informação / fiscal do contrato a perda de dado(s), constante(s) no servidor de arquivo, contemplado pela rotina de backup, informando nome, local e data da última modificação do arquivo;

6.4 – Coordenadoria de TI / Fiscal de Contrato
6.4.1 – Solicitar restauração dos dados através do serviço Helpdesk da empresa terceirizada por meio de telefone, e-mail;

6.5 – Prestador de serviço de hospedagem e backup
6.5.1 – Restaurar e disponibilizar dado(s) em até 48 horas após a cientificação da notificação.

CÓPIAS DE SEGURANÇA SISTEMAS DE INFORMAÇÕES AUTOMATIZADOS

6.6 – Usuários
6.6.1 – Inserir as informações relacionadas a cada área de atuação nos sistemas de informações automatizados, contratados para realizar a gestão da informação do Instituto;

6.7 – Prestador de serviço de Sistema de Informação Automatizado
6.7.1 – Realizar rotina de backup nos termos contratuais de cada prestador de serviço/locador;

6.8 – Usuários
6.8.1 – Cientificar à Coordenadoria de Tecnologia da Informação e comunicar ao fiscal do contrato, através de e-mail, a perda de dado(s), constante(s) no sistema de informação automatizado, informando os dados perdidos e a data da última modificação;

6.9 – Coordenadoria de TI / Fiscal de Contrato
6.9.1 – Solicitar restauração dos dados através de chamado à empresa terceirizada por meio de telefone, e-mail;

6.10 – Prestador de serviço de Sistema de Informação Automatizado
6.10.1 – Restaurar e disponibilizar dado(s) conforme prazos delimitados em contrato.

CONTAS E SENHAS DE ACESSO

6.11 – Diretoria responsável
6.11.1 – Solicitar criação/atualização da conta de acesso físico/lógico, conforme previsto no item 3.3, alínea "b" e "e" da Politica de Segurança da Informação, através de Memorando, contendo o nome do usuário juntamente os privilégios necessários para desempenhar suas funções;

6.12 – Coordenadoria de TI
6.12.1 – Criar conta de acesso de acordo com o setor de trabalho, que deverá obedecer a escala crescente de usuários;
6.12.2 – As senhas de acesso a estação de trabalho serão atualizadas semestralmente, devendo o usuário cadastrar novas senhas alfanuméricas com caracteres especiais no primeiro acesso após o reset da senha.

6.13 – Usuários
6.13.1 – Utilizar conta de acesso e senhas em conformidade com a Política de Segurança da Informação do Instituto;
6.13.2 – Atualizar senhas sempre que solicitado pelo sistema ou que ameaças possam fragilizar a segurança desta;

7. Considerações Finais:

7.1 – Os serviços de cópias de segurança de contingência do IPACI é realizado por empresa terceirizada nos termos previstos em contrato, sendo a cargo do setor de TI realizar a fiscalização. Caso haja eventual descontinuidade do serviço de backup, o setor de informática ficará responsável pelas devidas ações de segurança.

7.2 – Informações que não são de caráter necessário para os devidos andamentos da gestão ficarão na responsabilidade do próprio usuário titular destes dados realizar cópias de backup's para fins de possíveis restaurações futuras.

7.3 – As contas de acesso físico/lógico deverá obedecer a escala crescente de usuários para tantos quantos forem necessários. Ex: Protocolo1, Protocolo2...

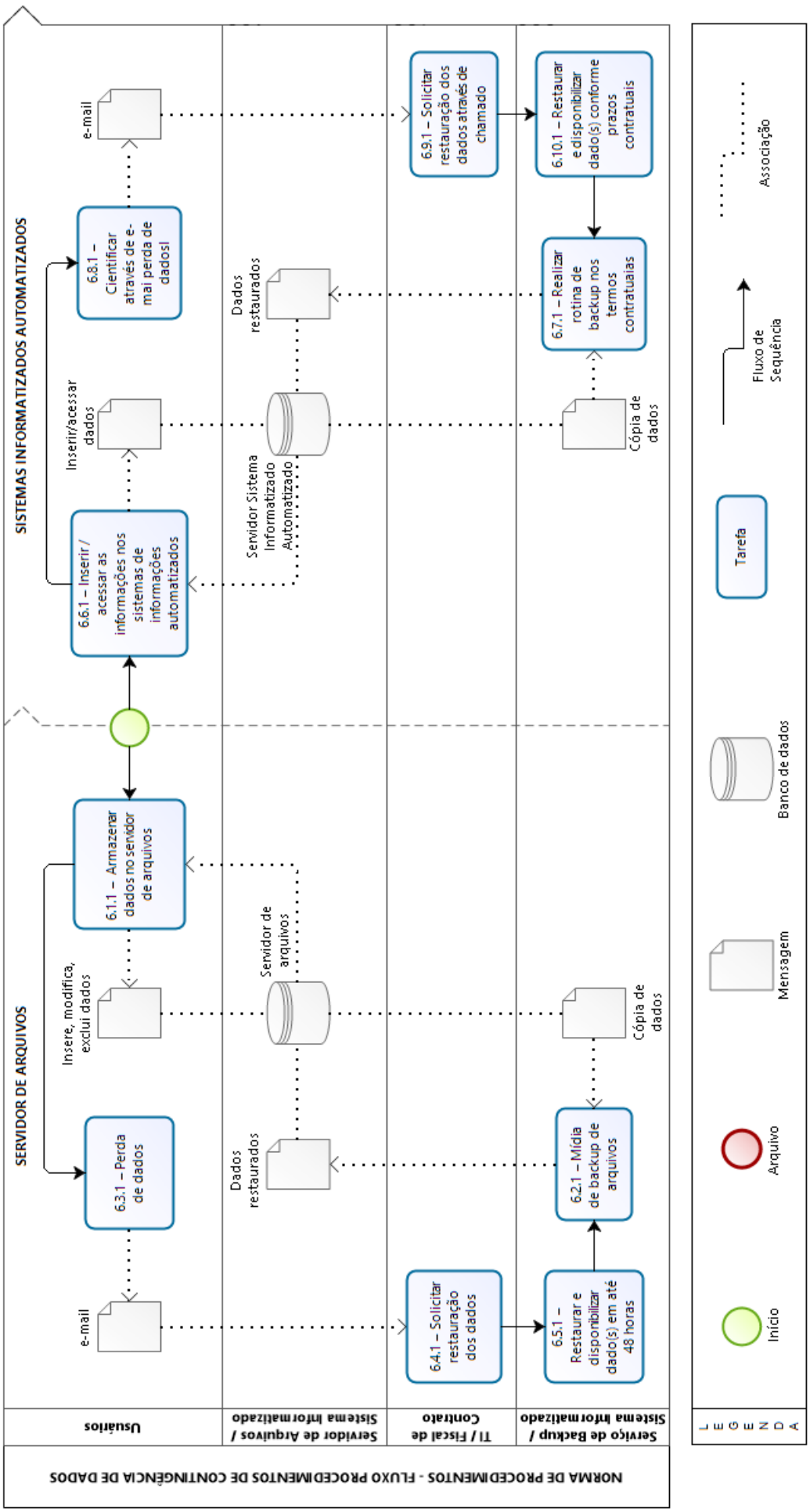
7.4 – A Coordenação Executiva do Controle Interno verificará, por intermédio da Diretoria Administrativa, o exato cumprimento desta norma.

8. Siglas:

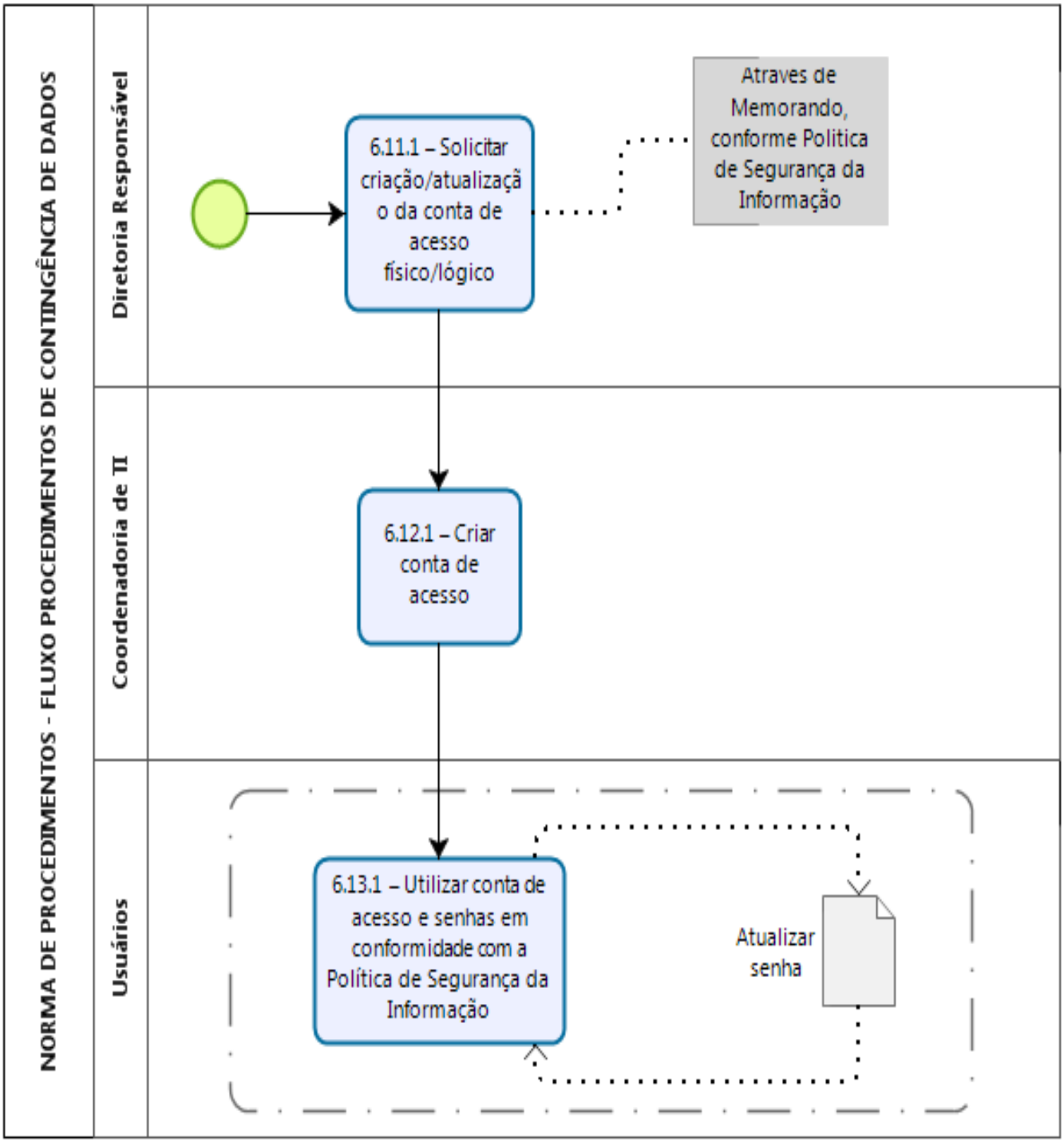
TI – Tecnologia da Informação.
IPACI– Instituto de Previdência de Cachoeiro de Itapemirim – ES.

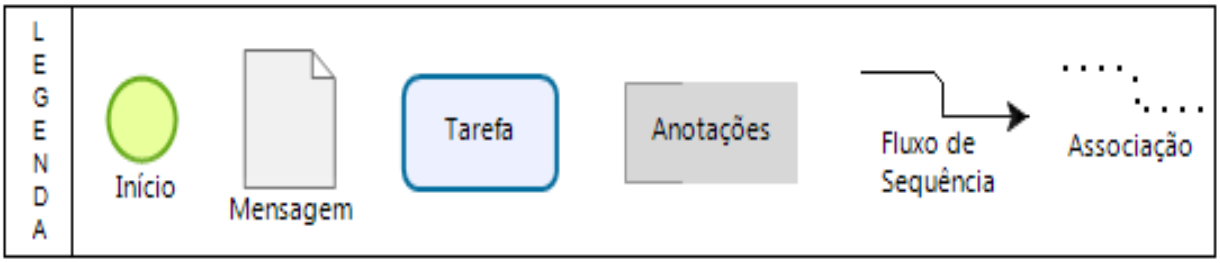
Norma de Procedimento de Cópias de Segurança de Servidor de Arquivos e Sistemas de Informações Automatizados SADM-NP 002/2019 – IPACI
Anexo I - Fluxograma

Instituto de Previdência do Município de Cachoeiro de Itapemirim



Norma de Procedimento de Contas e Senhas de Acesso
SADM-NP 002/2019 – IPACI
Anexo II - Fluxograma





EDITAL DE RECONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DE SUPLENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL DO IPACI

A PRESIDENTE EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – IPACI, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 7.030/2014 e do Decreto nº 26.697/2017, tendo em vista a impossibilidade de validar a eleição por insuficiência de quórum mínimo, resolve por este termo editalício reconvocar assembleia geral para eleições aos cargos de membro suplente do Conselho Deliberativo e membro suplente do Conselho Fiscal do IPACI, referente à representação dos servidores públicos municipais segurados, com vista a compor os órgãos colegiados, que se regulará nos seguintes termos:

Art. 1º – A votação de que trata este Edital ocorrerá por procedimento eletrônico online e/ou eletrônico presencial, que será realizada na página de domínio público do IPACI no endereço www.ipaci.es.gov.br.
§ 1º Somente haverá possibilidade de votação convencional por cédulas de papel e urnas, na ocorrência de problemas de ordem técnica incontornável nos sistemas eletrônicos ou, nos casos imprevistos e omissos que forem dirimidos pela Comissão Eleitoral, constituída pela Portaria nº 394, de 03/07/2019, alterada pela Portaria nº 562, de 03/09/2019, editada pelo IPACI, nos limites de poderes nela estabelecidos, ocasião em que o segurado eleitor poderá assinalar 1 (um) nome ou número de candidato para membro suplente do Conselho Deliberativo e 1 (um) nome ou número de candidato para membro suplente do Conselho Fiscal, dentre todos os que constarem na cédula.
§ 2º - O procedimento de votação terá início na data de 03/10/2019, às 09h, encerrando-se no dia 04/10/2019, impreterivelmente às 17h, iniciando-se automaticamente o procedimento de apuração dos votos e divulgação do resultado na página de domínio público do IPACI no endereço www.ipaci.es.gov.br e posteriormente em meio de comunicação oficial do município.

Art. 2º – Para exercer seu direito ao voto eletronicamente, o servidor público municipal deverá acessar de qualquer estação de trabalho o site do IPACI, no endereço: www.ipaci.es.gov.br, nele efetuando o devido cadastro, com informações do número de sua matrícula no Município de Cachoeiro de Itapemirim e número de seu cadastro no CPF.

Art. 3º – Estabelece–se que serão empossados os 3 (três) candidatos mais votados como Membros Suplentes do Conselho Deliberativo e os 2 (dois) mais votados como Membros Suplentes do Conselho Fiscal.
§ 1º - A nomeação dos Membros Suplentes eleitos para o mandato que tem início na data provável de 07/10/2019, ocorrerá através de Decreto a ser expedido pelo Executivo Municipal.

Art. 4º – Ocorrendo empate na votação será considerado eleito o candidato com maior tempo de serviço efetivo no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim e, persistindo o empate, o critério de maior idade será o adotado.

Art. 5º – O quórum mínimo para validação da eleição é de 10% (dez por cento) do número total do quadro dos segurados ativos, efetivos e estáveis do Município de Cachoeiro de Itapemirim registrados até a data de publicação deste edital, que não obtido no período estabelecido de votação, poderá ser estendido até que se atinja referido percentual de quórum.

Art. 6º – Os casos omissos neste edital e demais questões relativas ao procedimento eleitoral serão dirimidas pela Comissão eleitoral do IPACI.

Cachoeiro de Itapemirim, 02 de outubro de 2019.

CLEUZEI MIRANDA SMARZARO MOREIRA
Presidente Executiva

DATACI

PORTARIA Nº 50/2019

O DIRETOR PRESIDENTE DA DATACI, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 33, Inciso VI, do Decreto nº 17.377/2007 - Estatuto Social da DATACI,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, o Sr. **RODRIGO LOUBACK ADAME**, do cargo em comissão de Consultor Interno de Gestão Empresarial Nível Superior da DATACI, a partir de 02 de outubro de 2019.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 02 de outubro de 2019.

CARLOS HENRIQUE SALGADO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº. 51/2019

O DIRETOR PRESIDENTE DA DATACI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os funcionários da DATACI, abaixo relacionados, para acompanhamento, avaliação técnica, conferência e fiscalização, até o fim da execução do Contrato de Prestação de Serviços nº. 43/2018, firmado com **PK SEG Segurança Eletrônica e Serviços LTDA**, referente a Contratação de empresa especializada em monitoramento e segurança patrimonial na modalidade 24 X 7 para a torre localizada no Parque Laranjeiras sob coordenadas geográficas de latitude 20°50'43.78"S, longitude 41° 8'25.69"O.

Funcionário	Cargo
JOCIMAR FERNANDES	Gerente de Sistemas de Informação
FELIPE SANTOS BARBOSA	Consultor Interno de Gestão Empresarial Nível Médio

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 88/2018.

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 02 de outubro de 2019.

CARLOS HENRIQUE SALGADO
Diretor Presidente

CONVOCAÇÃO

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM – DATACI - CNPJ nº. 31.720.485/0001-11 – Assembleia Geral Extraordinária – Edital de Convocação – Estão convocados os representantes legais do acionista único, a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, nomeados por meio do Decreto Municipal Nº 28.325 e Nº 28.808, que integram o Conselho de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação de Cachoeiro de Itapemirim – DATACI a se reunirem para participarem da 9ª Extraordinária a realizar-se no dia 09 de outubro de 2019 às 09:30 horas, na DATACI, situada à Rua Vinte e Cinco de Março, nº. 28, 2º Pavimento, Cachoeiro de Itapemirim-ES, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: QUORUM DE VOTAÇÃO: a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Conselheiros que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) daqueles com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. 1- NOVOS PRODUTOS (TURISMO, VERSÃO 2.O NOSSO ESPORTE, NOVO PORTAL (INFRA)); 2- ENTREGAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS (TAPE, SOFTWARE DE BACKUP, RÁDIOS, ANTENAS, CABOS, DIVISÓRIAS E LAYOUT NOVO, CURSOS DO PESSOAL DE INFRA); 3- PROCESSO ÁBACO (DELIBERAÇÃO DO MP SOBRE O SISTEMA ÁBACO); 4- MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE PESSOAL DA DATACI:. Cachoeiro de Itapemirim, 30 de setembro de 2019. Elcio Paes de Sá Neto - Presidente do Conselho de Administração.

CARLOS HENRIQUE SALGADO
Diretor Presidente DATACI

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LEI Nº 7731/2019

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DO PREFEITO E DO VICE – PREFEITO MUNICIPAL PARA O MANDATO 2021/2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio do Prefeito Municipal para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021 é fixado em R$ 17.700,00 (dezessete mil e setecentos reais).

Art. 2º O subsídio do Vice - Prefeito Municipal para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021 é fixado em R$ 12.188,00 (doze mil e cento e oitenta e oito reais).

Art. 3º Os valores dos subsídios de que tratam os artigos antecedentes poderão ser revistos anualmente por ocasião da revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, aplicando-se os mesmos índices de reajuste dos servidores municipais.

Art. 4º Aplica-se aos referidos agentes políticos o disposto nos Incisos VIII e XVII do artigo 7º combinado com § 4º, do artigo 39, da Constituição Federal, ficando assim autorizados os pagamentos relativos ao décimo terceiro salário; bem como ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Art. 5° As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo de Cachoeiro de Itapemirim e serão suplementadas, caso necessário.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

LEI Nº 7732/2019

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA O MANDATO 2021/2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos Secretários Municipais para vigorar a partir da data de sua publicação é fixado em R$ 10.514,00 (dez mil, quinhentos e quatorze reais), observados os termos do inciso V, do artigo 29, da Constituição Federal.

Art. 2º Os valores dos subsídios dos Secretários Municipais poderão ser revistos anualmente por ocasião da revisão anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, aplicando-se os mesmos índices de reajuste dos servidores municipais.

Art. 3º Aplica-se aos referidos agentes o disposto nos incisos VIII e XVII do artigo 7º combinado com o § 4º, do artigo 39, da Constituição Federal, ficando assim autorizados os pagamentos relativos ao décimo terceiro salário; bem como ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e serão suplementadas, caso necessário.

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

LEI Nº 7733/2019

DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2021/2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, Estado do Espírito

Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos vereadores a vigorar na Legislatura que se iniciará em 01 de janeiro de 2021 é fixado em R$ 10.514,00 (dez mil, quinhentos e quatorze reais).

§ 1º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal é fixado em R$ 12.661,13 (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e treze centavos).

§ 2º O total do subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 29-A, da Constituição Federal.

Art. 2º Os valores dos subsídios acima fixados poderão ser revistos anualmente por ocasião da revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal, aplicando-se os mesmos índices de reajuste dos servidores municipais.

Art. 3º Será descontado 1/30 (um trinta avos) do subsídio do Vereador, por cada ausência, sem justificativa prévia, às sessões realizadas pela Câmara Municipal.

Art. 4º O suplente de Vereador empossado receberá, a partir da posse, idêntico subsídio a que tiver direito o Vereador detentor do mandato.

Art. 5° Aplica-se aos Vereadores o disposto nos Incisos VIII e XVII do artigo 7º combinado com § 4º, do artigo 39, da Constituição Federal, ficando assim autorizados os pagamentos relativos ao décimo terceiro salário; bem como ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e serão suplementadas, caso necessário.

Art. 7° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2021.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 02 de outubro de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

PORTARIA Nº 319/2019.

CONSIDERA DE EFETIVO EXERCÍCIO O AFASTAMENTO DO SERVIÇO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O REQUERIMENTO PROTOCOLADO SOB O Nº (GERAL) 92777/2019, RESOLVE:

Art. 1º - Considerar de efetivo exercício o afastamento de 02 (dois) dias da servidora **JACQUELINE PÍCOLE BLUNCK**, nos dias **11 e 14/10/2019**, nos termos do art. 98, da Lei Federal nº 9.504/97 e art. 56, Inciso V, da Lei Municipal nº 4009/94, conforme Declaração da Justiça Eleitoral relativa à atuação no pleito das Eleições Gerais 2018.

Art. 2º - Publique-se para que produza todos os efeitos legais e administrativos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 30 de setembro de 2019.

ALEXON SOARES CIPRIANO
Presidente

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EXTRATO DE LICENÇA

NILDO ISRAEL POLETO, CPF 034.599.967-30, torna público que REQUEREU da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA Licença Prévia e Licença de Instalação, por meio Protocolo 27.648/17, para a atividade 18.06 - Terraplanagem (corte e/ou aterro) exclusivamente quando vinculada à atividade não sujeita a licenciamento ambiental, (exceto para terraplanagem executada no interior da propriedade rural e com objetivo agropecuário, inclusive carreadores), localizada no Distrito de Itaoca - Cachoeiro de Itapemirim-ES.
3280070/2019
FAT370/2019

EXTRATO DE LICENÇA

GRAMIL GRANITOS E MARMORES ITAPEMIRIM LTDA., CNPJ nº 27.126.218/0001-43, torna público que OBTEVE da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA a RENOVAÇÃO da Licença de Operação - LO nº 240/2014, com validade até 23/04/2023, através do Sequencial nº 61-4997/2018, para atividade 3.04 – Desdobramento e/ou polimento e/ou corte e aparelhamento de rochas ornamentais, quando associados entre si, localizada na Avenida: Fioravante Cypriano nº 516, no Bairro Central Parque, em Cachoeiro de Itapemirim-ES.
DAM3280096/2019
FAT371/2019

www.cachoeiro.es.gov.br

Serviços disponíveis: Download de Leis, Decretos, Portarias, Órgãos e Diários Oficiais do Município, endereço das secretarias, telefones de atendimento, serviços municipais e consulta de processos.